

Sumário

Editorial - Paulo Osório (UBI/UNL - Portugal).....	1
Mudanças semânticas apresentadas por EMBORA e AGORA em português: reflexões sobre o papel da categoria cognitiva tempo - Ana Paula A. Rocha (UFOP - Brasil)	5
Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos - Ana Paula Pereira Martins (UFRJ - Brasil)	18
Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais goianas e suas relações com as origens do português brasileiro - André Marques do Nascimento (UFG - Brasil)	36
Pré-história, história e contatos lingüísticos em Timor Leste - Davi Borges de Albuquerque (UNB - Brasil)	75
A aquisição da escrita pela criança repete a gênese escrita - Edjane Alves de Oliveira (UFRJ - Brasil)	94
Revisitando a periodização do português: o português médio - Esperança Cardeira (Universidade de Lisboa - Portugal)	103
Um estudo diacrônico sobre a estrutura da construção de tema em português - Fábio Izaltino Laura (UNICAMP - Brasil)	121
O português do século xv e o texto da <i>Vida e feitos de Júlio César</i> - Maria Helena Mira Mateus - (Faculdade de Letras de Lisboa - Portugal).....	129
Proposta de um método de análise para derivações sufixais - Mário Eduardo Viaro (USP - Brasil)	140
A expressão do passado imperfectivo no português arcaico - Raquel Meister Ko. Freitag (UFS - Brasil)	166
As formas verbais em roteiros franceses do século XVI - Rita Maria Ribeiro Bessa (UFB/UEB - Brasil)	184
Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) - Rolf Kemmler / Carlos Assunção / Gonçalo Fernandes (UTAD - Portugal).....	202
Variação e mudança lexical no Português Medieval - o caso dos verbos - Maria Francisca Xavier (UNL - Portugal)	224
RESENHA. <i>O Nascimento da Gramática. Uso & Norma</i> - Maurício Silva (Uninove - Brasil)	243

Editorial

Paulo Osório¹

A multidisciplinaridade que a Linguística Histórica exige nem sempre tem sido atingida da melhor forma. Por tal facto, a Linguística Histórica que, depois de ter sido relegada para segundo plano na tradição linguística, volta a acolher, nos tempos hodiernos, o estímulo e a reflexão de muitos que a ela se vêm dedicando, necessitando, todavia, de metodologias específicas. A este propósito, afirma Maia (1995: 3): «Nesta viragem de século, quando a Linguística histórica volta a ocupar uma posição de primeiro plano, depois de várias décadas de domínio da linguística sincrónica, ela tem vindo progressivamente a integrar novos conceitos teóricos, nomeadamente os que são peculiares de duas disciplinas linguísticas relativamente recentes, a Sociolinguística e a Pragmática».

Pretendendo a Linguística Histórica tratar os problemas inerentes à Mudança Linguística, o linguista poderá tomar em linha de conta as mudanças sociais e culturais, que melhor permitem definir o estágio linguístico em análise. Sendo o objecto de estudo da Linguística Histórica a abordagem do fenómeno da Mudança Linguística, sublinho que as motivações, inerentes a tal mudança e à variação nos textos medievais, são de ordem diversa: motivações de nível estrutural, sistemático e interno, por um lado, e, por outro, motivações externas pertencentes ao contexto extralinguístico, nomeadamente no que respeita aos domínios social, geográfico, político, cultural, entre outros. Apesar da coexistência de factores sistemáticos e externos na língua, sabemos da importância que a inter-relação destes assume na marcha evolutiva da mesma língua.

Foi-me extremamente gratificante organizar este número temático da Revista *Domínios da Lingu@gem*, sendo dedicado, na sua essência, a questões de historicidade do Português. Os textos aqui reunidos utilizam diferentes enquadramentos teórico-metodológicos e tratam de fenómenos linguísticos diferenciados. Une-os, no entanto,

¹ Doutor e Agregado em Letras (Linguística Portuguesa). Professor de Linguística no Departamento de Letras da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e Investigador do Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mail: paulosorio@hotmail.com

uma abordagem que pretende privilegiar a mudança inerente às línguas, mais concretamente, no que respeita à língua portuguesa, ou pela voz dos gramáticos ou através da análise de dados empíricos. Há, no entanto, textos que adoptam perspectivas mais teóricas no âmbito da Linguística Histórica.

Pretendi, assim, com a anuência da política editorial da Revista, reunir artigos *aquém e além* Atlântico, na certeza de que a língua que une estes dois povos sofre a marcha ininterrupta do tempo e do espaço. O estudo da história de uma língua permite, indubitavelmente, um melhor conhecimento do uso da língua do presente: «Se é certo que a dimensão sistemática das línguas é uma dimensão real, não menos real nem menos importante é a sua historicidade. Não basta descrever as estruturas internas, as estruturas imanentes, através das quais a língua funciona; é necessário explicar como se formaram os elementos que integram essas estruturas e como se reorganizaram os sistemas de que fazem parte. Só o tempo, isto é, a história da língua, explica a permanente evolução das organizações fónicas, morfológicas, sintácticas e semânticas» (Maia, 1995: 7). A este respeito, remeto ainda para a contribuição de Ferreira (1988-1989) e de Maia (1996-1997), dando conta, de forma detalhada, da absoluta importância da *História da Língua Portuguesa* na formação dos professores de Português.

O investigador de fases pretéritas da língua deve ter presente o que refere Castro (1991: 173): «O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção». Estando qualquer língua natural em perpétuo devir – «the history of language is a continuous process: it is not a series of stills, but a moving picture» (Milroy, 1992: 2) –, o polimorfismo linguístico e a instabilidade gráfica caracterizadores do período medieval reclamam a cada vez maior necessidade de boas edições da documentação remanescente.

Todo o historiador da língua deverá ter em atenção os tipos de textos existentes, bem como a sua utilidade para o estudo que pretenda desenvolver. Para um estudo linguístico, os textos literários deverão ser preteridos em favor de textos não-literários. Corroborar esta opinião Castro (1991: 174), afirmando que os textos não-literários são: «(...) a fonte preferida dos linguistas. Como foram escritos para servir alguma finalidade

prática relacionada com a administração, o direito ou a economia (...), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos, bem como quanto aos participantes, a diversos níveis, na sua produção; identificam os autores morais, que desejaram a produção, os autores materiais, que a executaram, e também os confirmantes e testemunhas, que assistiram e que fornecem uma espécie de contexto histórico e social para o nascimento do documento». Estes últimos, pelo facto de se apresentarem datados e localizados, oferecem ao linguista uma maior segurança, permitindo, conseqüentemente, um maior rigor na adução de dados. No entanto, se os textos não-literários oferecem grandes possibilidades de estudo na tentativa de reconstituição de fases linguísticas passadas, em virtude do seu carácter formal (fórmulas iniciais e finais) poderão condicionar determinada recolha de dados.

Os textos literários apresentam uma notória riqueza e particular desenvoltura em estudos sintácticos, embora muitos desses documentos constituam cópias de cópias e, por isso, encerram uma tradição manuscrita complexa (uma cópia implica, pelo menos, duas origens textuais).

Muitos estudos há ainda a realizar na área da Linguística Histórica. Agradeço aos Colegas que participaram neste volume, sem deixar, também, uma palavra de reconhecimento a muitos que, por imperativos de tempo, não puderam contribuir com as suas investigações.

Portugal, 22 de Dezembro de 2009.

CASTRO, I. (com a colaboração de Rita MARQUILHAS e J. León ACOSTA) – Curso de história da língua portuguesa. Lisboa (Universidade Aberta), 1991.

FERREIRA, J. – O papel da História da Língua na aula de Português. In: *Diacrítica*, nº 3-4. Braga (Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Minho), 1988-89, pp. 79-97.

MAIA, C. – Algumas reflexões sobre a disciplina “História da Língua Portuguesa”. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI. Coimbra (Faculdade de Letras), 1996-97, pp. 1-25.

MAIA, C. – História da língua portuguesa. Guia de estudo. Coimbra (Faculdade de Letras), 1995.

MILROY, J. – *Linguistic Variation & Change. On the Historical Sociolinguistics of English*. Oxford (Blackwell), 1992.

Mudanças semânticas apresentadas por EMBORA e AGORA em português: reflexões sobre o papel da categoria cognitiva tempo

Ana Paula A. Rocha*

1. Introdução

A produção deste texto é motivada pelo fato de os itens *embora* e *agora* terem dois pontos comuns: (i) ambos têm, em sua formação etimológica, o item *hora* – que tem sentido de tempo – e (ii) ambos assumiram, ao longo de sua história diacrônica, a possibilidade de conectarem segmentos entre os quais se pode depreender o sentido de desigualdade. Com relação a (i), Cunha (1982) informa que *embora* origina-se da expressão medieval “em boa hora” e que *agora* origina-se da expressão latina “hac hora” (*nesta hora*). A origem etimológica comum entre os itens fica evidente na partícula *ora/hora*, presente na constituição de ambos. Já com relação a (ii), uma rápida consulta a gramáticas tradicionais do português, entre as quais podem-se citar Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1999), mostra ser consenso que *embora* seja tomado como uma conjunção subordinativa concessiva da língua. O item *agora*, por sua vez, apesar de ser classificado, via de regra, como advérbio de tempo – conforme demonstram novamente Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1999) –, vem sendo utilizado também como juntivo, assumindo sentidos diversos. Esse novo uso do item tem promovido uma série de trabalhos, entre os quais pode ser citado Duque (2002). Os manuais e gramáticas tradicionais, entretanto, não costumam reconhecer em *agora* o uso juntivo e o sentido adversativo – uma exceção seria Sacconi (1990).

Tendo em vista os pontos (i) e (ii), que ligam *embora* e *agora*, neste texto parto da hipótese de que a motivação semântica que leva os dois itens em questão a assumirem, pelo menos em parte, funções semelhantes ao longo do tempo seja o fato de ambos terem sido usados anteriormente com a função de referentes textuais exofóricos, indicando tempo. Em outras palavras, pode-se dizer que aqui proponho haver uma relação semântica estreita entre o sentido adversativo/concessivo e o sentido de tempo.

* Doutora em Letras: Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto.

Em princípio, a hipótese pode parecer óbvia, uma vez que, no caso de ambos os itens, há processos de gramaticalização, que são processos pelos quais, conforme Heine *et al.* (1991), itens não gramaticais tornam-se gramaticais ou itens gramaticais tornam-se ainda mais gramaticais. Os trabalhos sobre gramaticalização que se realizaram nas últimas décadas têm apontado que esse tipo de mudança gramatical dá-se paralelamente a uma mudança semântica que, por sua vez, tem sido descrita vastamente através dos já famosos *clines*. Os *clines* são escalas compostas por categorias cognitivas organizadas de tal modo que, indo-se da esquerda para a direita, tem-se uma constante abstratização de sentido. Exemplo de um *cline* é dado por Heine *et al.* (1991: 51): “pessoa/corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade”. Ora, se a categoria está prevista na mudança semântica por que passam itens em gramaticalização, então parece óbvio que essa categoria se relacione com a mudança apresentada tanto por *embora* quanto por *agora*.

Proponho-me, porém, a mostrar que a relação entre o sentido adversativo/concessivo e o temporal ocorre não só porque *tempo* seja uma categoria cognitiva básica, mas porque, em ambos os sentidos, pode-se depreender, ainda que indiretamente, uma comparação, o que pode ser mais facilmente visualizado se aplicado aos exemplos que aqui serão analisados o modelo de Sweetser (1991), que foi utilizado por mim no estudo de *mas* (cf. Rocha, 2006; 2007; 2008a; 2008b) e de outros itens adversativos também (cf. Rocha, 2006; 2009). Assim, à luz de Swetser (1991), argumentarei que, em todas as ocorrências seguintes, há uma comparação: “eu trabalhava muito e agora procuro trabalhar menos”; “eu trabalho muito, agora minha irmã não se preocupa com nada”; “ela será embora” – exemplo medieval retirado de Barreto (1999) – e “embora eu trabalhe muito, ganho pouco”.

2. Sobre as ocorrências analisadas

Neste trabalho, não se fará um estudo baseado em *corpus*; seu propósito não é descrever e/ou analisar a gramaticalização e a mudança semântica por que passaram e vêm passando, em português, *embora* e *agora*. O objetivo que norteia o texto é mostrar que, no que diz respeito à mudança semântica em específico – que aqui é tomada como factual em ambos os casos –, há uma motivação comum aos dois itens. Essa motivação, conforme já declarado anteriormente, seria a relação entre a estrutura comparativa, a

estrutura temporal e as estruturas adversativas e concessivas. Vogt & Ducrot (1989) já haviam reivindicado, segundo pressupostos da semântica argumentativa, haver estreita relação entre a estrutura comparativa e a adversativa, o que, para os autores, explicaria por que o advérbio latino *magis* (comparativo de superioridade) originou a conjunção adversativa prototípica em português – *mas*. Também Neves (1984), estudando as variâncias de sentido de *mas* em português, assume que a invariância entre todas as variâncias que estuda seja a comparação. Lembre-se ainda que o item *entretanto*, que também veio a ser utilizado em português em estruturas adversativas, passa, em sua evolução diacrônica, pelo sentido de tempo, o qual ainda apresenta, por sinal, até hoje, em especial no português europeu.

A partir do delineamento do objetivo acima declarado, foram tomadas algumas decisões a respeito das evidências lingüísticas a serem utilizadas em prol da hipótese aqui defendida. Tais decisões serão declaradas e comentadas a seguir.

Apesar de ambos os itens, conforme já mostrado, terem, em sua constituição etimológica, uma mesma partícula – *ora/hora* – e apesar de ser essa partícula que os liga relacionada diretamente à noção de tempo, não será necessário buscar ocorrências latinas para comprovar a hipótese que norteia este artigo.

No português contemporâneo, encontram-se exemplos tanto de *agora* com sentido temporal quanto de *agora* com sentido adversativo. Saliente-se, contudo, que o item, quando não temporal, tem assumido um espectro grande de funções e sentidos no português contemporâneo. Duque (2002) divide o uso de *agora*, quando não temporal, em dois blocos: *agora* juntivo e *agora* discursivo. Neste texto, deter-me-ei nos usos juntivos que tenham sentido de contraste. Essa opção justifica-se por ser esse o subtipo de *agora* juntivo em que, aparentemente pelo menos, mais se percebe o sentido de comparação por contraste.

Da mesma forma que acontece com *agora*, também no português contemporâneo, encontram-se exemplos tanto de *embora* com sentido temporal quanto de *embora* com sentido concessivo. No caso dos exemplos de *embora* temporal, porém, devido à opacidade do sentido de tempo em expressões como “ir embora”, resgataremos, na medida do necessário, exemplos medievais.

Apesar de o título deste artigo mencionar “mudanças semânticas”, não se fará aqui um estudo diacrônico propriamente dito. Está claro o sentido temporal presente tanto na origem de *embora* quanto na de *agora* – no último caso, o sentido ainda se

mantém, na língua, de forma transparente. Está claro também que ambos os itens sofreram mudanças semânticas, haja vista o uso de ambos com sentidos diferentes do temporal. Seria importante um estudo que analisasse a mudança em pauta ao longo do tempo. Aqui, entretanto, os objetivos são os seguintes: (i) mostrar que, no uso concessivo de *embora* e em alguns usos de *agora* juntivo, há uma comparação por contraste; (ii) defender que o sentido de comparação por contraste já se encontrava nos usos temporais dos itens; (iii) defender que o sentido de comparação por contraste encontrado nos usos desses itens como juntivos pode ser explicitado pelo mesmo modelo utilizado por Sweetser (1991) para tratar de *but* (ingl.).

3. A análise de Sweetser (1991) para *but*

O trabalho de Sweetser sobre o uso de *but* em inglês mostra-se bastante elucidativo acerca do uso de *mas* em português e, em consequência, acerca dos usos de outros itens adversativos.

A autora propõe um modelo de análise de conjunções segundo o qual as conjunções são elementos que podem atuar em três domínios: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. A respeito de *but*, entende que o elemento possa ocorrer somente nos dois últimos domínios, o que se explicará adiante.

Cabe esclarecer os pontos que sustentam o ponto de vista da autora. Sweetser defende que uma forma linguística assume novos significados graças a uma projeção corriqueira existente entre os três domínios da linguagem referidos, sendo que o do conteúdo refere-se ao mundo físico; o epistêmico ao mundo mental; o conversacional aos atos de fala.

As mudanças ocorridas com verbos perceptivos do inglês descritas pela autora são bastante ilustrativas do que ela chama de projeção entre domínios na constituição de novos significados linguísticos. O verbo *hear* (ouvir, escutar), por exemplo, pode ser usado tanto no domínio do conteúdo (“não escutei a campainha”) quanto no domínio epistêmico (“não escutei minha mãe e me arrependo”), em que assume metaforicamente o sentido de *obedecer*. Aqui se teria uma metáfora de percepção operada no domínio mental. A manipulação física de um som que é retido oferece motivação semântica para que o verbo seja usado no sentido em que o que é retido são dados. O sentido básico de “retenção de estímulos exteriores” mantém-se, todavia.

Analisando questões referentes a conjunções, coordenação e subordinação, Sweetser discute, entre outros tópicos, os itens *and*, *or* e *but*, os mesmos que já haviam sido tratados por Lakoff (1971), que parte da seguinte questão: que fatores garantem a gramaticalidade de sentenças que apresentam os itens *and*, *but* e *or*? Também para as conjunções, Sweetser propõe a existência de três domínios, entre os quais se manifesta uma projeção em sentido unidirecional, via operações metafóricas, o que permite a (re)elaboração constante de significados. É importante observar que o domínio do conteúdo remete ao mundo real não em um sentido representacionista, segundo o qual o mundo real se espelharia nas expressões lingüísticas. O domínio do conteúdo é aquele a partir do qual, em função de suas experiências físicas, como as sensório-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente. Note-se também que Sweetser, ao retomar o trabalho de Lakoff, herda-lhe a preocupação com os fatores explicativos da gramaticalidade de ocorrências com os itens estudados.

No caso de *and*, Sweetser sugere que há, entre os três domínios citados, a manifestação de um sentido básico, que a partir de um domínio fonte se projeta aos demais: o de se colocar coisas lado-a-lado em um processo de adição. Veja-se:

- (1) “John eats apples *and* pears.” (John come maçãs e pêras.)

Nesse caso, a adição de coisas é simples e não obedece a nenhuma ordem nem de temporalidade nem de causalidade, tanto que os elementos “somados” poderiam ter a ordem invertida sem danos para a sentença como um todo. A esse tipo de caso em que se pode inverter a ordem dos elementos ou cláusulas, Sweetser chama simétrico, terminologia adotada em outros trabalhos, como no de Lakoff (1971).

Já no exemplo seguinte, a inversão não seria cabível sob pena de comprometer a própria gramaticalidade da sentença. A esse tipo de caso se chama assimétrico:

- (2) “John took off shoes *and* jumped in the pool.” (John tirou os sapatos e pulou na piscina.)

Sweetser entende que a assimetria vista acima deve-se à iconicidade da linguagem, que faz com que a ordem temporal de sucessão que os eventos relatados seguem no mundo real se reproduza lingüisticamente. O uso narrativo de *and* comprova a interação existente entre a linearidade inerente ao uso lingüístico e o conceito geral de “pôr as coisas lado-a-lado”.

O exemplo seguinte ilustraria, por sua vez, uma linearidade decorrente não do mundo real, mas sim de um processo lógico, sendo, portanto, um exemplo de *and* no domínio epistêmico:

(3) “Why don’t you want me to take basketweaving again this quarter? Answer: Well, Mary got an MA in basketweaving, **and** she joined a religious cult. (...so you might go the same way if you take basketweaving).” (Por que você não quer que eu pegue basketweaving de novo esse bimestre? Resposta: Bem, Mary tem um MA em basketweaving e ela se juntou a um culto religioso. (...assim você pode ir para o mesmo caminho se você pegar basketweaving.))

Em (3), a ordem das cláusulas não reproduz iconicamente uma ordem de eventos sucedidos no mundo real, e sim uma ordem de premissas que levam a uma conclusão.

Já o seguinte exemplo mostra *and* empregado no domínio conversacional:

(4) “The Vietnam War was morally wrong, **and** I’ll gladly discuss the reasons why I think so.” (A Guerra do Vietnã foi moralmente errada e eu terei prazer em explicar as razões pelas quais penso isso.)

Também para *or* Sweetser encontra ocorrências nos três domínios citados. Já para *but* a autora tece a seguinte objeção: *but* conecta segmentos que contrastam entre si ou mesmo “colidem” (*clash* é o termo usado), mas esse contraste e essa colisão só são perceptíveis nos níveis epistêmico e conversacional. Um exemplo dado pela autora para corroborar sua proposta é:

(5) “John keeps six boxes of pancake mix on hand, **but** he never eats pancakes.” (John mantém seis caixas de mistura para panquecas estocadas, mas nunca come panquecas.)

O choque pode dar-se também entre duas conclusões implícitas, suscitadas por duas premissas conectadas por *but*, como em:

(6) “Do you know if Mary will be in by nine this evening?
Answer: Well, she’s nearly always in by then, **but** (I know) she has a lot of work to do at the library, so I’m not sure.” (Você sabe se Mary vai estar em casa às nove esta noite? Resposta: Bem, ela sempre chega por volta das nove, mas (eu sei) ela tem um monte de trabalho a fazer na biblioteca, então não tenho certeza.)

O argumento de Sweetser é que as relações de sentido sinalizadas por *but* nos dois últimos exemplos não se processam no domínio do conteúdo porque não há nada no mundo real que impeça a concomitância do fato de John estocar panquecas e o fato

de ele nunca comê-las. Da mesma forma, no mundo real, é possível que Mary sempre chegue a casa por volta das nove e que em um dia determinado tenha muito trabalho a fazer na biblioteca. A colisão se dá entre conclusões processadas no nível epistêmico: se Mary chega a casa sempre até às nove, é possível que chegue hoje também; se Mary tem muito trabalho a fazer, é possível que não chegue a casa no horário de sempre.

Para Sweetser, mesmo que se argumente ser possível depreender as relações acima no domínio do conteúdo, é impossível negar seu processamento no domínio epistêmico. Tipicamente, no entanto, relações que ocorrem no domínio do conteúdo não ocorrem ao mesmo tempo no domínio epistêmico.

Lakoff (1971) afirma que a gramaticalidade de períodos em que duas sentenças estejam ligadas por *but*, se não se construir superficialmente (o que, para Sweetser, não ocorre), dependerá, então, de uma combinação de pressuposições e deduções que uma delas ou ambas desencadeiam.

Além disso, Lakoff descreve uma “hierarquia de naturalidade” de pressuposições e deduções: algumas mais universais (como se vê em “John é alto, mas não é bom no basquete”); outras menos (como em “John é Republicano, mas você pode confiar em Bill”); outras idiossincráticas (como em “John detesta sorvete, mas eu também”). O destaque que Lakoff dá às informações implícitas talvez seja a maior contribuição de seu trabalho. Um dos exemplos que analisa é:

(7) “John is rich **but** dumb.” (John é rico mas estúpido.)

O exemplo só pode ser avaliado, segundo a autora, dentro de algum contexto. Por exemplo, uma mãe que queira dissuadir a filha de casar-se com João poderia dizer que ele é rico (uma boa qualidade), mas estúpido (um defeito), não sendo, portanto, um bom partido. Aqui se teria um caso de oposição semântica. Por outro lado, alguém que julgue que pessoas ricas não são estúpidas poderia ter empregado *but* justamente por haver aí, então, uma quebra de expectativa.

Já Sweetser, embora também reivindique um papel crucial às informações e conclusões pressupostas e implícitas na análise da gramaticalidade de sentenças com *but*, diverge de Lakoff com relação à existência de oposição semântica propriamente dita nessas estruturas. A ocorrência vista em (7), por exemplo, Sweetser entende como sendo possível somente no domínio epistêmico ou no conversacional. Enquanto Lakoff

atribui à frase uma quebra de expectativa, Sweetser lhe atribui uma quebra de expectativa no nível epistêmico. Já a leitura que Lakoff atribui a uma oposição semântica, Sweetser entende como se processando no domínio conversacional, porque a mãe hipotética poderia estar, em um ato de fala, dizendo à filha: “eu sugiro que você não se case com John”; o que anularia a possibilidade de uma leitura desse exemplo no domínio do conteúdo, até porque, para Sweetser, no mundo real, riqueza e estupidez não necessariamente se opõem.

Como se vê, o modelo de Sweetser mostra-se bastante eficiente no tratamento de *but*, principalmente por considerar que, na estrutura adversativa, o “choque” não se dá entre duas proposições lingüisticamente expressas, e sim entre informações suscitadas por tais proposições. A estrutura adversativa é, na verdade, um tipo de expressão lingüística altamente sofisticado do ponto de vista cognitivo, o que acarreta dificuldade à descrição do lingüista. Ao falante, porém, a dificuldade não se impõe, graças a operações cognitivas que ele realiza no nível epistêmico, conforme defende Sweetser.

Ao constatar que o choque visto nas estruturas adversativas dá-se entre alguma informação implícita e outra explícita, a visão cognitivista de Sweetser ratifica as descrições da semântica enunciativa a respeito das adversativas e do jogo entre o dito e o não-dito encontrado nessas estruturas. A visão cognitivista avalia as condições de produção da estrutura adversativa em um trabalho que alia a preocupação com a gramaticalidade dessa estrutura e a preocupação com as questões sociais e históricas que garantem ao falante o uso e a apreensão de conteúdos não-ditos na expressão lingüística.

4. Análise de ocorrências de *embora*

O mesmo raciocínio proposto por Sweetser (1991) para a análise de *but* será aplicado às ocorrências de *embora*². Como se disse, não se tem aqui um estudo de *corpus*. A análise proposta para os exemplos seguintes visa tão somente a apontar uma

² Os dois exemplos de *embora* analisados aqui foram retirados da página eletrônica do Projeto NURC-RJ. A opção por esse *corpus* justifica-se pelo seguinte: as ocorrências de *agora* que serão analisadas em outra seção foram retiradas do trabalho de Duque (2002), que, por sua vez, valeu-se de um *corpus* do PEUL-RJ. Por isso, optei por selecionar exemplos de *embora* que também fossem amostras da língua falada. Além disso, foi importante o fato de ambos os *corpora* encontrarem-se disponíveis na internet. As variantes externas relacionadas aos informantes foram desconsideradas.

possibilidade de compreensão do fenômeno em pauta, o que não dispensa um estudo mais aprofundado. Veja-se o exemplo (8):

(8) “e a Nestlé acaba entrando no mercado... e o Bob's... então... é vendido... eu dizia a vocês... a posição da multinacional... nem sempre é tão... eh... radical... por que que nem sempre ela é tão radical? **embora** ela tenha recursos... estrutura... organização... a proposta dela... não é... apenas... assim: "ou você me vende o negócio... ou eu... hã... te derrubo"... normalmente... ela chega... para... o pequeno... empresário e pergunta a ele se ele quer vender...” (Inquérito 364. Disponível em: < <http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 20 fev. 10.)

Em (8), a relação de concessão sinalizada por *embora* não se dá entre informações explícitas. A oposição apontada dá-se da seguinte maneira: pelo fato de a multinacional ter “recursos...estrutura...organização...”, poder-se-ia supor que ela adotasse uma postura “radical” com o pequeno empresário, o que não ocorre. Aqui se tem uma pressuposição idiossincrática, conforme a proposta de Lakoff (1971), comentada na seção anterior. Em outras palavras, não há nada que impeça uma multinacional de ser forte e, ao mesmo tempo, não impositiva com os pequenos empresários, de forma que a sentença só se torna gramatical porque falante e ouvinte são capazes de compartilhar entre si uma relação de causa e efeito não declarada (poder leva a autoritarismo, no mundo dos negócios).

A comparação nota-se na relação de contraste entre uma expectativa pressuposta (a multinacional seria radical com o pequeno empresário) e um fato ocorrido de declarado (a multinacional não é radical com o pequeno empresário). Passe-se ao próximo exemplo:

(9) “o metrô de Paris é uma maravilha não é? é tido como o metrô mais inteligente né?... do mundo... **embora** não seja o mais luxuoso nem o mais rápido mas é o... tido como o mais inteligente porque... ele tem uma uma rede que você vai a qualquer lugar...” (Inquérito 296. Disponível em: < <http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 20 fev. 10.)

Em (9), a pressuposição que desencadeia a quebra de expectativa é menos idiossincrática do que a que se viu em (8). Em (9), falante e ouvinte compartilham a expectativa de que, pelo fato de o metrô de Paris não ser o mais luxuoso e o mais rápido do mundo, ele também não poderia ser “tido como o metrô mais inteligente”. A

expectativa suscitada aqui é a de que eficiência e luxo fazem parte de um mesmo conjunto.

Se essa relação entre eficiência e luxo não for percebida pelo ouvinte – mesmo que ele não a inclua entre suas próprias crenças –, a gramaticalidade pretendida pelo falante não ocorre. Dessa forma, também em (9), é possível depreender-se a comparação entre o fato de o metrô de Paris ser o mais inteligente e a expectativa de que ele não o seria, em função de não ser nem luxuoso nem rápido.

5. Análise de ocorrências de *agora*

O objetivo principal deste texto é apontar que, tanto nos usos de *agora* e *embora* com sentido temporal quanto em seu uso com sentido adversativo/concessivo, tem-se o raciocínio comparativo, seja ele explícito ou não.

Duque (2002), conforme já se afirmou na Introdução deste texto, divide o uso de *agora*, quando não temporal, em dois blocos: *agora* juntivo e *agora* discursivo. Entre os juntivos, inclui os que têm sentido de contraste, que podem ser exemplificados por (10) e (11), exemplos que o próprio autor utiliza. Vejam-se os exemplos:

(10) “Com a família ela cresce. **Agora** com o marido ela murcha.”

(11) “A Paulina é boa. **Agora** a Paola é má.”

Também para (10) e (11), poder-se-ia defender, ainda com base no modelo de Sweetser (1991) para *but*, que a oposição entre as duas informações explícitas em cada exemplo não ocorre no domínio do conteúdo (não haveria nada no mundo real que impedisse uma mulher de comportar-se com o marido diferentemente da forma como se comporta com a família e não haveria nada que impedisse “a Paulina” e “a Paola” de não terem o mesmo caráter), mas no domínio epistêmico, no qual se encontram as crenças que levam à expectativa de que tais fatos ocorreriam de outra maneira, mais precisamente de maneira oposta.

Independentemente, entretanto, da questão discutida no parágrafo anterior, em (10) e (11), a comparação está bastante evidente, ou seja, está claro não se tratar de usos de *agora* com sentido temporal.

Há um outro exemplo analisado por Duque (2002) que merece destaque:

(12) “O Império Serrano apresenta o carnaval bom. **Agora**, tem marmelada, não é?”

Para o autor, (12) exemplifica o emprego do “agora concessivo”, que “leva à anulação da direção argumentativa anterior, introduzindo uma espécie de quebra de expectativa” (DUQUE, 2002: 95).

O autor diferencia o *agora* que chama de concessivo do *agora* que chama de adversativo, exemplificado em (10) e (11), que estabeleceria contraste e não concessão.

Aqui cabem alguns observações: (i) se se analisam (10) e (11) conforme o modelo utilizado por Sweetser (1991) para *but*, então, também nesses exemplos, tem-se quebra de expectativa porque os elementos e as situações tratados são postos em comparação e contrastados entre si somente porque havia expectativa de que fossem semelhantes; (ii) se se entende que, no uso do *agora* chamado concessivo, tem-se uma quebra de expectativa, então há contraste aqui também (entre a expectativa quebrada e o dado explícito e declarado); (iii) o fato de o autor mencionar uma “espécie” de quebra de expectativa sugere que as expectativas, as pressuposições e as deduções são tratadas muitas vezes com cautela na análise lingüística (donde, a modalização feita pelo autor), certamente pela falta de um modelo que contemple essas noções com sistematicidade e organização, como fazem os trabalhos de Lakoff (1971) e de Sweetser (1991).

6. Comparação e tempo nos usos de *agora* e *embora*

Duque (2002: 95) afirma que “a relação semântica de contraste sinalizada pelo *agora* juntivo representa a persistência de uma propriedade dos usos dêiticos. Em se tratando daqueles usos, o contraste é expresso através da oposição temporal: *passado x presente*”.

O autor exemplifica sua afirmação com a seguinte ocorrência:

(13) “A altura antigamente era documento. **Agora** não.”

Sweetser (1991), conforme se viu, propõe que *but* não ocorre no domínio do conteúdo, proposta que pode ser aplicada a *mas*, como foi defendido aqui anteriormente. Neste texto, propus ainda que esse modelo pode ser aplicado também a alguns usos de *agora*. Se se entende que os casos de *agora* juntivo não ocorrem no domínio do

conteúdo, pode-se entender, por outro lado, que seu uso adverbial ocuparia essa lacuna na sua trajetória diacrônica.

O que mais interessa, porém, é que esse modelo permite perceber a comparação mesmo naqueles casos em que os elementos e/ou as situações comparados não estejam todos explícitos, ou seja, naqueles casos em que há pressuposições, inferências e deduções.

Sobre *embora*, viu-se que esse mesmo modelo permite perceber a comparação nos usos juntivos do item quando se coteja uma expectativa criada com uma informação declarada e não esperada.

Também em seu uso adverbial com sentido de tempo, pode-se depreender a comparação. No português atual, o item, quando adverbial, além de ter fixado uma posição (posterior ao verbo), mostra-se opaco do ponto de vista semântico. Atualmente é usado exclusivamente com o verbo de movimento *ir*, em expressões como “ir embora” ou na expressão “ser mandado embora”, que tem sentido de “ser demitido ou expulso”. O desgaste semântico apagou a noção de tempo propriamente dita.

Em sua origem com sentido de tempo, no entanto, o item ou sua expressão de origem – *em boa hora* – faziam uma contraposição a uma eventual “má hora”. Então a comparação não se dava somente em termos estritos de cronologia – como no caso de *agora* adverbial, que serve para contrapor o presente ou ao futuro –, mas no sentido de se comparar “boas horas” e “más horas”. Lembre-se que a expressão começa a cristalizar-se no período medieval, no qual as crenças vigentes criavam o temor nas “más horas” e a fé nas “boas horas”.

Com as reflexões acima, pretendo ter argumentado em prol da tese de que a categoria tempo faz-se presente na história de *agora* e *embora* juntivos não só porque essa seria uma categoria básica presente em processos de gramaticalização e mudança semântica em geral, mas porque tempo, em sua acepção cronológica básica, traz, em si, a noção de comparação que se vê pelo menos em alguns dos usos juntivos dos itens aqui tratados.

7. Bibliografia

BARRETO, T. M. M. (1999) *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de doutorado, UFBa, Salvador (Bahia).

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, A. G. da. (1997) *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUQUE, P. H. (2002) *O elemento agora, sob enfoque da gramaticalização*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), 2002.
- HEINE, B. *et al.* (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, R. (1971) "If's, And's and But's about conjunction". In: FILLMORE, C. LANGENDOEN, D. (eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- NEVES, M. H. de M. (1984) O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. In: Revista *ALFA* 28: 21-42. São Paulo.
- ROCHA, A. P. A. (2006) *Gramaticalização das conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. Tese de doutorado, PUC-RJ, Rio de Janeiro (RJ).
- _____. (2007) *Gramaticalização da conjunção mas: reflexões a partir do modelo de Sweetser (1991)*. In: OSÓRIO, P. (org.) *Revista Eletrônica Domínios de Lingu@agem n. 2 – Gramaticalização*. Dezembro, 2007. Fonte: <<http://dominiosdelinguagem.org.br>>. Acesso em: 20 fev.10.
- _____. (2008a) *Cognição e uso de itens adversativos em português: questões relativas ao ensino de leitura e produção de texto*. In: *Revista Recorte – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*. n. 8, Três Corações (MG), Unincor, jan./jun. 2008. Fonte: <http://www.unincor.br/recorte/edicao8/e8_artigos.html>. Acesso em: 10 mai. 09.
- _____. (2008b) *Relações de sentido entre os diversos usos de MAS: a formação de uma rede polissêmica motivada metaforicamente*. In: *Revista Estudos Lingüísticos*. São Paulo, 37 (1): 121-130, jan.-abr. 2008.
- _____. (2009) *Mudanças semânticas apresentadas por conjunções adversativas em português: o papel da categoria espaço*. In: Ataliba Teixeira de Castilho (org.). *História do Português Paulista*. Campinas: Setor de Publicações do IEL - Unicamp, 2009, v. 1, p. 239-254.
- SACCONI, L. A. *Nossa gramática: teoria*. 14.ed. São Paulo: Atual, 1990.
- SWEETSER, Eve. (1991) *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VOGT, C.; DUCROT, O. (1989) De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. 2.ed. aum. São Paulo: Hucitec.

Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos

Ana Paula Pereira Martins*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central traçar um breve panorama histórico acerca dos principais postulados teóricos da abordagem funcionalista ou escola linguística chamada funcionalismo, bem como de seus principais representantes desde a sua vertente europeia até a americana. O funcionalismo linguístico difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo – por conceber a linguagem como um instrumento de interação social, tendo um interesse de investigação linguística que vai além da estrutura gramatical, pois busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Assim, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua.

ABSTRACT

This paper aims to provide a brief historical overview of the main evolutionary theoretical postulates of the functionalist approach to language, as well as its main authors from Europe and the U.S. Functionalism differs from formalist linguistic approaches - structuralism and generative theory - by designing language as an instrument of social interaction, with an interest in linguistic research that goes beyond the grammatical structure, the search for discursive context as the motivation for the facts of language. Thus, the functionalist approach to language seeks to explain the regularities observed in the interactive use of language.

I. Introdução

Este trabalho tem como objetivo traçar um breve panorama histórico acerca dos principais postulados teóricos da abordagem funcionalista ou escola linguística chamada *funcionalismo*, bem como de seus principais representantes desde a sua vertente europeia até a americana.

Para alcançar tal objetivo, este artigo se organiza da seguinte maneira: na seção I, serão abordados, sucintamente, conceitos que caracterizam modelos teóricos como o estruturalismo e seus herdeiros, o formalismo e o funcionalismo, no que se refere à concepção de língua. Em seguida, serão apresentadas as noções associadas aos termos

* Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A autora agradece a sua orientadora, Vera Lúcia Paredes Silva, pelas valiosas sugestões para construção deste artigo. Artigo escrito em 2009. Contato: anapaulapereiram@hotmail.com

função e funcional, de acordo com os diversos pontos de vista de quem os adota, assim como as proposições de funções da linguagem, tendo como base as análises de Neves, 1997, pp. 5-14.

Por fim, será feita uma explanação teórica e histórica acerca da evolução da abordagem funcional, tendo como ponto de partida a Escola Linguística de Praga e como ponto de chegada o funcionalismo norte-americano e seus princípios fundamentais, como *informatividade, iconicidade e marcação*.

II. Algumas considerações acerca do estruturalismo linguístico e de seus herdeiros, o formalismo e o funcionalismo

O século XX foi marcado por uma grande mudança no que concerne aos estudos do fenômeno da linguagem, uma vez que houve o deslocamento do historicismo para o descritivismo, configurando uma nova tendência de analisar as línguas naturais, denominada de linguística estrutural ou estruturalismo. Com a publicação do *Curso de Linguística Geral*¹, de Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916, inicia-se a linguística moderna, uma vez que, nesse período, passou-se a ter como foco a função que os elementos linguísticos exerciam no sistema. (Fiorin, 2008).

Assim sendo, a partir desse novo paradigma, Saussure, considerado o pai do estruturalismo, destacou que a língua constitui um sistema homogêneo e dinâmico, no qual “as unidades linguísticas obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente” (Martelotta, 2008:114). Logo, percebe-se que cada elemento linguístico só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte, o que implica considerar a língua “como uma estrutura, uma organização que segue leis internas, estabelecidas dentro do próprio sistema” (*op. cit.*, p. 114). Linguistas pós-saussureanos, influenciados pelas ideias de Saussure, passaram a considerar as línguas como entidades autônomas, independentes do uso na situação interativa do discurso.

¹ “As idéias de Saussure, que se tornaram ponto de partida do pensamento que caracteriza a linguística moderna, tornaram-se públicas a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, livro que é a reconstrução, a partir de notas redigidas por alunos, de três cursos lecionados por Saussure entre 1907 e 1911 na Universidade de Genebra, cidade onde o linguista nasceu. O trabalho foi organizado por dois discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye” (Costa In: MARTELOTTA, 2008, p.114).

Contudo, da Linguística Estrutural surge uma outra proposta, a qual enfatiza que as línguas não podem ser analisadas apenas como estruturas autônomas, dissociadas do uso, uma vez que elas existem para estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes. Desse modo, destaca-se a noção de *função*², segundo a qual a língua é entendida como um sistema funcional, ou seja, passa-se a valorizar o uso da língua enquanto voltado para uma determinada finalidade. Isso significa dizer que a intenção do locutor, ao utilizar a língua, passa a ser fundamental para a compreensão da sua natureza.

Assim, entre os primeiros linguistas, posteriores a Saussure, a estudarem a estrutura gramatical inserida na situação real de comunicação estavam aqueles que compunham o chamado Círculo Linguístico de Praga³. Para Martelotta (2006), essa alternância na abordagem estrutural, no que concerne ao estudo da língua ora como uma entidade autônoma, ora como um sistema funcional, influenciou duas grandes tendências teóricas que se fazem presentes nos estudos linguísticos, a saber: o *formalismo* e o *funcionalismo*.

O formalismo tem como principal teórico e primeiro representante o linguista norte-americano Noam Chomsky, que desenvolveu a teoria gerativa, a partir do final da década de 1950. Sua proposta era analisar, mais do que o desempenho dos falantes (seu uso), a sua competência, o seu conhecimento linguístico subjacente. Assim, “o papel do gerativismo no seio da linguística é constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar a natureza e o funcionamento da faculdade da linguagem”, característica mental da espécie humana (Kenedy In: Martelotta, 2008, p. 129). Logo, sua visão de língua é a de uma entidade autônoma, que não depende do uso, da comunicação na situação social.

Quanto ao funcionalismo, suas análises têm como base o princípio de que as funções externas à linguagem influenciam a estrutura gramatical das línguas. Logo, as línguas refletem uma adaptação às diferentes situações comunicativas. Desse modo, enquanto o primeiro modelo teórico tem seu foco de interesse na análise que busca deprender as propriedades comuns, universais da linguagem, o segundo modelo enfatiza a relação entre forma e função, considerando a língua como uma estrutura que

² Ver definição do termo *função* no item III.

³ O Círculo de Praga tornou-se mais conhecido por seus estudos no campo da fonologia, mas trouxe também inovações no campo da sintaxe e do discurso que não podem ser esquecidas. (cf. item IV adiante).

só pode ser explicada se levada em conta a comunicação. (Votre & Naro, 1996). Assim, é na segunda proposta, isto é, a escola linguística chamada funcionalismo, que se centra o foco de interesse deste artigo.

Antes de começar a tecer considerações acerca do modelo teórico funcionalista, valho-me das palavras de Neves (1997:01), ao afirmar que caracterizar o funcionalismo não constitui uma tarefa fácil, já que “os rótulos que se conferem aos estudos ditos ‘funcionalistas’ mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”.

Dessa forma, para a autora, existem diferentes modelos no interior do que vem sendo denominado *funcionalismo*, além de haver peculiaridades distintivas que marcam esses modelos. Apesar disso, Neves admite que há uma série de similaridades que unem tais modelos e que caracterizam a visão funcionalista da linguagem, configurando, assim, um denominador comum entre eles, ou seja, o postulado de que a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que o sistema linguístico só pode ser entendido a partir de noções como *cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação*, etc.⁴ (Neves, 1997: 3).

Diante disso, a autora destaca que as ideias do funcionalista Martinet sintetizam aquilo que é central na teoria funcionalista, ou seja, “o que deve constantemente guiar o lingüista é a competência comunicativa⁵, pois toda língua se impõe (...), tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência [do homem]” (Martinet, 1994:14, *apud* Neves, 1997:2). Isso implica considerar que, para os funcionalistas, a competência comunicativa é fundamental para construir e interpretar as expressões linguísticas e o seu uso de maneira eficaz.

Além disso, esse olhar para a competência comunicativa implica a noção de função num sentido amplo, que se relaciona ao papel da linguagem na vida dos indivíduos e que pressupõe a ideia de universalidade e de variabilidade. Logo, a concepção de língua passa a ser a de uma atividade social, que não existe por si mesma,

⁴ Givón (1979) afirma que, para explicar a estrutura linguística, deve-se fazer referência a tais parâmetros explanatórios substantivos.

⁵ De acordo com Neves (1997), Dell Hymes (1974) apresentou uma proposta de se investigar as regras do uso de uma língua, considerando o contexto linguístico e social em que a comunicação se realiza. Por isso, a expressão *competência comunicativa* é geralmente associada a esse autor.

mas em virtude do uso para fim de interação entre os seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional tem como principal questão a verificação dessa competência comunicativa dos usuários da língua, uma vez que as estruturas das expressões linguísticas são vistas como configurações de funções, observáveis em seus usos. Assim, vemos que própria organização interna da linguagem recebe um tratamento funcional.

Pensando neste aspecto funcional, é importante definirmos o termo *função*, uma vez que ele apresenta uma variedade de empregos, a depender do ponto de vista de quem o adota – os diversos linguistas que procuraram explicar a natureza do sistema linguístico em termos funcionais, por exemplo. Veremos, portanto, a seguir, tendo como base as análises realizadas por Neves (1997, pp.5-14), os diferentes pontos de vista de alguns autores em relação aos termos *função* e *funcional*, assim como as diferentes propostas de “funções” da linguagem.

III. O termo função

Neves diz que o termo *função* apresenta tamanha variedade de empregos, que se torna difícil caracterizar uma teoria linguística ao chamá-la de funcional. Assim, a autora destaca as concepções do termo *função* na visão de autores como Martinet (1994), Danes (1987), Dillinger (1991), Anscombe & Zaccaria (1990), Halliday (1973), entre outros. Pautada nas análises de Danes (1987), a autora observa que esses termos correspondem a diferentes conceitos atribuídos por diferentes linguistas funcionalistas, sempre correlacionados ao propósito comunicativo e ao contexto discursivo.

Martinet assevera que o termo funcional só tem sentido para os linguistas se correlacionado ao papel que a língua desempenha para os homens em sua experiência comunicativa. Para Dillinger, o termo função é usado na linguística para designar relações entre uma forma e outra, uma forma e seu significado e entre o sistema de formas e seu contexto. Anscombe & Zaccaria, bem como Halliday, afirmam que a função de uma entidade linguística é constituída pelo papel que ela desempenha no processo comunicativo.

Na Escola de Praga, destaca Neves, os termos *função* e *funcional*, embora sejam de uso corrente, não têm uma interpretação clara. Para os linguistas dessa Escola, o termo *função* tem uma concepção finalista, teleológica, ou seja, o uso da linguagem utilizado para um determinado fim. Nesse caso, a intenção do locutor configura-se como o fundamento do discurso. Essa concepção é concretizada no plano das *tarefas*, termo entendido como *função*, propósito ao qual os elementos linguísticos servem.

Diante disso, podemos dizer que, embora os termos *função* e *funcional* apresentem diversas definições, às vezes pouco claras, há um ponto em comum entre os diferentes autores: o de que esses termos só têm sentido se levados em conta o propósito comunicativo e o contexto discursivo.

No entanto, Nichols (1984) faz uma crítica às obras ditas funcionalistas, afirmando que a maioria delas, ao definir o termo *função* no sentido de propósito e de contexto, não estabelece uma distinção entre os dois. Logo, a autora propõe cinco sentidos principais para o termo *função* correlacionados a cinco diferentes componentes da gramática, que não se excluem mutuamente, a saber: *função/interdependência*, *função/propósito*, *função/contexto*, *função/relação* e *função/significado*. Assim sendo, para Nichols, *função* é um termo que compreende vários sentidos, todos relacionados à dependência de um elemento estrutural a elementos de outra ordem (estrutural ou não) e ao papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo:

Function is a polysemous term, not a collection of homonyms. All its senses signify the dependency of some given structural element on linguistic elements of another order or domain (structural or nonstructural); and they all have to do with the role played by a given structural element in the larger whole of language and communication. (Nichols, 1984, p. 98).⁶

⁶ Função é um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os seus sentidos se relacionam à dependência de um dado elemento estrutural com relação a elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não-estrutural), e todos eles têm a ver com o papel desempenhado por um dado elemento estrutural no conjunto mais amplo da linguagem e da comunicação. [Tradução minha]

3.1. As funções da linguagem

O estabelecimento de funções da linguagem toma como ponto de partida a proposta de Karl Bühler (1879-1963), autor que indica três funções, a saber: a de representação, a de exteriorização psíquica e a de apelo. Desse modo, para o autor, em cada evento de fala são reconhecidos três elementos: um *emissor* informa o *receptor* de *algo*, sendo, pois, nesse processo que se manifestam as três funções, “as quais não são mutuamente exclusivas, porém coexistem no mesmo evento” (Neves, p. 9). Assim, tal proposta de determinação das funções da linguagem pertence ao domínio comum daqueles que estudam esta questão.

Na Escola de Praga, Mathesius (1923, *apud* Neves, 1997:10) propõe que “a função externa básica da linguagem é a comunicativa, à qual se segue, como secundária, a expressiva – manifestação espontânea das emoções do falante”. Na realidade, a função comunicativa a que se refere Mathesius remete, segundo Neves, à *representação* e ao *apelo* propostos por Bühler, visto que o próprio ato comunicativo é tido como aquele que informa e apela.

Nas *Thèses* da Escola de Praga, o foco de interesse está em como essas funções, ao serem realizadas no processo comunicativo, alteram “a estrutura fônica, gramatical e léxica da língua”. Assim, em vez de uma classificação de funções, é apresentada “uma classificação de *línguas funcionais*, que traz oposições binárias, como interna/externa, intelectual/emocional, prática/teórica, etc” (Neves, p.10).

Entre os diversos autores que estabelecem proposições de funções da linguagem, há propostas de conjuntos de funções variadas, tais como as de Jakobson (1969) e as de Halliday (1977), que são das mais conhecidas.

Roman Jakobson, por exemplo, propõe um conjunto de seis funções da linguagem, levando em conta os elementos do processo comunicativo, a saber: contexto (*função referencial*); remetente (*função emotiva*); destinatário (*função conativa*); contato (*função fática*); código (*função metalingüística*) e mensagem (*função poética*).

Desse modo, para o autor, cada mensagem pode apresentar mais de uma função da linguagem, presentes em todo ato linguístico.

Michael Halliday faz uma proposição de funções da linguagem, tendo em vista o papel que a linguagem possui ao ser utilizada pelos falantes em suas experiências.

Assim, para o autor, “a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo, isto é, tem uma função ideacional”. Logo, é por meio dessa função que o falante/ouvinte organiza e incorpora na língua sua experiência dos fenômenos do mundo não só externo, mas também interno, isto é, “da sua própria consciência como suas reações, cognições, percepções, bem como seus atos linguísticos de falar e de entender” (Neves, p.13). Logo, essa metafunção corresponde não só à experiência de linguagem, como também às relações lógicas.

Em segundo lugar, destaca o autor, “a linguagem também serve à função interpessoal”, já que o falante usa a linguagem como um meio de interação verbal. Assim, essa função exerce um importante papel para “o estabelecimento e a manutenção dos papéis sociais, que são inerentes à linguagem” (Neves, p.13). Dessa forma, o elemento interpessoal é essencial para que o indivíduo possa expressar, além dos papéis sociais, as atitudes e outros aspectos que envolvem a participação na situação de fala.

Além dessas duas funções, existe uma terceira função que é fundamental para que o discurso se desenvolva. Trata-se da função “textual”, a qual permite a organização do discurso: este só se concretiza se o emissor produzir um texto e o receptor for capaz de reconhecê-lo. Assim, o texto não se limita, portanto, “ao estabelecimento de relações entre as frases, mas sim à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem tanto em si mesma como na sua relação com o contexto” (Neves, p.14).

É nesse sentido que, como aponta Neves, Halliday, ao introduzir a função textual, aproxima-se do que se diz “funcional” nos trabalhos dos linguistas da Escola de Praga, por considerar aspectos mais internos à linguagem. Veremos, portanto, a seguir, a formação da Escola Linguística de Praga, bem como a abordagem funcional desde a sua vertente europeia até a norte-americana.

IV. Abordagem funcional: da Escola Linguística de Praga ao funcionalismo norte-americano

Denomina-se *Escola Linguística de Praga* um grupo de autores que integram o que se conhece como *Círculo Linguístico de Praga*, idealizado em 1926 pelo linguista

Vilém Mathesius⁷. De acordo com Sampson (1980), atribui-se aos membros dessa escola as primeiras análises em termos funcionais, visto que os linguistas de Praga buscaram entender a linguagem, tendo em vista as funções desempenhadas pelos vários componentes linguísticos estruturais, considerando o uso.

O funcionalismo, apesar de herdeiro do Estruturalismo, caracteriza-se como um movimento que enfatiza as funções internas e externas das unidades linguísticas. Na realidade, a abordagem da Escola de Praga pode ser entendida como “um estruturalismo funcional”, já que, consoante as *Thèses* (1929) do Círculo Linguístico de Praga, a língua constitui um sistema funcional, no qual os aspectos estrutural (sistêmico) e funcional convivem lado a lado. (Neves, 1997:17).

De início, a Escola de Praga destacou-se na área dos estudos fonológicos. Entre seus principais representantes, estavam os linguistas russos Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson. Ao primeiro, devem-se as noções associadas aos aspectos funcionais utilizados na distinção entre fonética e fonologia. Quanto ao segundo, atribui-se o pioneirismo no conceito de marcação na morfologia. Esse conceito diferencia as categorias marcadas das não-marcadas, levando-se em conta um contraste binário. (Martelotta, 2008).

No que diz respeito à estrutura gramatical das línguas, Sampson (1980) diz que Mathesius lançou mão de uma concepção funcional da sentença, que deu origem, posteriormente, à “perspectiva funcional da sentença”, ou seja, à organização das palavras nas frases, tendo em vista sua distribuição na situação comunicativa. Dessa forma, passou-se a considerar a estrutura informacional dos enunciados, levando-se em conta o contexto discursivo. Logo, além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, a oração tornou-se uma unidade suscetível de análise no nível comunicativo.

Dentro dessa perspectiva funcional da sentença, a qual considera o uso das expressões linguísticas na interação verbal, destaca-se um modelo de análise da sentença em que a ordem das palavras é determinada pela situação de comunicação em que os enunciados são proferidos. Desse modo, considera-se a articulação entre o que é

⁷ Segundo Neves (1997:149), “é de 1923 o artigo de Vilém Mathesius em que vem apresentada a definição de frase elaborada sobre base funcional, em Praga, na Tchecoslováquia, e que tem seus estudos divulgados, especialmente, na publicação conhecida pela sigla TCLP: *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*”.

já *dado* ou aceito como informação conhecida e o que é apresentado como *novo* para o ouvinte. Assim, considerando esse dinamismo comunicativo, a frase é bipartida em um elemento com menor grau de dinamismo, o *tema*, e um elemento comunicativamente dinâmico, o *rema* ou *comentário*, que configuram estruturas básicas de progressão temática. (Marcuschi, 2001).

O *tema* representa a informação dada, ou já conhecida pelo ouvinte, caracterizando-se como um elemento que possui baixa informatividade. Refere-se, portanto, a algo já conhecido pelo ouvinte ou facilmente recuperável no contexto discursivo. O *rema* indica algum fato novo sobre determinado tema. Logo, é um elemento que se caracteriza com grau máximo de dinamismo e informatividade, porque contém a informação nova.

Diante disso, pode-se dizer que as sentenças, para os linguistas de Praga⁸, são consideradas como “unidades comunicativas porque, ao mesmo tempo em que veiculam informações, estabelecem ligação com a situação de fala e com próprio contexto lingüístico” (Neves, 1997:17). Assim, a ordem das palavras, para esses estudiosos, constitui o principal fator de organização informativa da frase.

Ainda no território europeu, funcionalistas como Michael K. Halliday, na Inglaterra, e Simon C. Dik, na Holanda, também manifestaram interesse na tendência funcionalista, desenvolvida na década de 70. Martellota (2008) ressalta que Halliday defende a ideia de que o estudo da linguagem e o seu desenvolvimento devem ser inseridos no processo de socialização dos falantes. Quanto a Dik, Nichols (1984) aponta que esse autor estabeleceu, considerando-se a estrutura sentencial, três níveis de função: sintático, semântico e pragmático.

Desse modo, ao estabelecer essa hierarquia, a teoria de Dik considera não só as funções que as estruturas gramaticais exercem no contexto discursivo, mas também as relações estabelecidas entre falantes e ouvintes na interação social. Nesse sentido, para esse autor, tal qual a proposta dos linguistas de Praga, a linguagem tem uma função teleológica, ou seja, sua finalidade última está relacionada ao êxito dos falantes no ato concreto da comunicação, isto é, a competência comunicativa.

⁸ As contribuições para o ponto de vista funcional da gramática, originadas pela Escola de Praga, sobretudo de Roman Jakobson e André Martinet, considerados importantes divulgadores do pensamento lingüístico internacional dessa Escola, são fontes para diversos trabalhos posteriores, como aqueles desenvolvidos na América, conforme item 4.1.

Essas considerações acerca dos postulados defendidos pelos diferentes autores funcionalistas europeus, sejam eles de Praga, da Inglaterra ou da Holanda, levam-nos a considerar que a concepção de analisar as línguas, levando-se em conta a constituição das estruturas linguísticas, bem como os modelos de interação pelos quais elas são utilizadas, tornou-se comum a todas as abordagens funcionalistas atuais. Assim sendo, trataremos do funcionalismo contemporâneo e de seus princípios fundamentais.

4.1. O funcionalismo norte-americano

De acordo com Fiorin (2002), os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade estão em consonância com o fato de que a língua é primordialmente um instrumento de interação social, usado para estabelecer relações comunicativas entre os usuários.

Podemos dizer que a teoria *funcionalista* ganhou força nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Segundo Martelotta (2008), com a publicação do texto *The Origins of Syntax in Discourse: a case study of Tok Pisin relatives* de Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976, inicia-se o desenvolvimento da abordagem funcionalista de vertente norte-americana. Neste trabalho, as autoras evidenciaram que as estruturas sintáticas de sentenças relativas do Tok Pisin⁹ podem ser analisadas e entendidas, tendo em vista as motivações discursivas, ou seja, a estrutura sintática dessas sentenças é considerada como resultante de componentes do discurso.

Dando continuidade aos preceitos funcionalistas, Talmy Givón publica *From Discourse to Syntax* (1979) e Thompson, em co-autoria com Paul Hopper, publicam *Transitivity in grammar and discourse* (1980). Neste artigo, os autores revolucionam a concepção de transitividade, tirando-a do âmbito estrito do verbo para colocá-la no discurso. Assim, Thompson & Hopper consideram o contexto discursivo como motivador para os fatos da língua, pois defendem que o sistema da transitividade está relacionado com a formação de planos no discurso.

Para Givón (1979), a pragmática do discurso desempenha um papel decisivo na explicação da sintaxe da linguagem, o que implica dizer que, para ele, a sintaxe é uma

⁹ Língua de origem pidgin de Papua-Nova Guiné, ilha ao norte da Austrália.

entidade dependente, funcionalmente motivada por processos comunicativos e cognitivos. Nesse sentido, o autor postula dois pólos extremos de modalidade comunicativa: o pragmático e o sintático. Tais pólos podem ser caracterizados por suas propriedades estruturais, tendo em vista parâmetros funcionais. Ainda segundo Givón (1983), além de a oração ser considerada como unidade básica do processamento da informação, o discurso humano é multiproposicional. Assim, o autor estabelece a noção de continuidade tópica no discurso.

Nesse sentido, baseando-se na utilização concreta da língua pelos falantes, os funcionalistas admitem que a gramática é constituída a partir do discurso. Dessa maneira, a vertente funcionalista norte-americana compreende a língua como “um objeto maleável, probabilístico e não-determinístico” (Votre & Naro, 1996: 52). Em outras palavras, a gramática de uma língua, para a linguística funcionalista norte-americana, é concebida como um conjunto de regularidades que são convencionalizadas pelo uso concreto nas diferentes situações discursivas.

Como podemos perceber, a corrente funcionalista contemporânea difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo –, por considerar a linguagem como um sistema de interação social, buscando explicar as regularidades observadas no uso. (Martelotta, 2008). Logo, pode-se dizer que a Gramática Funcional amplia seu alcance para além dos fenômenos estruturais, uma vez que também analisa toda situação comunicativa: “o propósito do evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo” (Nichols, 1984: 97). Nesse sentido, os funcionalistas sustentam que a situação comunicativa motiva, explica, determina a estrutura gramatical, o que implica considerar que as construções gramaticais são moldadas por motivações de ordem semântica e pragmática.

Diante disso, existem alguns princípios fundamentais da corrente funcionalista em sua vertente americana, que constituem pontos privilegiados de investigação, tais como: *informatividade*, *iconicidade* e *marcação*. Antes de tratarmos desses princípios centrais da teoria funcionalista, vale repetir as palavras de Neves (1997:15), ao dizer o que seria uma gramática funcional:

Por uma gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e

as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso.

Assim, podemos dizer, então, que gramática funcional tem como pressuposto fundamental a interdependência entre as expressões linguísticas e o contexto de interação social em que elas são proferidas. Visto isso, tratemos dos princípios fundamentais do funcionalismo linguístico norte-americano:

4.2. Princípios do funcionalismo americano: *informatividade, iconicidade e marcação*

Como já mencionado anteriormente, o funcionalismo caracteriza-se por uma concepção dinâmica do funcionamento das línguas. Nessa perspectiva, a gramática é vista como dependente de fatores não só internos, mas também externos à língua. Nesse sentido, Votre *et alii* (1993) explicitam alguns princípios fundamentais que delineiam um perfil do funcionalismo contemporâneo.

O primeiro deles é o princípio da *informatividade*, que diz respeito ao conhecimento partilhado entre os participantes da interação verbal. Assim, cognitivamente, um indivíduo se comunica com intuito de levar a seu interlocutor uma informação a respeito de alguma coisa, que pode ser do mundo externo ou interno desse emissor, ou, até mesmo, uma tentativa de manipulação desse interlocutor.

Desse modo, segundo Votre, o fundamento da informatividade, além de abranger todos os níveis de codificação linguística, refere-se ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, durante o processo interativo do discurso. Para o autor, o princípio da informatividade tem sido aplicado ao estudo do *status informacional* dos referentes nominais, tais como “dado”, “novo”, “inferível”, etc.

Considerando a compreensão da noção de informação, Prince (1981:4) propõe, a partir do termo “familiaridade assumida”, um modelo sobre tipo de informação, levando-se em conta a definição de texto como *um conjunto de instruções de um falante*

*para um ouvinte sobre como construir um modelo de discurso particular*¹⁰, que contém entidades, atributos e elos entre as entidades.

Assim, a autora diz que a entidade (objeto do modelo de discurso) pode ser classificada como “new”, “evoked” ou “inferred”. A entidade “nova” corresponde àquela que está sendo introduzida pela primeira vez no discurso. Essa entidade se subdivide em dois tipos: totalmente nova – quando o falante precisa “criá-la” a partir do texto, podendo ser ancorada ou não-ancorada – e não-usada, quando se supõe que ela já é conhecida pelo falante.

No que se refere à entidade “evocada”, ela também se subdivide em dois tipos: “evocada textualmente” e “evocada situacionalmente”. A primeira representa aquelas entidades já mencionadas no texto, por isso, são chamadas de “evocadas textualmente”. A segunda se refere àquelas entidades evocadas situacionalmente, as quais representam os participantes do discurso e características salientes do contexto extralinguístico.

O terceiro tipo de entidade proposto por Prince é a “inferível”, que também possui uma subclasse especial de inferíveis, que são as “inferíveis incluídas” – a entidade da qual a inferência é feita é representada por um SN propriamente contido dentro do SN – e as “inferíveis não-incluídas” – caracterizada pelo que o falante supõe que o ouvinte poderia deduzir, ou por raciocínio lógico, ou por bom senso, sobre as entidades já evocadas ou inferíveis.

A partir desse modelo de tipos de informação, a autora evidencia que as entidades mencionadas no texto ou no contexto extralinguístico indicam o que se passa numa situação real discursiva, ou seja, aquilo que os participantes do discurso podem inferir sobre um determinado tipo de informação.

Ainda sobre a noção de informação, considerando os diferentes processos cognitivos ocorridos na mente do falante/ouvinte ao manipularem a informação dada/nova, Chafe (1984) diz que a mente humana retém grande quantidade de informação, mas só uma pequena parcela pode ser focalizada ou “estar ativa” num

¹⁰ “ (...) a text is a set of instructions from a speaker to a hearer on how to construct a particular discourse-model” (Prince, 1981: 4).

determinado momento, o que implica dizer que a capacidade humana de ativar informações é bastante limitada.

Para o autor, os termos “informação dada/velha ou “informação nova” podem causar confusão ao leitor. Assim, ele propôs uma nova terminologia no que diz respeito aos estados de ativação das unidades de entonação, que expressam as diversas informações e ideias sobre objetos, eventos e propriedades, as quais o autor chama de conceitos. Tais conceitos podem ser ativos, semi-ativos ou inativos.

O conceito ativo é aquele que está no foco da consciência do falante. Logo, possui uma entonação mais fraca por ser “informação dada” ou “velha”. O semi-ativo está na consciência periférica, mas não é focado diretamente no momento da fala. Portanto, configura um período de pausa na verbalização. Quanto ao conceito inativo, é aquele que está na memória de longo prazo, sem ser focado ou periféricamente ativado no momento da verbalização. A esses conceitos correspondem a informação dada (ativo), informação acessível (semi-ativo) e informação nova (inativo). A partir disso, podemos dizer que para Chafe a noção de consciência é fundamental para se decidir se uma informação é “dada” ou “nova”.

Nesse caso, vemos que o *status informacional* dos nomes é importante porque evidencia, além da ordenação que as formas linguísticas assumem na sentença, como as entidades são introduzidas dentro de um discurso. Isso também pode ser percebido em um outro princípio que veremos a seguir, ou seja, o princípio de *iconicidade*.

A *iconicidade* corresponde à relação motivada entre forma e significado, isto é, entre expressão e conteúdo. De acordo com Votre (1993:10), “a expressão tem a forma que tem por causa do conteúdo que veicula”. Para os funcionalistas, a estrutura da língua reflete, de alguma forma, a experiência do falante, o que implica dizer que o princípio da iconicidade se assenta na relação entre gramática e cognição. Em outras palavras, uma vez que a linguagem é um componente inerente à espécie humana, supõe-se que “a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana” (Cunha, Costa & Cezario, 2003).

Esse princípio da *iconicidade*, como explicitado em Votre *et alii* (1993), desdobra-se em três subprincípios: da quantidade de informação, da proximidade entre os constituintes (expressão e conteúdo) e da ordenação sequencial dos segmentos. O subprincípio da quantidade se manifesta da seguinte maneira: quanto maior e mais

relevante for a quantidade de informação a ser transmitida ao interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação.

Quanto ao subprincípio da proximidade, postula-se que os conteúdos que estão mais integrados no plano cognitivo também se manifestam com maior grau de integração no nível da codificação. Assim, prevê-se que quanto mais integrados cognitivamente forem os constituintes de uma palavra, de um sintagma, de uma oração ou de um parágrafo, maior será o grau de liberdade relativa entre eles. No que concerne ao subprincípio da ordenação, diz-se que a informação mais importante, mais previsível, mais tópica tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática. Logo, a organização ou a ordem dos constituintes, relacionada a considerações funcionais, revela aquilo que é mais importante para o falante.

Por fim, seguiremos com um outro importante princípio funcionalista: o princípio da *marcação*, o qual foi introduzido, originalmente, pela Escola Linguística de Praga. Para *Votre (op. cit.)*, esse conceito de *marcação* distribui, de maneira escalar, as estruturas da língua entre dois extremos: a categoria marcada e a não-marcada. Assim, as formas linguísticas marcadas são caracterizadas pela baixa frequência de uso em uma determinada língua, ou seja, são formas mais raras. Já as não-marcadas caracterizam-se pela alta frequência de uso, portanto, são mais usuais.

O autor destaca três critérios básicos para identificação dessas categorias, a saber: a complexidade estrutural, a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva. Do ponto de vista da complexidade estrutural, a forma marcada tende a ser mais complexa, ou mais elaborada, do que a forma não-marcada. Quanto à frequência de distribuição, a primeira, como já exposto, tende a ser mais rara do que a segunda. Em termos de esforço mental e exigência de atenção, a forma marcada é a mais saliente cognitivamente, visto que é a mais complexa do que a não-marcada.

Isso exposto, vemos que os estudos de orientação funcionalista têm como assunção básica a ideia de que a gramática de uma língua se configura como uma estrutura maleável, ou seja, que se adapta às pressões de uso a que está sujeita, considerando, portanto, não só contexto linguístico, mas, sobretudo, o extralinguístico para dar conta dos fatos da língua.

5. Considerações finais

Diante do que foi exposto, numa avaliação geral acerca funcionalismo linguístico, podemos perceber que essa corrente difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo –, uma vez que concebe a linguagem como um instrumento de interação social, além de buscar no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Isso implica reconhecer que a hipótese fundamental dessa linha de estudo, o funcionalismo, é a de que “do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua, com as características que lhe são peculiares” (Votre & Naro, 1996:51). Logo, considerando essa visão, vemos que a estrutura (ou a forma da língua) é uma variável dependente, resultante de regularidades das situações comunicativas.

Além disso, para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Assim, o funcionalismo tem como questão básica a não-autonomia dos níveis gramatical e discursivo, já que, para os linguistas funcionalistas, é a situação real de comunicação que determina a estrutura gramatical das línguas.

Referências Bibliográficas

- CHAFE, Wallace. *Cognitive constraints on information flow*. In: TOMLIN, R. (ed.) **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam, J. Benjamins, 1984.
- CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
- FIORIN, José Luiz. (org.) **Introdução à Linguística**. 5. ed., 2^a reimpressão. S.Paulo: Contexto, 2008.
- GIVÓN, Talmy. **From discourse to syntax: grammar as a processing strategy**. In: GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and Semantics* vol.12 **Discourse and Syntax**. New York: Academic Press, pp. 81-112, 1979.
- **Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Progressão referencial e gêneros textuais**. Universidade Federal de Pernambuco. CNPq, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Funcionalismo**. In: WILSON; MARTELOTTA & CEZARIO. **Linguística: fundamentos**. Rio de Janeiro: CCAA, 2006.

----- (org.). **Manual de Linguística**. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**, v. 43, 1984, pp. 97-117, Berkeley.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.) **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981.

SAMPSON, Geoffrey. **Schools of Linguistics**. California: Stanford University Press, 1980.

VOTRE, Sebastião Josué. & NARO, Anthony Julius. *Mecanismos funcionais do uso da língua*. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; & MOLLICA, M. C. (orgs.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VOTRE, Sebastião Josué (org.). **Funcionalismo em Linguística: Iconicidade**. Edição de Suzana d'Ávila C. Rigoni. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Letras. Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.

Domínios de Lingu@gem

Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais goianas e suas relações com as origens do português brasileiro

André Marques do Nascimento*

RESUMO: Investiga-se, neste trabalho, a regularidade subjacente à variação no uso de formas introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos, em amostras de fala de comunidades rurais goianas. Busca-se, através do referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, verificar quais fatores lingüísticos e extralingüísticos que atuam na alternância entre as formas *a~para~Ø* para a expressão de conteúdo dativo, além de relacionar o fenômeno ao debate sobre as origens do português brasileiro.

ABSTRACT: The regularity underlying variation in the use of dative complements of ditransitive verbs in speech samples of rural communities from Goiás is investigated in this work. Through quantitative sociolinguistic approach, it aims to verify which linguistic and social factors act in the alternance among *a~para~Ø* forms to express dative content besides bringing this variable phenomenon into relation to the discussion concerning to the structural origins of Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito principal analisar um processo de variação sintática subjacente à expressão de complementos indiretos dativos de verbos bitransitivos. Coerentemente com os postulados teóricos da Sociolinguística Variacionista, o fenômeno variável foi observado no seio de comunidades de fala rurais

* Doutorando em Letras e Linguística. Professor da Faculdade de Letras/Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Goiás. Este trabalho é uma versão sintetizada dos resultados apresentados na dissertação de Mestrado *A variação na expressão do dativo em variedades lingüísticas rurais goianas* apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, em agosto de 2007

goianas, a saber as comunidades dos Almeidas, de Pombal, de Traíras e de Acaba Vida/Fazt tudo¹. Na variedade lingüística destas comunidades de fala, algumas formas se alternam para a expressão do conteúdo dativo, como nos seguintes exemplos: “João deu um livro *a* Maria”, “João deu um livro *para* Maria” e “João deu \emptyset Maria um livro”. Assim, o foco deste estudo é, mais precisamente, o uso variável das preposições *a* e *para*, e também da ausência da preposição, representada por \emptyset , para a introdução de complementos dativos. Entre os principais objetivos está a busca por fatores lingüísticos e/ou extralingüísticos que influenciam o uso das formas em variação.

O fato de a variação no uso de preposições ser relacionada com os possíveis processos que deram origem ao português brasileiro serviu como motivação inicial para a realização desta investigação. Assim, este trabalho dedica-se também a inserir o fenômeno em foco no debate mais amplo acerca das origens estruturais do português brasileiro (PB). A linha argumentativa deste trabalho é que a variação sincrônica analisada tem sua origem na própria evolução do sistema português, desde fases arcaicas, e não no contato com línguas africanas em solo brasileiro.

1. As construções dativas

Em português, língua que tem no latim sua origem, reconhecem-se, tradicionalmente, as construções de complementos indiretos como as codificadoras das relações dativas. Segundo Rocha Lima (1976, p. 219), o objeto indireto é o “complemento verbal que representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza”. As principais características desse complemento verbal, conforme Rocha Lima (loc. cit.), são: é introduzido pela preposição *a* e, às vezes, por *para*; corresponde, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe* e *lhes*; e, não admite, salvo em raras exceções, a passagem para a voz passiva.

¹ Para informações mais detalhadas acerca da sócio-história destas comunidades rurais goianas remetemos o leitor a Nascimento (2007); Rezende (2000) e Pádua (2002).

Em síntese, para a tradição gramatical do português, o complemento dativo de verbos bitransitivos sempre será introduzido pela preposição *a* e, somente às vezes, pela preposição *para* (BECHARA, 2004; ROCHA LIMA, 1976); refere-se à pessoa destinada ou beneficiada pela ação verbal (BECHARA, 2004; LUFT, 2000; ROCHA LIMA, 1976); em terceira pessoa, é comutável com o pronome oblíquo átono *lhe* (BECHARA, 2004; LUFT, 2000; ROCHA LIMA, 1976); salvo em raras exceções, não admite passagem para a voz passiva (ROCHA LIMA, 1976).

Buscando generalizar as definições supracitadas para os fins deste trabalho, consideram-se como dativas as construções com verbos que denotam transferência, material ou não, e atos comunicativos (verbos de elocução) e que, semanticamente, são completados com três argumentos: um emissor (ou transmissor), um objeto (ou mensagem) transferido e um destinatário (ou receptor) da ação expressa pelo verbo (BRUYN; MUYSKEN; VERRIPS, 1999, p. 329). Esses argumentos semânticos são expressos na sintaxe, respectivamente, pelo que tradicionalmente se conhece como sujeito, objeto direto (OD) e objeto indireto (OI)².

Como a modalidade privilegiada neste estudo é a da língua portuguesa falada, algumas divergências em relação à forma do OI na língua escrita devem ser contempladas.

Um primeiro ponto de desacordo refere-se ao uso exclusivo da preposição *a* para a expressão do complemento dativo. Diversos estudos têm apontado a gradual substituição dessa preposição por *para* em contextos lingüísticos cada vez mais amplos, dos quais o dativo é um deles, e a acentuada queda do uso de pronomes clíticos no PB (cf. BISPO, 2004; OLIVEIRA, 2004; TORRES MORAIS, 2004; GOMES, 2003b, entre outros).

Além disso, estudos sobre o PB falado apresentam a possibilidade de ocorrência de OI dativo de verbos bitransitivos sem a presença de uma preposição, seja ela *a* ou *para*, e sem a presença de uma forma cliticizada. Como já exposto, é precisamente esse o objeto deste estudo, em que as formas *a*, *para* e \emptyset consideradas variantes.

² Para fins de clareza, será esta a terminologia por mim adotada neste trabalho.

2. A variação no uso de preposições introdutoras de oi dativo no pb

Nesta seção, são sumarizadas as principais contribuições referentes ao uso variável de preposições introdutoras de OI dativo de verbos bitransitivos que analisaram variedades do português brasileiro. Essas informações servirão para a formulação de novas questões referentes ao fenômeno aqui abordado, bem como para as hipóteses que nortearão a análise.

Conforme exposto, o objetivo central aqui é verificar quais são os fatores que influenciam o uso variável de preposições introdutoras de OI dativo em verbos com dois complementos na fala de comunidades rurais goianas e, mais precisamente, quais os contextos e as causas de ocorrência da variante \emptyset . No entanto, dada a relação deste fenômeno com outros do PB, novas questões complementares devem ser formuladas para uma visão mais abrangente do que se pretende investigar.

Assume-se previamente que o fenômeno abordado neste trabalho configura-se como um autêntico caso de variação lingüística. As formas *a*, *para* e \emptyset são alternativas para a expressão de um mesmo conteúdo referencial nos contextos dativos. Essa assunção refuta a idéia de que as formas alternativas estejam em variação livre (SCHER, 1996) e prevê a possível sistematização dos fatores que influenciam no uso de uma ou outra forma, ou seja, postulo que ao sistema lingüístico usado pelas comunidades de fala observadas subjaz uma “heterogeneidade ordenada” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968).

Da literatura pertinente pode-se extrair as seguintes informações, relevantes para esta investigação:

- 1) A variante \emptyset ocorre quando o OI de verbos bitransitivos representa pessoa e os complementos verbais têm traços opostos para animacidade, a coincidência desse traço nos dois complementos verbais favorece o uso da preposição; objetos com os traços [+ humano] e [+ animado] em posição final (V OD OI) tendem a ser introduzidos por preposição (NASCENTES, 1953; RAMOS, 1992; GOMES, 1996);
- 2) A adjacência de OI em relação ao V favorece a variante \emptyset , OI não-adjacente favorece a variante preposicionada; a variante \emptyset pode ocorrer, no entanto, em posição de não-

adjacência em relação ao V; a adjacência de OI em relação ao verbo pode ocorrer via deslocamento ou pela possibilidade de ocorrência de OD nulo no PB; a adjacência de OI [- animado] não é comum no PB; (SARAIWA, 1988; RAMOS, 1992; SCHER, 1996; GOMES, 1996, 2003a, 2003b);

3) A adjacência de OI em relação ao V indica um alto grau de afetamento do objeto pelo verbo e a proximidade semântico-conceptual entre esses elementos e, nesses casos, as formas preferidas são \emptyset e *para*. A primeira por representar a relação direta entre verbo e OI, a segunda por ser mais transparente semanticamente do que *a* para expressar o conteúdo dativo. A maior frequência de *para* em relação à forma \emptyset neste contexto, deve-se ao estigma social atribuído à segunda (SARAIWA, 1988; GOMES, 1996, 2003b);

4) A previsibilidade da relação estabelecida pela preposição dispensaria sua codificação lingüística, pois a significação seria preservada pela relação entre V e OI (SARAIWA, 1988);

5) O uso dos clíticos no PB relaciona-se com o uso da preposição *a*, logo o decréscimo no uso dos clíticos favorece o uso da preposição *para*. A ausência de estruturas com redobro clítico no PB embasa essa relação (RAMOS, 1992);

OI representado por uma oração, em estruturas do tipo V SN SO, favorece a ausência da preposição (RAMOS, 1992; GOMES, 1996);

6) OI com núcleo pronominal tende a manter a preposição (GOMES, 1996);

As formas *para* e \emptyset são inovadoras em contexto dativo, no PB, tendo mais aceitação e sendo mais usadas pelos falantes mais jovens (RAMOS, 1992; GOMES, 2003b);

7) A preposição *a* é marca de formalidade, porém a variante \emptyset é também usada por segmentos cultos da sociedade e nas modalidades escrita e falada mais formal (RAMOS, 1992; GOMES, 1996);

8) As construções V OD OI, com OI preposicionado, são mais frequentes, no PB, do que as construções V OI OD, com OI não preposicionado (SCHER, 1996; GOMES, 1996);

- 9) A ordem V OD OI é favorecida quando OI é maior do que OD em quantidade de sílabas (GOMES et ali. 2003);
- 10) Apenas verbos que admitem *a* como uma de suas possibilidades de regência admitem a variante Ø (SCHER, 1996; GOMES, 2003a);
- 11) O fenômeno constitui uma mudança em progresso no PB em direção ao uso categórico da forma *para*, a preposição *a* está se especializando em contextos mais abstratos, que não representam transferência material para um recipiente [+ humano] (GOMES, 2003b);
- 12) Verbos que podem ocorrer no discurso sem OI não admitem a forma Ø (SCHER, 1996; GOMES, 1996, 2003b);
- 13) A adjacência de OI em relação ao V deve-se à característica de tópico desse elemento (SCHER, 1996);
- 14) A ordem V OD OI, com OI preposicionado ou não, é favorecida quando o complemento dativo é maior do que OD, mais complexo e transmite informação nova (GOMES, 2003a);
- 15) O apagamento da preposição em contextos V OI OD deve-se a um fator morfofonológico (SCHER, 1996);
- 16) Verbos de significação plena que denotam transferência material favorecem a ordem canônica (GOMES et al., 2003);
- 17) O uso variável de preposição afeta não somente OI [+ humano] no papel de alvo ou beneficiário, mas também complementos locativos (GOMES, 2003a, 2003b);
- 18) OI de verbos leves também estão sujeitos à variação, apesar de nesses contextos *a* ser a preposição mais usada (GOMES, 2003a, 2003b);
- 19) A variante Ø, no PB, deve-se a um processo prévio de transmissão lingüística irregular resultante do contato entre o português e línguas africanas, durante a colonização brasileira (LUCCHESI, 2000, 2001; BAXTER; LUCCHESI, 1997; RESENDE, 2006);

20) A variação em questão já se configurava na fase arcaica do português e, sua configuração no PB, deve-se ao fenômeno secular da deriva natural (TEIXEIRA, 1944; GOMES, 2003a).

Como visto, fatores como a ordem dos complementos no SV, as características semânticas e morfológicas dos complementos e a característica semântica da relação entre V e seus complementos parecem ser fatores decisivos na variação entre o uso e a omissão da preposição.

Além disso, fatores extralingüísticos, como faixa etária, graus de formalidade contextual e escolaridade sugerem contextos específicos de uso de uma ou de outra forma em questão, bem como apontam uma possível mudança no PB.

3. O envelope da variação e a origem dos dados

Para a composição do *envelope da variação*, foram postuladas variáveis dependentes de caráter enéario (com mais de três variantes: *para~a~Ø~clíticos dativos*) e variáveis dependentes binárias (com duas variantes: *ausência x presença de preposição*), de acordo com os objetivos das etapas de análise quantitativa.

Tendo como base os resultados dos estudos sobre a variação na expressão do dativo, apresentados acima, foram postuladas variáveis independentes lingüísticas que poderiam explicar a ocorrência da variação, a saber: i) *adjacência de OI em relação ao V*; ii) *presença explícita ou não de OD no sintagma verbal*; iii) *característica semântica do OI*; iv) *característica morfológica do OI*; v) *característica morfológica do OD, quando presente no SV*; vi) *status informacional do OI*; vii) *status informacional do OD, quando presente*; viii) *coincidência fonética entre a vogal final do verbo e a preposição a*; ix) *relação semântica entre V e objetos e x) pessoa do discurso de OI*.

Além dessas variáveis independentes de caráter lingüístico, variáveis extralingüísticas foram postuladas para a percepção da dimensão social da variação. As variáveis extralingüísticas utilizadas foram: *sexo, faixa etária, informante* (para a

análise dos dados da comunidade dos Almeidas) e *comunidade de fala* (para a análise dos dados das quatro comunidades em conjunto).

O Quadro 1 abaixo apresenta o número de informantes da comunidade dos Almeidas e sua estratificação quanto às variáveis sociais *sexo*, *escolaridade* e *faixa etária*, de acordo com a situação de cada falante:

SEXO	Nº DE INF.	FAIXA ETÁRIA	Nº DE INF.	ESCOLARIDADE ^{3/}			
				Nº DE INF.	EF 1	EF2	EM
MULHERES	10	22 – 28 ANOS	3	2	-	1	-
		38 – 50 ANOS	3	2	1	-	-
		55 – 76 ANOS	4	1	-	-	3
HOMENS	10	22 – 28 ANOS	3	2	-	-	1
		38 – 50 ANOS	4	3	1	-	-
		55 – 76 ANOS	3	1	-	-	2
TOTAL	20	—	20	11	2	1	6

QUADRO 1 – Distribuição dos informantes da comunidade dos Almeidas por *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*.

O Quadro 2 abaixo apresenta a composição social da amostra das comunidades que serviram como complemento à pesquisa:

³ As abreviaturas tem os seguintes significados: EF1: primeira fase do Ensino Fundamental; EF2: segunda fase do Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; AN: analfabetos.

AMOSTRA	Nº DE INF.	MULHERES	HOMENS	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
POMBAL	15	6	9	30-90	ANALFABETOS/ SEMI-ANALFABETOS
TRAÍRAS	3	1	2	57-74	ANALFABETOS/ SEMI-ANALFABETOS
ACABA VIDA/ FAZ TUDO	3	-	3	70-77	ANALFABETOS/ SEMI-ANALFABETOS
TOTAL	21	7	14	_____	_____

QUADRO 2 - Distribuição dos informantes das comunidades de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo, por *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*.

Como o uso variável de preposições aqui abordado tem possíveis correlações com as origens do PB, uma análise diacrônica, de caráter qualitativo, será realizada com o objetivo principal de verificar se as variante *para* e \emptyset já existiam no sistema do português arcaico em contextos dativos. Essa investigação pode lançar alguma luz sobre as possíveis origens de fenômenos variáveis no português brasileiro. Como mencionado, de um lado encontra-se o argumento de uma origem relacionada com o contato com línguas africanas, do outro, postula-se a existência dessa forma no sistema português desde antes de seu contato massivo com línguas africanas no Brasil. Acredito que, longe de serem inequívocos, os dados diacrônicos sejam imprescindíveis para o esclarecimento da variação em questão no que se refere às características estruturais do PB sincrônico.

Os textos arcaicos utilizados neste trabalho foram os seguintes: i) **Século XIII**: *Foro Real de Afonso X* (FRAX), de finais do século XIII, editado pela equipe do Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR; ii) **Século XIV**: *Flos Sanctorum* (FLOS), provavelmente escrito antes de 1385, editado por Américo Vênancio Machado Filho, membro da equipe do Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR; iii) **Século XV**: *Chronica delRey D. Affonso Henriques por Duarte Galvão* (CRAH), escrito na segunda metade do referido século e editado pelo

projeto Corpus Histórico Tycho Brahe⁴; iv) **Século XVI**: *Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey D. Manoel* (CPVC), de 1500, editada por Jaime Cortesão.

A seleção dos textos foi aleatória, respeitando apenas o critério de terem sido produzidos em momento anterior ao contato massivo do português com línguas africanas.

A seção seguinte apresenta os principais resultados da análise variável sincrônica da fala das comunidades rurais observadas neste estudo.

4. A análise da variação

4.1. Análise quantitativa da amostra de fala da comunidade dos Almeidas

Visando à verificação da distribuição das formas de expressão do OI dativo de verbos bitransitivos na comunidade dos Almeidas, procedeu-se a uma análise inicial com uma variável dependente *eneária*, isto é, com quatro variantes. O objetivo foi observar a distribuição das formas *a~para~Ø~clíticos* na fala da comunidade dos Almeidas em função de variáveis sociais. Nesta primeira etapa, as variáveis independentes foram *sexo*, *faixa etária* e *informante*. A postulação da variável *informante* teve como objetivo observar de forma mais detalhada a distribuição das variantes no comportamento lingüístico de cada falante para que relações mais seguras quanto ao grau de escolarização pudessem ser elaboradas.

Foram analisadas nesta etapa 205 ocorrências de OI dativo em verbos bitransitivos, referentes à fala de 20 informantes da comunidade dos Almeidas. A baixa presença dessas construções na modalidade oral reflete a baixa frequência de verbos usados bitransitivamente em decorrência de fatores diversos, como a possibilidade de recuperação contextual do complemento indireto ou a preferência por construções transitivas diretas em contextos dialógicos, e parece seguir os mesmos padrões de

⁴ Disponível em <http://www.ime.usp.br/~tycho/cgi-bin/getversion.pl>, acesso em 25/10/2006.

complementação verbal do PB culto, como aponta o estudo de Dillinger et al. (2002, p. 294), no qual os resultados de frequência mostraram que as construções com dois complementos verbais se restringem a menos de 20% das 398 ocorrências de complementação verbal analisadas. A Tabela 1 abaixo apresenta a frequência de cada uma das formas variantes na comunidade dos Almeidas:

VARIANTES	Nº DE OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA EM (%)
PARA	151	74%
A	2	1%
Ø	15	7%
CLÍTICO	37	18%
TOTAL	205	100%

TABELA 1 – Distribuição percentual das variantes *para-a-Ø-clítico* na comunidade de fala dos Almeidas

As frequências apresentadas na Tabela 1 indicam, de forma geral, que a gramática da comunidade de fala dos Almeidas não prescinde da codificação do dativo, seja por um elemento preposicional (75% das ocorrências), seja pela presença de um pronome clítico (18% das ocorrências). A ausência de qualquer marca formal de dativo corresponde a apenas 7% das ocorrências. A distribuição percentual das variantes indica que a preposição *para* é a preferida para introduzir OI dativo de verbos bitransitivos na comunidade de fala dos Almeidas (74%). A segunda forma mais usada para a codificação do conteúdo dativo nesse contexto é os pronomes clíticos (18%) de primeira e segunda pessoas do singular (*me/te*), sempre em posição proclítica.

A preposição *a* é a menos usada nesta comunidade. Essa preposição ocorre em apenas duas construções, o que significa um percentual de 1%. As duas únicas ocorrências da preposição *a* na amostra de fala dos Almeidas são apresentadas abaixo:

- (1) ... não a/aí se o caboco tivé devoção *a Nossa Senhora da Aparecida* é/ tem de/ faiz o pedido... [MAB55M]⁵
- (2) ... aqui eu vô falá era um... um apuro que é pidino *a Deus* pa mode chuvê... [JLS61M]

Destaca-se que, nas construções (57-58) acima, o OI tem como traço semântico o que pode ser chamado de *divinizado* e o contexto em que ocorre é mais abstrato, pois o OI não representa um receptor [+ humano] e a relação estabelecida entre o verbo e seus complementos não denota uma transferência material, o que seria o caso prototípico de construções dativas. O uso da preposição *a*, nesses contextos, assemelha-se ao de construções cristalizadas na língua, como as exemplificadas abaixo:

- (3) ... É, choveu graças *a Deus*, antonte... [JLS61M]
- (4) ... ela é viva ainda, graças *a ela* que nós tem... essa igreja sabe?... [MCP45F]

É importante notar, ainda, que as duas ocorrências da preposição *a* foram produzidas por falantes mais velhos da comunidade, como se pode ver nos símbolos que seguem os exemplos acima.

A omissão da preposição ocorre em apenas 7% dos casos e restringe-se ao OI dativo dos verbos *pedir*, *ensinar*, *perguntar* e *dar*. Algumas das ocorrências com omissão de preposição em contexto dativo são apresentadas abaixo:

- (5) ... É:... aí eza pidia Ø ele pa dexá eu í: com eza no pagode... aí eu ía mai' ele de/ ele dexava e (falava) assim “ó... ela pode í: c'ocêis, mas dançá não”... [RAB76F]
- (6) ... “eu vô ensiná Ø ocê os remédio, cê mêmo faiz... [JPB50M]
- (7) ... É, pergunta Ø ele alguma coisa... [LAR41M]

⁵ Os símbolos usados para identificar os falantes correspondem, respectivamente, às três iniciais do nome, à idade e ao sexo.

(8) ... “não, tem que dá Ø ele um: uma trem assim pa laxante”... [MLA39F]

Em função da variável extralingüística *sexo*, os dados de fala da comunidade dos Almeidas demonstraram total equilíbrio. Homens e mulheres seguem o mesmo padrão de uso, os valores tanto para homens quanto para mulheres são muito próximos, bem como a frequência de cada uma das variantes. Tanto homens quanto mulheres utilizam mais a variante *para* (73% para homens e 74% para mulheres), seguida do uso de clíticos (19% e 17%, respectivamente), da forma sem preposição (6% e 9%) e da preposição *a* (2% para homens e 0% para mulheres). A ausência da preposição é levemente favorecida na fala das mulheres (3% a mais do que na fala masculina), que, por sua vez, não apresentou nenhuma ocorrência da variante *a*.

A variável *para* é a mais usada em todas as três faixas etárias, apresentando o percentual de 74% para os falantes mais velhos, um leve decréscimo em relação à faixa etária intermediária (68%) e um aumento na faixa etária mais jovem (82%). O uso de clíticos dativos tem percentual mais alto na faixa dos 38-50 anos, e menor nas demais faixas etárias. A preposição *a*, em apenas duas ocorrências, é usada por falantes da faixa etária entre 55 e 76 anos, não ocorrendo nas outras faixas etárias. A omissão da preposição ocorre nas três faixas, apesar de um baixo percentual em relação ao total de uso das variantes pode-se perceber que essa variante ocorre mais entre os mais velhos (10%) e decresce paralelamente aos níveis etários, com um percentual de 8% na faixa intermediária e de 2% entre os mais jovens, de 21 a 28 anos.

Esses números podem ter implicações relevantes se interpretados numa perspectiva de *tempo aparente*. As tendências observadas indicam que a gramática da comunidade dos Almeidas caminha em direção à manutenção do nexos preposicional, sendo *para* a forma preferida. A maior frequência geral dessa preposição na comunidade, e também em relação aos falantes mais jovens, indica que há uma mudança em progresso e que ela está direcionada para o uso categórico da preposição *para*. Corroborar essa hipótese a queda no uso das outras três formas variantes. A preposição *a* é usada apenas por falantes mais velhos, não ocorrendo na fala das faixas intermediária e jovem. As duas únicas ocorrências dessa preposição na amostra dos Almeidas indicam uma construção cristalizada na língua, como mencionado

anteriormente. É também na faixa etária mais velha que pode ser observado o maior índice de omissão da preposição, que decresce paralelamente com a idade dos informantes.

Ao que parece, esses resultados para a variável *faixa etária* podem estar diretamente relacionados com o grau de escolarização dos falantes. A maior frequência de omissão da preposição em contexto dativo ocorre, como visto, na fala de informantes mais velhos. A distribuição das frequências em função da variável *informante* mostrou que na faixa etária entre 55 e 76 anos estão os falantes com o menor grau de escolarização e que o maior número de omissões de preposição está presente na fala desses indivíduos, em sua maioria analfabetos ou com no máximo três anos de escolarização. Das 15 ocorrências nulas de preposição, 12 apresentam-se na fala de pessoas com menos de três anos de escolarização e apenas 3 na fala de informantes que cursaram até a quarta série do Ensino Fundamental.

A preposição *para* está presente de maneira predominante na fala de todos os informantes, independentemente do grau de escolarização. Os três falantes com maior nível de escolaridade (5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) apresentam uso predominante dessa preposição, de 27 ocorrências analisadas, 19 apresentam a preposição *para* em 8 está presente um clítico dativo. Nenhum desses informantes com maior grau de escolarização fez uso da preposição *a* ou da variante \emptyset .

A pequena quantidade de dados analisados torna arriscado qualquer tipo de generalização quanto à influência de fatores externos na variação em questão. No entanto, pode-se postular que a omissão da preposição ocorre preferencialmente na fala de indivíduos mais velhos com baixo nível de escolaridade, isto é, de informantes analfabetos ou que frequentaram a escola até no máximo a terceira série do Ensino Fundamental.

Uma segunda etapa da análise quantitativa teve uma variável binária como dependente: *ausência* e *presença* de preposição introduzindo OI dativo de verbos bitransitivos. Nesta etapa, os resultados quantitativos, em frequência percentual, indicaram que no geral, a comunidade dos Almeidas tem a preposição como a codificadora por excelência das relações dativas: 91% das ocorrências apresentam a preposição introduzindo OI e em apenas 9%, este conectivo não ocorre.

A adjacência em relação ao V é o contexto preferencial de ocorrência geral do OI. Das 168 ocorrências de OI dativo analisadas, 116 delas apresentam-se adjacentes ao verbo. É este também o contexto sintático que favorece a omissão da preposição: todas as 15 ocorrências de OI dativo sem a preposição ocorrem quando este elemento está adjacente à direita do verbo. Por outro lado, em todas as 52 ocorrências de OI dativo não-adjacente ao verbo há uma preposição introduzindo esse complemento. Esses resultados corroboram os de Gomes (1996, 2003a, 2003b), Saraiva (1988) e Scher (1996), que verificaram ser a adjacência o contexto preferencial, porém não exclusivo, da omissão de preposições introdutoras de OI dativo de verbos bitransitivos em algumas variedades do PB.

Na comunidade de fala dos Almeidas, a estrutura preferencial de sintagmas verbais (SV) bitransitivos é constituída pelo verbo, por objeto direto e objeto indireto. Do total de 168 ocorrências, 100 delas apresentam OD expresso e apenas em 68 o OD é nulo. Ao contrário do esperado, são as construções que apresentam OD expresso que favorecem a variante \emptyset : 10 ocorrências do total de 15. Neste contexto, a adjacência de OI em relação ao verbo é propiciada pelo deslocamento do OD para o final do SV.

Nas 100 ocorrências em que está expresso, pode-se constatar a preferência por OD de núcleo lexical (56 em 100 ocorrências) e por OD oracional (41 em 100). Objetos diretos com núcleo pronominal apresentaram baixíssima frequência (3 ocorrências). A variante \emptyset ocorre apenas em construções verbais com OD de núcleo lexical (8 das 56 ocorrências) e com OD expresso por uma oração (2 em 56 ocorrências).

Um padrão pode ser observado em relação às construções com OD oracional: das 41 construções com esse tipo de complemento, a maior parte ocorre como complemento do verbo *falar* e, na comunidade de fala dos Almeidas, este verbo impede a omissão da preposição. Nenhuma ocorrência da variante \emptyset ocorre com esse verbo, como exemplificado abaixo:

(9) ... aí eu *falo pr'os meus minino*: “oh, ocêis hoje tá é na glória, puquê quanto eu criei ocêis... é: foi naquele trabai tremendo. Cumo di/ pa criá ocêis, agora hoje não, hoje em dia cêis tá na boa aí, na glória”... [JLS61M]

(10) ... aonde tem esse murão que eu tô *falano pr'ocêis*... [MAB55M]

Assim, a variante \emptyset é favorecida em contextos em que o OD está explícito, depois de OI e tem núcleo lexical (8 de 15 ocorrências), como nas seguintes ocorrências:

(11) ... aí, pidi \emptyset caboco o pôso lá... [MAB55M]

(12) ... é, pergunta \emptyset ele alguma coisa... [LAR41M]

(13) ... eu vô ensiná \emptyset ocê os remédio cê mêmo faiz... [JPB50M]

Quanto à composição morfológica do OI, observa-se que este pode apresentar núcleo pronominal (109 de 168 ocorrências) ou lexical (59 de 168 ocorrências), podendo a variante \emptyset ocorrer nos dois contextos. Nenhum deles, no entanto, parece influenciar a ocorrência das variantes.

Os OI dativos na comunidade dos Almeidas têm como traços semânticos principais [+ animado] e [+ humano]. Estas características semânticas são as prototípicas para complementos dativos e representam de forma mais transparente o receptor da ação expressa pelo verbo. Na amostra de fala da comunidade dos Almeidas, os OI com esses traços correspondem à maioria absoluta das ocorrências (152 em 168 ocorrências). É este também o traço semântico que mais propicia a ocorrência da variante \emptyset : dos 15 casos de \emptyset , 12 ocorrem quando o objeto indireto representa um receptor [+ animado] e [+ humano]. Objetos indiretos com traços [- animado], [- humano] e [divinizado] restringem a ocorrência de \emptyset . Juntos, os complementos com esses traços ocorrem em 16 casos apenas e propiciam a ocorrência da variante \emptyset em apenas 3 deles, em casos com características específicas. As sentenças abaixo exemplificam essas ocorrências:

(14) ... fazê um postim, pidí \emptyset *prefeitura* apoio... [JPB50M] [- animado, - humano]

(15) ... cozinhava feijão até pa dá \emptyset *os porco*... [MLA39F] [+ animado, - humano]

(16) ... ma'eu pidí Ø *o divino pai eterno* que é pra ele pô esse prego hoje... [MAR66F]
[divinizado]

Os casos de omissão da preposição em (14) e (15) podem ser explicados pelo fato de que os OI dessas sentenças, através de processos metafóricos e metonímicos, são interpretados pela comunidade como [+ animados e + humanos], traços que favorecem a variante Ø, além de a configuração sintática de adjacência em relação ao verbo propiciar um ambiente lingüístico favorável a Ø, o que também explicaria a ausência da preposição em (16).

Em relação ao *status* informacional dos objetos, os resultados quantitativos mostram que a variante Ø pode ocorrer com OI e OD com informação dada ou nova, muito embora OD com informação nova, no final de sentença, favoreça essa variante (8 em 77 casos).

Scher (1996) aponta como uma das causas da omissão da preposição em contextos bitransitivos dativos no PB a coincidência fonética entre a vogal final do verbo e a preposição *a*, tomada como a verdadeira introdutora de OI dativo. De acordo com a autora, a coincidência fonética entre esses elementos propiciaria o fenômeno da crase, ocasionando a omissão da preposição. Para a amostra de fala da comunidade dos Almeidas, esse fator demonstrou-se atuante, porém não decisivo, na variação no uso de preposições. Das 15 ocorrências de Ø, 10 estão em contexto de coincidência fonética, como nos exemplos abaixo:

(17)... é, pergunta Ø ele alguma coisa... [LAR41M]

... é, perguntA (A) ele alguma coisa...

(18)... e pidia Ø ele pôso, né?... [ZAB27F]

... e pidiA (A) ele poso, né?...

No entanto, como aponta Gomes (2003b), em alguns contextos em que ocorre a omissão de preposição não há a coincidência fonética destacada acima, como nas seguintes ocorrências da fala dos Almeidas:

(19) ... dí [dei] Ø ele o sabão de bola... [MLA39F]

(20) ... aí, pidi Ø o caboco o poso lá... [MAB55M]

Segundo Gomes (2003b, p. 86), a reestruturação silábica provocada pela coincidência fonética entre a vogal final do verbo e a preposição seria uma consequência da supressão da preposição e não sua causa.

Os tipos de relação semântica entre verbo e objetos que mais propiciam a ocorrência de construções dativas designam atos comunicativos (*pedir, perguntar*) e transferência material de algo para algum receptor (*dar*). E são esses também os contextos mais prototípicos de construções dativas. É também em construções desse tipo que mais ocorre a omissão da preposição. Casos em que a relação entre o verbo e seus complementos representa uma transferência não-material (*ensinar*) são menos freqüentes, e apresentam pouco uso da variante Ø.

4.2. Análise quantitativa das amostras de fala das comunidades dos Almeidas, de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo

Visando a analisar a ocorrência da variação no uso de preposições introdutoras de OI dativos de verbos bitransitivos em outras comunidades rurais goianas, procedeu-se a uma análise quantitativa das amostras de fala das comunidades rurais de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo. O objetivo central desta expansão da amostra é observar se os mesmos fatores lingüísticos atuam da mesma forma tanto na comunidade de fala dos Almeidas, quanto nas outras comunidades. Esse procedimento, além de aumentar o número de ocorrências sob análise, fornece maior confiabilidade para as possíveis generalizações sobre as variedades lingüísticas rurais goianas.

Numa primeira etapa, da mesma forma como procedeu-se com a amostra de fala dos Almeidas, foi postulada uma variável dependente eneária para que também fosse observada a distribuição das variantes *para-a-Ø-clíticos* nas comunidades de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo. Nesta etapa, foram analisadas 115 ocorrências relativas às três comunidades, além das 205 ocorrências da comunidade dos Almeidas.

A Tabela 3 abaixo apresenta a distribuição percentual das variantes em função das comunidades de fala:

Comunidades	Para	A	Ø	Clíticos	Total
Almeidas	151/74%	2/1%	15/7%	37/18%	205/100%
Pombal	46/75%	1/2%	5/8%	9/15%	61/100%
Traíras	34/79%	0/0%	5/11%	4/10%	43/100%
Acaba Vida/ Faz Tudo	6/50%	3/25%	3/25%	0/0%	12/100%
TOTAL GERAL	237/74%	6/2%	28/9%	50/15%	321/100%

TABELA 3 – Distribuição percentual das variantes *para-a-Ø-clítico* em função da comunidade de fala.

Como pode ser observado na tabela acima, as quatro comunidades apresentam o mesmo padrão de uso das variantes. A preposição *para* é a mais usada na expressão do conteúdo dativo (74% do total geral), seguida pelo uso de clíticos dativos de primeira e segunda pessoas (15% do total), pela variante \emptyset (9% do total) e pela preposição *a* (2% do total).

Da mesma forma que ocorre na comunidade dos Almeidas, a preposição *a* se restringe a apenas contextos mais abstratos nos quais o OI representa um receptor com o traço semântico [divinizado], e não um receptor [+ animado, + humano], casos prototípicos de construções dativas. As sentenças abaixo exemplificam as únicas ocorrências da preposição *a* em todas as amostras:

(21) ... pede *a* Deus que é... [Amostra Pombal]

(22) ... a gente pede muito *a* Deus... Nossa mãe do céu que... a gente dê uma boa direção, né?... [Amostra Acaba Vida/ Faz Tudo]

(23) ... peço *a* Deus todo dia... fô da vontade de Deus... a vez um dia eu caso...
[Amostra Acaba Vida/Faz Tudo]

(24) ... peço perdon *a* Deus por essa palavra... [Amostra Acaba Vida/Faz Tudo]

Como já ressaltado, acredita-se que o uso da preposição *a* esteja restrito a construções cristalizadas na língua.

Na etapa seguinte de análise dos dados das quatro comunidades rurais, foi postulada uma variável dependente binária: *presença x ausência* de preposição introduzindo OI dativo em contexto bitransitivo. Também nesse caso, foram retiradas as ocorrências de dativo expresso por pronomes clíticos. As mesmas variáveis independentes lingüísticas utilizadas na análise dos dados da comunidade dos Almeidas foram utilizadas para a observação da variação nas quatro comunidades como um todo. Uma variável de caráter extralingüístico foi acrescentada, para verificar se uma ou outra comunidade favoreceria a variante \emptyset . Para essa etapa, foram enviadas 271 ocorrências para análise estatística. Desse total, 243 (90%) apresentam a preposição *e*, em 28 delas (10%), esse conectivo é omitido.

Como para a comunidade dos Almeidas, a adjacência de OI em relação ao verbo mostrou-se bastante influente. A Tabela 4 abaixo apresenta as freqüências de uso das variantes em função da adjacência de OI em relação ao verbo:

Adjacência de OI em relação ao verbo	Presença de preposição	Ausência de preposição	Total
OI adjacente à direita do verbo	161/87%	25/13%	186
OI não-adjacente ao verbo	82/96%	3/4%	85
TOTAL	243/90%	28/10%	271/100%

TABELA 4 – Distribuição das variantes em função da adjacência de OI em relação ao verbo.

A adjacência de OI em relação ao verbo é o contexto sintático em que mais ocorrem OI dativos (186 de 271 casos) e também o que mais favorece a variante \emptyset . Dos 28 casos de \emptyset , 25 ocorrem quando o OI está adjacente à direita do verbo e em apenas 3

casos o OI está em posição não-adjacente ao verbo. As 3 únicas ocorrências da variante Ø em contexto de OI não-adjacente ao verbo são apresentadas abaixo:

(25) ...a gente pede muito a Deus... Ø *Nossa Mãe do céu* que... a gente dê uma boa direção, né?... [Amostra Acaba Vida/Faz Tudo]

(26) ...aí ele contô a história cumé que é pra ma/ meu pai... Ø *minha mãe*... [Amostra Traíras]

(27) ... ele chegô... isso eu lembro, minha mãe pa tirá a mão dele assim da rédea assim do/do cavalo, teve que dá água Ø *ele* primêro... [Amostra Traíras]

Nas ocorrências (25) e (26) acima, pode-se observar que fatores de ordem discursiva influenciam a omissão da preposição. Nos dois casos, os OI dos quais a preposição é omitida são elementos coordenados a um primeiro OI e entre eles há uma pausa (marcada pelas reticências). Acredita-se que, nesses casos, o nexos preposicional do segundo OI seja recuperado pela presença da preposição introduzindo o OI anterior.

Na sentença em (27) a omissão da preposição *a* pode ser explicada se considerado o fator fonético mencionado na seção anterior. Nesse caso, a vogal final do OD e a preposição podem ter sido fundidas num único som, provocando o apagamento da preposição:

(28) ...teve que dá água **(A)** ele primêro...

Em relação aos demais fatores observados, constatou-se que os mesmos fatores que atuam no favorecimento da variante Ø na comunidade dos Almeidas atuam nas quatro comunidades rurais como um todo. Assim, contextos em que o OD está explícito no sintagma verbal favorecem a variante Ø (19 dos 28 casos de Ø); OI com traços semânticos [+ animado] e [+ humano] são os que mais propiciam a omissão da preposição (24 dos 28 casos de Ø); da mesma forma que na comunidade dos Almeidas,

sentenças com OD explícito de núcleo lexical favorecem a variante Ø (12 de 19 ocorrências).

No tocante à morfologia do OI, a análise dos dados das quatro comunidades de forma conjunta mostrou que sentenças com complementos indiretos pronominais favorecem a ausência da preposição (18 das 28 ocorrências).

Apesar de a variante Ø ocorrer tanto com OI e OD que transmitem informação nova ou dada, pode ser observado que OD com informação nova favorece ligeiramente a ausência da preposição (14 de 19 casos).

Em relação ao tipo de relação semântica entre verbos e complementos, observa-se que são os verbos que denotam algum tipo de comunicação que são os mais recorrentes no geral das amostras e também os que mais propiciam a ocorrência da variante Ø (15 de 28 casos).

Objetos indiretos de 3ª pessoa do singular são os que mais favorecem Ø (20 em 28 casos de Ø), ao passo que com as 1ª pessoa do singular e 2ª do plural há uso categórico de preposição.

A distribuição da variante Ø em função da variável *comunidade de fala* demonstrou equilíbrio para as comunidades dos Almeidas, de Pombal e Traíras, com uma média percentual de 10%. A comunidade de Acaba Vida/Faz Tudo apresentou um índice da variante Ø de 23% o que, ao que tudo indica, deve-se à pouca ocorrência de construções dativas na amostra desta comunidade, não podendo, por esse motivo, ser uma evidência inequívoca de que a variante Ø é mais recorrente nessa comunidade do que nas outras. A Tabela 5 abaixo apresenta as frequências das variantes em função da variável *comunidade de fala*:

Comunidade de Fala	Presença de preposição	Ausência de preposição	Total
Almeidas	153/91%	15/9%	168/100%
Pombal	46/90%	5/10%	51/100%
Traíras	34/87%	5/13%	39/100%
Acaba Vida/Faz Tudo	10/77%	3/23%	13/100%
TOTAL GERAL	243/90%	28/10%	271/100%

TABELA 5 – Distribuição das variantes em função das comunidades de fala.

A análise multidimensional, a que fornece pesos relativos para a atuação de cada fator dos grupos de fatores postulados como variáveis independentes e também verifica a influência da interação entre os diversos grupos de fatores na configuração da variação, selecionou como variáveis estatisticamente relevantes a *adjacência de OI em relação ao verbo* e a *constituição morfológica de OD*. Na Tabela 6 são apresentados os resultados estatísticos para os grupos de fatores selecionados como relevantes na aplicação da regra de omissão da preposição, com *input* de 0.13:

VARIÁVEIS	Fatores	Ausência de preposição		
		Nº de ocorrências	%	Peso relativo
Adjacência de OI em relação ao V	OI adjacente	25/159	15%	0.73
	OI não-adjacente	3/75	4%	0.10
Morfologia do OD	OD oracional	6/64	9%	0.21
	OD lexical	12/83	14%	0.73

TABELA 6 – Valores de frequência e de aplicação da variante \emptyset em função das variáveis *Adjacência de OI* e *Morfologia de OD*.

Como antecipado pelos valores percentuais, a adjacência de OI em relação ao verbo é o contexto sintático que mais favorece a ocorrência de \emptyset . Nesse contexto, o valor do peso relativo é de .73, o que indica o favorecimento da omissão da preposição. A atuação desse fator é realçado pelo peso relativo referente ao contexto de não-adjacência, com valor relativo de .10, medida essa bastante inferior.

Da mesma forma, construções com OD de núcleo lexical favorecem a ocorrência de \emptyset . O valor do peso relativo para esse contexto é de .73, medida que indica forte favorecimento desse fator na omissão da preposição em contextos dativos.

O fato de construções com OD de núcleo lexical favorecerem a variante \emptyset parece se relacionar com a característica morfológica do OI, apesar de este fator não ter sido selecionado como estatisticamente relevante. Nas amostras de fala analisadas, a maior ocorrência de \emptyset é com OI que tem um pronome como núcleo. Nesses casos, os pronomes têm função anafórica, ou seja, retomam formalmente o receptor da ação verbal, já apresentado anteriormente no discurso, como no exemplo abaixo:

(29) ...não, tem que dá Ø *ele* [ao filho] um: trem assim *pa/laxante*... [MLA39F]

Pelo fato de um pronome ser menos claro do que um nome para desempenhar a função semântica de receptor da ação verbal, nas ocorrências da variante Ø, em que não há uma preposição indicadora do OI dativo, um OD com núcleo lexical evita uma possível ambigüidade que poderia ser gerada caso esse elemento também fosse pronominal, como exemplificado abaixo:

(30) ... dei Ø *ele* um sabão de bola...

* dei Ø *ele* ele... (isso, aquilo, etc.)

O OD de núcleo lexical transmite de forma mais clara a noção de algo transferido, ou comunicado, e, por isso, ocorre sempre que um OI pronominal é usado em casos da variante Ø. Das 18 ocorrências da variante Ø com OI pronominal, 9 apresentam OD lexical, 3 OD oracional e 6 não apresentam OD foneticamente realizado. Nenhuma ocorrência da variante Ø em toda a amostra apresenta OD com núcleos pronominais.

Confirma essa hipótese o fato de que em todas as 5 ocorrências de OD pronominal da amostra a variante utilizada é a preposicionada. Nesses casos, apresentados em (31) a (35) abaixo, em que o OD tem conteúdo menos transparente, há uma preposição para indicar de forma clara o complemento dativo da sentença.

(31) ...e meu pai conta isso de vez em quando *pa nós* aí... [Amostra Almeidas]

(32) ...contano isso *p'os ôto*... [Amostra Almeidas]

(33) ...ah, isso/isso aí é mêi difícil de explicá *pra senhora*... [Amostra Pombal]

(34) ...isso aí... num sei contá *pa senhora* não... num sei... [Amostra Pombal]

(35) ...aí depois pegô vendeu ele *pra mim*... [Amostra Traíras]

Os resultados quantitativos apresentados nesta seção, apesar de fornecerem evidências precisas dos contextos que favorecem a ocorrência da omissão da preposição introdutora de complementos dativos de verbos bitransitivos, não respondem a uma questão fundamental, o porquê de este fenômeno ocorrer na fala das comunidades observadas, ou seja, há uma explicação lingüística geral para o não uso de um elemento lingüístico em um contexto em que ele seria esperado?

Na seção seguinte, retomam-se os principais resultados quantitativos ora apresentados e busca-se interpretá-los a partir de princípios mais gerais que acredita-se estar atuando na configuração do fenômeno variável.

4.3. Uma explicação funcional para a variação

Os resultados quantitativos referentes à variação no uso de preposições introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos apresentados na seção anterior podem, ao meu ver, ser explicados a partir da ação conjunta de três princípios funcionais: a *prototipia*, a *motivação icônica* e a *motivação econômica*.

Como visto, na maioria dos casos em que há um complemento dativo na fala das comunidades observadas, as construções podem ser classificadas como prototípicas da relação dativa, ou seja, a maior parte das construções estabelece uma relação de transferência material ou um ato comunicativo, em que algo, ou uma mensagem, é transferido para um receptor [+ animado] e [+ humano]. Na sintaxe dessas construções, a prototipicidade é confirmada com o maior número de SV composto por V OD e OI. O número de construções com OD nulo é bem menor do que o número de construções com OD realizado foneticamente. Relações de transferência não-material, menos prototípicas, ocorrem, também, com menor frequência.

A variante não-preposicionada ocorre com maior frequência exatamente em contextos que podem ser classificados como mais prototípicos, isto é, em construções que expressam um ato comunicativo ou uma transferência material e que têm um receptor com os traços semânticos [+ animado] e [+ humano]. Essa variante é

favorecida ainda, em construções que apresentam OD realizado foneticamente e com núcleo lexical.

Acionando os princípios da *prototipia* e da *motivação econômica*, interpreta-se essa configuração lingüística como uma maneira de os falantes codificarem com menos forma conteúdos previsíveis, ou seja, o fato de a variante não-preposicionada ocorrer com maior frequência em contextos mais prototípicos possibilita a manutenção da relação dativa entre o verbo e seu OI, mesmo sem a presença de uma preposição atribuidora de caso e sem a perda de conteúdo referencial, condição que sustenta a noção de variação lingüística laboviana.

A preferência pela posição de adjacência dos complementos dativos em relação ao verbo pode ser compreendida se interpretada a partir da atuação do princípio da *motivação icônica*. A proximidade formal do OI em relação ao verbo diminui a distância conceptual entre esses elementos e sinaliza maior afetamento do complemento dativo pelo verbo. Se observadas apenas as construções em que a preposição é omitida, torna-se mais nítida a atuação desse princípio.

Conforme exposto, complementos dativos são afetados indiretamente pela ação expressa pelo verbo, logo a existência de uma partícula atribuidora desse caso, no caso do português, uma preposição. A posição de adjacência aliada à omissão da preposição faz com que OI dativos sejam interpretados como complementos acusativos, isto é, diretamente afetados pela ação verbal, configuração essa que aumenta o grau de transitividade do verbo, bem como a integração entre V e OI.

A maior ocorrência de \emptyset com OI pronominais de terceira pessoa pode, ainda corroborar essa interpretação. Os pronomes em função de OI retomam um referente lexicalmente expresso no discurso, são, por isso, menos transparentes do que um item léxico que remete diretamente ao receptor da ação verbal. A adjacência em relação ao V pode, por esse motivo, atuar na interpretação dativa desses elementos pronominais mesmo que seu referente não possa ser recuperado contextualmente, isto é, mesmo que o conteúdo referencial do pronome não possa ser recuperado no contexto, sua proximidade formal com o verbo dativo faz com que ele seja interpretado como o receptor da ação. O fato de OD lexicais serem mais frequentes com OI adjacentes não-preposicionados evita qualquer possibilidade de ambigüidade semântica entre os

complementos, uma vez que a interpretação desses elementos como marcados com caso acusativo é mais nítida.

A terceira pessoa do discurso representa um participante fora do momento de interação verbal, na qual atuam com maior força a primeira e a segunda pessoas. Os resultados quantitativos apontaram para um favorecimento da variante \emptyset quando o OI é de terceira pessoa e a presença categórica de preposição quando o OI é de primeira pessoa. Estando fora da situação discursiva, a adjacência de OI sem preposição pode ser interpretada como uma forma de trazer uma pessoa de fora do discurso para o contexto de interação, de maneira mais clara, formalmente explícita e iconicamente motivada, como nos seguintes exemplos:

(36) ... pidia \emptyset ele pôso, né?... [ZAB27F]

(37) ... pergunta \emptyset ele alguma coisa... [LAR41M]

(38) ...di \emptyset ele o sabão de bola... [MLA39F]

Uma contraprova a esta interpretação, no entanto, pode ser levantada: os 90% de uso da variante preposicionada no total geral de ocorrências de complementos dativos na fala das comunidades analisadas. Mesmo em contextos mais prototípicos e de adjacência de OI em relação ao V, os falantes privilegiam o uso da preposição como codificadora do dativo, especialmente o uso da preposição *para*. A pergunta que se coloca é: por que a variante \emptyset ocorre num percentual tão baixo, mesmo com ampla possibilidade de maior uso?

Ao que tudo indica, duas razões interdependentes explicam esse estado de coisas. Uma explicação é de caráter extralingüístico, ou social, outra de caráter lingüístico, mas relacionada intrinsecamente com a primeira.

A análise quantitativa da variação na comunidade de fala dos Almeidas mostrou que a ocorrência da variante \emptyset é mais freqüente na fala de idosos e, conseqüentemente, devido à constituição da amostra, na fala de indivíduos menos escolarizados. Como apontado por Gomes (1996 e 2003b), a omissão da preposição, por estar relacionada

com a fala de indivíduos não-escolarizados, ou com baixo nível de escolarização, pode ser avaliada negativamente pela comunidade de fala, o que explica a ocorrência maior da variante preposicionada. Para a comunidade dos Almeidas, confirmam essa interpretação o fato de os falantes mais escolarizados utilizarem para a expressão do dativo apenas a preposição *para* e clíticos dativos, no caso de primeira e segunda pessoas do singular, e a preferência dos mais jovens, e mais escolarizados, pelo uso de preposição *para*. Evitando o uso de uma variante estigmatizada, os falantes buscam uma preposição que tenha um significado mais claro, ou transparente, para a expressão do dativo, ou seja, a preposição *para* em detrimento da preposição *a* e de clíticos, também com baixo percentual de ocorrência em relação à preposição *para*.

Gomes (2003b) ressalta que a preposição *a* tem se restringido a contextos mais abstratos e mais formais de uso. Em nenhuma das comunidades rurais aqui analisadas pode ser feita uma avaliação do uso das variantes em função do grau de formalidade da situação de produção lingüística, no entanto, o uso exclusivo de *a* em contextos nos quais o OI é uma entidade com o traço [divinizado], i.e., [- animado] e [- humano] serve como argumento para afirmação de que essa preposição, na fala rural, é usada em contextos menos concretos do que aqueles tidos como prototípicos. Como mencionado anteriormente, o uso da preposição *a*, além de bastante restrito a contextos mais abstratos, parece ainda se relacionar com construções cristalizadas na língua e que mantêm forte relação com o discurso religioso que faz parte, de maneira relativamente forte, dos domínios sociais dos moradores das comunidades rurais observadas:

(39) ... aqui eu vô falá era um... um apuro que é pidino *a Deus* pa mode chuvê...

[Amostra Almeidas]

(40) ... pede *a Deus* que é... [Amostra Pombal]

(41) ... a gente pede muito *a Deus*... Nossa mãe do céu que... a gente dê uma boa direção, né?... [Amostra Acaba Vida/Faz Tudo]

5. A variação no uso de preposições e as origens do português popular brasileiro

Como antecipado no início deste trabalho, a variação no uso de preposições introdutoras de OI dativo de verbos bitransitivos identificada na fala das comunidades rurais goianas remete a um amplo debate sobre a ORIGEM estrutural do PB, principalmente de determinados fenômenos lingüísticos variáveis que caracterizam, em maior ou menor grau, suas variedades populares. No centro deste debate, que se remete ao século XIX, está o papel desempenhado por línguas africanas em contato com o português em terras brasileiras devido ao longo processo de escravização de negros africanos. A admissão ou não da influência de línguas africanas na origem de determinados fatos lingüísticos no PB tem dividido pesquisadores brasileiros e estrangeiros em duas vias interpretativas antagônicas principais: de um lado encontram-se aqueles que advogam a influência das línguas africanas na configuração estrutural do PB e, de outro lado, aqueles que negam o contato com línguas africanas como o causador inequívoco de transformações lingüísticas no português trazido de além mar, buscando na deriva histórica natural da língua a origem de determinadas mudanças e diferenças entre a variedade brasileira e européia do português.

Atualmente no Brasil, um dos principais defensores da hipótese segundo a qual o contato com línguas africanas teria sido decisivo na formação do português brasileiro, especialmente na formação de suas variedades populares, é o pesquisador Dante Lucchesi, juntamente com seus colaboradores (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2000, 2001 e 2003 especialmente). Conforme Lucchesi (2003, p. 272),

na colonização do Novo Mundo, línguas como o espanhol, o inglês e o português passaram por um contato profundo com milhões de falantes de línguas ameríndias e africanas, durante vários séculos; tal processo histórico deu origem a variedades populares do inglês, espanhol e português que exibem muitas características estruturais que resultam de processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas. Tais características aproximam essas variedades lingüísticas das línguas pidgins e crioulas, sem, contudo, fazer delas pidgins e crioulos típicos.

Por pidgins e crioulos típicos compreendem-se, tradicionalmente e de maneira muitíssimo geral, línguas ou variedades lingüísticas surgidas a partir do contato entre grupos lingüísticos diferentes.

Lucchesi interpreta a variação no uso de preposições introdutoras de complemento indireto dativo de verbos bitransitivos, especialmente no que concerne ao uso da variante \emptyset , como uma conseqüência direta de um processo de *transmissão lingüística irregular* a partir do contato profundo e massivo do português com línguas africanas, principalmente (LUCCHESI, 2003, p. 281). Estruturas como as apresentadas abaixo foram identificadas pelo autor na fala da comunidade rural afro-descendente baiana de Helvécia, comunidade esta que mantém grandes semelhanças sócio-históricas com as comunidades dos Almeidas e de Pombal, focos deste estudo:

(42) Gente de tempo é assim, se dou \emptyset o sinhô marcriação...

(43) Com remédio, comprava purgante, dava \emptyset esses o purgante. (LUCCHESI, 2001, p. 121)

Em trabalho anterior, Lucchesi (2001, p. 120-121) deixa claro que a presença da variante \emptyset no português popular do Brasil é um caso de reestruturação original da gramática portuguesa devido ao processo de *transmissão lingüística irregular*. Os principais argumentos utilizados pelo autor para essa afirmação são o fato de o uso da variante \emptyset não ser “atestada em nenhum estágio pretérito da evolução do português” e o “notável paralelo [que] pode ser feito com os crioulos portugueses em África” (LUCCHESI, 2001, p. 121).

Por outro lado, no âmbito dos estudos sociolingüísticos que se debruçam sobre as origens de determinadas características do português brasileiro, os trabalhos de Maria Marta Pereira Scherre e Anthony Julius Naro destacam-se por levar a cabo a idéia da deriva natural da língua portuguesa. A vasta produção bibliográfica destes pesquisadores tem como base a idéia de que as características morfossintáticas e fonológicas do PB são “heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas” e não o resultado de modificações mais recentes originadas no contato com as línguas trazidas

por africanos escravizados (SCHERRE; NARO, 2007, p. 17). Na visão dos autores uma “confluência de motivações”, entendida como a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa, outras da América, outras da África – juntas, teriam se reforçado para produzir o português popular do Brasil (SCHERRE; NARO, 2007, p. 25). Para Naro e Scherre, nenhum papel relevante é atribuído a um suposto crioulo de base lexical portuguesa, entendido como uma língua falada pela comunidade negra e estruturalmente diferente da de outras etnias em contato no Brasil. Os autores destacam, ainda, forças como a deriva secular trazida da Europa, o papel dos índios e de demais etnias presentes na história do Brasil e da contribuição pidnizante dos próprios colonos portugueses (ibid., p. 26).

Scherre e Naro (2007, p. 52-53) não vêem qualquer tipo de ganho significativo na idéia de transmissão lingüística irregular. Para estes autores, “a noção atenuada de criouliização não tem conteúdo empírico, já que praticamente toda a história lingüística poderia ser classificada como subjacente a processos de criouliização em maior ou menor grau”. Os pesquisadores propõem, então, uma “abordagem conciliatória” com relação às origens do português popular do Brasil, na qual postulam que a origem primeira de fenômenos variáveis veio de Portugal e que as condições de pidnização endêmica e a aprendizagem de segunda língua em fase adulta⁶, predominante em toda a história do Brasil, mesmo antes da chegada dos escravos, aceleraram e exageraram as tendências iniciais durante o processo de *nativização* da língua portuguesa pelas comunidades falantes de outras línguas.

Por *nativização*, Scherre e Naro (2007, p. 53) compreendem a passagem de uma língua não-nativa a língua nativa de uma comunidade de fala, excluindo qualquer hipótese com relação à natureza da língua em suas formas não-nativas. Para os autores, não há a pressuposição de que formas não-nativas subjacentes à *nativização* (i.e. formas do português) tenham sido reduzidas ou simplificadas na comunidade em foco, uma vez que essas formas já existiam, e sempre existiram, no sistema português.

Como um dos objetivos deste trabalho é buscar indícios de variação no uso de preposições introdutoras de OI dativo de verbos bitransitivos, são apresentadas nesta

⁶ Posição semelhante é apresentada, baseada em dados do Tupi antigo em comparação com o PB e o PE, em Lobato (2006).

seção algumas ocorrências que atestam a existência de variação entre presença e ausência de preposições em textos escritos do português arcaico. Apesar de, em termos de frequência, serem impressionisticamente marginais, acredita-se que essas ocorrências sejam indícios importantes de que esse fenômeno já fazia parte do sistema linguístico português antes de sua chegada em solo brasileiro e, principalmente, antes do contato entre europeus e africanos no Brasil. Assim, pode-se identificar as seguintes ocorrências de variação no uso de preposição, nos textos diacrônicos analisados neste trabalho:

(44) “Como subre todas as cousas do mundo os omees deuen a teer e a guardar lealdade **a** el rey, assy son teudos de a teer e a guardar **a** seus filhos e **a** sas fillas que depoy del deue) a reynar, e deue) a amar e a guardar Ø os outros seus fillos come fillos de senhur natural” (FRAX).

(45) E se o diser peyte C. maruidis **a** el rey... (FRAX) / “E qualquer que contra estas cousas sobredictas ueer e alguma ren fezer, peyte o dyzimo dublado a meyadade **pera** el rey e a outra meadade **pera** o bispo...”(FRAX).

(46) “Outrosy mandamos que se alguu fezer carta de doaço de ssas cousas **a** outri) e a carta teuer aquel que a fezer primeyro, possalha tolher se quiser e dala Ø outri) e fazer delha o que quiser” (FRAX).

(47) “E Apollonio ya ensinando e castigando da fe de Deus Ø os que o levavam presos” (FLOS)

(48) “E aly estando, chorava muyto sa culpa e rogava Ø Deus que lhi perdoasse.” (FLOS)

(49) “E quando chegarom ao moesteiro, rogarom Ø os frades que os recebessem em sa ordem.”(FLOS)

(50) “E quando sã Nono aquesto ouvyo, envyou rogar Ø os outros bispos que veessem a el.”(FLOS)

(51) “leuaua njcolao coelho cascauees e manjlhas e Ø huus daua huu cascauel e aoutros huua manjlha.” (CPVC)

Como apresentado, as formas em variação encontradas no português falado pelas comunidades rurais observadas neste estudo podem ser atestadas em fases pretéritas do português, demonstrando que a ORIGEM dessas formas não se deve ao contato entre português e línguas africanas no Brasil. A hipótese deste estudo é que a aquisição do português como segunda língua por aloglotas adultos, durante todo o período de colonização brasileira, tenha favorecido a DIFUSÃO das formas *para* e \emptyset em contextos dativos, uma vez que há motivações funcionais para isso (cf. 4.3), não importando quais as línguas primeiras dos aloglotas.⁷ Resultados de estudos sobre a aquisição de estruturas dativas do português ilustram e embasam essa hipótese.

Oliveira (2005) ao observar a aquisição de complementos verbais dativos do português como segunda língua por falantes de línguas bantu, em Moçambique, toma como ponto de partida três níveis de fluência da língua portuguesa. Essa autora busca verificar em que medida a língua materna dos moçambicanos interfere na aquisição do português como segunda língua, levando em consideração o fato que “se a aquisição é fruto tão somente do jogo de forças entre L1 e L2, a preposição *para* fica excluída na realização do objeto indireto” (OLIVEIRA, 2005, p. 530), uma vez que no PE, língua-alvo dos moçambicanos, a preposição que introduz o OI é tão somente *a*.

A autora observa que na fase inicial de aquisição reina a variante \emptyset , o que segundo ela pode ser um indício da interferência da língua materna sobre a segunda língua, na língua materna dos informantes o verbo é tomado como uma unidade complexa que dá caso aos dois complementos dos verbos bitransitivos.

Nessa fase, o falante se prende à classe nominal [+ humano] das línguas bantu e identifica a preposição *a* como a marcadora desse caso independentemente da função sintática de objeto direto ou indireto.

Além disso, Oliveira destaca que o uso da preposição *para* precede o da preposição *a*, apesar de permanecer com baixo índice de frequência ao longo do

⁷ Posições semelhantes são apresentadas por Scherre e Naro (2007), com o conceito de *nativização* e por Lobato (2006) para quem a “formação do português do Brasil se deu em virtude de a aprendizagem do português pela maioria da população do Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII ter ocorrido como segunda língua em idade adulta”, sem influência estrutural direta de línguas indígenas, gerais ou africanas (LOBATO, 2006, p. 54).

processo de aquisição (11,9%). Só na terceira fase da aquisição é que se impõe o uso de *a* introduzindo OI (OLIVEIRA, 2005, p. 530).

Oliveira questiona o fato de a preposição *para* estar presente no *input* dos falantes moçambicanos apenas em complementos oblíquos e não em complementos dativos e, mesmo assim, ser usada em OI dativos. Para a autora, o uso de *para* em complementos dativos no português moçambicano deve-se à reanálise de *input*. Com verbos de movimento, essa preposição é adquirida com valor de Meta [+ permanente]. Além disso, é possível encontrar dados em que *para* é usada com valor final já no primeiro estágio de aquisição. Para Oliveira, a partir desses contextos a preposição *para* passa a ser o marcador de Meta/Finalidade, aplicando-se a regra para complementos dativos. A autora esclarece que, nesse caso, não se trata de interferência da L1 no processamento da L2, mas de uma aproximação da língua-alvo a partir de uma espécie de gramaticalização no sentido finalidade > meta (OLIVEIRA, 2005, 531).

Apesar de os dados utilizados por Oliveira não apresentarem sistematicidade longitudinal para a observação de todo o processo de aquisição do português como segunda língua⁸, alguns de seus resultados possibilitam importantes correlações. A primeira delas é a preferência pela preposição *para*, mesmo não estando disponível no *input* de construções dativas. Como já mencionado para as comunidades rurais goianas, essa preposição é semanticamente mais transparente e por isso mais usada. A preposição *a* é interpretada como mais formal e mais abstrata, logo seu uso é mais restrito e sua aquisição mais bloqueada. De acordo com Oliveira (2005, p. 530), é apenas no grau três de fluência que o uso da preposição *a* se inicia e se impõe na posição de objeto indireto.

Quanto à variante Ø, Oliveira afirma ser sua existência consequência da influência da língua materna dos falantes moçambicanos, uma vez que ela é usada por apenas uma falante com grau um de fluência e tende a desaparecer na fala dos indivíduos mais fluentes em português. Acredita-se, defendendo a hipótese deste estudo, que a existência de Ø deva-se mais à aquisição do português como língua segunda do que à influência estrutural da língua materna sobre o português. De qualquer forma,

⁸ A autora analisa 17 ocorrências de complementos dativos preposicionados do português moçambicano oriundos de quatro transcrições de fala de informantes de Maputo, divididas em três graus de fluência.

mesmo considerando-se uma possível influência da língua primeira dos falantes moçambicanos sobre o português, é de se estranhar que o português brasileiro apresente essa variante de forma mais freqüente do que o português de Moçambique, que possui contato infinitamente maior e mais profundo com línguas do grupo bantu. Se a variante \emptyset se tratasse de um caso de reestruturação original da gramática, como argumenta Lucchesi (2001) para o PB, seria de se esperar uma maior recorrência e maior difusão dessa construção também em dados do português moçambicano.

6. Conclusão

O propósito central deste trabalho foi investigar a sistematicidade subjacente à variação no uso das formas *a~para~ \emptyset* introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos em comunidades rurais goianas. Os resultados quantitativos, obtidos através do VARBRUL 2S, mostraram que a gramática desta comunidade não prescinde da codificação do dativo, seja através de uma forma preposicionada ou de um clítico anafórico. A ausência da preposição ocorre em apenas 7% das ocorrências analisadas, restringindo-se ao contexto de complementação dos verbos *pedir, ensinar, perguntar e dar*. A preferência pela preposição *para* é latente (74% das ocorrências) em detrimento da preposição *a*, presente em apenas 1% do total de ocorrências analisadas.

O uso da preposição *a* parece estar diretamente relacionado com contextos nos quais o OI apresenta o traço semântico [divinizado] e se vincula ao discurso religioso. Nestes casos, o OI não representa um receptor [+ humano] e a relação semântica estabelecida entre o verbo e seus complementos não denota transferência material, contexto prototípico de construções dativas. O uso da preposição *a*, nesses contextos, assemelha-se ao de construções cristalizadas na língua. Esses resultados confirmam-se também nas amostras de fala das comunidades de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo.

A distribuição das variantes em função das variáveis extralingüísticas postuladas para a comunidade dos Almeidas apontou que a variação não sofre influência da

variável *sexo*. A análise em tempo aparente demonstrou que a preposição *para* é a mais usada em todas as faixas etárias, apontando uma maior frequência de uso na faixa etária mais jovem. Esta configuração, aliada ao baixo uso da preposição *a*, de \emptyset e de clíticos anafóricos entre os falantes mais jovens, possibilita a constatação de que a gramática da comunidade de fala dos Almeidas está passando por um processo de mudança em direção ao uso categórico de *para*, na expressão do dativo. A variável *informante* demonstrou que \emptyset é mais freqüente na fala de indivíduos menos escolarizados e que *para* é a forma mais usada pelos falantes mais escolarizados, que não fazem uso de \emptyset .

Quanto às variáveis independentes lingüísticas, pode-se observar que, na fala dos Almeidas, a adjacência em relação ao V é o contexto preferencial de ocorrência de OI, sendo este o contexto sintático que mais favorece \emptyset .

A análise da variação em amostras de outras comunidades rurais goianas, juntamente com a amostra de fala dos Almeidas, comprova que o contexto de adjacência de OI em relação ao V é o fator mais influente na ocorrência de \emptyset . Além disso, constata-se que a ausência da preposição é mais favorecida em contextos mais prototípicos de construções dativas, nos quais o OI representa um receptor com traços semânticos [+ humano, + animado], denotam transferência (material ou não, e apresentam OD e OI explícitos, com OD de núcleos lexicais e OI de núcleos pronominais.

Essa configuração da variação levou a postulação de que se trata de um fenômeno de natureza funcional. Princípios como o da *prototipicidade*, *iconicidade* e *economia* das formas lingüísticas foram usados para demonstrar que a presença de \emptyset é favorecida quando a preposição representa uma informação contextualmente recuperável e não gera perda informacional. A preferência pela preposição *para*, bem como as demais características estruturais e sociais observadas nas amostras de fala analisadas, indicam que esta preposição é semanticamente mais transparente na expressão do conteúdo dativo e socialmente mais neutra em relação à preposição *a* e \emptyset .

A busca por indícios das variantes na diacronia do português revelou que as formas *para* e \emptyset já se configuravam na estrutura da língua. Este fato corrobora a hipótese de que a origem do quadro variável sincrônico observado em comunidades rurais goianas não é resultado de contato com línguas africanas no Brasil.

Embasa esta hipótese o fato de as formas *para* e \emptyset estarem presentes em dados de aquisição do português como segunda língua por falantes de línguas maternas diferentes.

Conclui-se, assim, que a variação observada nas comunidades rurais goianas segue a mesma tendência estrutural geral do português no Brasil, que indica uma mudança em direção ao uso exclusivo de *para* na expressão do dativo, preposição esta mais clara quanto ao seu conteúdo semântico e já disponível no sistema português desde fases arcaicas da língua. A forma \emptyset , também mais transparente para contextos dativos e já presente em fases pretéritas do português, ainda permanece em algumas variedades do português brasileiro menos influenciadas pela escolarização.

7. Referências bibliográficas

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: **Estudos lingüísticos e literários**. n.19, 1997. p.65-84.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BISPO, K. C. I. **A sintaxe do dativo no português**. 2004. Disponível em: www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno14-02.html, acesso em 06/06/2005.

BRUYN, A.; MUYSKEN, P.; VERRIPS, M. Double-object constructions in the creole languages: development and acquisition. In: DEGRAFF, M. (ed.). **Language creation and language change: creolization, diachrony, and development**. Massachusetts: MIT Press, 1999. p.329-373

GOMES, C. A. **Aquisição e perda de preposição no português do Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Inédito.

_____. Dative alternation in Brazilian Portuguese: typology and constraints. In: **Language design journal of theoretical and experimental linguistics**. Universidade de Granada.V.5.n.1., 2003a. p. 67-78. Disponível em: http://elies.rediris.es/language_design/ld5/abreu.pdf, acesso em 10/03/2006.

_____. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2003b. p. 81-96.

GOMES, C. A.; MOREIRA, A. L. B.; SOUZA, C. M.; VIEIRA, M. C. P. Pressões estruturais e discursivas no condicionamento da variação: a ordem dos complementos verbais no português brasileiro. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2003. p. 199-205.

LOBATO, L. M. P. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: SILVA, D. E. G. (org.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cânone/GELCO, 2006. p. 54-86.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Inédito.

_____. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). In: **DELTA**, n.17:1, 2001. p. 97 – 130.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2003. p. 272 – 284.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2000.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca, 1922**. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

NASCIMENTO, A. M. **A variação na expressão do dativo em variedades lingüísticas rurais goianas**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2007. Inédito.

OLIVEIRA, M. A aquisição da preposição no português como L2: complementos verbais dativos. **Anais do IV Congresso da Associação Brasileira de Lingüística**. Brasília, 2005. p. 525-534.

_____. A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*. In: **Estudos Lingüísticos**, 2004. p. 292-297

PÁDUA, H. R. **Lingüística e história em Acaba Vida**. Brasília/Goiânia: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

RAMOS, J. M. **Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil**: uma abordagem gerativa e variacionista. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1992. Inédito.

RESENDE, T. C. C. **Dinâmica do contato dialetal**: estudo sociolingüístico em Conceição do Ibitipoca – MG. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Inédito.

REZENDE, T. F. **Discurso e identidade etnocultural na comunidade de Pombal – GO**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2000. Inédito.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SARAIVA, M. E. F. A elipse de preposição no português à luz dos princípios da motivação econômica e da motivação icônica. **Estudos Lingüísticos XVI**, Anais de Seminários do GEL. Taubaté, 1988. p. 241-248.

SCHER, A. P. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil:** um estudo sintático comparativo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem /UNICAMP, 1996. Inédito.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.

TEIXEIRA, J. A. **Estudos de dialetologia portuguesa:** Linguagem de Goiás. São Paulo: Anchieta, 1944.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. **A preposição e a caracterização do objeto indireto:** aspectos sincrônicos e diacrônicos, 2004. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/CTorresMorais001.pdf>, acesso em 29/10/2006.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. **Directions for historical linguistics.** Austin/London: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

Domínios de Lingu@agem

Pré-história, história e contatos lingüísticos em Timor Leste

Davi Borges de Albuquerque*

Resumo: este artigo tem vários objetivos, entre eles: discutir algumas questões teóricas sobre o método histórico-comparativo e sua aplicação nos estudos das línguas de Timor Leste. Para tanto, após uma breve apresentação das línguas leste-timorenses e algumas considerações teóricas sobre a lingüística histórica (2), discutir-se-á sobre a pré-história (3) e o período histórico (4), assim como os diversos contatos lingüísticos ocorridos na ilha durante os períodos citados.

Abstract: this paper intends to discuss about some issues on historical-comparative method and its applications on the studies of East Timor languages. Therefore, a brief introduction on East Timor languages and some theoretical topics will be presented (2). Afterwards, it will be analyzed pre-history (3) and the historical period (4) emphasizing linguistic contact in Timor Island.

1. Introdução

Em um pequeno território localizado no sudeste asiático, aproximadamente 14.600 km², Timor Leste possui uma grande variedade de línguas nativas – cerca de 16 línguas, algumas com uma ampla variação dialetal – que são pertencentes a diferentes filiações genéticas, a saber: austronésicas e papuásicas. Além de um histórico de intenso contato com os povos vizinhos – árabes, chineses, indianos e malaios –, fazendo parte das rotas comerciais asiáticas, em um período anterior à chegada dos portugueses, provavelmente entre os séculos XII e XV, a ilha de Timor era povoada desde um período pré-histórico distante.

Os portugueses, que chegaram à ilha de Timor aproximadamente no ano de 1515, mantiveram seu domínio até o ano de 1974. Após a colonização portuguesa, Timor Leste foi invadido pela Indonésia e sofreu um período de extrema repressão que se estendeu até 1999. A realidade lingüística de Timor Leste, no entanto, é mais complexa

* Graduado em Letras-Português do Brasil como segunda língua pela UnB (Universidade de Brasília). Mestrando do PPGL (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) da UnB (Universidade de Brasília). Artigo escrito em Set/2009.

do que aparenta ser: a língua portuguesa e a língua tétum são línguas oficiais; a língua inglesa e a língua malaio – em sua variedade indonésia – são aceitas como línguas de trabalho; além das diversas línguas nativas que convivem entre si e também com as línguas maternas dos estrangeiros de diversas nacionalidades que trabalham nas entidades internacionais que lá atuam.

O objetivo deste artigo é tentar reunir as várias contribuições já feitas pelos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, com ênfase na lingüística histórica, para elaborar um conjunto mais homogêneo sobre o que se construiu (ou reconstruiu) sobre o passado de Timor Leste. Outro objetivo que se pretende alcançar é disponibilizar para a comunidade acadêmica em geral, especialmente os estudantes e, na medida do possível, para o povo timorense um breve compêndio sobre o que se sabe sobre seus antepassados.

Na seção seguinte, serão discutidas algumas características da lingüística histórica e as possíveis aplicações do método histórico-comparativo. Na seção (3) serão apresentadas as contribuições já feitas pelas diversas áreas do conhecimento em uma tentativa de reconstruir algumas informações sobre o passado timorense. Finalmente, na seção (4) as futuras e possíveis pesquisas que poderão ser realizadas em diferentes subáreas da lingüística serão discutidas seguidas por algumas observações de ordem conclusivas.

2. Lingüística Histórica: teoria, método e limitações

As línguas nativas de Timor Leste foram estudadas primeiramente por Capell (1943, 1944a, 1944b) e recentemente por Hull (1998, 2001b, 2004). Com os avanços de pesquisas e dos estudos lingüísticos pode-se afirmar com um certo grau de incerteza que o número de línguas nativas de Timor Leste são 16, sendo 12 línguas de origem austronésica e 4 línguas de origem papuásica¹.

As línguas timóricas (outra terminologia usada para as línguas nativas de Timor Leste de origem austronésica) são subdivididas a partir da proto-língua – o proto-timórico –

¹ Utilizo no presente artigo o número de Hull (1998, 2001b) pelo fato deste ser mais acurado lingüisticamente, pois o autor conduziu uma pesquisa durante um longo período nas diversas línguas aqui citadas. Outras fontes fornecem um número diferente de línguas, entre elas Fox (2000) e a mais nova edição do *Ethnologue* (Lewis, 2009) apresenta um número de 18 línguas, porém a presença e ausência de algumas línguas diferem daquelas mencionadas aqui.

em dois sub-agrupamentos (o Fabrônico e o Ramelaico) e estes se ramificam ainda mais, de acordo com a localidade geográfica da língua, conforme o seguinte esquema:

- Sub-grupo Fabrônico:
 - Central:
 - Bekais
 - Tétum (Tétum-Praça²)
 - Setentrional:
 - Habun
 - Kawaimina³
 - Makuva
 - Oriental:
 - Galolen
 - Wetarês > Ataúro

- Sub-Grupo Ramelaico:
 - Ocidental:
 - Tokodede
 - Kemak
 - Central:
 - Mambae
 - Oriental:
 - Idalaka > Lolein

As línguas papuásicas são classificadas como pertencentes ao agrupamento Trans-Nova-Guiné e possuem um ancestral comum, que seria o proto-bomberaico, nome dado

² De acordo com a constituição da República Democrática de Timor Leste a língua portuguesa e a língua tétum são línguas oficiais. A língua tétum possui três dialetos, a saber: o tétum-térik, o tétum-belo e o tétum-praça. O tétum-térik é falado mais no interior e é uma das línguas de Timor Leste que sofreu menos influência dos contatos; o tétum-belo é falado na fronteira com a Indonésia e apresenta uma forte influência da língua malaio; o tétum-praça já era utilizado como língua franca em um período anterior a chegada dos portugueses e, posteriormente, sofreu uma forte influência deste. Ainda, é a variedade tétum-praça que é reconhecido como língua oficial.

³ *Kawaimina* é um acrônimo para o complexo dialetal: Kairui, Waimaha, Midiki e Nauete.

a um suposto ancestral comum que tem origem na península Bomberaica, localizada em Papua Nova Guiné. Desta maneira, dentro do grande agrupamento Trans-Nova-Guiné, as línguas leste-timorenses de origem papuásica pertencem à família Neo-Bomberaico. Ainda, as quatro línguas⁴ se subdividiram de maneira descontínua com a língua Bunak separando-se primeiro do ancestral comum, e a língua Makalero aparentando ser originada da língua Makasae. Um esquema de como se subdividem essas línguas encontra-se a seguir:

- Bunak
 - Proto-Makasae-Fataluku
 - Fataluku
 - Makasae > Makalero



Mapa 1. Timor Leste e a distribuição das línguas nativas pelo seu território

⁴ Segundo Engelenhoven (2009b), há indícios da existência de uma outra língua papuásica, denominada Rusenu ou Nisa, que provavelmente foi extinta na década de 50 do século XX. Foi achado, porém, um semi-falante que forneceu alguns dados lingüísticos. Estes dados apresentam indícios de que essa língua é papuásica e provavelmente desenvolveu-se a partir do Fataluku.

A lingüística histórica é, atualmente, um ramo da lingüística que possui o objetivo de estudar os estágios anteriores das línguas. Estudar estágios anteriores das línguas, porém, pode significar muitas coisas. Os objetivos específicos que estão relacionados com o estudo dos estágios anteriores das línguas são: entender as mudanças lingüísticas ocorridas em uma dada língua, identificar parentescos e filiações genéticas entre as línguas, verificar a regularidade das mudanças fonológicas, e, acima de tudo, procurar uma teoria das mudanças lingüísticas.

O método que a lingüística histórica utiliza para alcançar seus objetivos é o método histórico-comparativo. Este método vem sido testado e desenvolvido por lingüistas durante mais de dois séculos e na história da lingüística muitas vezes confunde-se com a própria ciência das línguas, já que durante o século XIX a única abordagem aceita para se estudar línguas era a histórica⁵.

O método histórico-comparativo é um dos métodos mais viáveis que há para se conhecer o passado de um povo, já que ele possui um paradigma científico confiável, que se manteve no decorrer da história da lingüística; o objeto de estudo (as línguas faladas na atualidade) e os meios de análise (as mudanças fonológicas e a reconstrução lingüística) são relativamente simples quando em comparação com as demais áreas do conhecimento que também estudam o passado, como a arqueologia que necessita de amplo investimento para escavações e a efetuação de técnicas laboratoriais – principalmente o carbono 14 – para a datação dos resquícios achados, ou a história que precisa de um conjunto de registros escritos para efetuar suas interpretações; também a lingüística histórica é a única ciência que, através da reconstrução lingüística, consegue obter um grande número de informações sobre a cultura material e imaterial de um determinado povo. Mesmo com todas suas vantagens, o método histórico-comparativo, porém, também tem suas limitações e não consegue reconstruir toda pré-história de um povo e de sua língua. Discussões teóricas e empíricas já foram apresentadas e conseguem apontar as seguintes limitações desse método: a limitação temporal, a

⁵ Sobre o desenvolvimento da lingüística histórica e do método histórico-comparativo em seus diferentes estágios, como o Neogramáticos, os estudos de Meillet, entre outros, remeto o leitor a Antilla (1972) e Bynon (1970).

limitação sócio-histórica, a limitação dos níveis lingüísticos e a limitação de parentesco⁶.

A limitação temporal consiste no argumento apresentado por alguns lingüistas que o método comparativo tem uma profundidade temporal de 8000-10.000 anos. Nichols (1992: 3) afirma que essas são as datações mais antigas que o método histórico-comparativo consegue contemplar. Ainda não há, porém, um método seguro para se fazer datações exatas das reconstruções lingüísticas, o que somente pode ser afirmado com um maior grau de certeza é que quanto maior for a profundidade temporal, menor será a regularidade das mudanças lingüísticas.

A limitação sócio-histórica consiste na limitação do método comparativo quando aplicado a um grande aglomerado lingüístico. O lingüista ao se utilizar desse método acaba não conseguindo explicar as mudanças lingüísticas que ocorreram da proto-língua para as “línguas filhas” e também não consegue identificar as correspondências sonoras entre as línguas da mesma família. Um exemplo foi o estudo elaborado por Grace (1990) sobre o agrupamento das línguas do Sudeste da Nova Caledônia, especificamente Canala e Grand Couli. As correspondências sonoras achadas entre as duas línguas eram na casa das centenas, o que poderia ser um forte argumento contra a regularidade das mudanças sonoras. A hipótese trabalhada, porém, foi que a situação sociolingüística no Sul da Nova Caledônia era complexa: o casamento entre pessoas de comunidades falantes de línguas distintas era um fato comum, o que gerou um conjunto de línguas mistas, que o método comparativo não consegue contemplar.

Um caso em Timor Leste é a língua Makuva. Esta língua austronésica foi inserida em Timor Leste tardiamente – após as migrações e conseqüente inserção das demais línguas austronésicas (Hull & Branco, 2003) – na região falante de Fataluku. Ainda, essa comunidade aparenta ter sofrido uma ‘mudança de código’, abandonando o Makuva para falar Fataluku; houve intenso contato com as línguas papuásicas da região e com o complexo dialetal Kawaimina, falado na região (Engelshoven 2009a, 2009b). Esses diversos fatores fazem com que o Makuva apresente irregularidade nas mudanças fonéticas do Proto-Malaio-Polinésio (PMP) para seu estágio atual, como em:

⁶ Para uma discussão ampla dos objetivos e limitações do método histórico-comparativo, ver Harrison (2004).

*t > k

PMP ***batu** ‘pedra’ Mk. hako

PMP ***takut** ‘temer’ Mk. nkaku

*s > t

PMP *(z)**asu** ‘cão’ Mk. ato

PMP ***tasik** ‘mar’ Mk. kate

A limitação dos níveis lingüísticos e a limitação de parentesco consistem em fatores que dependem da escolha do lingüista e, desta forma, aumentam o grau de arbitrariedade desses constructos teóricos. A limitação dos níveis lingüísticos ocorre quando o lingüista faz a seleção dos seus dados a serem reconstruídos, e qual nível lingüístico será sua base de reconstrução, na maioria dos casos o nível lingüístico escolhido é o fonológico, seguido do léxico. Outros níveis lingüísticos, como a morfologia e a sintaxe, acabam por gerar discussões teóricas sobre a possibilidade, ou não, de serem reconstruídas tais propriedades lingüísticas e o grau de confiabilidade das reconstruções dos padrões desses níveis lingüísticos (Gildea, 1998). Já o limite de parentesco consiste em como é determinada a classificação interna de uma família. A classificação interna de uma família lingüística é baseada apenas nos conceitos de retenções e inovações lingüísticas. As línguas que compartilham um conjunto de retenções lingüísticas da proto-língua – sejam elas retenções fonológicas, morfológicas, lexicais – são agrupadas como “línguas irmãs”, ou línguas próximas. Já as línguas que compartilham certo número de inovações – também fonológicas, morfológicas, lexicais – em relação à proto-língua são agrupadas próximas. Mas quais retenções, ou inovações, são escolhidas como parâmetros para a classificação interna ficam a critério do lingüista. Um exemplo de inovação lingüística usado para a classificação interna das línguas timóricas foi utilizado por Hull (1998, 2001b) para separar o sub-grupo ramelaico. Este sub-grupo é constituído pelas línguas Mambae, Tokodede, Kemak e Idalaka.

As inovações lingüísticas desse grupo são nos níveis lingüísticos: fonológico e lexical. A seguir, daremos, porém, somente alguns exemplos ilustrativos das inovações fonológicas que as línguas ramelaicas – Mambae, Tokodede e Kemak – tiveram em relação ao proto-Austronésio:

Mb. Mambae

Tk. Tokodede

Km. Kemak

- O ***b** que pode ser reconstruído para o proto-Austronésio, manteve-se em algumas línguas Timóricas e mudou para /h/:

***babuy** Mb. Haeh ‘porco’; ***batu** Mb. Hat ‘pedra’; ***bahi** Mb. Hin ‘mulher’;

***benSiq** Mb. Hina Km. Hini ‘semente’; ***bulaN** Mb. Hula Km. Hula ‘lua’;

- A oclusiva velar surda ***k** em algumas línguas Timóricas manteve-se, mas nas línguas ramelaicas transformou-se na oclusiva glotal /’/:

***puki** Mb. Fu’in ‘vagina’; ***lakaw** Tk. La’a ‘ir’; ***leka** Tk. Lo’e Km. La’e ‘abrir’; ***panakaw** Tk. Mna’o Km. Pana’o ‘roubar’.

Logo, como vimos o método histórico-comparativo possui suas limitações, assim como já foi analisado por vários teóricos. Esse método, porém, vem se demonstrando o mais eficaz para se recuperar informações sobre o passado pré-histórico do povo timorense, de acordo com trabalhos mais recentes elaborados por Hull (1998, 2001b, 2004). Outro fator notável, é que esse método recupera não apenas informações sobre o passado das línguas, mas também informações sobre a cultura material e imaterial do proto-povo falante da língua reconstruída⁷.

⁷ O presente artigo não tem o objetivo de apresentar a estrutura do método histórico-comparativo, nem sua constituição. Para um melhor entendimento do que se constitui esse método e como se faz a atividade da lingüística histórica, ver Crowley (1994) e Hock (1991).

3. Pré-história e contatos lingüísticos

As pesquisas arqueológicas realizadas em Timor Leste revelaram que esta ilha já era ocupada em um período entre 35.000 A.P.⁸ e 30.000 A.P. (O'Connor, Spriggs & Veth, 2002). Outras evidências baseadas na análise da tecnologia náutica, na pesca e na presença de animais conseguiram trazer datações mais específicas sobre as migrações que ocorreram no passado. Por exemplo, a datação de alguns artefatos encontrados utilizados para pesca, como anzóis, entre outros, foi de 10.000 A.P. (O'Connor & Veth, 2005), e remete ao uso dessa tecnologia de pesca anterior ao povo austronésio (que desenvolveu essa tecnologia em um período posterior), e a presença de um marsupial originário da Papua que data 9.000 A.P. (O'Connor, 2006) também é outra evidência da presença da ocupação humana em Timor Leste de povos de origem não-austronésicos, assim como essas informações são evidências para a datação da migração austronésica para a ilha.

Todavia a arqueologia na atualidade ainda possui muitas questões a serem respondidas, principalmente sobre o período da inserção da agricultura em Timor Leste. Algumas datações remetem a um período entre 4.000 A.P. e 3.500 A.P. Entretanto, não foram encontrados resíduos macro-botânicos significativos que apontem para a atividade de agricultura, somente a presença de cerâmica e artefatos neolíticos (Oliveira, 2006: 95).

Já as informações que a lingüística traz são diferentes das apresentadas pela arqueologia. As evidências lingüísticas mostram que o povo que deu origem as línguas Timóricas chegou à ilha provavelmente no rio de Laleia, no distrito de Manatuto, cerca de um milênio atrás e são originários da região onde estão localizadas as ilhas Muna, Butão e Tukang Besi, mais especificamente sudeste das ilhas Celebes.

As línguas Timóricas são descendentes de uma única língua, o Proto-Timórico, e os processos que geraram as diversas línguas Timóricas modernas e suas respectivas reestruturações gramaticais⁹ aconteceram num período histórico mais recente, por volta

⁸ A.P. sigla de 'antes do presente'.

⁹ Utilizo aqui o termo 'reestruturação gramatical' baseado na bibliografia da crioulística (Thomason & Kaufman, 1988; Holm, 1988, 1989) e na pesquisa recente que venho realizando sobre os contatos lingüísticos em Timor Leste. Já Hull (1998, 2001b) e outros lingüistas australianos que estudam essas mesmas línguas insistem em chamar esse fenômeno de 'crioulização'.

do século XII e, depois, no século XV (Hull, 2001b: 100). Como esse período já faz parte do período histórico, esses processos serão explicados mais adiante.

A lingüística acaba por se diferenciar da arqueologia em suas evidências quanto ao povoamento pré-histórico de Timor Leste. Essas evidências estão presentes nas línguas papuásicas, a saber: Fataluku, Makalero, Makasae e Bunak, e no sub-grupo Ramelaico – Mambae, Tokodede, Kemak e Idalaka– das línguas Timóricas.

As línguas papuásicas têm uma origem e uma filiação genética com as línguas faladas na península Bomberaica da Papua Ocidental, e o povo falante da língua bomberaica que as originou parece ter migrado para o Timor cerca de 2000 a.C. A análise dos cognatos dessas línguas papuásicas (Hull, 2004: 28) indicam que elas possuem um ancestral comum, ou seja, somente um povo falante de uma só língua papuásica que migrou cerca de quatro mil anos atrás para o Timor. As línguas Ramelaicas, porém, apresentam outro substrato que indica a presença de línguas pré-austronésicas, e, conseqüentemente, a presença de um povo pré-austronésico anterior ao povo neo-bomberaico que inseriu a língua papuásica que se fragmentou e gerou as quatro línguas conhecidas na atualidade.

As línguas Ramelaicas, Mambae, Tokodede, Kemak e Idalaka, originaram-se de um provável Idalaka Antigo. Esse grupo de línguas merece destaque por ter uma natureza híbrida. Essas línguas são também chamadas de semi-austronésicas por possuir apenas superficialmente alguns elementos austronésicos, quando na realidade elas possuem três substratos distintos, o que leva a crer que na região do Monte Ramelau, antes de ser introduzido o Idalaka, ali eram faladas três línguas pré-austronésicas distintas (Hull, 2001a: 4).

Dessa forma, através da análise dos cognatos das diferentes línguas identificou-se a presença de mais de um povo pré-austronésico que habitou primeiramente a região e efetuou-se um primeiro contato com o povo papuásico recém-chegado, por volta de 4.000 A. P.; posteriormente com a migração austronésica houve diversos contatos destes com os povos papuásicos, já dispersos pelo território, e com os povos pré-austronésicos de que se conhece quase nada.

4. O período histórico de Timor Leste

O período histórico de Timor pode ser dividido em duas fases: uma anterior à chegada dos colonizadores – holandeses e portugueses – e outra de dominação européia, seja ela holandesa ou portuguesa. No período anterior à chegada dos portugueses, existem alguns documentos e outras informações que possibilitam a realização de pesquisas. Nesse período, ainda, destacam-se as rotas comerciais e as sucessivas dominações e influências das sociedades indianas e malaias, e do reino islâmico. As pesquisas lingüísticas sobre esse período são poucas, mas alcançam conclusões significativas, como será comentado mais adiante.

A sociedade com maior profundidade temporal que influenciou o sudeste asiático foi a sociedade indiana. Sua influência data dos primeiros séculos da nossa era, a partir desse período algumas sociedades com base indiana começaram a se formar em Camboja, por volta do século III, Samatra, a partir do século VII, e Java no século XIII. A influência indiana nessas sociedades foi marcada pela inserção de bens culturais materiais – toda uma herança tecnológica que essa sociedade possuía – e, principalmente, de bens culturais imateriais como a inserção das religiões budista e hindu, e de diversas influências na área das artes: na literatura, na arquitetura, na pintura, que podem ser vistas até a atualidade nessas sociedades.

O Timor Leste teve contato com esses reinos indianizados, pois há vários registros históricos que citam a ilha de Timor, assim como o interesse comercial desses reinos no sândalo branco dessa ilha. Tais contatos, porém, parecem ter sido irregulares, pois as influências culturais e lingüísticas de origem indiana no Timor são poucas. Culturalmente, apenas a região de Suai parece ter sofrido uma influência maior com alguns traços indianos em motivos arquitetônicos, na literatura oral e nas danças (Thomaz, 2002: 78). Linguisticamente, a influência indiana é irrisória já que há somente em Tétum, e também no português falado em Timor Leste, poucas palavras do sânscrito, ou de outras línguas indianas. Ainda, esses empréstimos de origem indiana na língua Tétum e no português falado em Timor foram introduzidos via língua malaia, ou via algum português crioulo do sudeste asiático – o *papiá kristang*, ou português crioulo de Macau. A seguir encontram-se alguns exemplos desses empréstimos (Esperança, 2001: 41; Thomaz, 1995: 165):

- *jagra* ‘um tipo de açúcar mascavo’ do malayalam *chákkara*;
- *jaka* (português *jaca*) ‘fruto comestível’ também de origem do malayalam *chákká*;
- *mainato* ‘lavadeiro, criado’ também do malayalam *mainattu*;
- *pardau* ‘padrão de valor de búfalos’ do sânscrito *pratâpa* ‘calor ardente, brilho’, por extensão semântica passou a denominar uma moeda da Índia e, posteriormente, também por extensão semântica, termo usado para designar o valor de um búfalo;
- *sarón* ‘espécie de saia’ do sânscrito *saranga* ‘vestido’, via malaio *sarong*;
- *topaz* ‘mestiço, nativo assimilado a cultura portuguesa’ do dravídico *tuppâsi*.

A maior influência que aparece nas línguas e na cultura timorense é originária dos povos falantes da língua malaio. Como foi apresentado anteriormente, durante um período de aproximadamente quinhentos anos, por volta do século VIII até o século XIII, o reino indianizado de Java dominou o comércio nos mares do sudeste asiático. No final do século XIII, porém, o reino Jau de Majahapit, localizado em Java Oriental, inicia uma investida ao reino de Çrî Vijaya e assume o controle das rotas comerciais (Thomaz, 1994: 547). No entanto, um pouco depois já entra em decadência, no século XV, e, então, Malaca começa, paulatinamente a assumir o controle dessa área do sudeste asiático para posteriormente, em 1511, ser dominado por Afonso de Albuquerque (Loureiro, 1995: 30).

Essa hegemonia de Malaca é que merece destaque para nós, pois foi a partir de Malaca que se difundiu a religião hindu, a língua malaia e outros traços culturais nesta parte do mundo. Contudo, para o Timor Leste a influência malaia parece ter vindo também da parte indonésia da ilha, ou seja, Timor Leste durante esse período histórico recebeu influências da cultura malaia graças às relações comerciais com Malaca e também pela sua proximidade com a sociedade de cultura malaia que habitava a parte oeste da ilha (Lobato, 2004a: 356)

A importância dos árabes no processo histórico do sudeste asiático é fundamental, mas quando falamos de uma influência árabe em Timor, e em um processo histórico timorense, pouco, ou quase nada, sobre os árabes há para ser dito, somente algumas informações pontuais. Há evidências da circulação dos árabes pelos mares do sudeste

asiático já no século VIII, posteriormente começa a aparição de pequenos reinos, e, finalmente, a adoção do islamismo pelo grande sultão de Malaca (Thomaz, 2002: 83). Em Timor, há registros de que no século XVII muçulmanos do reino de Macassar povoaram uma região de Manatuto, e alguns timorenses converteram-se ao islamismo, e lutaram contra os portugueses ao lado dos árabes. Não há influência alguma no Timor Leste de origem árabe que seja digna de nota, seja influência de natureza cultural, ou de natureza lingüística.

Finalmente, o último povo que nos interessa aqui nesse processo histórico do sudeste asiático que envolve o Timor Leste são os chineses. O primeiro fato digno de nota sobre o império chinês da época é que os primeiros registros escritos que fazem referência ao Timor parecem que são de origem chinesa. Em Eccles (2004: 178), o autor faz uma análise das documentações de origem chinesa que fazem referência ao Timor. As documentações são as seguintes:

- *Registro das várias Nações Estrangeiras*¹⁰ de Zhao Rugua que data do século 13;
- *Breve Registro das Nações das Ilhas* de Wang Dayuan do ano de 1349;
- *Investigações dos Oceanos Orientais e Ocidentais* de Zhang Xie do ano de 1617.

A obra de Zhao Rugua provavelmente é um dos primeiros documentos escritos a fazer referência ao Timor. Ele faz uma descrição das várias nações da rota comercial asiática, entre elas Timor Leste, e as várias ilhas que fazem parte da Indonésia atualmente, com o intuito de registrar o que há de vantajoso nas relações comerciais com esses povos, como são os costumes desses mesmos povos e quais são os produtos que podem ser achados em cada território. O registro deixado por Wang Dayuan, no ano de 1349, pouco tem a nos dizer sobre o Timor. Ele apenas elenca algumas características relevantes de interesse ao império chinês, e ao se referir ao povo e aos costumes timorenses faz somente afirmações de natureza pejorativa e preconceituosas. O documento legado a nós por Zhang Xie em 1617, consiste em uma reunião do conhecimento dos navegantes chineses sobre o sudeste asiático, que mesmo com o

¹⁰ As traduções dos títulos originais chineses são apenas tentativas de minha autoria, já que não há traduções desses documentos para a língua portuguesa.

fechamento da China e a proibição de viagens pelos mares, continuavam a negociar com os vários povos nativos que aqui habitavam¹¹.

Anteriormente, foram apresentadas as diversas e possíveis influências na formação do povo, da cultura e das línguas timorenses. A seguir, serão discutidas as ondas migratórias que culminaram no processo de reestruturação gramatical que as línguas nativas de Timor Leste sofreram.

O principal deles é apontado por Hull (2001a: 100) como duas ondas sucessivas de migrações em massa para o Timor Leste em um intervalo de tempo relativamente pequeno. O autor afirma que a primeira onda de migração ocorreu provavelmente no século XIII com a introdução do *Ambonês Antigo*, uma proto-língua que teve um intenso contato com as línguas que já eram faladas nesta ilha: as línguas austronésicas que foram introduzidas através das migrações das Celebes e as línguas não-austronésicas que datam um período pré-histórico. A segunda onda de migração foi da língua Malaio que foi introduzida com os comerciantes, provavelmente no século XV, que navegavam as rotas comerciais asiáticas. Nesse período, a língua Malaio sofreu um processo de crioulização – essa variedade chamada de *Bazar Malay* – e tornou-se a língua franca de grande parte do sudeste asiático, pois era a língua usada nas relações comerciais, e também foi uma língua regional de troca. Segundo Hull (2001a: 101), essas duas ondas migratórias acabaram por fazer com que as línguas nativas do Timor Leste sofressem um processo de crioulização intenso e em um curto tempo.

Os portugueses chegaram à ilha de Timor em 1515. Não se estabeleceram na ilha de maneira adequada pelos seguintes fatores: as atividades comerciais em Malaca eram mais rentáveis, e a ilha de Solor também tinha o sândalo branco da ilha de Timor e era mais eficaz para os portugueses extraí-lo de Solor. Entre os motivos pelos quais era melhor para os portugueses explorar Solor, destaca-se o fator que os portugueses já haviam montado estabelecimentos nessa ilha, principalmente a fortaleza de Ende, que posteriormente foi dominada pelos holandeses (Lobato, 2000b: 364).

A maioria dos régulos timorenses aceitou pacificamente o batismo – a conversão ao catolicismo – e o domínio português. Houve alguns régulos, porém, que se rebelaram e

¹¹ A análise aqui apresentada é apenas um breve resumo do que Eccles (2004: 198) apresentou em seu artigo.

outros que se aliaram aos holandeses, o que fez com que Portugal fizesse alianças com os reinos fiéis à coroa portuguesa para acabar com esses reinos rebeldes (Lobato, 2000b: 93). Portugal passou a lutar mais pelo território timorense no século XVI por ter perdido a ilha de Solor e o sultanato de Malaca para os holandeses, que também tinham interesse em Timor. Os sucessivos embates e as constantes disputas entre portugueses e holandeses veio a cessar temporariamente somente com o Tratado de 1661 que fixou os limites portugueses e holandeses (Oliveira, 2004: 122). O apoio, porém, da Holanda aos reinos rebeldes, principalmente no lado oeste da ilha de Timor, e os diversos combates com Portugal continuaram durante os séculos seguintes.

Os portugueses como se instalaram em diversos territórios pela Ásia: Goa, Macau, Malaca, e em várias ilhas da Insulíndia, além do Timor Leste, tiveram intenso contato com os diferentes povos que habitavam essas regiões, assim como tiveram contato com as diversas culturas e as várias línguas faladas por esses povos. Desta forma, esse contato fez com que fossem gerados vários crioulos de base portuguesa, entre eles: o *papiá kristang* (crioulo da Malásia), o *patuá* (crioulo de Macau) e o português crioulo de Bidau, em Díli¹².

Ainda, é digno de nota o grande número de empréstimos lingüísticos de origem portuguesa nas demais línguas nativas timorenses. Um estudo sistemático desses empréstimos precisa ser realizado, mas pode-se perceber que a maioria desses empréstimos são de elementos culturais que não pertenciam à cultura dos povos nativos, como: cadeira, carro, café, chá, catequese, governador, livro, xícara etc. Ou seja, itens da cultura material e imaterial (principalmente referente à religião católica), e vocabulário jurídico-administrativo. Esses empréstimos provavelmente não vieram diretamente da língua portuguesa, já que ela era – e ainda é – falada com maior fluência apenas por uma pequena parcela da população timorense. Desta forma, os empréstimos de origem portuguesa devem ter entrado nas línguas nativas via Tétum.

Finalmente, a mudança da capital de Lifau para Díli, em 1769, pode ter contribuído ainda mais para o processo de criouliização do Tétum, já que essa região era falante de Mambae. Um estudo sistemático da influência da língua Mambae como um substrato do

¹² Para uma descrição gramatical desses crioulos, ver: Baxter (1988) para o *papiá kristang*, Charpentier (1992) para o *patuá* e Baxter (1990) para o português crioulo de Bidau.

Tétum-Praça, porém, ainda precisa ser feito, algumas influências de ordem fonológicas são claras, mas em relação aos demais níveis de análise linguística – morfologia, sintaxe, léxico – não é possível afirmar nada com muita certeza.

5. Considerações finais

De acordo com o que foi exposto anteriormente, a linguística histórica não é o único ramo do conhecimento que estuda de alguma maneira o passado. Outras áreas do saber, como a história e a arqueologia, também o fazem, porém utilizam outras metodologias e realizam outro tipo de recorte do objeto estudado.

A linguística histórica, com o método histórico-comparativo, destaca-se dessas áreas por apresentar uma metodologia relativamente simples, quando se trata de recursos financeiros e tecnológicos, necessitando apenas do trabalho do linguista e de descrições gramaticais das línguas a serem estudadas. Desta maneira, esse ramo da linguística torna-se uma das alternativas mais viáveis, para países em vias desenvolvimento, para se conhecer a respeito do passado de um povo, assim como é o ramo da ciência mais acurado que pode trazer a luz informações sobre os estágios anteriores das línguas dos povos estudados.

Sobre o passado de Timor Leste, a aplicação do método histórico-comparativo, ainda que incipiente, foi realizada somente pelo linguista australiano Geoffrey Hull nas obras citadas neste artigo (Hull, 1998, 2001a, 2001b, 2004), revelou diversas informações sobre migrações dos povos, contatos linguísticos, filiação genética e classificação interna das línguas.

Assim, as informações que se sabe até o presente das línguas de Timor Leste são a presença de povos pré-austronésicos, que foi revelado pela presença de substratos não identificados nas línguas Mambae, Tokodede e Kemak; a datação da migração do povo papuásico por volta de 4.000 A. P. da península Bomberaica da Papua Nova Guiné e falante de uma só língua que originou as demais – Fataluku, Makalero, Makasae e Bunak; a migração austronésica ser mais recente e sofrer um intenso contato com os povos ambônicos e povos de cultura malaia o que gerou a reestruturação gramatical de grande parte das línguas leste-timorenses simplificando várias estruturas morfológicas.

Logo, pode ser observado que com os estudos de lingüística histórica, ainda que em seus estágios iniciais, já revelou uma série de informações importantes para a ciência e um conjunto de conhecimentos sobre os povos antepassados da população de Timor Leste e sua origem, o que se mostra, então, uma grande contribuição para as ciências e para o próprio povo saber mais sobre o seu passado. Logo, não sabemos ainda o que a lingüística histórica nos tem a revelar sobre os estágios anteriores das línguas e da cultura – material e imaterial – dos antepassados da humanidade.

6. Referências bibliográficas

- ANTILLA, R. *An Introduction to Historical and Comparative Linguistics*. New York: Macmillan, 1972.
- BAXTER, A. *A Grammar of Kristang (Malacca Creole Portuguese)*. Canberra: Pacific Linguistics, 1988.
- _____. “Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor”. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.5, n.1, 1990. p. 1-38.
- BYNON, T. *Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- CAPELL, A. “People and Languages of Timor”. *Oceania*, v.14, n.3, 1943. p. 191-219.
- _____. “People and Languages of Timor”. *Oceania*, v.14, n.4, 1944a. p. 311-337.
- _____. “People and Languages of Timor”. *Oceania*, v.15, n.1, 1944b. p. 19-48.
- CHARPENTIER, J.-M. “La Survivance du Créole Portugais *Makaísta* in Extrême-Orient”. ANDRADE, E.; KHIM, A. (orgs.). *Actas do Colóquio sobre “Crioulos de Base Lexical Portuguesa”*. Lisboa: Colibri, 1992. p.81-95.
- CROWLEY, T. *An Introduction to Historical Linguistics*. Second Edition. Auckland: Oxford University Press, 1994.
- ECCLES, L. “Early Chinese accounts of Timor”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.6, 2004. p. 178-187.
- ENGELHOFEN, A. “The position of Makuva among the Austronesian languages in East Timor and Southwest Maluku”. In: Adelaar, K. A.; Pawley, A. (eds.). *Austronesian historical linguistics and culture history: a festschrift for Bob Blust*. Canberra: Pacific Linguistics, 2009a. p. 411-428.
- _____. “On derivational processes in Fataluku, a non-Austronesian language in East Timor”. In: WETZELS, L. (ed.). *The Linguistics of Endangered Languages*. Contributions to Morphology and Morphosyntax. Utrecht: LOT, 2009b. p. 333-362.
- FOX, J. “Tracing the path, recounting the path: historical perspectives on Timor”. In: FOX, J. J.; SOARES, D. B. (eds.) *Out of the ashes: destruction and reconstruction of East Timor*. Hindmarsh: Crawford House Publishing, 2000. p. 1-27.

- GILDEA, S. *On Reconstructing Grammar*. Comparative Cariban Morphosyntax. Oxford University Press, 1998.
- GRACE, G. W. “The “aberrant” versus “exemplary” Melanesian languages”. In: BALDI, P. (ed.). *Linguistic Change and Reconstruction Methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. p. 155-73.
- HARRISON, S. P. “On the Limits of the Comparative Method”. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- HOCK, H. H. *Principles of Historical Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1991.
- HOLM, J. *Pidgins and Creoles*. Vol. 1. Cambridge: CUP, 1988.
- _____. *Pidgins and Creoles*. Vol. 2. Cambridge: CUP, 1989.
- HULL, G. “The Basic Lexical Affinities of Timor’s Austronesian Languages: A Preliminary Investigation”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.1, 1998. p. 97-202.
- _____. “O Mapa Lingüístico de Timor Leste: Uma Orientação Dialectológica”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.4, 2001a. p 1-19.
- _____. “A Morphological overview of the Timoric Sprachbund”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.4. 2001b. p. 98-205.
- _____. “The Papuan Languages of Timor”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.6, 2004. p. 23 -100.
- HULL, G.; BRANCO, S. J. “O Enigma da Língua Macuva”. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.5, 2003. p. 107-134.
- LEWIS, P. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas: SIL International, 2009. Versão online: <http://www.ethnologue.com/>.
- LOBATO, M. “Malaca”. In: *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol.I Tomo II. Lisboa: Fundação Oriente, 2000a. p. 13-74.
- _____. “Timor”. In: *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol.I Tomo II. Lisboa: Fundação Oriente, 2000b. p. 349-374.
- LOUREIRO, R. M. “Os Portugueses em Timor – relance histórico”. In: *Onde Nasce o Sândalo: Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. p. 29-44.
- NICHOLS, J. *Linguistic Diversity in Space and Time*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- O’ CONNOR, S. “Unpacking the Island Southeast Asian Neolithic Cultural Package, and Finding Local Complexity”. I. C. GLOVER; E. A. BACUS & V. C. PIGOTT (eds.). *Uncovering Southeast Asia's Past. Selected Papers from the 10th International Conference of the European Association of Southeast Asian Archaeologists*. Cingapura: National University of Singapore, 2006. p. 74-87.

O'CONNOR, S.; VETH, P. "Early Holocene shell fish hooks from Lene Hara Cave, East Timor establish complex fishing technology was in use in Island Southeast Asia five thousand years before Austronesian settlement". *Antiquity*, v.79, 2005. p. 1-8.

O'CONNOR, S; SPRIGGS, M.; VETH, P. "Excavation at Lene Hara Cave establishes occupation in East Timor at least 30,000–35,000 years ago". *Antiquity*, v.76, 2002. p. 45-50.

OLIVEIRA, L. *Timor na História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Fundação Oriente, 2004.

OLIVEIRA, N. V. "Returning to East Timor: Prospects and Possibilities from an Archaeobotanical Project in the New Country". *Uncovering Southeast Asia's Past. Selected Papers from the 10th International Conference of the European Association of Southeast Asian Archaeologists*. Cingapura: National University of Singapore, 2006. p. 88-97.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

THOMAZ, L. F. F. R. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Difel, 1994.

_____. "Elementos para um glossário luso-timorense". In: *Onde Nasce o Sândalo: Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. p. 157-179.

_____. *Babel Loro Sa'e: O Problema Lingüístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

A aquisição da escrita pela criança repete a gênese escrita

Edjane Alves de Oliveira*

RESUMO

O presente estudo consiste em desvendar a pré-história da linguagem escrita na criança, para revelar o caminho que conduz à escrita e a relação entre esse processo e a aprendizagem. Não tem, no entanto, o intuito de responder de forma definitiva a nenhuma das questões apresentadas, mas, sim, inseri-las como instrumentos de análise nas reflexões sobre o código escrito de nossa língua.

PALAVRAS-CHAVE: ESCRITA, PRÉ-HISTÓRIA, LINGUAGEM, FONETIZAÇÃO.

ABSTRACT

The present study is to uncover the prehistory of written language in children, to reveal the relationship between this process and learning. It has, however, in order to respond definitively to any of the questions, but to include them as tools for analyzing the reflections on the code written-in our language.

KEYWORDS: WRITING, PRE-HISTORY, PHONETIC SYSTEM, LANGUAGE

Introdução

Tradicionalmente, a criança deve possuir, para aprender a ler e escrever, uma boa linguagem, ou seja, um bom desenvolvimento da linguagem oral, no que diz respeito à dicção, vocabulário e complexidade gramatical. Entretanto, apesar das crianças hoje estarem expostas a um único sistema de escrita, a progressão de hipóteses sobre a linguagem reproduz algumas etapas-chave da evolução da história da humanidade.

Segundo Bloomfield, foram necessárias várias gerações de estudo antes que os lingüistas tivessem consciência plena da existência dos fonemas e a identidade de cada fonema individual. A escrita alfabética não foi inventada repentinamente como um sistema já pronto, mas progrediu, através de vários “acidentes”, a partir de um sistema de escrita de palavras. É, portanto, necessária uma série de processos de reflexões sobre a linguagem para passar a uma escrita (Cf. Ferreiro, Teberosky, 1999).

Para Mollica (2006), a contribuição principal em pesquisas dos usos lingüísticos no sentido de colocar a escrita padrão à disposição dos alunos consiste em propor diretrizes de maior

* Aluna de Mestrado em Lingüística- UFRJ. edjanealves@ig.com.br.

eficácia no ensino da língua materna, considerando a heterogeneidade da língua, a fundamentação que descreva os usos naturais e espontâneos do atual estágio do idioma, além de considerar um espectro de processos fonético-fonológicos, morfossintáticos e discursivos que subsidiem a pedagogia.

Para os adultos já alfabetizados, a escrita é uma transcrição da fala, mas o fato da criança não ver transcritas todas as palavras da mensagem oral é um fato importante, porque indica uma concepção de escrita diferente da nossa. O sujeito desse processo tem uma estrutura lógica que constitui, ao mesmo tempo, o marco e o instrumento que definem as características do processo.

Impor concepções adultas de formas metodológicas concretas, não levando em conta os processos naturais da conceitualização, é negar toda a evolução natural da linguagem que está presente na evolução natural da criança. As crianças possuem conceitualização sobre a natureza da escrita muito antes da intervenção do ensino sistemático. Essas considerações não são arbitrárias, possuem uma lógica interna (Ferreiro e Teberosky (1999).

A evolução de escrita

A linha do desenvolvimento histórico foi do pictograma estilizado à escrita de palavras (logografia), numa introdução posterior a um **princípio de fonetização**, que evoluiu paulatinamente até as escritas silábicas. Após uma complexa etapa de transição, culminou no sistema puramente alfabético dos gregos (Cf. Gelb, 1976 e Jensen , 1969- apud Ferreiro, Teberosky, 1999).

Segundo Frutiger, a descoberta de novos testemunhos do pensamento pré-histórico, transmitidos de geração em geração, acumularam-se como quebra-cabeças a fim de chegar à sua montagem lógica. Produzidos na era glacial (cerca de 60.000 anos antes de nossa era), desenhos e formas de sinais riscados, esculpidos e pintados sobre rochas permaneceram intactos e podemos considerar esses “monumentos” como precursores da escrita (2001- p.83).

Antes da escrita, existia um tipo de linguagem ou sistema de comunicação desenvolvido em milhões de anos. Supõe-se que parte dele era feita de sons de curta duração. Como todas as espécies animais enviam e recebem informações expressas por todos os sentidos: visão, audição, tato, olfato, paladar, é válido admitir que uma “linguagem primitiva” não consistia apenas de sons, mas também em vários tipos de gestos, contatos, sensações olfativas, etc.

Mesmo nos dias de hoje o falante sente necessidade de sustentar seu discurso com figuras e gestos.

Calcula-se que os primeiros “escribas” da proto-história tenham vivido no quinto milênio antes de Cristo, na região do Oriente Médio. Segundo Frutiger, através dos “pictogramas”, esquematizavam objetos, datas e ações. A escrita propriamente dita nasceu quando começaram a organizar e “alinhar” os sinais lado a lado ou um sobre o outro. Pouco a pouco, foram surgindo fileiras de sinais que, através de uso constante, desenvolveram-se até formar as culturas de escrita contínua.

A formação de sinais não teve origem comum, mas os elementares apresentaram analogias no que diz respeito à representação pictórica de objetos (a lua em forma de foice, a montanha por triângulos e água por linhas sinuosas alinhadas), resultado da observação e sensibilidade de interpretação dos antigos escribas.

Ocorreram dois tipos de desenvolvimento da escrita que tiveram sua origem nos pictogramas: as escritas que permaneceram figurativas, ou seja, ao longo de muitos séculos, mantiveram-se no estágio pictográfico e as escritas “alfabéticas”, cujos pictogramas originais sofreram transformação em que o traçado foi reduzido à simplificação extrema.

Linguagem

Segundo Martins (2002), o que distingue o homem é a sua capacidade de abstração. Tudo indica que a inteligência do homem pré-histórico era a mesma inteligência reduzida dos animais de grande porte e talvez menor ainda que a deles. O homem se diferenciou espiritualmente no momento em que começou a abstrair e foi a abstração que permitiu o aparecimento da linguagem. Essa possibilidade de abstração revela infinitas possibilidades.

O processo de desenvolvimento da linguagem constitui uma seqüência natural de reconhecer e compreender sua própria época, além do desejo de manifestar esperanças e temores, preservar conhecimento, expressar experiências. Por isso, quando, observamos um desenho pré-histórico, temos a impressão de tratar-se de um registro associando uma linguagem gestual e sonora. Consiste, segundo Frutiger (2001), *num progresso de mão dupla que abrange os sons pronunciados e os gestos desenhados de outro, constituindo o “registro plástico” do pensamento.*

Esses registros tenderam a associar sempre os mesmos desenhos às mesmas imagens. As figuras transformaram-se numa escrita que conservou o pensamento e a fala de forma a permitir sua representação e, portanto, sua leitura em qualquer época.

Segundo Henri Focillon¹, o homem da caverna, utilizando as mãos nas primeiras tentativas de talhar a pedra, exercia um **esforço de abstração**, ou seja, **a mão, fazendo uma coisa ao comando do espírito** ainda obscuro e pesado, ia permitir o **aparecimento da linguagem**.

Vendryès² define linguagem, do ponto de vista psicológico, como atribuição de um valor simbólico ao sinal. Esse processo se funda na abstração e distingue a “**linguagem natural**” de todos os outros animais a uma “**linguagem artificial e convencional**” do homem.

Edward Sapir, escrevendo o artigo “*Language*” na *Encyclopedia of the Social Sciences*, observou que a linguagem em si mesma é uma complexa e maravilhosa mistura de dois sistemas de padrões, o simbólico e o expressivo, nenhum dos quais poderia se desenvolver até a sua atual perfeição sem a interferência do outro (apud Martins, 2002).

Mikhail Bakhtin³ enxergou a linguagem como um constante processo de interação mediado pelo diálogo e não apenas como um sistema autônomo. Escreveu o filósofo: “*A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não conhecemos por meio de dicionários ou manuais de gramática, mas graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação efetiva com as pessoas que nos rodeiam*”.

Segundo Henri Berr (apud Martins, 2000), a linguagem é, desde suas origens, psicologia em ato. A consciência existe associada à linguagem. Na conclusão de Saussure (apud Martins), tudo na língua é psicológico, “mesmo as manifestações naturais e mecânicas, como as mudanças de sons”.

A evolução da linguagem partiu, portanto, do concreto para o abstrato, tendo como ponto de partida o de atribuir ao sinal um valor simbólico. Dessa forma, a linguagem representa a expressão do pensamento, ainda que não se expresse oralmente. Para Jean Hankiss a linguagem é o instrumento de análise do pensamento e, para Sapir, o homem somente percebe os objetos exteriores através dos sentidos, e a expressão estabelecida é que se reflete na linguagem (apud Martins, 2002).

¹ *Vi e des formes*, p.104, apud Martins, 2002.

² *Lê langage*, p. XX, op.cit. p.14, apud Martins, 2002

³ *Revista Nova Escola*, agosto de 2009, p.34.

A definição mais geral é a de Vandryès, de ser a linguagem um dos sistemas de sinais. A escrita é da mesma forma um sistema de sinais; ela, assim como a mímica, é uma **linguagem visual** e tendo a linguagem função de comunicar e resulta de contatos sociais, é o “fato social por excelência” (Martins, 2002).

Autonomia da escrita

Para Sapir⁴, é provável que a origem da linguagem não seja um problema que possa ser resolvido apenas com os recursos da lingüística, pois constitui um problema da gênese do comportamento simbólico e da especialização desse comportamento na região laríngea. Para ele, algum auxílio subsidiário nos poderia vir do estudo da linguagem infantil.

Em Teberosky & Ferreiro (1999, p:212), a hipótese silábica, por exemplo, é uma construção original das crianças que não pode ser atribuída a uma transmissão por parte dos adultos. A propósito do reconhecimento das letras individuais, uma das primeiras maneiras estáveis de identificar consoantes consiste *em outorgar-lhes um valor silábico em função do nome a que pertencem, já que as vogais constituem sílabas por si mesmas*. Ocorre, na criança, um conflito potencial entre noções diferentes. Por um lado, as formas fixas, promovidas por estimulação externa e aprendidas com uma correspondência global entre o nome e a escrita; por outro, uma hipótese construída pela criança ao tentar passar da correspondência global para a correspondência termo a termo, que a leva a atribuir valor silábico a cada letra.

Em 1995, Frèvier⁵ definiu a escrita tal como é hoje: “*um procedimento do qual nos servimos para imobilizar, fixar a linguagem articulada, fugaz por sua essência*”. Mas, já em seu prefácio, o autor observava que “as formas embrionárias da escrita são outra coisa além de uma pura e simples notação do pensamento” (Frèvier, 1995, introd.).

Segundo ele, o homem civilizado pensa através de conceitos que se materializam em forma de nomes. Por isso, o ato da escrita revela-se preponderante quando recuamos na história da humanidade. Os homens da caverna, por exemplo, visavam garantir uma boa caça desenhando bisões flechados e sangrando. A escrita era, para eles, um ato mágico.

Para Frèvier, os meios de expressão dividem-se em momentâneos e duráveis. Entre os momentâneos temos a linguagem oral, a linguagem dos gestos, a linguagem dos tambores e os

⁴ Apud Martins, 2002.

⁵ Em 1948, J. Frèvier publicou *Histoire de l'écriture* (apud Rego, 2006)

sinais de fumaça, entre outros. Dentre estes, o que teve maior desenvolvimento foi a fala, embora os gestos a acompanhem em maior ou menor grau. Os meios de comunicação duráveis surgiram da necessidade de uma comunicação que ultrapassasse o momento presente. O autor reuniu os meios de expressão em vários grupos: os nós, os signos geométricos, os sinais pictográficos, os signos silábicos e, finalmente a letra (apud Rego, 2006).

As formas embrionárias da escrita são autônomas em relação à palavra, sendo o signo herdeiro do símbolo. A partir do signo, a escrita tendeu a coincidir com a palavra por aproximação, alusão ou sugestão. Em uma primeira etapa, um signo de escrita ou um grupo de signos sugeriram uma frase ou idéia (escritas sintéticas ou de idéias). Em uma segunda etapa, o signo passou a representar uma palavra e não mais evocar uma frase (escrita analítica ou ideográfica, ou ainda, escrita de palavras). A passagem final foi a notação de sons que constituiu as escritas silábica e alfabética. Estas escritas são fonéticas porque registram o som das palavras e não o seu significado.

Segundo Frèvier, esta seqüência evolutiva trouxe vantagens e desvantagens. Entre as desvantagens, ***a perda da autonomia em relação à fala.***

A teoria de Gelb trouxe algumas reordenações importantes para a história da escrita de Frèvier. Sua principal contribuição, segundo Rego, foi o signo silábico. Este seria um elemento da escrita onde há necessariamente uma vogal, que pode ou não reter características prosódicas. O signo silábico difere da sílaba tal como é definida como um elemento da linguagem falada marcado principalmente pelos aspectos prosódicos e que pode, mas não necessariamente, conter uma vogal (1973, apud Rego, 2006),.

Gelb (1973) criou uma tipologia: escritas logossilábicas, silábicas e alfabéticas. Assim como Frèvier, Gelb definiu algumas formas de comunicação como duráveis e momentâneas e dividiu a comunicação em três grupos: visual, auditiva e tátil.

Pommier⁶, de um ponto de vista psicanalítico, no capítulo “*Problemas clínicos da escrita*”, defendeu a tese de que a aquisição da escrita pela criança repete a gênese da escrita. Segundo o autor, os primeiros desenhos de uma criança apresentam fantasmas que são recalçados e depois retornam como letra. Quando uma criança não escreve é porque não consegue representar com o valor psíquico que esta representação tem. Para ele, há um caminho a

⁶ *Naissance et renaissance de l'écriture*, 1993, apud Rego, 2006.

percorrer e, para a criança, é necessário passar por todas as estações deste caminho até acessar a escrita.(apud Rego, 2006: p.76).

Para defender a hipótese de uma invenção da escrita comum à humanidade e a cada sujeito em particular, seria também necessário teorizar uma origem da letra comum a todas as situações onde uma mensagem é transmitida: sonho, desenho, pictograma ou escrita alfabética. Para Pommier, todas as formas de representação gráfica teriam uma origem comum e nenhuma é melhor ou superior à outra.

Segundo Rego (2006), pro exemplo, alguns hieróglifos foram totalmente transformados em signos consonantais. Contudo, os egípcios não chegaram à escrita alfabética, devido ao seu apego aos hieróglifos, portadores da potência da imagem.

A autora afirma que a história da escrita caminha do pictograma ao silabismo através do rébus, ou seja, “o ideograma no estágio em que deixa de significar diretamente o objeto que representa para indicar o fonograma correspondente ao nome deste objeto”⁷, e do rébus ao consonantismo e às vogais. A escrita chinesa, por exemplo, não cumpriu esse percurso e é um enigma para estudiosos da escrita.

Pommier buscou uma resposta para o atraso de séculos na escrita de vogais. O alfabeto fenício, por exemplo, tinha 22 consoantes e nenhuma vogal. Para poder pronunciar a palavra, era necessário conhecê-la antes, pois as palavras só com consoantes eram impronunciáveis (apud Rego: p. 79).

Fonologicamente, a vogal é definida como o som emitido pela voz sem ruído de ar; são sons musicais produzidos por vibrações periódicas do ar laríngeo que ecoa livremente pelo canal bucal. Já a consoante é um som que compreende uma obstrução; são fonemas produzidos pela passagem do ar através da garganta com a boca fazendo obstáculo. Pommier observou que a expressão oral mais original é a vocálica: o grito, a dor, o gozo. Percebeu, então, um desemparelhamento entre a fala e a escrita. “Enquanto na fala a vogal é mais imediata, na escrita ela leva séculos para aparecer e, neste ínterim, transforma o escrito num corpo literal radicalmente distinto da fala.” (apud Rego, p:80).

O desenvolvimento de nomes próprios exerceu papel importante no desenvolvimento das escritas através da história. Segundo Gelb (1976)⁸, estudando os começos da escrita sumeriana (aproximadamente até 3100 a.C.) afirmou que a necessidade de uma

⁷ (Houaiss, 2001)

⁸apud Ferreira e Teberosky, 1999.

representação adequada para os nomes próprios levou finalmente ao desenvolvimento da fonetização. Para ele, a fonetização surgiu da necessidade de expressar palavras e sinais que não podiam ser indicados apropriadamente com desenho ou combinação de desenhos. Não referiu-se à utilização ainda de caracteres com valor sonora estável como nossas letras, mas ao princípio de utilização de identidades ou semelhanças sonoras entre as palavras para representar novas palavras. (Cf. Ferreiro e Teberosky, 1999, p.223).

Gelb afirmou que, uma vez introduzido este princípio de “**fonetização**”, desenvolveu-se a convenção de formas empregadas e com ela a correspondência estável entre sinais e valores silábicos, convenções de orientação e direção da escrita e ordem de sinais que corresponda à ordem de emissão na linguagem.

Estudos apontam para o nome próprio como a primeira forma estável dotada de significação. No começo da interpretação da própria escrita, a criança pode acompanhar seus desenhos de outros sinais que representam seu próprio nome e essa referência logo se generaliza em nomes de objetos. (Ferreiro e Teberosky, 1999).

Considerações finais

Existe uma progressão regular e natural nas etapas do desenvolvimento da aquisição da escrita, assim como um certo conhecimento implícito da estrutura fônica na linguagem humana, que, com ou sem a intervenção escolar, não coincidem com inserção da criança de imediato no sistema alfabético de escrita. A escrita não pode ser uma transcrição da fala, pois existem regras próprias que as crianças irão descobrindo, além das regras de transcrição sonora.

A pesquisa sobre língua e escrita está apenas no começo, mas aponta para discussões lingüísticas sobre processos que conduzem à escrita e uma releitura da “unidade linguística fonema” que podem auxiliar na tomada de consciência da própria linguagem.

Referências Bibliográficas:

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. *A Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FRUTIGER, Adrian. *Sinais e símbolos – desenho, projeto e significado*. Trad. Karina Jannnni.SP: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita – História do livro, da imprensa e da biblioteca*. SP: Ática, 2ª ed., 1996.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da Linguagem Coloquial à Escrita Padrão*. RJ: 7 Letras, 2003.

REGO, Cláudia de Moraes. *Traço, letra, escrita: Freud, Derrida e Lacan*. RJ: 7 Letras, 2006.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo – 3ª ed. SP: Martins Fontes, 2005.

Domínios de Lingu@agem

Revisitando a periodização do português: o português médio

Esperança Cardeira*

Abstract

The aim of this paper is to clarify the definition 'português médio' (Middle Portuguese), describing the historical, social and cultural factors which lead to this phase of the history of our language and presenting some variables that act as key phenomena to delimit the boundaries of Middle Portuguese.

Key-words: Periodization, Middle Portuguese, elaboration, standardization.

Varição, mudança e periodização

É, nos nossos dias, um facto conhecido que as línguas estão em permanente mudança. Ainda assim, ao lermos um texto antigo estranhámos a estrutura, o léxico, a grafia, mas conseguimos compreendê-lo. Porquê? A verdade é que a mudança não atinge a língua como uma ruptura: a cada momento, novas estruturas emergentes combinam-se com elementos antigos de tal forma que a língua, sendo um sistema dinâmico e em contínua mudança, nos ilude com uma aparente estabilidade. A mudança, sempre presente na língua, nunca é demasiada ou seja, nunca põe em perigo a continuidade nem a comunicação. Embora o português esteja a mudar agora, neste preciso momento não nos apercebemos da mudança (mesmo que sejamos sensíveis à variação). Precisamos de olhar à distância: então, sim, percebemos claramente que a nossa língua mudou e que o português já não é o que era.

Qualquer falante é sensível à variação, reconhecendo-a presente na sua língua quer a nível geográfico quer na estratificação social. Parece claro que a variação existe na língua em qualquer sincronia. Seria absurdo imaginar que em épocas passadas não houvesse, tal como hoje, variação social e regional na língua. Significa isto que a variação não pode ser exclusivamente objecto de estudos sincrónicos. Uma vez que a dicotomia saussureana sincronia-diacronia se tem revelado insuficiente para dar conta do processo histórico da mudança linguística, a investigação em linguística histórica deverá ter em conta a variação, tornando-se mais abrangente e completando-se com uma perspectiva diatópica, diastrática e diafásica ou seja, encarando o sistema linguístico como um diassistema. Por isso, a escolha de

* Doutorada em Linguística Portuguesa, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

um *corpus* para a observação de processos de mudança linguística não pode deixar de materializar estas diversas perspectivas, seleccionando documentos de diferentes proveniências geográficas, textos literários e não literários, originais e cópias, certidões ou traduções: um *corpus* abrangente, necessário para caracterizar de forma significativa uma determinada sincronia, terá que considerar que cada tipo textual espelha realidades linguísticas diversas. Mas imaginemos, por um momento, que o investigador dispõe de um conjunto ideal de documentos: ainda assim, a língua que irá estudar será apenas e sempre a escrita, nunca a oral. Nunca poderemos saber, realmente, como se pronunciava o português em épocas passadas. Não estávamos lá. Não podemos ouvir. A história de uma língua nunca é, na verdade, toda a história.

Se a variação está presente na sincronia, então a mudança, que implica variação, também estará sempre presente em qualquer língua viva. É certo que pode haver variação sem mudança e que podemos isolar duas ou mais variantes em coexistência pacífica sem que, durante algum tempo, uma tendência significativa para a escolha de uma delas seja claramente identificável. Mais cedo ou mais tarde, contudo, será de esperar que uma dessas variantes seja seleccionada enquanto superestrutura linguística, configurando uma mudança. Assim, a variação sincrónica surge justamente como o veículo da mudança linguística ao desfavorecer (e, logo, eliminar) determinadas variantes em favor de outras socialmente valorizadas. Quero com isto dizer que a variação e a mudança estão, necessariamente, presentes em qualquer sincronia, daí decorrendo não me parecer legítima a dissociação sincronia/diacronia.

Ora, se é óbvio que qualquer sincronia apresenta variação, também será óbvio que, uma vez que a mudança decorre da variação e ambas operam continuamente na língua, a delimitação de fronteiras entre períodos na história de uma língua deverá ser, inevitavelmente, artificial. Dito isto, a verdade é que a investigação em linguística histórica incide, precisamente, na comparação entre várias gramáticas sincrónicas deduzidas da observação de documentos escritos e na interpretação das diferenças entre essas gramáticas como o desenvolvimento histórico da língua, no pressuposto de que a língua escrita desses documentos reflectirá em maior ou menor grau a língua falada na época. Embora não tenhamos consciência de que a língua que falamos está a mudar, quando comparamos documentos escritos em épocas diferentes, reconhecemos diferenças entre essa língua e a que falamos actualmente. Todavia, por muitos cortes sincrónicos que façamos, nunca daremos conta da continuidade da língua:

se o processo de evolução da língua fosse um processo descontínuo, então sim, existiriam rupturas entre fases sucessivas e teríamos claramente consciência da mudança.

Em suma: se o investigador esquecer a variação linguística e a continuidade da evolução acabará por criar artificialmente um estado de língua que, ao corresponder a uma média deduzida dos dados concretos que recolheu, nunca poderá dar conta da realidade que pretende descrever. É com este problema que se depara quem pretende estabelecer períodos na história de uma língua. Como traçar fronteiras num sistema que evolui na continuidade? E por quê ou para quê? Simplesmente porque o nosso pensamento precisa de pontos de referência. Dividimos a nossa vida em etapas, passamos pela infância, adolescência, idade adulta, terceira idade... Dividimos a história da humanidade em eras. Fazem-nos falta, estas balizas, para nos situarmos. O mesmo se passa com a história de uma língua. Pela sua própria natureza, a evolução da língua torna artificial qualquer divisão cronológica precisa mas as vantagens que uma tal periodização apresenta, enquanto instrumento de trabalho, justificam as repetidas tentativas dos historiadores da língua.

O problema é o seguinte: como delimitar períodos na história de uma língua? Quando começa e quando acaba um período? A evolução de uma língua é determinada não só por factores estritamente linguísticos mas também por mudanças históricas, económicas, sociais, culturais, que se materializam em profundas transformações na mentalidade dos falantes. Que factores e que momentos deveremos considerar fundamentais na história da língua que falamos? As propostas de periodização têm respondido a esta questão de modos diversos: umas partem das divisões tradicionais da história, outras baseiam-se na produção literária, outras, ainda, referem-se, exclusivamente, aos factos linguísticos. A periodização de uma língua, sendo artificial, depende de considerações subjectivas. Não é, por isso, nem poderia ser, consensual. Atribuir uma designação a uma determinada fase da história de uma língua implica um complexo de considerações de ordem histórica e cultural, além de linguísticas. Não são questões pacíficas a delimitação temporal, a nomeação e definição de um período histórico. Dar nome a uma fase histórica do português é já defini-la, enformá-la em determinada visão: o período *trovadoresco* será um período literário, enquanto *galego-português* é uma designação que pode ser conotada com uma perspectiva histórica, literária ou linguística. Talvez por isso, em obra recente (2006), *Introdução à História do Português*, Ivo Castro considere ser mais interessante e próximo da verdade repartir a história do português em dois ciclos ou movimentos sucessivos de crescimento. O primeiro é o ciclo da *formação da língua* (séculos IX a XV), em que a língua acompanha o movimento da Reconquista, virando-se para

sul. O segundo ciclo, da *expansão da língua*, corresponde ao período dos Descobrimentos, quando o português se consolida em Portugal e se instala fora da Europa. Esta proposta de Castro espelha de forma mais realista a história da nossa língua mas não nos permite ignorar as propostas tradicionais, que intentam estabelecer fronteiras mais precisas:

	L. Vasconcellos (1911)	S. Silva Neto (1957)	P. V. Cuesta (1971)	Lindley Cintra (Castro 1999)	E. Bechara (1991)
Até séc. IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário	
Até c.1200 (1175)	Proto-histórico	Proto-histórico			
Até 1385/1420	Arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Antigo	Arcaico
Até 1536/1550		Comum	Pré-clássico	Médio	Arcaico médio
Até séc. XVIII	Moderno	Moderno	Clássico	Clássico	Moderno
Séc. XVIII em diante			Moderno	Moderno	Hodierno

O português médio

O período que vou tentar definir aqui é o do *português médio*. Enquanto Leite de Vasconcellos considera o português arcaico uma fase alargada que se estende desde o surgimento dos primeiros textos escritos em português até meados do século XVI, Serafim da Silva Neto, na esteira de Carolina Michaëlis (1946), subdivide o português antigo em duas fases: a *trovadoresca*, até 1350, e o período do *português comum* (que corresponde àquele que Michaëlis designava como período da *prosa histórica*). As designações que Michaëlis usa ('trovadoresco' e 'prosa histórica') mostram-nos um olhar sobre a evolução linguística que decorre claramente do destaque dado à produção literária. Outros factores podem ser tomados em consideração: Pilar Vázquez Cuesta, Lindley Cintra e Evanildo Bechara apresentam

propostas que se fundamentam nos efeitos linguísticos de grandes transformações histórico-sociais. Estas transformações decorrem da crise dinástica que, culminando na batalha de Aljubarrota em 1385, instaura uma nova dinastia. Com D. João I e a dinastia de Avis, a antiga aristocracia declina e sobe ao poder a burguesia. Com a revolução política e social dá-se, também, uma revolução linguística: Lisboa torna-se o centro do país e local de elaboração da norma.

Na classificação de Pilar Vázquez Cuesta, este período de profundas transformações é designado como *português pré-clássico* e na de Lindley Cintra como *português médio*. Evanildo Bechara (1991) retoma este termo, propondo a seguinte periodização: fase *arcaica* até final do século XIV, fase *arcaica média* durante todo o século XV e até à primeira metade do XVI, quando começa a fase *moderna*.

Aos factores políticos acrescenta Dieter Messner (1983 e 2002) um elemento que terá, também, contribuído para a mudança linguística: o crescimento dos centros urbanos, à custa de um movimento migratório das populações rurais¹, que se traduziu em renovação da estrutura sócio-política e económica tradicional e que favoreceu a simplificação e nivelamento da língua (ou seja, uma *koinização*) para permitir a comunicação entre falantes de variedades diversas. É durante esta fase de koinização que se situa o português médio.

Clarinda Maia (1986) e Ramón Mariño Paz (1998) introduzem, ainda, outro aspecto a ter em conta na caracterização do português médio: o processo de diferenciação entre o galego e o português. Até ao século XIV português e galego constituem uma unidade que se foi definindo através de um processo de *distanciamento* em relação às outras línguas românicas; do século XV em diante, enquanto o português sofre mudanças que o encaminham no sentido da *elaboração*² de um padrão que terá como modelo a língua literária, na Galiza castelhanizada o galego sobrevive apenas no uso oral.

Consideremos, portanto, que o período trovadoresco constitui uma fase comum galego-portuguesa que termina com a separação entre português e galego, no momento em que a vitória da burguesia sobre a aristocracia rural nortenha, simbolizada pela batalha de Aljubarrota, determina a deslocação do centro vital do reino para o sul e que Lisboa, se torna

¹ Segundo Messner, as pestes dos finais do século XIV terão dizimado grande parte da população, particularmente nas cidades. As populações rurais convergiram, então, para os centros urbanos.

² Uso os termos ‘distanciamento’ e ‘elaboração’ no sentido klossiano (sobre esta questão, vd. Joseph 1987; desenvolvo estes conceitos em Cardeira 2005).

o grande (e crescente) centro urbano do país. Mais do que um período de convivência entre formas arcaicas e aquelas que virão a perdurar, o português médio é um período, relativamente curto, em que se registam mudanças que anunciam, já, o português que hoje falamos:

português antigo	português médio
hiatos	Resolução de hiatos: crase; ditongação; inserção de consoante ou semivogal
Três terminações nasais: -ANU > -ã-o -AM, -ANT, -ANE > -ã -UM, -UNT, -ONE, -UDINE > -õ	Unificação das terminações nasais: -ãw
Particípio passado (2ª e 3ª conj) -udo	Particípio passado -ido
-d- na 2ª pes. plural	Síncope de -d- e ditongação
Terminação paroxítona em -vil/-vel	Terminação paroxítona em -vel
Duas séries de possessivos: Átona: <i>ma ta sa</i> / Tónica: <i>mã tua sua</i>	Desaparecimento da série átona dos possessivos
Palavras em -agem masculinas/femininas	Palavras em -agem femininas
Nomes uniformes em -or, -ol, -ês	Biformização dos nomes
Predomínio da coordenação	Introdução da subordinação

O quadro acima mostra que durante o período a que chamamos português médio a língua retomou um modelo latino que a renovou e enriqueceu, e que serviu de suporte à sua gramatização a partir do século seguinte (é durante o português médio que se verifica a introdução da subordinação na construção frásica, em oposição a uma construção típica do português antigo, em que predominava a coordenação; do mesmo modo, desaparecem ou substituem-se vocábulos arcaicos e alarga-se o léxico com recurso a empréstimos do latim). Mostra, também, um conjunto de soluções niveladoras e tendencialmente inovadoras que poderemos relacionar com um processo de koinização (a resolução de hiatos, a substituição da terminação -udo do particípio passado da 2ª e 3ª conjugações por -ido, a síncope de -d- na 2ª pessoa do plural da flexão verbal, a substituição da terminação paroxítona -vil por -vel, o

desaparecimento da série átona dos possessivos *ma, ta, sa*, a regularização e fixação do género em formas nominais). Este tão largo conjunto de mudanças em tão curto espaço de tempo não pode ser casual e, julgo, deve ser encarado como indício claro de um processo de elaboração linguística em curso.

Que factores determinaram estas mudanças? Para elas contribuíram uma força política (a emergência do conceito de ‘nação’), uma força cultural (o desenvolvimento da prosa e a sua divulgação pela imprensa) e uma força social (os Descobrimentos): estes três vectores foram determinantes para a normatização e fixação (i.e., para a *standardização*) do português europeu.

Desde finais do século XIV e ao longo dos séculos XV e XVI, a sociedade portuguesa sofreu profundas alterações. Iniciou-se uma nova dinastia e mudaram as classes detentoras do poder. Portugal ganhou uma nova capital, o poder deslocou-se para Lisboa e o saber para a Universidade. A revolução de 1383-1385, ao determinar a queda da antiga nobreza setentrional, determinou, também, uma rejeição das suas características linguísticas, substituídas pelas da região em que a nova corte se instala. Foi assim que a variedade dialectal da área centro-meridional, terra reconquistada e repovoada, lugar de encontro de gentes e dialectos e, por isso, lugar de koinização³, se constituiu como base de normalização linguística. Norte e sul opunham-se já, em consequência das estratégias da Reconquista e do repovoamento: um norte-noroeste de ‘terras antigas’, densamente povoado, estável, dialectalizado, centro da produção trovadoresca e ligado à Galiza, demarcava-se de um centro-sul moçárabe, reconquistado, de população rarefeita e com uma língua homogeneizada pelo repovoamento. No século XV este eixo centro-meridional tornou-se o modelo sobre o qual se construiu a elaboração linguística do português, funcionando como ‘força centrípeta’ e absorvendo as distintas áreas dialectais, deixando à margem as características do norte.

Quando observamos a actual estruturação dialectal da faixa ocidental da Península Ibérica apercebemo-nos de que uma antiga unidade histórica e linguística, o galego-português dos Cancioneiros medievais, se ramificou em duas línguas. A norte do Minho o galego, reprimido durante séculos. A sul, e virado para o mar, o português, que sofreu, a partir do século XV, um processo de elaboração que o instituiu como idioma nacional. A divisão geográfica que o português conhece actualmente, em variedades setentrionais e centro-meridionais,

³ Uso o termo ‘koinização’ no sentido em que Siegel (1985) o aplica, como um resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos.

corresponde a dialectos primários e secundários. Os dialectos primários constituem os formados na área original do galego-português, que abrangia a região de Entre-Douro-e-Minho, a Galiza e a zona ocidental das Astúrias. No norte, da Galiza ao Douro, o repovoamento, iniciado ainda no período em que a reconquista partia das Astúrias e Leão, acrescentou a uma antiga população rural novos senhores que se apossaram de terras e pessoas. A fronteira política entre o Reino de Portugal e a Galiza, imposta a uma população estável e densa, não conseguiu quebrar a unidade linguística nem nivelar a riqueza dialectal que a sua estabilidade, densidade e antiguidade justificam. Os dialectos secundários, por outro lado, são o resultado da colonização linguística interna portuguesa no centro e sul. Nestes territórios de colonização, a mistura de populações vindas quer de norte quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades linguísticas, materializou-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação. Assim, os dialectos setentrionais portugueses são, de algum modo, a continuação dos dialectos galegos, distinguindo-se claramente de uma área de dialectos centro-meridionais, mais homogénea e inovadora, em que se elaborou a norma do português. Ao Entre-Minho-e-Douro, terra de senhores e mosteiros, opõe-se o Entre-Douro-e-Tejo, terra de concelhos e do rei (a sul do Douro, principalmente entre o Mondego e o Tejo, o repovoamento teve um carácter municipal, concentrando-se em torno das cidades e ao longo das principais vias). Do vale do Tejo para sul, do repovoamento praticado pelas ordens militares resultaram vastas propriedades e fraca densidade populacional. Foi nestas terras ‘novas’ que foram criados os concelhos de tipo ‘perfeito’, instituídos pelo rei com a outorga de um foral que modelava uma completa organização municipal. Os dialectos portugueses centro-meridionais, foram, portanto, forjados em terras reconquistadas e repovoadas, onde a necessidade de comunicação entre falantes de variedades diversas propiciou o desenvolvimento de uma espécie de língua franca, simplificada e regularizada⁴ (i.e., koinizada). Foi esta língua franca, tornada língua materna da nova comunidade, que serviu de base à posterior elaboração quando, após a crise de 1383-1385, Lisboa se tornou um atrator de gentes e interesses e a Corte de Avis uma força centrípeta que lançou os fundamentos de um idioma nacional.

⁴ Referindo-se ao processo de koinização no espanhol da América, Beatriz Weinberg (1994: 47) afirma que “era más fácil para los hablantes que poseían determinadas oposiciones perderlas que para quienes no las tenían adquirirlas” e que “en la alternativa de aprender una variedad con mayor número de oposiciones o una variedad simplificada, les resultaba mucho más sencilla la segunda posibilidad.” Penso que as mesmas afirmações se podem aplicar a Portugal.

O início do século XV marca, também, uma nova fase na história de Portugal, a fase da expansão. Ivo Castro (2006) chama-lhe ‘ciclo da expansão da língua’, afirmando que se sucede ao ‘ciclo de formação da língua’. Silva Neto (1961: 3-4), que também identifica dois grandes ciclos na evolução do português, distingue a *formação do domínio linguístico português* (determinada pela Romanização, de sul para norte, e pela Reconquista, de norte para sul) da *formação da língua nacional* (que decorre da constituição do Estado). Podemos encontrar um paralelismo entre esta perspectiva e a de Kloss (divulgada por Muljačić), que considera duas fases no nascimento dos idiomas: na primeira, a fase do distanciamento, a língua diferencia-se das outras línguas da mesma família; a segunda fase é determinada pela criação de forças centrípetas (centralização do poder, constituição de modelos sociais e desenvolvimento da consciência de pertença a uma comunidade) que iniciam um processo de unificação linguística, eliminação da diversidade dialectal e elaboração de um idioma nacional. É esta segunda fase que nos interessa, já que é nela que se insere o português médio. O momento em que o eixo vital do reino se desloca para sul é, também, o momento em que se instaura uma monarquia centralizadora, que pretende afirmar e consolidar Portugal dentro e fora da Península. A corte de Avis promove a constituição de uma identidade nacional, com base na distância portuguesa em relação a Castela, aos castelhanos e aos portugueses que por eles tomaram partido. O português diferencia-se, assim, não só do castelhano mas também dos dialectos setentrionais falados pela antiga nobreza portuguesa. E os portugueses começam a adquirir consciência de que integram uma comunidade (uma nação) que partilha valores (a defesa do território, a história, as crenças, a língua). Lembremos que são os príncipes de Avis que inauguram, em Portugal, o período a que Michaëlis chama ‘da prosa histórica’, escrevendo, traduzindo e mandando escrever e traduzir.

Para que uma língua se torne um idioma nacional precisa de passar por um complexo processo de elaboração e standardização que combina a influência de variados factores de ordem histórica, social, cultural, económica e, até, linguística. Se podemos considerar o galego-português como uma língua essencialmente poética, já o português médio alargou o seu campo a todos os ramos de pensamento e a todos os tipos de produção textual. Ora, uma vez que a língua medieval não poderia responder às necessidades que o desenvolvimento literário implicava - nomeadamente no campo dos conceitos abstractos -, a elaboração linguística materializou-se, ainda, num significativo enriquecimento do léxico através de neologismos que são, em grande parte, latinismos. Embora D. Dinis tivesse já convertido o português em língua oficial, a língua de ensino era, ainda, o latim: na Universidade, o estudo

da Gramática ainda consistia em aprender a ler e escrever latim. O modelo linguístico presente no espírito dos alfabetizados era, portanto, o latim. Assim, se o latim era encarado como modelo, que melhor fonte para colmatar as lacunas da chamada ‘língua vulgar’? Por isso, um processo de grande expressão a partir do século XV é o da relatinização do português. Os novos prosadores, à falta de vocábulos portugueses recorreram, de novo, ao Latim. D. Duarte, por exemplo (e note-se que D. Duarte não gostava de usar palavras ‘latinadas’ e tentava dar-lhes feição portuguesa ou explicava-as dizendo, p. ex. no *Leal Conselheiro*: “da yra seu proprio nome em nossa lingoagem he sanha”), sentiu necessidade de recorrer ao latim: *satisfação*, *malícia*, *circunstância*, *abstinência*, *infinito*, *fugitivo*, *evidente*, *intelectual*, *abranger*, *apropriar* ou *reduzir*, são exemplos de latinismos incorporados no português, no século XV, pela mão do rei. Esta relatinização do português que se verificou a partir do século XV explica as chamadas ‘formas divergentes’ que resultam, em geral, da reintrodução de termos já existentes, num momento em que os processos evolutivos activos na língua são já outros. É claro que se muitas palavras novas entraram na língua durante este período, muitas outras desapareceram (*trigança* ‘pressa’, *femença* ‘atenção’, *avisamento* ‘prudência’), mudaram de sentido (*mantimento* ‘manutenção’, *falecimento* ‘falta’, *instrumento* ‘acta’) ou foram substituídas (*ensinança* por *ensinamento*, *perdoança* por *perdão*).

Se a partir do século XV, a história de Portugal e do português deixou de confinar-se a uma estreita faixa ocidental na Península Ibérica, já que os descobrimentos e conquistas levaram a língua aos mais distantes pontos do mundo, também trouxeram para Portugal novas gentes e novas culturas. O contributo da expansão portuguesa não pode ser medido apenas pelas conquistas territoriais, pelo contacto dos portugueses com outros povos ou pela implantação da língua em paragens remotas. Acompanhando o movimento exógeno existiu, desde meados do século XV, um processo de ‘recrutamento’ de uma nova camada populacional, composta essencialmente por escravos africanos, que ia preenchendo a lacuna deixada pelos portugueses que partiam. Estes africanos vieram a constituir uma fatia significativa da população portuguesa quer nas zonas rurais quer nas zonas urbanas, principalmente em Lisboa⁵. A sua presença na sociedade teria, forçosamente, algum impacto no favorecimento da simplificação e nivelamento linguísticos, fortalecendo a deriva do português meridional. Fernão Lopes descreve Lisboa como uma cidade ‘de muitas e desvairadas gentes’; será de

⁵ Estima-se que chegassem a atingir cerca de 10% da população rural a sul do Douro logo no princípio do século XV. Em meados do século XVI Lisboa teria uma população de 100 mil habitantes, dos quais cerca de 15 mil seriam africanos.

admitir que estes contactos inter-culturais tenham criado nos portugueses não só uma nova visão do mundo mas também uma maior consciência da sua própria identidade e de pertença a uma comunidade, no confronto com o ‘outro’.

Desde meados do século XVI, data em que surgem as primeiras gramáticas do português (de Fernão de Oliveira, em 1563, e de João de Barros, em 1540) a fixação e normalização da língua tornam-se o ponto fulcral do pensamento metalinguístico: no quadro do movimento dos Descobrimentos portugueses, a ‘questão da língua’, presente em toda a Europa, ganha, em Portugal, uma importância acrescida pela necessidade de ensinar a língua aos povos colonizados. Ao louvor da língua portuguesa e à sua valorização enquanto factor de consolidação de um império, aliou-se o interesse pela codificação. A fixação de uma norma linguística tornou-se um objectivo dos gramáticos (ainda na primeira metade do século XVI, João de Barros ilustra estes interesses, ao escrever um *Diálogo em louvor da nossa Língua*, uma Gramática e uma Cartinha). A imprensa, entretanto, permite uma maior difusão do pensamento e a produção literária em português aumenta e torna-se mais acessível.

Conclusão

As históricas circunstâncias reuniram, no Portugal do século XV, um conjunto de factores que promoveram a mudança linguística. O poder político abandonou os dialectos setentrionais e deslocou-se para sul, região já anteriormente sujeita a grandes movimentos populacionais, resultantes dos processos de reconquista e repovoamento. À antiga população veio juntar-se uma nova camada, na sequência da expansão portuguesa, criando um ‘melting-pot’ favorável à mudança. Simultaneamente, o desejo de afirmação da língua nas terras onde os portugueses se iam fixando, promovia o pensamento metalinguístico. Oliveira e Barros e os que se lhes seguiram codificam uma língua que não é já a medieval mas a emergência de um novo patamar linguístico, mais próximo da modernidade. Desenvolve-se a consciência de uma identidade nacional que permite a estandardização da língua, materializada nas gramáticas, nos dicionários, nas cartinhas para aprender a ler e escrever. E, paralelamente à codificação da língua, procede-se à sua elaboração. As viagens, as descobertas, o encontro com o ‘outro’, são objecto de descrições em que a língua surge crescentemente depurada, lançando as bases de um idioma nacional.

A língua é um conceito político e social, que ultrapassa o âmbito linguístico, e o português tornou-se um idioma nacional precisamente quando Portugal cresceu para além de uma

estreita faixa ocidental na Península Ibérica. A empresa náutica alargou os horizontes portugueses e criou um quadro favorável à elaboração e consolidação da língua portuguesa como idioma nacional e símbolo de um império.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (1991). As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (ed. Dieter Kremer). Tübingen: Max Niemeyer Verlag. Vol. III, 68-75.
- CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CASTRO, Ivo (1999). O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (org. Isabel Hub Faria). Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 367-370.
- CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Ed. Colibri.
- JOSEPH, John Earl (1987). *Eloquence and power: The rise of Language Standards and Standard Languages*. London: Frances Pinter.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARIÑO PAZ, Ramón (1998). *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- MESSNER, Dieter (1983). A peste de 1348, um factor muito pouco considerado nas Histórias das Línguas Românicas. *Boletim de Filologia*, 28, 237-239.
- MESSNER, Dieter (2002). Conjecturas sobre a periodização da língua portuguesa, *Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística*, Trilhas Lingüísticas, 3, 97-117.
- MULJAČIĆ, Zarko (1988). Emergence et genèse des langues romanes. *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (ed. Dieter Kremer). Tübingen: Max Niemeyer Verlag. Vol.v, 186-191.
- SIEGEL, J. (1985). Koines and koineization. *Language in Society*, 14, 357-378.
- NETO, Serafim da Silva (1952-1957). *História da língua portuguesa* (4ªed., 1986). Rio de Janeiro: Presença.
- NETO, Serafim da Silva (1961). *A Constituição do Português como Língua Nacional*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- TEYSSIER, Paul (1980). *Histoire de la langue portugaise*. Trad. port. de Celso Cunha (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1911). *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1946). *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Lisboa: Dinalivro.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Trad. port. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos (1980). Lisboa: Edições 70.

WEINBERG, Maria Beatriz Fontanella de (1994). *El Español de América*. Madrid: Editorial MAPFRE.

Domínios de Lingu@agem

Um estudo diacrônico sobre a estrutura da construção de tema em português

Fábio Izaltino Laura*

RESUMO: Neste artigo, temos o objetivo de mostrar as características estruturais do constituinte com função pragmática de Tema de acordo com a teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997) que não vê essas construções como casos de Deslocamento à Esquerda. Utilizamos, como *corpus*, cartas escritas nos séculos XVIII, XIX e XX. Os dados revelaram mudança de comportamento na marcação das construções de Tema nos séculos analisados, indicando uma tendência atual para o uso de Temas marcados.

Palavras-chave: Gramática Funcional; mudança lingüística; função pragmática; estrutura do Tema.

ABSTRACT: In this paper, we aim to show the structural characters of the Theme pragmatic function constituent according to the Dik's theory of Functional Grammar (1989, 1997), assuming those constructions are not cases of Left Dislocation. We use letters written at the 18th, 19th e 20th as *corpus*. The dates revealed some change about the Theme marking at the analyzed centuries, showing a current tendency for the use of marked Themes.

Keywords: Functional Grammar; linguistic change; pragmatic function; Theme structure.

Introdução

Neste trabalho, são mostradas algumas das propriedades dos constituintes que aparecem à margem esquerda da sentença chamados por Dik (1989, 1997) de constituintes com função pragmática de Tema. As propriedades tratadas aqui referem-se à marcação do Tema, em outras palavras, tenta-se mostrar que tipo de expressão acompanha o Tema marcado para identificá-lo como tal. Para tanto, tomaram-se, como *corpus*, cartas escritas nos séculos XVIII, XIX e XX.

Para uma melhor visualização do trabalho, dividiu-se o texto em duas partes. Na primeira, localiza-se a função pragmática Tema na teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997). Na segunda, é mostrada uma análise sobre a estrutura do Tema sob

* Aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Lingüística no IEL/UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho e com auxílio da FAPESP proc. 2009/51217-4. Este texto baseia-se em minha dissertação de mestrado defendida em 2003.

essa perspectiva teórica. Por último, são feitas algumas considerações finais acerca da pesquisa.

Fundamentação teórica

Há constituintes que aparecem à margem esquerda da predicação que são, muitas vezes, vistos como casos de Deslocamento à Esquerda, Topicalização, Tópico, Foco, etc. Na verdade, para Dik (1989), as regras de ordenação fazem parte do componente de expressão da Gramática Funcional, o que implica que a ordem dos constituintes é um dos meios pelos quais se expressam formalmente as relações e as funções da estrutura subjacente – esta considerada não ordenada. Em razão disso, constituintes que aparecem mais à esquerda podem ter diversas funções no discurso, estando submetidos a razões pragmáticas e psicológicas.

Um constituinte com função de Tema especifica um conjunto de entidades em relação às quais a oração seguinte apresenta alguma informação relevante, conforme se pode observar em (1):

- (1) *Quanto ao José*, eu desejava que, vendido e liquidado o negocio, elle viesse logo para aqui, a fim de tratar de seus estudos interrompidos ou de alguma outra cousa. (CP:1935;17;9-11)

A estratégia do falante, para esta estrutura de expressão lingüística é: (i) aqui está alguma entidade *o José* com relação à qual eu vou produzir alguma informação; (ii) e aqui está o que eu quero dizer sobre ela: *eu desejava que, vendido e liquidado o negocio, elle viesse logo para aqui, a fim de tratar de seus estudos interrompidos ou de alguma outra cousa*.

Na verdade, um constituinte com função de Tema orienta o ouvinte com respeito aos Tópicos do discurso em relação aos quais o conteúdo da oração seguinte deve ser interpretado. Para Dik (1989), um constituinte com função de Tópico apresenta a entidade sobre a qual a informação é fornecida ou solicitada no discurso.

A propriedade mais importante do Tema é estar fora da oração propriamente dita. Dessa forma, não há razão para se considerar um Tema como deslocado à esquerda. No exemplo (2) a seguir, por exemplo, o Tema *suas despesas com automóvel* se relaciona com a oração por razões estritamente pragmáticas, não podendo, assim, ser governado por regras sintáticas. Há, porém, como se observa em (1) acima, casos nos quais o Tema se relaciona com a oração por meios sintático-semânticos.

- (2) Quanto às suas despesas com automóvel, ajustaremos contas depois.
(MA;1941;45;44-45)

Um esquema para o exemplo (1) é (3a) abaixo, em que o Tema é retomado dentro da oração por um pronome. Em (3b), tem-se o esquema para (2), em que o Tema não é retomado na oração.

- (3) a. (x₁)Tema, (...(x₁)...)Oração
b. (x₁)Tema, (.....)Oração

Uma outra propriedade apresentada por Dik é o fato de o Tema geralmente preceder a Oração completa. O Tema também pode ter seu próprio *status* ilocucionário, diferente daquele da oração que o segue. Foram encontrados, na língua escrita, casos de Tema com ponto de interrogação – e até de exclamação – sugerindo que o status ilocucionário do Tema é diferente da oração, conforme (4) abaixo:

- (4) A prefeitura? Sim, foi ela que interrompeu a viagem que eu tinha certa para amanhã. (GR;1928;6;35-37)

A estratégia do falante nesse caso é: (i) você quer saber alguma coisa sobre o Tema X?; (ii) aqui está o que eu posso dizer sobre X... Esta é mais uma prova de que o Tema está fora da oração, uma vez que a oração não pode ter duas modalidades ao mesmo tempo: uma interrogativa e outra declarativa.

O Tema, de acordo com a Teoria da Gramática Funcional, é apresentado na forma absoluta, ou seja, não tem função sintática, nem semântica e, conseqüentemente, nenhuma marca correspondente à de seu constituinte correferencial dentro da oração. Observe os exemplos considerados por Dik (1997:391-2) para o inglês, francês e hebraico, nos quais as marcas que indicariam as funções sintáticas ou semânticas tornam as sentenças agramaticais.¹

- (5) a. That man, we gave the book to him yesterday.
b. *To that man, we gave the book to him yesterday.
- (6) a. Cet home, nous lui avons donné le livre hier.
b. *A cet home, nous lui avons donné le livre hier.
- (7) a. Ha-iš ha-ze, anxnu natannu lo et ha-sefer etmol.
b. *La-iš ha-ze, anxnu natannu lo et ha-sefer etmol.

Por outro lado, há certas línguas em que o Tema também pode ser produzido com uma marca referente à função que teria dentro da sentença (DIK, 1997:392). São apresentados, para mostrar isso, dois exemplos em russo.

- (8) a. Televizory, v ètom magazine ix mnogo
b. Televizorov, v ètom magazine ix mnogo.²

O autor argumenta que casos como (8b) podem ser interpretados como uma antecipação ou uma expressão formal da função que vai ser exercida pelo constituinte na oração seguinte. O fato é que, em português e em outras línguas neolatinas, há casos em que aparecem especialmente preposições que marcam de alguma forma o constituinte com função de Tema.

¹ A tradução para (5a, 6a e 7a) é “Aquele homem, nós demos o livro para ele ontem”. Já para para (5b, 6b e 7b) é “Para aquele homem, nós demos o livro para ele ontem”.

² A tradução para (8a,b) é “Quanto às televisões, há muitas delas nesta loja.”

Em português, o Tema geralmente ocorre na forma não marcada, como se pode observar em (9). Podem, porém, aparecer casos em que o Tema é marcado por alguma partícula, conforme (10).

- (9) As figurinhas das balas holandesas – estas eram da nossa infância.
(FS;1966;36;37-38)
- (10) Quanto ao Jorge, ele me parece sempre apressado, na prosa, só em Calunga tendo conseguido alguma forma de unidade.
(MA;1940;27;30-33)

O Tema não é uma construção recente nas línguas naturais. É interessante observar que em latim já se constatava o uso dessa estrutura, como se pode observar no seguinte exemplo de Serbat (1991):

- (11) ceterae philosophorum disciplinae, omnino alia, sed tamen omnes, quae rem ullam uirtutis expertem aut in bonis aut in malis numerent, eas... nihil adiuuare arbitror.

De acordo com Riemann (1942:67), o *nominativus pendens* se tratava na prosa latina arcaica de um nominativo que era colocado na cabeça da frase para indicar do que ou de quem se vai falar em seguida, o que é uma definição bastante parecida com a de Tema.

Embora o *nominativus pendens* tenha menção em gramáticas latinas, o mesmo não ocorre com construções de Tema marcado, o que não significa a sua inexistência em latim. Veja, por exemplo, o caso de *quantum ad* mostrado por Riemann (1942: 131):

- (12) *quantum ad* salutem communem intersit duos consules in re publica kalendis Ianuariis esse.

Quantum ad no latim, na verdade, é a origem da expressão *quanto a* em português, a preferida pelos falantes para essa função, como se pode ver na próxima seção.

3. A estrutura do Tema nos séculos XVIII, XIX e XX

Pezatti (1998) apresenta exemplos para o português falado contemporâneo do Brasil que se enquadram nos dois tipos de estrutura de Tema mostrados na seção anterior. Observe os dois exemplos abaixo:

- (13) agora... *bebida alcoólica* eu gosto de qualquer tipo de bebida... (DID-RJ-328:787)
- (14) Doc. bom... *sobre alimentação aí*... o que você tem visto que pode dizer prá gente? (DID-RJ-328:01)

nos quais *bebida alcoólica* e *sobre alimentação aí* são ambos constituintes com a função de Tema, o que os diferencia, contudo, é o fato de que, em (13), esse constituinte não é marcado por preposição, estando assim, em forma absoluta; em (14), por outro lado, o constituinte Tema é acompanhado pela preposição *sobre*, uma marcação típica, em português, da função pragmática Tema.

No *corpus* em análise, observou-se que a função Tema pode ser marcada pela preposição *de*, conforme (15), e pela expressão *no que toca a*, conforme (16), encontradas no século XVIII; pelas expressões *a respeito de* e *a propósito de*, respectivamente em (17) e (18), usadas no século XIX; e pela conjunção *como* e pela preposição *por* no século XX, conforme exemplificam respectivamente em (19) e (20).

- (15) *dêsses poucos que tenho agora*, procuro aproveitar alguns (ML;1768;27;5)

- (16) *e no que toca as minas* vejo que nem dizimos dos quintos de Vossa Maggestade porque cada hum anno emirão neste Rio de Janeyro, oito, dez, e doze milhon, e para a Bahia vay muito mas (PHPB;1720;4;22-25)
- (17) *A respeito dos donatários*, desde a primeira edição Varnhagen promete publicar oportunamente um relatório do Conde de Castanheira ao rei (D. João III), na segunda repete a promessa mas sem realisala. (CA;1885;3;191-195)
- (18) *A proposito de collecção de documentos*: li na obra de Egli, *Geschicht der Geographischen Namenkund* que em 1881 Luciano Cordeiro publicou 6 fascículos em 8^{vo} sobre *Viagens, explorações e conquistas dos Portuguezes*. (CA;1887;27;77-81)
- (19) Pelo contrário: *como luta* sempre gostei orgulhosissimamente de lutar sozinho, insistindo pra que ninguém compraasse as minhas brigas. (MA;1940;25;10-12)
- (20) *Por mim* me sinto vagamente, ou antes, indiferentemente bem, as coisas devem estar melhor aqui por dentro. (MA;1940;26;6-8)

Os exemplos estruturados com *como* e *por* podem trazer dúvidas quanto ao seu *status* de Tema. Todavia, essas estruturas poderiam ser parafraseadas por *quanto a*, *em relação a* ou *sobre*, indicando a intenção do falante de orientar o ouvinte sobre o conteúdo da oração que segue o Tema.

Deve-se ressaltar que a preposição *sobre*, exemplificada em (21) e a expressão *quanto a*, exemplificada em (22), ocorrem nos dois últimos séculos e são as duas principais estruturas para se marcar um constituinte com função de Tema nesses séculos, ao contrário do século XVIII que marcou apenas com a preposição *de* e a expressão *no que toca a*.

- (21) *Sobre a cobrança de Municiamiento dos soldados* já disse que se remetesse as contas de forma que as devia apromptar o sargento ao

Coronel do Regimento para que este mandasse cobrar o seu emposto do Assentista do pão (PHPB;1804;5;22-25)

- (22) *Quanto ao Jorge*, ele me parece sempre apressado, na prosa, só em Calunga tendo conseguido alguma forma de unidade. (MA;1940;27;30-33)

A tabela a seguir traz os resultados obtidos com referência ao fator estrutura do constituinte.

Estrutura do constituinte Tema	Séculos						TOTAL	
	XVIII		XIX		XX			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marcado	3	14,3%	12	63,2%	21	60%	36	48%
Não Marcado	18	85,7%	7	36,8%	14	40%	39	52%
TOTAL	21	100%	19	100%	35	100%	75	100%

Tabela 1 – A estrutura do Tema

Como se observa, de um modo geral, predominam Temas não marcados (52%). Considerando-se cada século, observa-se que, no século XVIII, a maioria das ocorrências desses constituintes são não marcados (85,7%), conforme mostra (23), enquanto os marcadas totalizam 14,3% dos casos, como demonstra (24).

- (23) *O Corpo da Relação*, achei-o no estado que V. Ex^a sabe a grande liberdade que êles se tinham tomado uns com os outros (ML;1768;5;48-50)
- (24) *e no que toca as minas* vejo que nem dizimos dos quintos de Vossa Maggestade porque cada hum anno emirão neste Rio de Janeyro, oito,

dez, e doze milhon, e para a Bahia vay muito mas (PHPB;1720;4;22-25)

No século XIX, por outro lado, a situação é inversa, pois a maioria (63,2%) das ocorrências apresentam-se como Tema marcado, como em (25), ficando 36,8% de casos de Tema não marcado, como em (26).

- (25) *Quanto às remessas, é melhor que as façás duas fezes por mez, pelo vapor francez que chega aqui a IO, e pelo Pacifico, vindo directamente, que chega a 24. (CA;1886;25;47-50)*
- (26) *E a família quazi não conservo relações com ninguém por causa de não depender nem ter posses. (PHPB;1883;3;20-21)*

O século XIX, o século XX, por seu turno, comparado ao século XIX, mostra uma pequena queda de porcentagem nas ocorrências de Tema marcado (60%), como se nota em (27), e um pequeno aumento nas de não marcado (40%), exemplificado em (28).

- (27) *Quanto ao Jorge, ele me parece sempre apressado, na prosa, só em Calunga tendo conseguido alguma forma de unidade. (MA;1940;27;30-33)*
- (28) *O Fusco! Ainda nem participei pra ele minha mudança! (MA;1941;38-75)*

A tabela 2 revela, dessa forma, um aumento de construções com Tema nos dois últimos séculos (XIX e XX). Tal fato parece correlacionar-se a outros fenômenos de mudança observados na língua portuguesa: a alteração na ordem de constituintes, o desaparecimento de clíticos e a referência anafórica zero.

Duas ocorrências do século XX, (29) e (30) abaixo, merecem destaque, uma vez que, diferentemente dos casos de Tema mostrados até o momento, apresentam dois Temas seguidos.

- (29) *Sobre o Rubem: o troço dele no pulmão*, ele já te escreveu, era um nódulo (lunar). (FS;1969;47;32-33)
- (30) *Eu... sobre Gershwin*, agora é impossível com estas dores na cara, só sirvo pra escrever carta e ler romance policial. (MA;1941;45;83-85)

Há em cada uma um Tema marcado, *sobre o Rubem*, em (29); e *sobre Gershwin*, em (30); e outro não marcado, *o troço dele no pulmão*, em (29), e *eu*, em (30). No primeiro exemplo, o Tema *sobre o Rubem* é seguido pela oração *o troço dele no pulmão ele já te escreveu, era um nódulo (lunar)*, inclui o Tema *o troço dele no pulmão*, por sua vez, seguido apenas pela oração *era um nódulo (lunar)*. Algo semelhante ocorre com o exemplo (30): o Tema *eu* é seguido pela oração *sobre Gershwin, agora é impossível com estas dores na cara, só sirvo pra escrever carta e ler romance policial*, que contém o Tema *sobre Gershwin*, seguido pela oração *agora é impossível com estas dores na cara*.

Parece, nesses casos, que há um Tema mais abrangente, que toma como escopo a seqüência constituída de Tema+Oração, e um outro menos abrangente, que envolve apenas a oração. Esquemáticamente, poderíamos representar como segue:

- (31) Tema₁ [Tema₂ [Oração]].

Deve-se observar ainda que os resultados do século XX, obtidos no *corpus* de língua escrita, diferem dos obtidos por Vicente (2002), no português falado. Nesse estudo, o autor analisa 86 casos de Tema, sendo 66 ocorrências (76,7%) de Tema não marcado e 20 ocorrências (32,3%) de Tema marcado. Os exemplos (32), (33) e (34) exemplificam casos de Tema marcado, respectivamente, por *quanto a*, *sobre* e *em termos de*, os três tipos de marcas encontradas por ele.

- (32) *quanto à coleta se eles dependiam...da colheita...de frutos...raízes que eles NÃO plantavam...que estava a disposição deles na natuREza...eles também tinham que obedecer o ciclo::...vegetativo... (EF-SP-405:76)*
- (33) *sobre o problema de salário...de ganhar...de aumento...o aumento era...quarenta... (D2-RJ-355:354)*
- (34) *em termos de outro tipo de indústria(s) que o...() coloca aí são as indústrias geográficas...que são aquelas indústrias no caso PESADAS...voltadas por exemplo...a poder...refinar...o carvão que vem ou da do sul ou de onde tiver...e essas eh indústrias de siderurgia ou indústrias de transformação...se situam próximas...às áreas aonde existe minério... (EF-RJ-379:311)*

Isso revela um comportamento diferente do português nessas duas modalidades, a oral e a escrita, na medida em que o português escrito do século XX tende ao uso de Temas marcados, enquanto o português falado prefere Temas não marcados. Além do mais, o português escrito marca o constituinte Tema não só pelas três formas detectadas por Vicente (2002), mas também por outras formas, como *a respeito de, de, no que toca a*.

É interessante notar, nesse sentido, que as construções com Tema marcado mostradas aqui, em vários momentos, não apresentam um correferente dentro da oração, o que indica que a relação mantida entre o Tema e a oração é uma relação pragmática, como explicado no início deste texto no exemplo (3b). Assim, se tirássemos a partícula marcadora do Tema, teríamos uma construção de anacoluto, como no exemplo a seguir:

- (35) a. *Quanto às suas despesas com automóvel, ajustaremos contas depois. (FS;1941;45;44-45)*
b. *As suas despesas com automóvel, ajustaremos contas depois.*

Isso revela que a presença de uma marca de Tema vai além de questões gramaticais. Ela serviria para deixar a sentença mais aceitável do ponto de vista da língua padrão, uma vez que o anacoluto não é uma construção bem aceita na língua escrita formal (PONTES, 1987:100). Isso também explicaria porque na língua escrita ocorrem mais Temas marcados que não marcados.

Considerações finais

O intuito, neste artigo, foi caracterizar a estrutura do constituinte com função pragmática de Tema nos séculos XVIII, XIX e XX sob o ponto de vista da teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997).

Observou-se que o Tema, no português escrito do século XX, tende a ser não marcado, ou seja, tem uma marca própria dele como *quanto a* ou *em relação a* ou ainda *sobre*, mas isso indicou duas diferenças.

A primeira refere-se a uma mudança de comportamento, uma vez que, no século XVIII, a preferência dos falantes era por Temas não marcados. A segunda diz respeito ao contraponto língua escrita/língua falada. As duas modalidades se comportam de forma diferente em relação à marcação, ou seja, na língua escrita, a tendência é o falante marcar o Tema. Como explicado, isso pode acontecer para que a sentença se torne mais próxima da língua escrita padrão.

Salienta-se, por fim, que a marcação do Tema pode ser realizada tanto por uma preposição ou locução prepositiva como *sobre* e *a respeito de* quanto por uma oração do tipo *no que toca a*.

Referência bibliográfica

- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Pt 1. Dordrecht: Foris, 1989.
_____. *The theory of functional grammar*. Pt 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LAURA, F. I. *A expressão do Tema em Português: do século XVIII ao século XX*. São José do Rio Preto, 2003 (Dissertação de Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, UNESP.

PEZATTI, E. G. Constituintes pragmáticos em posição inicial: distinção entre Tema, Tópico e Foco. *Alfa*, São Paulo, v.42, 1998, p.133-150.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G. Ordenação de constituintes na sentença: uma interpretação funcional. *Alfa*, São Paulo, v.41, nº esp., 1997, p.99-126.

PONTES, E. *O Tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RIEMANN, O. *Syntaxe latine: d'après les principes de la grammaire historique*. Paris: Klincksieck, 1942.

VICENTE, J. R. T. *O constituinte pragmático extra-oracional Tema no português brasileiro falado*. Araraquara, 2002 (Dissertação de Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

Domínios de Lingu@agem

O português do século xv e o texto da *Vida e feitos de Júlio César*¹

Maria Helena Mira Mateus

Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Faculdade de Letras de Lisboa

1. O texto

As características do vocalismo da língua portuguesa quatrocentista que saliento neste breve estudo estão presentes numa obra de que fiz a edição crítica há mais de trinta anos. A *Vida e Feitos de Júlio César* é uma tradução portuguesa de “Li Fet des Romains”, realizada na primeira metade do século xv. A obra francesa é uma compilação, em francês do século XIII, dos textos latinos através dos quais se conhece a vida de Júlio César. O lugar de *A Vida e Feitos de Júlio César* no conjunto das obras portuguesas contemporâneas merece ser destacado pela diversidade de vocabulário usado pelo autor, pelo evidente domínio da flexão morfológica e da construção sintáctica, pela notável estruturação do texto. O trabalho rigoroso e paciente a que me obrigou a realização da edição permitiu-me enriquecer, com inúmeros exemplos, o conhecimento do português do século xv tanto nas conjecturas sobre aspectos da pronúncia como na datação da entrada na língua de certos vocábulos.

Mas outros motivos nos levam a apreciar a obra, e não só como repositório de características linguísticas. O trabalhar durante muitos anos sobre um texto que descreve a vida e a personalidade de Júlio César provocou-me uma espécie de admiração amorosa por esse homem que era ao mesmo tempo um ditador frio e um amante apaixonado, um escritor criterioso e um manipulador de opiniões, um político astuto e um magnífico orador.

A riquíssima personalidade de Júlio César – na minha opinião uma das personagens mais notáveis de todos os tempos – levou-o a entregar-se a múltiplas actividades que foram descritas pelos biógrafos e estão presentes na obra a que me reporto. Mas neste

¹ A parte deste texto consagrada ao vocalismo foi já apresentada num artigo publicado no Brasil em homenagem a Jacyra Mota.

drama outras personagens tomam parte além de César: Pompeu e a sua mulher Cornélia, Catão e a sua mulher Márcia, a bela Cleópatra, os valentes generais romanos, os intrépidos guerreiros gauleses, os conselheiros do ditador Júlio César, as mulheres que ele amou.

A história do manuscrito português é hoje ainda um mistério, e o seu autor, um desconhecido. Sabe-se que o manuscrito pertencia à biblioteca de um neto de D. João I, o Condestável D. Pedro que foi rei de Aragão durante alguns anos. A sua biblioteca foi inventariada na época da sua morte, em 1466, e a descrição de uma obra intitulada *Suetonyo de vida de Júlio Cesar* permite identificá-la como sendo o manuscrito da *Vida e Feitos de Júlio César* que hoje se encontra no Escorial. Esse manuscrito trouxe até nós o conhecimento, não só dos interesses culturais da época, mas também de aspectos menos divulgados da língua portuguesa do século XV em virtude dos campos semânticos que integra e, portanto, de um vocabulário que se distribui por numerosos domínios lexicográficos. A segunda edição da obra, presentemente no prelo, foi completada com um novo volume constituído basicamente pelo glossário exaustivo das palavras ocorrentes e de todas as formas flexionais.

Uma análise lexicográfica, ainda que superficial, permite-nos descobrir conjuntos de termos que merecem uma referência especial. Alguns são importações directas do francês (como *deessa*, *varlete*, *crido* e *cridar* - 'crier', *adreiro* - 'adroit', *lix* do francês 'lis', um engenho de guerra, *tortua* - 'tortue, tartaruga'). Outros são verdadeiras invenções decorrentes de uma má interpretação do que estava escrito no manuscrito original (*tirqui* que traduz *tousique*, uma espécie de veneno; *dipse* em lugar de *aspe*, uma serpente; *bulgues* por *busfles*, búfalo). Outros termos ainda, os mais interessantes, não estão atestados nos dicionários e pode considerar-se que não sobreviveram. Tomemos como exemplo *conhocente* em lugar de 'conhecido', *cortadura* em vez de 'corte', *emburilhar* por 'embrulhar', *descerdo* em vez de 'sem cerco', *antreconhecer-se* em lugar de 'conhecer-se reciprocamente', *duçor* por 'doçura', *acuitelar* como 'ferir com cuitelo', *antredito* em vez de 'interdito'.

Acrescente-se que certas palavras que surgem na *Vida e Feitos* são referidas nos dicionários como tendo sido integradas na língua portuguesa numa época posterior ao século XV. Veja-se *artéria*, *entanguecer*, *fumigar*, *desalojar*, *dureza*, *lagrimejar*, *liça*,

minar, moonstro, multiplicador, nervudo, palavras a que se atribui o século XVI como data da primeira atestação nos dicionários etimológicos.

O conhecimento profundo das duas línguas que possuía o tradutor permitiu-lhe utilizar um vocabulário específico para cada domínio semântico. A guerra está omnipresente em dois terços da obra. Não é de estranhar, portanto, que se encontrem múltiplos termos para denominar os engenhos de guerra: *aguilhões, andaimos, arcos, artificios, beestas, bisarmas, brandões d'enxufre, caramanchões, cepos, dardos, engenhos, escalas, escorpiom, espadas, estacas, fachas, fogo grego, fortalezas, fouces roçadoiras, frechas, fundas, gatas, lanças, lix, maços, moos, palanque, pedra, picões d'aceiro, seetas, torre, vaivem, viga, viratões* e porventura ainda outros. No glossário em curso de publicação todos estes vocábulos estão localizados e contextualizados.

Para descrever uma realidade inteiramente diferente, as serpentes que aterrorizaram os soldados de Catão durante a sua travessia do deserto, o autor da obra utiliza palavras conhecidas até hoje, como *escorpiões, basiliscos, coobras, serpentes* e *dragões*, outras menos conhecidas como *jaculus* (jáculos), *aspes* (áspide) e *sepes* (latim *seps*), e outras simplesmente fantasiosas como *chiluidres* (*chelydrus*), *asibenés* (*amphisbènes*) ou *esmoris* (*haemorrhóis*).

Antes de iniciar o tratamento de um assunto um pouco mais árido – algumas observações sobre o vocalismo português do século XV – não resisto à tentação de transcrever a comovedora descrição da separação de Pompeu e da sua mulher Cornélia antes da partida do general para a batalha de Farsália. É sem dúvida um belo diálogo de amor conjugal mas transmite, sobretudo, a tristeza do adeus, uma fugaz esperança de um futuro encontro e, ao mesmo tempo, a premonição da derrota e da morte.

"E h ã a noite jaziam na cama e Cornelia abraçou seu marido e quise-o beijar. E quando ajuntou a sua face com a de seu marido, sentio que as lagrimas lhe corriam dos olhos; empero nom lhe ousou perguntar por quê. Empero bem cuidou que ele nom tiinha o coração aa sua vontade.

- Boa irmã - disse Pompeio - o dia vem em que nos convem departir e viver alongados ataa que a batalha seja feita. E eu hei tanto tardado que Cesar me tem em pouco, e a mim parece muito quando me hei a partir de ti. E eu cuido mais ligeiramente vencer

Cesar, agora que ele tem toda sua gente, que da primeira que nom tiinha mais que hũa parte. Mais o teu amor me detiinha e agora te enviarei a Mitelena, onde estês segura, e nom me rogues por ficar que assim convem que seja. Tu serás longe de mim polas aventuras que podem viinr. Fortuna torna asinha hũũ alto homem de alto a baixo, e nom convem que tu vejas meu perigoo; e se o ouvires sem o veer, bem te podes sofrer.

Eu vejo que tu nom me amas se te nom afastas de meu nojo. E, aalem desto, vergonha he que nós somos acerca da batalha e eu dormo cada noite com minha molher. (...)

Quando ela ouviu estas novas ouve tam grande pesar que pasmou. E des que tornou em seu acordo, disse:

- Oo Pompeo, eu vejo bem como esto he. Eu nom me devo queixar dos deoses nem de fortuna, ca eles nom me partem de ti; mais tu meesmo me departes e eu de ti me queixo! A morte nos devia departir; tu nos departes na vida. Ora sou eu a mais desaventurada que nehũa outra. Nom he custume que os pobres homẽes levem suas molheres em batalha; e tu me queres leixar, fazendo de ti pobre. E se nós nos partimos assi, Cesar, nosso imiigo, será muito ledó.

Cuidas tu que eu poderei seer segura em quanto tu estiveres em perigoo? Nom praz a Deus. Nom sabes tu que nossa morte e nossa vida pende em hũũ fio? Se tu has bem, eu averei bem, e assi polo contrairo.

Cuidas tu que, se tu morreres, que eu queira mais viver? Deus me guarde. Eu te seguirei em quanto viveres e doutra guisa nom me convem viver, que ja mais nom averei prazer depois que tu morreres. (...)

Hũa cousa te rogo, em fim: que, se fores vencido, que nom fugas pera honde eu estiver, ca hi te devem buscar com razom. Eu nom queria seer cajam de teu perigoo.

E despois que disse esto, saio da cama como molher fora de siso e disse que se hiria muito contra sua voontade; e nom quis sofrer que Pompeio a abraçasse nem beijasse. E começaram ambos a chorar tanto que apenas podia dizer hũũ ao outro "A Deus vos acomendo". Nunca virom tam triste dia em toda sua vida como aquele. Todalas outras tristezas passadas lhe esquecerom por aquela.

A gente de Pompeio a levou nos braços ataa naao, ca ela nom se podia teer. E nom lhe pesou tanto quando leixou sua terra, com medo de Cesar, por que levava consigo Pompeio.

Aquela noite primeira dormio soo e sentio mui grande pena, como quem o nom avia em custume. Sospirava e acordava ameude e lançava os braços cuidando a abraçar sua senhor, e achava o leito vazio. Quando lhe nembrava ficava muito triste e leixava-lhe sua parte, assi como se ela ali jouvesse, com esperança de a recobrar".

Vida e Feitos de Júlio César, III, 10, § 18-20

2. As vogais

A contribuição que a *Vida e Feitos de Júlio César* pode trazer para o estabelecimento do sistema vocálico da língua portuguesa no século XV deve-se à extensão da obra e à alternância da representação gráfica das vogais em diferentes ocorrências da mesma palavra, alternância que torna possíveis certas observações sobre a fonologia da língua. O objectivo da presente análise é simplesmente descritivo e não pretende reportar-se a uma teoria fonológica. Os dados foram colhidos no glossário exaustivo da obra, realizado a partir do texto editado e presentemenete no prelo como foi dito.. Considero conveniente introduzir aqui algumas notas relativas às normas de transcrição adoptadas na edição crítica do texto e que têm interesse para esta análise.

conservei as duplas grafias de todas as vogais, quer etimológicas quer não etimológicas; introduzi alguns diacríticos para marcar a sílaba acentuada, quando a palavra podia confundir-se com uma sua homógrafa, nomeadamente nas formas verbais de futuro vs. mais que perfeito;

mantiye o til do manuscrito como indicação de nasalidade sobre duas vogais, embora graficamente apenas se sobreponha a uma delas (*romãao*, *hũa*); nos outros casos substitui-o por *m* ou *n* segundo as regras da ortografia actual e normalizei, segundo as mesmas regras, a utilização destas duas consoantes; em fim de palavra a nasalidade está indicada por <m> quando há um til sobre uma única vogal²

² Todas as substituições efectuadas estão exemplificadas em outros pontos do manuscrito.

2.1. As vogais átonas

A história das vogais átonas da língua portuguesa do século XV deu lugar a uma extensa bibliografia, podendo mesmo dizer-se que a discussão ainda não terminou sobretudo no que respeita a [e] e [o] tanto em posição medial como final

Thomas Hart (1957) e Herculano de Carvalho (1962), apoiados em argumentos que tomam em conta principalmente as variedades dialectais e os crioulos de base portuguesa, afirmam que, no fim de palavra, os fonemas /e/ e /o/ eram realizados como [i] e [u] “mais ou menos bem definidos”. Herculano de Carvalho fala de uma certa oscilação entre as vogais [e, i] e as vogais [o, u], e acrescenta que esta oscilação poderia ter causas dialectais ou idiolectais.

A ortografia é um meio, entre outros, que permite o estudo da pronúncia, mesmo que se aceite a afirmação de Herculano de Carvalho sobre a preocupação do escritor (muitas vezes, copista) em seguir a sua própria doutrina (as regras da ortografia). Esta preocupação levou H. de Carvalho a considerar que as letras <e> e <o> representavam as realizações [i] e [u] átonos finais de *alface* e *ensino*, enquanto *i* e *u* serviam para representar as acentuadas [í]e[ú] de *tiro* e *fujo*.

Opinião diferente têm Révah (1959) e Naro (1971), como o faz notar Ana Maria Martins. Estes autores afirmam que, no século XVI, as átonas finais seriam pronunciadas como [e] e [o]. Ainda que estes autores se apoiem sobre dados da geografia linguística e sobre descrições de gramáticos, as conclusões de Révah foram contestadas por Herculano de Carvalho, e as de Naro, por Ana Maria Martins (1985).

A alternância de grafias que se encontra em textos como a *Vida e Feitos de Júlio César* podem servir como apoio para reforçar os argumentos apresentados pelos vários linguistas. Com o fim de contribuir para um novo estudo da questão, fiz um levantamento, no glossário do texto, de todas as duplas grafias que dizem respeito às vogais átonas, correspondendo às letras <e, i, o, u>. Começemos pelas vogais finais:

Como acontece nos textos da mesma época, não há alternância entre as letras <e> / <i> precedidas de consoante e em posição final, ou seja, ou se utiliza o <e>, ou, para certas formas verbais, usa-se o <i>. Pelo contrário com numerosas palavras terminadas em <o> verifica-se uma alternância. Assim encontra-se *muito* a par de *muitus*, *spiritus*, *regnus* (plural) e *terramotus*. Parece-me difícil de admitir que uma grafia com <u> final

represente a vogal média [o], mesmo que se trate de uma vogal muito fechada, visto que isso permitiria atribuir excepcionalmente a este grafema um valor fonético, dado que a grafia tradicional para representar o [u] átono, mantida até ao presente é um <o>. Poderíamos simplesmente questionar-nos, como faz Ana Maria Martins, sobre a causa da enorme preponderância das grafias <o> e <e> para as respectivas vogais átonas, nos textos portugueses desde o século XIII até aos nossos dias.

Em posição medial, entre consoantes, o texto da *Vida e Feitos* apresenta também numerosas grafias duplas para as átonas <o> e <u>. Vejamos os seguintes exemplos: *emborilhar / emburilhar, dovidoso / duvidoso, bolir / bulir, escorpiom / escurpiom, comprir / cumprir, escoridade / escuridade, encoberto / encuberto, cobrir / cubrir (e cuberto, cubertor, cubertura), costume / custume (e costumado, costumadamente), descobrir / descubrir, fogir / fugir, floresta / fruesta, sopitaneamente / supitaneamente, sobitamente / subitamente, sogeiçom / subjeiçom, sobir / subir, sojugar / sujugar.*

Poder-se-ia deduzir desta oscilação que a pronúncia da vogal era já tão fechada que não se distinguiam os [u] etimológicos dos não etimológicos como sucede hoje em português europeu?. Seria explicável assim a grafia <o> em palavras como *sospirar* ou *sosteer* em que o [u] é etimológico? Em todo o caso os dados das variedades brasileira e africana da língua portuguesa, no que diz respeito às vogais átonas não finais, torna difícil acreditar que no século XV o grafema <o>, nos exemplos apresentados, correspondesse a um claro [u] como no português europeu.

A oscilação entre <e> e <i> interconsonânticos é muito visível embora não ocorra em final de palavra. Os exemplos são numerosos e este texto apenas acrescenta alguns dados a factos que são bem conhecidos dos historiadores da língua. Eis os que inventariei numa primeira aproximação: *advinhador / adivinhador, estrebeira / estribeira, apaceficar / apacificar, arteficio / artificio, carneceiro / carniceiro, celiarce / ciliarce (magistrado), dezer / dizer, fegura / figura, degnidade / dignidade, deleitoso / dileitoso, dereito / direito, derribado / dirribado, guarnecido / guarnicido, devisado / divisado (mostrado), edeficios / hedifícios, especial / espicial, testemunho / testemunho, trencheira / trincheira, vestidura / vistidura, vertude / virtude, vever / viver, retenir / retinir, segnificança / significança, sesudo / sisudo, predestinar / predistinar, princepe / principe, preguiçoso / prigiçoso, pretoraira / pritoraira (do pretor).*

A análise da ocorrência de <e> / <i> em contexto de vogal merece uma outra observação: enquanto para <u> / <o> não há dupla grafia, <e> e <i>, representando a semivogal de um ditongo alternam em *adeante / adiante, geolho / giolho, deessa / diesa, preetesia / preitesia* (pact), *queexume / queixume, feeticeiro / feiticeiro*. Mais interessante ainda é a grafia <eei> para representar o ditongo [ei] das formas verbais da segunda pessoa do plural, como em *devieeis, deverieeis, poderieeis, querieeis, fazieeis, terrieeis, fosseis*, a par de outras formas em que o ditongo é representado por dois <ee> *tinhees, trabalhees, trabalharees, vencerees, veriees*. A letra <i> que toma o lugar da semivogal está em perfeita contradição com a normalização aconselhada por Fernão de Oliveira. Segundo este gramático, "em lugar de *i* pequeno serve *e* pequeno, como *memórea, hóstea, necessário, reverência*, nas penúltimas das quaes partes e outras semelhantes eu nunca escreveria com *i* senão *e*, porque eu tenho que a penúltima pura ou última qualquer que se escreve com *i* sempre tem o acento da dição". Conquanto este conselho se refira à sílaba final, compreende-se que Oliveira reservava o <i> para a sílaba tónica.

A propósito da segunda pessoa do plural, deve notar-se ainda que, se Williams encontrou umas vinte formas com <d> intervocálico num texto do início do século XV, apesar da sua convicção de que a consoante já não seria pronunciada nessa época, na *Vida e Feitos de Júlio César* este <d> desapareceu completamente nas formas verbais. Mas se os ditongos que resultam da sequência de duas vogais etimológicas deixam o seu rasto na ortografia, a ditongação que destrói o hiato provocado pela queda de uma consoante entre duas vogais não se encontra ainda marcada graficamente. É o que sucede em *aldea, area, aveia, cadea, feamente, correa*.

A alternância entre *e / o* em que o <o> substitui o <e> etimológico em palavras como *dozoito* (em vez de *dezoito*) é claramente uma assimilação provocada pelo facto de a sílaba que contém o <e> preceder (ou seguir) uma outra com um <o>. Este é o caso de *empeçoentado / empoçoentado, conhecer / conhocer, conhecimento / conhocimento, sepultura / sopultura, preposito / proposito, profundo / profundo*.

Uma última nota relativa à regularização das categorias gramaticais que está em curso durante o século XV: certas palavras masculinas terminadas em <e> têm uma grafia alternante com um <o> o que, creio, é um caso raro nos textos contemporâneos. Veja-se

as seguintes formas: *combate / combato, debate / debato, ediles / edilos, talento / talento, patrice, / patricio.*

2.2. As vogais nasais

No que respeita às nasais, a alternância gráfica entre <am> e <om> em sílaba final, acentuada ou átona, encontra-se ao longo de todo o texto e incide quer sobre as formas nominais, quer sobre as formas verbais – à exceção das terceiras pessoas do plural do Presente e do Imperfeito do Indicativo que terminam sempre por <am>. Eis alguns exemplos: *cajam / cajom, caramancham / caramanchom, centuriam / centuriom, tendilham / tendilhom, senam / senom, dom / dam, dragom / dragam, entom / entam*, e também *salvaçom, solorgiam, padrom, procissom, pendom, pregom, perdom, aguilhom, alçapam, coração, perderom* (pretérito perfeito e mais-que-perfeito) / *perderóm* (futuro), *morrerám, partirám, poderám.*

A par destas formas, existem outras em que o ditongo nasal é marcado pelo til. Trata-se, no entanto, exclusivamente de sílabas acentuadas em que a vogal é representada por um duplo grafema seguido por outro grafema vocálico que pode ser interpretado como a semivogal, tanto mais que se considera que a formação destes ditongos ocorreu durante o século XIV e no início do século XV. A alternância entre <ãão> e <õõe> é visível como em muitos textos da época: *anciãão, degrãão, pagãão, vãão, verãão, vilãão, sãão, serãão, sezãão, vermelhidõõe, servidõõe, regidõõe* (rigidez), *veaçõões* (actividades de caça), *torvõões, picõões, peõões.*

3. Conclusão

Não existem sobre estes assuntos conclusões definitivas. O que pode fazer-se – o que tentei fazer – é acrescentar alguns dados a partir da escrita para reforçar os argumentos dos autores que se dedicaram a tratar a forma como se falava no tempo em que ainda não existiam gravadores que registassem a fala e tudo passava através do texto escrito. Quero também render a minha homenagem a esses longínquos copistas que nos transmitiram, a seu modo, a constante dialéctica entre variação e normalização que é algo que se encontra no coração de todas as línguas vivas.

4. Bibliografia

CARVALHO, J. Brandão de (1989). L'origine de la terminaison *-ão* du portugais: une approche phonétique nouvelle du problème. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 105, 1/2, pp. 148-161.

CARVALHO, J. Herculano de (1962). Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona. *Revista Portuguesa de Filologia*, XII, pp. 17-39 (Réed. dans *Estudos Linguísticos*, II, Coimbra: Coimbra Editora, 2e. édition, 1984, pp. 77-103).

HART, Th. (1957). The overseas dialects as sources for the history of Portuguese pronunciation. *Word*, 11, pp. 404-415.

MARTINS, Ana Maria (1985). *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de D. Afonso II (1214)*. Lisboa: Faculdade de Letras. Não publicado.

MATEUS, Maria Helena Mira (1968). La traduction portugaise inédite de *Li Fet des Romains*. Actas do XI. *Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*, Madrid (1965), pp. 765-775.

MATEUS, Maria Helena Mira (1970). *Vida e Feitos de Júlio César*. Edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Li Fet des Romains*. Lisboa: Fundação Gulbenkian (segunda edição no prelo).

MATEUS, Maria Helena Mira (1983). Uma fonte francesa da cultura portuguesa no século XV. Actas du Colóquio sobre *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 59-65.

MATEUS, M. H. Mira (1974-88). Glossário da *Vida e Feitos de Júlio César* (Letras A a S). *Boletim de Filologia*, XXIII - XXXII.

NARO, A. (1971). The history of *e* and *o* in Portuguese: A study in linguistic drift. *Language*, 47, pp. 615-45 (Trad. port. par L. Campos & K. Santos: A história do *e* e do *o* em português - um estudo de deriva linguística. *Estudos Diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973, pp. 9-51).

NASCIMENTO, Aires do (1993). As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*, 69, pp.265-287.

OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Gramática da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa. (3ª edição por R. de Sá Nogueira, Lisboa, 1936).

RÉVAH, I. S. (1959). Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVIe. - XVIIe. siècles?. *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, I (Lisboa), pp. 261-272.

TEYSSIER, P. (1966). La prononciation des voyelles portugaises au XVIe siècle d'après le système orthographique de João de Barros. *Annali dell'Istituto Universitario Orientale, sezione romanze*, VIII, pp. 127-198.

WILLIAMS, E. B. (1938). *From Latin to Portuguese: historical phonology and morphology of the Portuguese language*. Philadelphia: University of Pennsylvania. (Trad. port. par A. Houaiss: *Do Latim ao Português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MECIINL, 1961).

Proposta de um método de análise para derivações sufixais

Mário Eduardo Viaro (USP)*

Resumo

Apresenta-se neste artigo o método do Grupo de Morfologia do Português (GMHP – Universidade de São Paulo/ Brasil) utilizado em análises de dados relativos a derivações sufixais. Entre os pressupostos básicos do grupo inclui-se a reinclusão do elemento diacrônico na análise e segmentação das palavras, como uma condição sine qua non para o conceito de derivação. Esse procedimento mostra, contudo, que há consequências inevitáveis e algumas incompatibilidades teóricas com importantes conceitos das linhas vigentes.

Abstract

The method of the Group of Historical Morphology of Portuguese (GMHP – University of São Paulo/ Brazil) used for the analyses of suffix derivations data is presented in this paper. Its basic presupposition requires the reinclusion of diachronical element in the analysis and segmentation of the words, as the sine qua non condition for the concept of derivation. This procedure shows however that there are unavoidable consequences and some theoretical incompatibilities with important concepts of some current trends.

Introdução

A datação de palavras em língua portuguesa, longe de ser uma tarefa que diz pouco aos estudos linguísticos, revela-se importante para assuntos que envolvem a morfologia e a lexicologia. Nesse sentido, Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999) talvez tenha sido um pioneiro em língua portuguesa. Antes dele, José Pedro Machado (1952-1959), embora tenha oferecido fartas abonações, indicava, na maior parte das vezes, apenas o século da primeira ocorrência. Já se veem algumas datações específicas no dicionário etimológico de Cunha (1982). Principalmente seu dicionário etimológico de palavras de origem tupi (1978) espelha seu extenso trabalho, que espera uma publicação integral e que equipararia a língua portuguesa à espanhola, uma vez que ainda não dispomos de um dicionário etimológico com a qualidade de um Corominas (1954-1957). Toda a pesquisa de Cunha encontra-se, ainda, sob a forma de fichas, na Casa Rui Barbosa, no

* Professor doutor do Departamento de Letras Clássicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Coordenador do grupo de pesquisa *Morfologia Histórica do Português* (CNPq/FFLCH, e-mail gmhp@usp.br, página <http://www.usp.br/gmhp>).

Rio de Janeiro, com publicações parciais na década de 80 e de 90. Parte substancial dos dados aparece no dicionário de Houaiss & Villar (2001) e no Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006).

A questão da data, presente há muito tempo em dicionários ingleses, franceses e italianos (até mesmo para acepções das palavras) é de suma importância para os estudos linguísticos históricos. A data que aparece nos dicionários rarissimamente é, de fato, a data da invenção da palavra (isso só pode de fato ocorrer com neologismos recentes), mas no mais das vezes, trata-se de uma data dependente de *corpora*. Desse modo, é possível retroagi-la à medida que se descubram novos textos, que os investiguem e organizem seu material lexicológico. Julgamos, porém, que as datas constantes no dicionário *Houaiss* sejam um ótimo ponto de partida para investigações parciais, muito embora haja lacunas enormes em alguns séculos (sobretudo os não investigados por Cunha) e ausência de datas específicas para o século XX. Lamentavelmente, muitas pessoas conhecem a existência de uma ou mais datas erradas no *Houaiss*, conseguindo retroagir, com seus próprios *corpora*. Essa informação não é sistematicamente coletada ou disponibilizada aos especialistas. O dicionário *Houaiss*, não pretendendo ser, de fato, um dicionário etimológico, apesar da longa e inédita discussão etimológica que promove em cada verbete, por razões editoriais, não dispõe de abonações, como ocorre com o dicionário de Machado. O ideal seria que juntássemos as datas mais recuadas com suas respectivas abonações, para todas as palavras do português em um único banco de dados, disponibilizado para todos que quisessem colaborar. Sabemos que a data, como dito, não revela *o nascimento* da palavra, mas o fato de ela *já existir* naquela época de sua abonação. Com base nessas informações, por exemplo, Väänänen (1985) conseguiu reconstruir boa parte da sincronia pretérita do latim vulgar. No português, entrevê-se, de forma ainda incipiente, alguns fenômenos de sincronias pretéritas, em Teyssier (1980).

Isso posto, surge o problema dos *corpora*. Como as datações, essas coletâneas trabalhosas são ainda muitas vezes tratadas como propriedade individual (a despeito de haver muitas vezes investimento de órgãos públicos de pesquisa). Hoje em dia, a forma mais democrática de disponibilizar os *corpora*, sem dúvida, é, no entanto, a rede internacional de computadores (*internet*). A própria rede passa a ser um imenso *corpus* com a desvantagem de sua imensa mobilidade. É possível abonar inúmeros fatos

difíceis de ser obtidos em *corpora*, mas, mesmo por meio dela, é dificultoso o trabalho de datação: as palavras podem ficar décadas *online*, mesclando o novo com o velho, numa pancronia caótica. Na verdade, hoje em dia, praticamente tudo pode ser encontrado por meio de buscadores, como o *google*. Além disso, muitos *sites* constituem verdadeiros mecanismos de pesquisa.

O exemplo das palavras derivadas por sufixação

Mais difícil que a reconstrução do significado das palavras em sincronias pretéritas é a reconstrução da sua diacronia. Aparentemente as palavras já nascem polissêmicas. A monossemeia é sem dúvida uma abstração e nunca a encontraríamos, nem se recuássemos ao início da fala humana. De fato, é uma ilusão criada pelo método dedutivo. O signo não nasceu para a monossemeia, pelo contrário, o ser humano só fala por ter criado um mecanismo simbólico. Talvez somente os nomes próprios, como se discute em ontologia, têm a prerrogativa de – às vezes – ser construídos para apontarem para referentes reais em vez de para o significado, entendido necessariamente como socialmente construído.

Morfemas – no sentido estruturalista – possuem, nesse sentido, um significado. Embora um radical muitas vezes não tenha vida independente senão complementado por outros morfemas que o reorganizem num sistema, disporá de um significado adquirido diacronicamente, tanto na passagem de uma geração a outra, durante sua aquisição, quanto na própria vida de cada indivíduo que – com maior ou menor êxito – o modifica. O mesmo se pode dizer de morfemas gramaticais, apesar de um pouco mais resistentes.

O português, juntamente com grande parte das línguas indo-europeias (e românicas), dispõe de um complexo sistema de sufixação derivacional. Seu uso na formação lexical é tão frequente que imaginamos ser universal. No entanto, há tempos se sabe que nem todas as línguas humanas possuem sufixos derivacionais. Também a manifesta polissemia apresentada na sufixação portuguesa não é algo que ocorra tão evidentemente com outras línguas que possuem sufixos (como o turco). E do ponto de vista dos próprios sufixos, nem todos têm o mesmo comportamento. No entanto, esses três pressupostos (a universalidade da sufixação, a polissemia intrínseca e o

comportamento comum) são amiúde subentendidos nos modelos preponderantemente dedutivos. A razão disso repousa numa postura generalizante com relação aos sufixos que tem suas raízes na gramática tradicional e não foi suficientemente superada.

Fundado em reuniões desde 2005, o Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) conta com diversos pesquisadores, cujo primeiro e principal objeto foi detalhar como as mudanças semânticas de *cada* sufixo derivacional em português se processaram ao longo do tempo. Objetivou-se, portanto, uma abordagem semântica e histórica. Observam-se esses fenômenos linguísticos sob uma ótica estritamente indutiva e empírica. O grupo compõe-se atualmente dos seguintes pesquisadores responsáveis pelo *corpus* e pelas análises particulares de cada sufixo: o prof. dr. Mário Eduardo Viaro (FFLCH/USP *-eiro*, coordenador), a prof^a. dr^a. Valéria Gil Condé (FFLCH/USP *-eria*, *-aria*), o dr. Zwinglio Oliveira Guimarães-Filho (IF-USP/Université de Provence, pós-doutorando), Alice Pereira dos Santos (*-ão*, *-arro*, *-orro*, *-aço*, *-uço*, *-udo*, ex-bolsista IC/Fapesp e atual CNPq, mestranda), Anielle Aparecida Gomes Gonçalves (*-agem*, *-igem*, *-ugem*, *-inho*, ex-bolsista Fapesp, mestranda), Lisângela Simões (*-idade*, ex-mestranda), Vanderlei Gianastácio (*-ismo*, doutorando), Andréa Lacotiz (*-ança*, *-ença*, *-ância*, *-ência*, ex-mestranda), Érica Santos Soares de Freitas (sufixos *-ção*, *-mento*, doutoranda), Nilsa Areán-García (*-ista*, *-ístico*, bolsista FAPESP, doutoranda), Mônica Yuriko Takahashi (*-ada*, ex-bolsista IC FAPESP e RUSP), Juliana Bianchi Leone (ex-bolsista IC FAPESP), Juliana Silva Lins (ex-bolsista IC RUSP). O grupo conta ainda, na qualidade de consultores, com o pesquisador do ILTEC (Lisboa) José Pedro Ferreira, o prof. Dr. Martin Becker (Universität zu Köln), o prof. Dr. Michael Ferreira (University of Georgetown) e com a profa. Dra. Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto (Universidade de Coimbra).

O método

Desde as primeiras reuniões do grupo, além dos pressupostos acima apresentados, algumas questões foram escolhidas consensualmente como preocupações comuns, de modo que servissem de norte a todos os pesquisadores, garantindo assim uma certa homogeneidade na análise com relação aos problemas investigados. Por meio de

planilhas e listas exaustivas extraídas de dicionários, as seguintes indagações – estabelecidas em um manual de uso interno – deveriam ser respondidas para cada vocábulo que dispunha de um *suposto* sufixo:

a) qual a palavra analisada?

Neste campo da planilha, simplesmente, entraria o vocábulo que *supostamente* possui o sufixo devido à sua terminação. Uma planilha do sufixo *-eiro*, por exemplo, é composta exclusivamente de palavras terminadas em *-eiro*, *-eira*, *-eiros*, *-eiras*, *-eirinho*, *-eirice*, *-eireiro*, *-eirar* etc. Por cautela – para não se fazerem generalizações indevidas – não entram nela palavras com outros sufixos, ainda que com a mesma etimologia: tanto *-eiro* quanto *-ário* são formas divergentes do mesmo étimo latino (*-arium*), mas formam duas planilhas distintas. Observou-se que quando o sufixo não é final, muitas vezes, conservam-se características semânticas antigas extremamente desejáveis à pesquisa (pois revelam uma etapa anterior à nova sufixação que ocupa posição final), contudo sua apreensão é mais complexa, pois as listagens automáticas não as revelam rapidamente e os buscadores se tornam ainda menos eficientes por listarem elementos da raiz (numa busca automática por *-eir-* por exemplo, aparecem palavras como *beirada*), sendo necessário coletá-los um a um, razão pela qual normalmente caracterizam uma segunda etapa – mais avançada – de investigação.

b) de qual sufixo se trata?

É sabido que há dois fenômenos importantes detectados pela Linguística Histórica há muito tempo: a convergência e a divergência. Muitas palavras com uma *terminação* idêntica não possuem necessariamente o mesmo *sufixo*. Dessa forma, nem toda palavra terminada em *-eiro* tem de fato um sufixo *-eiro*, diacronicamente falando. Pode ocorrer uma coincidência de formas: o tupi *makaxéra* gerou *macaxeira*, portanto, a terminação *-éra* em tupi não equivale ao mesmo sufixo de *pereira*, por exemplo, que proveio do latim **pirariam*. Nesse caso, a palavra *macaxeira* não se analisa. O caso da

convergência de formas é, contudo, bastante intrigante, pois há, sabidamente, o fenômeno da etimologia popular, não sendo impossível haver convergência semântica posterior paralelamente à convergência formal. Outros sufixos portugueses se formaram por meio da convergência de dois ou mais sufixos latinos. Distinguir o sufixo típico de eventuais casos convergentes, por meio da origem, torna-se o primeiro passo para estabelecer a genealogia das mudanças semânticas. Também a divergência é importante e motivada sobretudo pelo cultismo. Desse modo, podemos dizer que o grego *-áron* ou o latim *-orius* e *-arius*, em algumas palavras, *convergem* em três sufixos *-eiro* homônimos, cuja *mescla semântica* está longe de ser excepcional, da mesma forma que o *-arius* latino se *diverge* em *-ário* e *-eiro* em português, cujo *paralelismo semântico* também se pôde detectar. Separar os três *-eiro* no primeiro caso e juntar os dois sufixos provenientes de *-arius* no segundo afigura-se um passo metodológico importante, antes de se chegar a conclusões.

c) *qual a classe morfológica do resultado?*

A palavra resultante da sufixação pertence a uma ou mais classes morfológicas. Elas precisam ser discriminadas, para saber se se trata de um sufixo nominalizador, adjetivador, verbalizador ou adverbializador. O mesmo sufixo pode ter várias funções. O GMHP entende que essa *função* está estritamente ligada às classes morfológicas e, como tal, não esgotam o *valor semântico* do sufixo, de modo que se distinguem *função* e *significado* do sufixo. Essa distinção é feita com maior ou menor clareza, dependendo do sufixo envolvido. Normalmente sufixos formadores de abstratos deverbiais, por exemplo, se voltam exclusivamente para a função, enquanto outros, como o *-eiro* formador de nomes de árvores frutíferas, além de nominalizadores, possuem uma carga semântica própria. Prova disso é que formam substantivos concretos, cujo *gênero*, no sentido aristotélico (ou hiperônimo, no jargão linguístico) se deve mais ao sufixo do que ao radical. Por exemplo, *pedreiro* é uma profissão por causa de *-eiro* e não um mineral, por causa do radical *pedr-*. Isso ocorre com muitos sufixos derivacionais nas línguas indo-europeias.

d) qual o étimo da palavra?

Trata-se de uma etapa extremamente importante para a Morfologia Histórica, uma vez que se investiga, quando possível, a palavra que deu origem ao vocábulo. Apenas no caso de falta de étimo propriamente dito, escolhe-se a base primitiva sobre a qual a derivada se formou. Nesse caso, estaríamos perante uma derivação propriamente dita.

Assim, de *mangueira*, extrai-se *manga*. Já no caso de palavras vindas do latim, independentemente de a fonte ser segura ou reconstruída, trabalha-se com o étimo da palavra e não com o radical. Assim, *cavaleiro* não viria de *cavalo*, mas do latim *caballarius* da mesma forma que *pereira* provém de um hipotético latim **pirariam*. O resultado da análise semântica dessa decisão mostra produtividades iniciadas em distintas sincronias, como já apontamos em outros trabalhos (Viaro 2007a).

O mesmo ocorre com os empréstimos. No caso de palavras vindas de outras línguas, acrescenta-se uma sigla segundo o padrão internacional ISO 639-2 para siglas de línguas (constante em http://www.loc.gov/standards/iso639-2/php/English_list.php) juntamente com étimo. Assim, *bastonada*, que vem do francês *bastonnade* é indicado como *fre-bastonnade*.

Propôs-se que se não houver certeza da etimologia, o campo fosse deixado em branco até que se efetue uma análise detalhada do vocábulo. Nos casos de raiz determinável, mas sem associação direta a uma palavra existente em português, latim ou outra língua, convencionou-se anotar apenas o radical, ainda que vazio. Dessa forma, para *carpinteiro*, o étimo preferível é *carpint-* e não *carpintaria*, uma vez que ficaria inexplicada a subtração de um sufixo por outro. Também o étimo de *correria* seria *corr-* e não *correr*, pois o elemento interfixal *-er-* não é de todo esclarecido.

Quando houvesse caso de convergência com palavras sem sufixos (como o caso de *macaxeira*, acima descrito), convencionou-se que este campo ficaria vazio.

e) qual é o processo de transmissão?

Para refinar as informações acima, é preciso saber se a palavra é de fato vernácula ou é um empréstimo e no caso de provir do latim, de qual variedade específica (popular, clássico, medieval ou científico). A separação da pergunta *d* e *e* tem fins estatísticos.

É uma prática tão antiga quanto abusiva, indicar o étimo pelo acusativo latino, uma vez que as formas no acusativo refletem apenas palavras do latim vulgar, mas nem todas as palavras de origem latina tiveram um único modo de transmissão. Dessa forma, somente os termos em latim popular mereceriam esse tipo de notação (e preferentemente sem indicar a apócope do *-m*), uma vez que formas cultas, medievais e científicas não passaram pelas mesmas regras fonéticas das formas populares e, portanto, deveriam ser indicadas no nominativo. A facilidade de padronização conduz a leituras errôneas com relação à transmissão. Quando não se sabe exatamente qual foi o processo de transmissão (por causa da indefinição das leis fonéticas) preferiu-se a indicação no *nominativo*, mesmo para os casos dos termos semi-eruditos.

f) qual é o grau de certeza dessa etimologia?

A ideia do grau de certeza etimológico aparece em Jespersen (1922:307, nota 1): “*It is of course, impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous*”, conforme discutimos em Viaro (2007b).

O emprego tradicional do asterisco, em linguística histórica, ou de pontos de interrogação, tem ambiguidade indesejável numa pesquisa que se pretende mais cautelosa.

Quando o étimo existir de fato em documentos e a ele apenas se aplicam as leis fonéticas para explicar a *forma* da palavra portuguesa, dizemos que ele é *seguro*, ainda que o *significado* da palavra em questão se tenha modificado. Nessa categoria estaria, portanto, tanto a palavra *sensível*, que viria do nominativo *sensibilis*, com o mesmo

sentido, quanto *cavaleiro*, que viria do acusativo *caballarium*, mas significava “criador de cavalos”.

Diz-se que o étimo é *hipotético*, quando reconstruído a partir do português e das outras línguas em que a palavra foi difundida (românicas ou não). Quanto maior o número de línguas envolvidas nessa reconstrução (excluído o caso de divulgação por empréstimo), mais próximo esse étimo estará do título de *seguro*. Igualmente seguro é o caso dos étimos provenientes de línguas marginais, reforçado pela falta de contato entre as línguas, excluída, como sempre, a hipótese do empréstimo. Assim, um étimo reconstruído a partir apenas do português é pouco seguro, pois a reconstrução seria *ad hoc*. Outro, feito sobre o português e espanhol seria um pouco mais seguro, mas contra ele está o íntimo contato das línguas. Um outro étimo formado a partir do português e francês não tem segurança maior do que entre espanhol e português, pois, apesar do contato geográfico ser menor, a influência cultural do francês acabou transpondo fronteiras. Já um étimo formado a partir do português e romeno está mais próximo do seguro do que do hipotético, desde que não seja empréstimo recente. Obviamente, em todos esses casos, a semântica influencia muito o julgamento e não só línguas românicas devem ser levadas em conta (o basco, o albanês, o árabe, o inglês, por exemplo, são, muitas vezes, decisivos, pois importaram palavras do latim ou do romance).

Diz-se que o étimo é *duvidoso* quando é necessária a aplicação de leis fonéticas irregulares seja na base seja no sufixo a partir de um termo documentado. A questão semântica novamente não se coloca aqui.

Por outro lado, diz-se que o étimo é *incerto* quando, além de leis fonéticas irregulares, é preciso trabalhar com formas reconstruídas.

g) qual o grau de certeza do significado?

Para analisar melhor os casos, o significado é separado do significante, de modo que se verifica, também separadamente, se o significado do termo analisado é *idêntico* ao do étimo ou *distinto* dele. Dessa forma, o étimo *sensibilis* acima mencionado não tem o mesmo *status* do de *caballarium*, uma vez que o significado de *sensibilis* praticamente

não mudou no português *sensível*, ao passo que *caballarium* e *cavaleiro* têm significados distintos (o termo *caballarius* em latim seria o “criador de cavalos (de má qualidade)” ou o “escudeiro”). No caso de palavras hipotéticas, duvidosas e incertas, podem-se também separar – do ponto de vista do significado - reconstruções *transparentes* (auto-explicativas, pela analisabilidade dos significados do radical e do sufixo) das *obscuras* (nas quais a analisabilidade requer explicações extra).

h) a palavra é analisável?

Dada uma palavra com um suposto sufixo, impõe-se a questão da *analisabilidade*. Há contudo, muitos casos especiais:

Diz-se que uma palavra é *analisável* sob nossa ótica, se se trata do étimo esperado (no caso de *-eiro*, um vocábulo latino derivado em *-arius/ -arium*). O GMHP entende que mesmo casos em que há alguma intermediação são consideradas analisáveis. Por exemplo, as palavras *estrangeiro* e *ligeiro* vêm do francês, mas o sufixo francês *-er* dos seus respectivos étimos equivalem a *-arius*, portanto, são verbetes analisáveis. O mesmo ocorre quando o étimo imediato remeter à terminação *-ero* do castelhano ou a *-aio* do italiano, por exemplo.

Obviamente, surgem situações em que há certa dúvida. São comuns palavras com mais de um étimo dentre os quais um deles contém a condição de analisabilidade e os outros, não. Também alguma dúvida surge, vez ou outra, quando a origem do étimo é desconhecida. Todos esses casos merecem análise minuciosa e não uma tomada de decisão que exclua as demais hipóteses sem a verificação necessária.

Portanto, para o GMHP, uma palavra *não* seria analisável:

a) se contiver falsos sufixos, ou seja, possui terminação convergente, do tipo *cadeira* < *cathedram*, (não se trata de um composto em *-arium*). Essas palavras, contudo, não são rechaçadas *in limine*, uma vez que reforçam o molde formal. Entram aqui não só palavras de origem latina, mas também germânica, indígena, africana, árabe, cuja

terminação lembre a do sufixo. Obviamente as que, de fato, têm o sufixo estudado sobre uma raiz de origem germânica, indígena, africana ou árabe são analisáveis;

b) se for composta por prefixação recente e se a palavra tiver significado facilmente componível por meio de uma paráfrase que reflita mera soma do prefixo+palavra restante (normalmente têm esse comportamento algumas palavras prefixadas com *ante-*, *in-* ou *i-*, *des-*, *co-*, *sobre-*, *sob-*, *contra-*, *anti-*, *semi-*). Por exemplo: *insensível*, que facilmente se compõe de *in+sensível* por meio de uma paráfrase negativa $in[x = \text{“que não é x”}$.

Apesar desse recorte, o GMHP está consciente de que a palavra *insensível* tem uma história independente de *sensível*, mas concentra, num primeiro momento, seus esforços no estudo dos sufixos, cuja diacronia é menos conhecida. Portanto, admite-se que palavras formadas por prefixação analisável sincronicamente sejam formadas *depois* das suas equivalentes não-prefixadas. Contudo, são consideradas analisáveis as palavras formadas com prefixação antiga, cuja decomposição não seja uma mera soma do prefixo+palavra restante: uma palavra como *imposição*, por não ser parafraseável, historicamente, como *in+posição*, é considerada analisável;

c) se a palavra for composta a partir de outros radicais (gregos, latinos ou vernáculos), como *hortifrutigranjeiro* e *agroecologia*. Em alguns casos, sob uma ótica sincrônica é comum afirmar que um sufixo se mescla a um radical, como *-meria*, *-logista* ou *-gráfico*, formando uma nova unidade. Não é a nossa postura a respeito do assunto;

d) se a palavra for composta por justaposição do tipo *abóbora-de-carneiro*. Este recorte só se justifica pela já explicada necessidade inicial de datação dos significados do sufixo. Obviamente palavras compostas por justaposição têm datação distinta de suas correspondentes simples (e muitas vezes o significado da palavra altera-se de forma substancial, como em *pé-de-moleque*). São analisáveis, no entanto, palavras que acrescentaram sufixo sobre uma base justaposta (como em *roupa-velheiro*, a partir de *roupa velha*). Também ocorre o caso de o elemento que leva o sufixo não aparecer como palavra independente. Quando, por exemplo, não se encontra o termo

isoladamente, também se deve analisar (por exemplo, no dicionário Houaiss não há o termo **gameleiro*, embora haja dois verbetes compostos dele: *sapo-gameleiro* e *bem-te-vi-gameleiro*);

e) palavras com variação ortográfica ou regional. Nesse caso, analisa-se a forma mais antiga e exclui(em)-se, por recorte, a(s) outra(s). No caso de as variantes não serem datadas, é preciso escolher uma delas, sob a qual as demais ficariam referidas, até maior esclarecimento. Por exemplo, se há *camerlengo* e *camarlengo*, analisa-se, num primeiro momento, apenas a primeira, por exemplo. O mesmo para variações de interfixos: *cajazeiro* ~ *cajazeira*. Também casos de prótese ou aférese ocorrem: *arruaceiro* ~ *ruaceiro*. São consideradas ambas analisáveis, contudo, as palavras que possuem sufixos distintos, ainda que sinônimas: *sambeiro* ~ *sambista*. Tais palavras, aliás, são importantes para questões semânticas e de competição sufixal. Quando existirem sinônimos sem sufixo, obviamente só as formas sufixadas são consideradas analisáveis: *bilimbeiro* ~ *bilimbi*, *araçaeiro* ~ *araçá-de-coroa*, *babeiro* ~ *babadouro* ~ *flor-de-babado*. Também são analisáveis os casos de sinônimos com bases distintas: *sinceiro* ~ *salgueiro*. Em *cachamorreiro* ~ *cachaporreiro* ~ *caceteiro* apenas duas formas são analisáveis: *cachamorreiro*, por exemplo, e *caceteiro*. A forma *cachaporreirao* é interpretada, num primeiro momento, como variante de *cachamorreiro*;

f) reduplicações (do tipo *cheira-cheira*), que seguem a mesma regra dos compostos;

g) homônimos gerados por simplificação de formas justapostas, que são tratados como homônimos normais. Dessa forma, *bombardeiro* tem dois homônimos. O primeiro é analisável, já o segundo remete a *besouro-bombardeiro* e é excluído provisoriamente pela regra e. Ou seja, é apenas uma redução de uma justaposição. O mesmo com *fuzileiro*, que pode ser uma redução de *fuzileiro naval*;

h) flexões (plurais de nomes e formas verbais diferentes do infinitivo de outras palavras analisáveis);

i) palavras de origem obscura ou totalmente desconhecida.

Todos esses recortes e exclusões devem, contudo, ser feitos com cautela. Observando as etimologias fornecidas pelo *Dicionário Houaiss* (base de que parte o GMHP, sobre a qual se retrocedem as datas a partir de outras fontes e *corpora*), verifica-se que:

o verbete *tombeiro* não remete a nenhum verbete, não tem etimologia, mas, no corpo do texto, se diz que é o mesmo que *tambeiro*: será, portanto, nessa palavra que a investigação deverá ser feita e, ao mesmo tempo, *tombeiro* será considerada sua variante;

calaceiro não tem etimologia, mas o radical é reconhecido como o mesmo de *calaçaria*: desse modo, é considerado analisável;

alperceiro remete a *damasqueiro*, portanto é analisável, mas *albergeiro* também remete a *damasqueiro* e entre os sinônimos há *alpercheiro*. Assim, *albergeiro* e *alpercheiro* podem ser considerados variantes de *alperceiro*;

o verbete *rinhadeiro* remete a *rinha*, mas entre seus sinônimos estão *rinhedeiro* e *renhideiro*, portanto, se apenas *rinhadeiro* é analisável, os demais serão variantes que precisam de esclarecimento (o mesmo ocorre com *baageiro* e *bageiro*: ambos remetem a *guapuruvu*, mas é claro que ambos são variantes da mesma forma: a escolha é arbitrária. assim, *baageiro* será analisável e *bageiro* será variante);

abaldeiro não remete a *albardeiro*, contudo é variante (informação que se obtém apenas no verbete *desastrado*);

tafoneiro, além de remeter a *atafoneiro*, tem outras acepções que são bem distintas de *atafoneiro*, mesmo assim, apenas um é analisável (o mesmo ocorre entre *flecheiro* e *frecheiro*).

tenreiro remete a *novilho*. Entre os sinônimos encontra-se *terneiro*;

embondeiro viria do quimbundo *mbondo* e remete a *baobá*, mesmo assim, é analisável, pois é nome de árvore. O *-eiro* que se acrescenta à palavra do quimbundo é sem dúvida o sufixo (o mesmo com *lagumeiro*, que remete a *olmo* e tem origem obscura).

i) há outros elementos de formação?

Reconhecidos o radical e o sufixo, pode haver outros elementos presentes na formação da palavra (sufixos internos, prefixos, interfixos, vogais e consoantes de ligação, formas anômalas de sufixos). Trabalhando com o sufixo *-dade*, o pesquisador que depare com a palavra *indecomponibilidade* deve observar que ele também serve para os prefixos *in-*, *de-*, *com-* e *-ível*. O vocábulo *verdoengo* forma-se com o sufixo *-engo*, mas também com a vogal de ligação *o*. O étimo de *Sengo* é **senicum*, portanto, deve ser analisado juntamente com o sufixo *-ico* e não com o sufixo *-engo*.

j) qual a difusão da palavra?

É preciso verificar se o *étimo* gerou palavras em outras línguas além do português. Assim, se ocorre no português e galego, trata-se de uma palavra provavelmente formada no noroeste ibérico (ou apenas conservada ali); se ocorre no português, galego, espanhol e catalão, teve, contudo, uma difusão em toda Península Ibérica. Importante é verificar se há palavras cognatas que ocorrem nas outras línguas ibero-românicas (e no basco), com exceção do português e do galego. Tais línguas podem conservar dados e informações importantes para a reconstrução de sincronias pretéritas. Outras palavras têm distribuição em línguas românicas fora da Península Ibérica (por conservação ou por empréstimo) e até fora da România (inglês, alemão, russo, japonês etc.). Nada deve ser descartado quando se investiga o étimo de uma palavra, mas os empréstimos precisam ser colocados dentro de uma cronologia a mais correta possível.

l) qual a paráfrase da palavra?

Importantíssimo para entender o significado do sufixo é traduzir a palavra na forma de uma paráfrase, inserindo nela o elemento presente no radical. Para evitarem-se deduções

que possam conduzir a algum anacronismo, a paráfrase deve ser feita sobre o *significado original* da palavra, ainda que não seja o sentido mais corrente hoje em dia (às vezes de fato, não existe mais) e sobre a *língua de origem*, pois parafrasear em português palavras provenientes ou decalcadas de outras línguas seria falsear dados que pretendem ser históricos. Portanto, a palavra deve ser parafraseada com o valor semântico do radical presente *no momento de sua primeira abonação* (ou por meio da reconstrução do sistema) em latim, francês etc. Palavras com radical opaco não são parafraseáveis, exceto se se conhece seu significado no momento de sua formação. Deve-se distinguir claramente o *significado de toda a palavra* (que sofre mudanças semânticas por metáfora, metonímia, ampliação, restrição etc.) do *significado do sufixo* (que nos interessa). Um verbete não-parafraseável será, portanto, também não-analisável.

Entenda-se, nos casos seguintes, X como uma base lexical (sobretudo nominal) e V como uma base especificamente verbal (com ou sem preposições de sua regência). Evitam-se paráfrases com os termos “coisa”, “relacionado com”, “ato”, “produto” e, sempre que preciso, utilizou-se o termo antecedente dos relativos quando o núcleo semântico da palavra fosse refletido pelo sufixo, como: “pessoa que V”, “objeto que V”, “que mora em X”, “que vem de X”, “que segue o ensinamento de X”, “que pertence a X”, “X de má qualidade”, “grande quantidade de X”, “que lembra um X”, “próprio de X”, “que V muito”, “que frequenta X”, “que se ocupa com X”, “que V”, “que pensa como X”. Esse é o primeiro passo. Contudo, ao agruparem-se as palavras, o significado do sufixo será uma abstração feita sobre essas paráfrases, de modo que o significado sufixal “que V (algo)” deve ser entendida como um deverbal, como, por exemplo *lavadeira*, em que algo = “roupa” não está expresso (e, por isso, está entre parênteses). Por outro lado, “que (V) X” quer dizer que o verbo se subentende e se trata de um denominal que faz as vezes de complemento do verbo reconstruído (é o caso, por exemplo, de *pedreiro*, em que V = “trabalhar com”, não-expresso). Para mais exemplos, cf. Viaro (2007a).

O grupo assume, portanto, que cada verbete tem três tipos de significado: *o significado da base* (quando for detectável), *o significado do sufixo* e, por fim, *o significado da palavra toda*. Interessa ao grupo apenas o significado do sufixo, uma vez que o significado da palavra caracterizaria uma pesquisa de lexicologia ou de semântica

histórica e não de morfologia histórica. Um exemplo aparentemente esclarecedor é o caso de *barbeiro*, que tem a base *barb-* à qual se agrega o sufixo *-eiro* para criar um novo significado, portanto, *significado do radical barb-* (“conjunto de pêlos específico”) independe do *significado do sufixo -eiro*, a saber, “(pessoa) que (V) X” (em que V = “trabalha com”) e, por fim, o *significado da palavra barbeiro* independe de ambos, embora seu significado primeiro fosse o resultado composicional da soma das duas partes. A existência desse terceiro significado independente (que justifica uma lexicologia histórica distinta de uma morfologia histórica) fica mais claro quando se verifica que sua transformação semântica independe dos significados do radical e do sufixo, assim, *barbeiro* passa a ser um “mau condutor” (por metonímia, extraído do significado básico agentivo, por um percurso mais ou menos assim: “que trabalha com *barbas* (usando navalha)” >> “que corta com navalha” >> “que corta” >> “que corta os outros (no trânsito)” ou ainda o inseto hemíptero reduviídeo *Triatoma infestans* (Klug, 1894) transmissor do protozoário *Trypanosoma cruzi* (Chagas, 1909) “que trabalha com *barbas*” >> “que trabalha com rostos” >> “que pica os rostos”. Observe-se que, nesses dois exemplos, reserva-se o símbolo >> para transformações semânticas, ao passo que, como tradicionalmente, o símbolo > indica apenas transformações no nível do significante.

Dessa forma, determina-se que:

a palavra *ciclista* vem do francês *cycliste*. É preciso investigar como ela foi formada *em francês* e não criar uma paráfrase fantasiosa em português (por meio de formar primitivas como “bicicleta” ou “ciclo”);

a palavra *tortura* vem do latim: seria errôneo criar paráfrases sincronicamente a partir de *torto*. Deve-se investigar como foi sua criação *em latim*;

a palavra *poupança* pode ter o significado de “nádegas”, mas é significação secundária. Não entra na paráfrase pois é mudança do significado da palavra e não do sufixo.

a palavra *barraquista* vem claramente de *barraco* ou de *barraca*, mas significa “aquele que negocia com seringueiros trocando a borracha extraída por gêneros alimentícios; dono dos maniçobais”. É preciso uma investigação muito grande (e por vezes frustrante) para entender por quê, mas a falta de cautela pode conduzir a etimologias fantasiosas.

Seria preferível julgá-las como não-parafraseáveis a fazer isso (o mesmo se pode dizer, por exemplo, de *grileiro*).

m) qual o significado do sufixo?

Uma vez feita a paráfrase da palavra em questão e, posteriormente, estabelecidas as descrições parafrásticas mais abstratas, é possível agrupar inúmeros casos em categorias semânticas específicas. O grupo optou por um código trilitere de tipo XXX, inspirado em Rio-Torto (1998:83-132), aplicável também para prefixos, como se pode ver.

O código corresponde ao *valor inicial do sufixo* (não da palavra), independente do fato de a língua de formação ser o português ou não. No caso em que o valor inicial do sufixo for totalmente obscuro, marcou-se com três pontos de interrogação, isto é: ???
No caso de não haver alteração alguma entre base e palavra sufixada, usa-se 000.

a) CLASSES RELACIONAIS

PSS (< *posse*) para paráfrases “que tem X”, “que possui X” (-*ico*, -*ado*, -*ento*, -*oso*, -*il*, -*íaco*, -*udo*);

GEN (< *gentílico*) para as paráfrases “que é originário/proveniente de X”, (-*io*, -*íaco*, -*ão*, -*eiro*, -*eno*, -*eu*, -*ês*, -*ita*, -*aico*, -*eta*, -*ino*, -*oto*, -*ano*, -*ense*);

SEM (< *semelhança*) para as paráfrases “que tem semelhanças com X”, “que evoca X”, “que tem propriedades de X” (-*isco*, -*esco*, -*il*, -*engo*);

TIP (< *tipicidade*) para as paráfrases “que é típico de X”, “que é próprio de X”, “que é característico de X”, “que pertence a X”, “situação em que há X”, “situação em que se (V) X”, “que está na posição (de) X” (-*esco*, -*ário*, -*al*, -*ada*, -*ico*, -*ar*, -*eiro*);

FIL (< *filiação*) para as paráfrases “que é adepto de X”, “que é simpatizante de X”, “que é partidário de X”, “que crê que se deve V” (-*ista*, -*ico*, -*ano*);

ATV (< *atividade*) para a paráfrase “atividade associada a X”, “ideologia associada a X”, “filosofia associada a X”, “sistema associado a X” (-ário, -eiro, -ão, -ista, -ia, -ismo);

LOC (< *local*) para “local onde há X”, “local em que se (V) X” (-al, -il, -eiro, -aria);

VEG (< *vegetal*) para “planta que produz X” (-eiro);

DOE (< *doença*) para “doença associada a X” (-eiro);

QNT (< *quantidade*) para os coletivos e outros *nomina quantitatis* “conjunto de X”, “quantidade de X” (-agem, -ada, -ame, -edo, -io, -aria, -ugem) ;

QNL (< *quantidade locativa*) para “quantidade contida em X” (-ada, -eiro);

RCP (< *recipiente*) para “que contém X” (-eiro, -al, -ário);

EVN (< *evento*) para “evento localizado em X” (-ada);

TAX (< *taxonomia*) “táxon cujo gênero-tipo é X”, “mineral associado a X”, “substância química associada a X” (-áceo, -ídeo, -íneo, -ita, -ato, -eto, -ito, -ico, -oso);

ESS (< *nomina essendi*) para abstratos formados a partir de paráfrase como “que é X”, o fato de (X) ser X”, “propriedade de (X) ser X” ou para modais do tipo “que pode V”, “que deve ser X”, “que pode ser X”, “que merece ser X” (-dade, -ência, -idão, -ice, -ude, -ez, -ado, -aria, -ato, -ato, -eira, -eza, -ia, -ismo, -ude, -ume, -ura, -vel)

MOD (< *modo*) para advérbios parafraseados como “de modo X” (-mente);

CPR (< *comparação*) vide valores avaliativos abaixo.

DIM (< *dimensão*) vide valores avaliativos abaixo.

b) CLASSES DE AÇÃO

AGE (< *agentivo*) para a paráfrase “pessoa que V”, “pessoa que V (X)” ou “pessoa que (V) X”, “pessoa que gosta de (V) X”, “pessoa que exerce atividade relacionada com X”, “pessoa que (V em) X” (-or, -eiro, -udo);

LCA (< *local da ação*) para a paráfrase “local onde se V” (-ório, -or, -nte, -aria, -mento, -ouro);

INS (< *instrumento*) para “instrumento (com) que (se) V”, “instrumento (com) que (se) V (o X)” (-*eiro*) (-*ouro*, -*ório*);

MOV (< *movimento*) para *nomina actionis* (vide Rio Torto 1998: 119-120) que envolvam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V” (-*ada*, -*mento*, -*ção*, -*agem*);

TRS (< *transitivo*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há apenas um agente e um paciente: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V” (-*mento*, -*ção*, -*agem*) ou “transformar (X) em X”, “ação de transformar (X) em X”, “ação de (V) X em”, “ação de V X (em X)”, “ação de causar X” (-*ar*, -*izar*, *a-...-ar*, *es-...ar*, *a-...-mento*, *em-...-ção*, -*ficar*, -*ecer*, -*ear*); idem para golpes, tanto “golpe praticado com X”, “golpe praticado em X” (-*ada*);

RES (< *resultado*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V”, “estado decorrente de V” (-*ada*, -*mento*, -*ção*, -*agem*, -*ança*), mas também: “alimento preparado com X” (-*ada*) e “substância extraída de X” (-*ina*);

c) CLASSES ORIENTACIONAIS

INT (< *interior*) “V para dentro”, “V para fora”, “ação de V para dentro”, “ação de V para fora” (-*im-*, -*es-*, -*intro-*, -*extra-*);

SUP (< *superior*) “V para cima”, “V para baixo”, “ação de V para cima”, “ação de V para baixo” (-*super-*, -*sub-*);

FRN (< *frontal*) “que está em frente de X”, “que está atrás de X”, “que V para trás”, “que V para frente” (-*pro-*, -*re-*, -*retro-*);

LAT (< *lateral*) “que está ao lado de X” (-*a-*);

ENT (< *entre*) “que está entre dois X”, “que está no meio de vários X” (-*inter-*, -*entre-*);

PRX (< *proximidade*) “V para perto”, “V para longe”, “ação de V para perto”, “ação de V para longe” (-*a-*, -*dis-*, -*com-*, -*trans-*);

d) CLASSES LÓGICAS E QUANTITATIVAS

NEG (< *negação*) para “que não é X” (*a-*, *im-*, *des-*);

DES (< *desfazer*) para “deixar de V” ou “ação de deixar de V” (*des-*);

NUM (< *número*) para “(ação de) V outra vez” ou noções numerais exatas ou quantidades vaga (*re-*, *multi-*, *pluri-*, *uni-*, *bi-*, *tri-*, *quadri-*, *mono-*, *tetra-*, *cento-*, *quilo-*).

e) VALORES AVALIATIVOS:

Observou-se que, semanticamente, tais valores independem do significado nuclear do sufixo, como que formando um elemento à parte. Muitas vezes esse elemento se torna o único significado do sufixo. Para estes casos, portanto, acrescentam-se símbolos >, <, + e – às siglas já apresentadas. Exemplos:

XXX< para pejorativo (paráfrase: “X ruim”: *-inho*, *-ão*);

XXX> para ameliorativo (paráfrase “X bom”)

CPR+ para superlativos (paráfrase: “muito X”: *-íssimo*, *-érrimo*, *-aço*, *-ão*, *super-*, *hiper-*);

CPR- para pequena intensidade adjetival (paráfrase: “um pouco X”: *-onho*, *-inho*, *-ito*)

RES+ para ação intensa ou para ação frequente (paráfrases: “que V com frequência/repetidamente” *-itar*, *-inhar*);

RES- para ações pouco intensas (*-iscar*);

QNT+ para grande quantidade (paráfrase: “que tem muito”: *-udo*);

QNT- para o caso de *nomina unitatis* (Rio-Torto 1998:125) (*-eiro*);

PSS+ para a paráfrase “que tem X grande/intenso” (*-udo*, *-uço*);

PSS< para a paráfrase “que tem X ruim” (*-udo*, *-ão*, *-inho*);

PSS> para a paráfrase “que tem X bom” (*-udo*, *-ão*, *-inho*);

DIM+ para aumentativo (paráfrase “X grande”: *-aço, -ão, -arro, -orra, mega-, super-, ultra-, arquí-, supra-, hiper-*);

DIM- para diminutivos (paráfrase “X pequeno”: *-inho, -ito, -ela, -iço, -icho, -im, -éu, -ote, -ucho, -acho, -ola, -ete, mini-*);

São possíveis construções como XXX<+.

Alguns exemplos de aplicação:

A palavra *chuveiro*, levando em consideração a “experiência do falante” (nome dado ao principal instrumento de trabalho postura sincrônica radical) é, ao mesmo tempo, analisável e não-paráfraseável, por paradoxal que isso pareça ser: é possível, pelo método de comutação estruturalista, observar que há um sufixo e um radical (cf. *chuvinha, nevo-eiro*), no entanto o falante nativo inventará inúmeras paráfrases improdutivas e inconsistentes com *chuva* para poder justificar seu radical (como “algo que parece X”). A verdade é que *chuveiro* significa apenas “chuva forte” e o significado de seu sufixo é “X forte” (XXX+), assim como *nevoeiro, aguaceiro* etc. Esse uso da palavra *chuveiro* é antigo (data do séc. XVI), mas também regional: respeita, portanto, a experiência de alguns falantes, mas é amiúde ignorada, por não gozar do *status* da “língua comum” (leia-se variante de prestígio), paradoxo somente perdoável para uma postura normativa. A transformação semântica “chuva forte” >> “crivo do bocal por onde sai a água” >> “ducha” ocorre no significado da palavra e não no significado do sufixo, como o caso de *barbeiro* acima citado.

A palavra *jumento* “certo mamífero equídeo” vem do latim *jumentum* “besta de carga”, que, por sua vez vem do latim arcaico *iouxmenta* (CIL I² 1), no qual, evidentemente há um sufixo associado ao radical *jug-/jung-* “jugo, atrelar”. Segundo Ernout & Meillet 2001, remontaria a **youg-s-men-to-m*, sendo o significado do sufixo “aquilo com que se V (o animal)”. Por metonímia, o significado da palavra passou a significar o animal em que se atrela o jugo. O sentido inicial perdeu-se e o atual não interessa, pois o sufixo está irreconhecível. Neste caso será preenchido como *ins*. Se o sentido latino se mantivesse em português (o que não acontece), viria em maiúscula: INS. Se o sentido latino não se tivesse mantido, mas se tivesse desenvolvido um outro, por ex. LOC (seja em latim, seja em português), deveria vir indicado *ins.LOC*.

Uma palavra como *fumatório* é ACT, mas o pesquisador verifica (em *corpora* ou pelo *google*) que seja também LOC, deverá vir da seguinte forma: ACT.loc. Aconselha-se que deve haver confirmação e não apenas “imaginar” que tenha esse sentido.

Outros exemplos: *feijoadada RES*, *feijãozada QNT+*, *abrilada EVN*, *belenzada EVN*, *joelhada GLP*, *joelhada TRS*, *facada TRS*, *tacada TRS*, *baianada TIP* ; *vilório DIM<* ; *loucura ESS*; *amplificar TRS*; *banhista FIL*, *santista GEN.FIL*, *caçoiستا AGE*, *marxista FIL*; *marxismo ATV*; *saleiro RCP*; *baciada QNL+*; *barbudo PSS+*; *barbona DIM+*; *beleza ESS*; *alistamento RES*; *boazuda ESS.000>*; *carrinho DIM-*; *formigueiro LOC.QNT+*, *laranjeira VEG*, *cegueira DOE*, *verdadeiro ESS*, *cafeeiro TIP*, *carroceiro ATV*, *fazendeiro ATV*, *caseiro TIP.ATV*, *faladeiro ATV+*, *fofoqueiro ATV+*, *tornozadeira INS* “instrumento com que se (protege=V) o tornozelo (=X)”, *aguaceiro TIP.QNT+*, *besteira TIP.RES<*, *batucada RES+*

Conclusão

Há inúmeras posturas com relação à apreensão dos significados dos sufixos. Há os que lhe negam qualquer significado. Outros imaginam que a comutação resolve o problema, o que é desmentido pelos interfixos. Outros ainda imaginam que interfixos não existem, mas formam parte de alomorfes de sufixos. Outros, por outro lado, imaginam que formam parte do radical. Onde fica de fato *-avi-* em uma palavra como *canavial*? Junto com *can-* (alomorfe *canav-*) ou junto com *-al* (alomorfe *-avial*)? De qualquer forma, os interfixos perturbam a concepção didática de signo, uma vez que têm significante, mas não significado. O mesmo ocorre, por exemplo, com as vogais temáticas nas segmentações do tipo *cant-a-r*. Não nos esqueçamos de que algumas posturas teóricas não costumam distinguir sufixos e desinências. Também a transformação de classes promovida pelos sufixos é um problema e nem sempre se pode determinar com clareza se um sufixo, numa determinada palavra já construída, gerou um derivado deverbal ou denominal: é possível afirmar com certeza se *alfinetada* vem de *alfinete* ou de *alfinetar*? O próprio conceito de “derivação” goza de maior ou menor elasticidade, se incluirmos as derivações regressivas entre elas. Isso para não falarmos dos prefixos, que oscilam, segundo os autores, entre composição e derivação. O inventário de prefixos também

depende de modelos assumidos pelos autores. O consenso entre linguistas de determinadas linhas dá-nos mais segurança, mas não convence de que estamos diante de uma atitude científica, pois se ignora irrefletidamente toda a formação da gramática tradicional em que subjazem e, por isso, a cada momento, os modelos precisam de soluções *ad hoc* para manterem-se, o que, sem dúvida, os fragilizam. Precisamos, na verdade, de definições e de uma base epistemológica segura (Hegenberg 1974).

Uma postura historiofóbica pode gerar soluções contraditórias, uma vez que a migração de termos tradicionais da morfologia derivacional como “primitivo” e “derivado” não se coaduna a uma perspectiva sincrônica pretensamente radical, como ocorre em Rocha (1998). Não obstante surjam paradoxos patentes na própria gramática tradicional, chega a ser mais coerente por não se pretender sincrônica, mas, a cada passo, aponta para pancronias. Rocha, contudo, descarta *in limine* o estudo histórico, taxando seus conceitos de irrelevantes, embora muitas vezes apele para eles (ao agrupar os sufixos alomorfêmicos, ao falar de produtividade e em outras passagens). O racionalismo com que supostamente fundamenta sua postura (p. 156), esclarecido nesta citação:“(a perspectiva diacrônica) *não traz o menor proveito para a análise descritiva da língua*” (p. 189), aparentemente está mais próximo do dogmatismo, segundo a terminologia corrente da Teoria do Conhecimento e da Filosofia da Ciência. A competência lexical média do falante é um construto dedutivo útil para várias investigações, mas não combina com a pesquisa indutiva aqui exposta. Com certeza é questionável, como qualquer outra postura, e está longe, portanto, de ser um ponto seguro de partida para a investigação sufixal, como já se entrevê nos estudos de Malkiel (1970). Os testemunhos baseados em mais de um usuário da língua são, a nosso ver, mais científicos do que os formados pela declaração de gramaticalidade pautada na experiência particular do linguista-falante, que é falha na tentativa de detectar o significado do sufixo.

Por outro lado, os hiperagrupamentos dos significados dos sufixos (como considerar árvores como agentivos tanto quanto as profissões) se deve meramente a uma falta de método e ao desprestígio anacrônico da história, sobretudo nas correntes linguísticas após a década de 50 do século XX. Têm postura dedutiva e reducionista, nada tendo a ver com o falante nativo, que não hesitaria em definir uma *mangueira* como “uma árvore que produz manga” e não como “agentivo” da mesma forma que *lavadeira*.

Mudando o objeto de estudo, poderíamos afirmar que a mesma confusão presente nessa perspectiva teórica entre a visão de mundo (conhecimento particular) e o objeto estudado (apreendido pela ciência) faria biólogos afirmarem que baleias são peixes ou então que insetos evolutiva- e fisiologicamente distintos, mas com formas parecidas (segundo a percepção e o juízo humano e individual) se tratam da mesma espécie. O mimetismo de Bates entre as cobras-corais falsas e verdadeiras ou curiosos de convergência evolutiva como os *Mantidæ* e os *Mantispidæ*, insetos de ordens diferentes, para citar alguns poucos exemplos, seriam objeto de confusão e polêmica se premissas e concordâncias básicas não fossem levadas em conta.

No entanto, só por meio do conhecimento histórico e genético dos seres vivos se pôde organizar e classificar os objetos de estudo da Biologia, a ponto de ter hoje a mesma base (antes inexistente) para todas as discussões inevitáveis, desde o séc XVIII. Na Linguística, isto ainda está longe de ocorrer, embora haja permanentemente o mito de um iconoclasta sobre-humano qualquer na figura deste ou daquele autor, o qual teria modificado completamente a concepção anterior. As preocupações da linguística sempre foram variadas e inúmeras e a ânsia, desde o final do séc. XIX, de partir abruptamente de uma linguística indutiva e particular para uma linguística dedutiva e geral (Paul, Courtenay, Kruszewski, Saussure), serviu também para negar as formas anteriores (sobretudo a partir de Hjelmslev e, mais profundamente, com os pós-Chomskyanos), atravancando mais o seu desenvolvimento do que, de fato, o promovendo. Fora o Alfabeto Fonético Internacional, consensualmente utilizado por todas as correntes, não há nenhuma base para discussão, nenhum órgão para organizar o que se discute e abundam as opiniões fundamentadas sem base epistemológica.

Desse ponto de vista, a proposta do GMHP deve ser entendida, não como uma conciliação de linhas (que só é possível quando as linhas têm pressupostos idênticos), mas de uma proposta específica com pressupostos próprios. Assume-se, por um lado, o inegável fator diacrônico da língua e, por outro, parte-se dos dados, ou seja, toma uma atitude assumidamente indutiva. Não se trata de um novo modelo, muito menos de uma teoria, termos tão mal-empregados por quem desconhece a Teoria do Conhecimento (Hegenberg 1969; Hessen 1980), mas de um método rumo a um primeiro nível de abstração para um problema espinhoso e sem soluções por enquanto, haja visto que

estudos preliminares mostram que os sufixos distam tanto entre si quanto um sufixo e um radical.

Um sufixo como *-eiro* significando “árvore que produz X” tem comportamento muito distinto de outro *-eiro* qualquer (profissão, coletivo, gentílico etc.) no tocante à sua produtividade. Além disso, esse derivado X]_{eiro} combina em gênero com sua base X: *rosa* (fem.) → *roseira* (fem.), *abacate* (masc.) → *abacateiro* (masc.), o que não ocorria nos derivados mais antigos. Essa diversidade comportamental do mesmo sufixo *-eiro* deve ser recuperada à luz da polissemia (diacronicamente orientada) e não da homonímia, ainda que o *-eiro* de árvores aja, por exemplo, no tocante à sua produtividade, de forma semelhante ao sufixo *-inho*, o que não ocorre com os demais *-eiro*. Uma tipologia, qualquer que seja, não deve perder de vista o elemento diacrônico, sob pena de ter de criar um número excessivamente grande de soluções *ad hoc* para suas exceções.

Deve-se, além disso, repensar a denominação do conjunto heterogêneo dos “sufixos derivacionais”, sustentável apenas por razões sintáticas: por definição, um sufixo é apenas qualquer elemento que vem depois do radical, mas isso parece subordinar o objeto de estudo da morfologia à sua composicionalidade. Desse modo, *-eiro* carrega o núcleo semântico da palavra derivada, ao passo que *-inho* não. São sintomas de que não se tratam de fenômenos idênticos.

Na direção de soluções para problemas como esses, sem que sejam feitos recortes ou classificações demasiadamente rígidas na triagem dos dados, será possível que enxerguemos aspectos da linguagem numa inédita riqueza de detalhes, a qual as atuais teorias dedutivas acabam involuntariamente por esconder.

Referências bibliográficas

COROMINAS, Juan. 1954-1957. [*Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*](#). Madrid:Gredos.

CUNHA, Antônio G. 1982. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [1ª ed 1982].

_____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 1989. São Paulo: Melhoramentos/Edusp. [1ª ed 1978]

- ERNOUT, Alfred & MEILLET, Antoine. 2001. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck. [1ª ed 1932].
- HEGENBERG, Leônidas. 1969. *Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Herder.
- _____. 1974. *Definições: termos teóricos e significado*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- HESSEN, Johannes. 1980. *Teoria do conhecimento*. Trad. Antônio Correia. Coimbra: Arménio Amado. [1ª ed Bonn: Ferd. Dümmers, 1926].
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de S. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JESPERSEN, O. 1954. *Language: its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin. [1ª ed 1922].
- MACHADO, José P. 1972. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência. [1ª ed 1952-1959].
- MALKIEL, Y. 1970. Generic analyses of word formation. In: SEBEEK, T. A. (Ed.) *Current trends in Linguistics*. Paris: Mouton.
- NOLL, Volker. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad. Mário E. Viaro. São Paulo: Globo. [1ª ed Heidelberg: Winter, 1999].
- RIO-TORTO, Graça Maria de O. e S. 1993. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Diss. doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- _____. 1998. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto ed..
- _____. (org) et alii. 2004. *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina.
- ROCHA, Luiz C. de A. 1998. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- TEYSSIER, Paul. 1990. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa. [1ª ed Paris: PUF, 1980].
- VÄÄNÄNEN, Veikko. 1985. *Introducción al latín vulgar*. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos. [1ª ed Paris: Klincksieck, 1981].
- VIARO, Mário E. 2007a. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos eiro/eira na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gládis, BERLINCK, Rosane de A., GUEDES, Marymárcia & OLIVEIRA, Taísa P. de (org.) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 45-84.
- _____. 2007b. Reconstrução lexical do português paulista. *Revista do Gel*. 4: 39-53.

A expressão do passado imperfeito no português arcaico

Raquel Meister Ko. Freitag*

Resumo: Sincronicamente, o português apresenta duas formas para expressar passado imperfeito: a forma de pretérito imperfeito (IMP) e a forma perifrástica (PPROG). A variação das formas pode ser atestada também por estratégias de desambiguação e por evidências translinguísticas. A variação na expressão do passado imperfeito foi analisada em crônicas do período arcaico do português (*Chronica de El-Rei D. João I* (1644), *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) e *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729) dos cronistas portugueses Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina, respectivamente). Os resultados apontam para o comportamento das formas de passado imperfeito rumo à distribuição complementar.

Palavras-chave: Passado imperfeito. Variação diacrônica. Crônicas. Português arcaico.

Abstract: In synchrony, Portuguese has two forms to express imperfective past: the form of preterito imperfeito (IMP) and the periphrastic form (PPROG). Variation of forms can also be attested by strategies to disambiguate contexts and translinguistic evidences. The variation in imperfective past domain is analyzed in the chronicles of the Archaic Portuguese (*Chronica de El-Rei D. João I* (1644), *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) and *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729) of the chroniclers Fernão Lopes, Duarte Galvão and Rui de Pina, respectively). The results point to the behavior of the imperfective past forms bearing the complementary distribution

Keywords: Imperfective past. Diachronic variation. Chronicles. Archaic Portuguese.

1. Introdução

A análise da variação e da mudança não é tarefa das mais simples, especialmente quando se trata de objetos que vão para além dos limites da fonologia. Em domínios funcionais complexos, como nas categorias verbais, é uma tarefa que exige buscar evidências não só na fatia temporal analisada, mas também nas estratégias de desambiguação, nas evidências translinguísticas e diacrônicas. Neste texto, apresenta-se um domínio funcional complexo – o passado imperfeito – que sincronicamente, no português falado no Brasil, é expresso por duas formas, configurando-se um caso de variação. Busca-se averiguar se os evidenciais sincrônicos e translinguísticos da variação neste domínio funcional são também verificados na diacronia, tomando como

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Núcleo de Letras da Universidade Federal de Sergipe.

recorte temporal o português arcaico, especificamente nas *Chronica de El-Rei D. João I* (1644), *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) e *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729) dos cronistas portugueses Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina, respectivamente.

2. Passado imperfectivo

O português falado apresenta duas formas verbais para expressar o valor de passado imperfectivo, como pode ser observado em

(1) (Freitag, 2007b). Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu **estava querendo**, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, **trabalhava** no setor de transporte de malote.

Em (1), *estava querendo*, forma perifrástica constituída por *estar*IMP + *Vndo* (PPROG), e *trabalhava*, pretérito imperfeito do indicativo (IMP), referem-se à mesma função semântico-discursiva, o passado imperfectivo, que se caracteriza por expressar uma situação que apresenta as seguintes propriedades:

- É anterior ao momento da enunciação;
- É concomitante a outra situação que se torna seu ponto de referência;
- Apresenta-se como em andamento em relação ao ponto de referência.

Para, inicialmente, entender as propriedades caracterizadoras do passado imperfectivo, é preciso considerar a teoria de tempos verbais de Reichenbach (1947) e a noção de aspecto perfectivo e imperfectivo de Comrie (1976). Reichenbach (1947) propõe um modelo de estruturação temporal baseado na ordenação de três pontos: o momento de fala, o momento da situação e o ponto de referência. Temporalmente, o passado imperfectivo está relacionado com uma situação que ocorreu anteriormente ao momento de fala, e que ao mesmo tempo, ocorreu simultaneamente a um ponto de referência (também passado).

Quanto ao aspecto, de acordo com Comrie (1976), o *imperfectivo* está relacionado à impossibilidade de se determinar os pontos inicial ou final da situação, com foco voltado ao seu desenvolvimento, em contraponto ao perfectivo, que enfatiza os pontos inicial ou final da situação. O passado imperfectivo é imperfectivo justamente porque

apresenta a situação como em andamento, em relação a um ponto de referência passado. Aparentemente, as formas verbais IMP e PPROG quando expressam passado imperfectivo podem ser intercambiadas sem que haja mudança no valor de uso, como em

(2). Depois me aborreci, não era o tipo de serviço que eu **queria**, aí passei a ser funcionário do Banco Econômico, **estava trabalhando** no setor de transporte de malote.

Além da intercambialidade, há outros dois indícios de que essas formas estejam passando por um processo de variação e mudança: a especialização do uso das formas para resolver ambiguidades e as evidências translinguísticas. Além destes, podemos ainda buscar evidências diacrônicas.

2.1 Especialização de formas para desambiguação

O primeiro indício a ser discutido são constatações de alguns estudos no português sobre o uso das formas como estratégia para resolver ambiguidade. Ao analisar os valores assumidos pelo pretérito imperfeito do indicativo no português, Matos (1996) afirma que, em alguns contextos, a forma gera ambiguidade. Uma frase como

(3) O Rui trabalhava muito.

pode remeter a uma leitura habitual, que pode ser parafraseada por “*O Zé sempre foi um preguiçoso. O Rui trabalhava muito*” ou remeter a uma leitura de continuidade no passado, parafraseável por “*No ano passado, o Rui trabalhava muito*”. (*op. cit.*, p. 441). Travaglia (1981) também verifica a ambiguidade do pretérito imperfeito do indicativo, pois em alguns contextos a forma pode assumir leitura continuativa, ou seja, expressar uma situação passada vista com continuidade, ou leitura habitual, o que torna uma frase como (4) ambígua.

(4) Ele **falava** às 10h.

A frase pode ter tanto uma leitura continuativa, parafraseada em (5), como habitual, parafraseada em (6).

(5) Ele **estava falando** às 10h.

(6) Ele **sempre falava** às 10h.

Travaglia sugere que, no português, em (4), leitura mais intuitiva para o falante é a habitual, uma situação que ocorreu, mais de uma vez no passado, e que pode vir a continuar ocorrendo no momento presente e no futuro. Caso fosse intenção do falante marcar a continuidade da situação, ou seja, apresentar uma única situação passada vista como em andamento em relação à especificação temporal, utilizaria uma forma perifrástica, como (5). A tendência de uso de uma forma perifrástica para desfazer a ambiguidade do IMP é apontada por Epiphanyo Dias ([1918]1970):

querendo-se designar explicitamente o que se estava passando no momento em que uma causa aconteceu, de modo que não haja confusão com a designação do que costumava acontecer, emprega-se a conjugação perifrástica [sic] – composta com o verbo estar com o particípio em –ndo, ou com o infinitivo presente precedido de a: não lhe falei porque estava a jantar/ estava jantando. (*op. cit.*, p. 186).

A intuição de Epiphanyo Dias em identificar uma estratégia – o uso de uma forma perifrástica – para diferenciar a expressão da continuidade da habitualidade no tempo passado não está em uma gramática normativa atual; trata-se da *Syntaxe historica portuguesa*, fundamentada em textos de autores dos séculos XIII a XVII, sugerindo que a tendência à especialização de usos teve origens mais anteriores, e, curiosamente, não é mencionada nas gramáticas normativas da língua portuguesa atuais. Na fala, porém, a tendência não parece ser seguida sistematicamente.

(7) Na época que eu mais **precisei** dele, que eu mais **precisava** de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.

(8) Aí também foi na época que a gente **voltou**, a gente **estava precisando** economizar pra começar nossa vida.

A forma destacada na frase (7) expressa uma situação passada continuativa e, de acordo com Travaglia (1981) e Epiphanyo Dias ([1918]1970), seria esperado o uso de PPROG, como em (8). Se há uma diretriz gramatical, que motivos haveria para que as formas IMP e PPROG se alternassem na expressão do mesmo valor de verdade, neste caso, expressando a mesma função semântico-discursiva de passado imperfectivo?

Em (7), a situação *precisava* é anterior ao momento de fala e ocorre concomitantemente a um ponto de referência, estabelecido pela oração subordinada adverbial temporal “quando a minha mãe morreu”. A situação, apesar de já ter ocorrido, é apresentada

como em andamento em relação ao ponto de referência; na oração anterior “*Na época que eu mais precisei dele*”, o mesmo item lexical é apresentado como perfectivo, valor associado à forma de pretérito perfeito (PP). E em (8), a situação *estava precisando* também se refere a uma situação passada – anterior ao momento de fala – e concomitante a um ponto de referência, também passado: “*Aí também foi na época que a gente voltou*”. Observe-se que o mesmo item lexical, no mesmo contexto, com o mesmo tipo de ponto de referência (oração temporal), duas formas para expressar passado imperfectivo podem ser utilizadas: IMP e PPROG.

2.2 Evidências translinguísticas

O segundo argumento de que IMP e PPROG passam por processo de variação e mudança quando expressam situações passadas imperfectivas refere-se a evidências translinguísticas. Fenômeno semelhante ao que ocorre com o pretérito imperfeito no português também pode ocorrer com o *imperfetto* italiano, em (9), conforme aponta Bonomi (1998), e com o *imperfecto* espanhol, em (10), de acordo com Givón (2001).

(9) Nel 1870 quando si **sposavano**, c'era un grande casino nella piazza.

Nel 19870 quando si **stavano sposando** c'era un grande casino nella piazza.

‘Em 1870, enquanto eles **estavam se casando/se casavam**, havia uma grande festa no parque.’

(10) La banda y yo **tocábamos** en un bar cuando llegó la policía.

La banda y yo **estábamos tocando** en un bar cuando llegó la policía.

‘A banda e eu **tocávamos/estávamos tocando** quando chegou a polícia.’

As evidências translinguísticas sugerem que a motivação para a alternância entre as formas pode estar mais longe, na origem das línguas românicas. Ainda na perspectiva translinguística, a possibilidade de variação entre as formas também causa confusão quando considerada a tradução para o inglês, principalmente as situações passadas continuativas que, em uma língua românica como o francês são codificadas por IMP, no inglês tanto podem ser codificadas por *simple past* ou *progressive past*, como aponta Molendijk (2005, p. 119), em (11).

(11) Quand Pierre entra, 9 heures **sonnaient**.

When Peter came in, the clock ***strinked/was strinking** 9.

‘Quando Pedro entrou, **tocava/estava tocando** 9 horas.’

Quand Pierre entra, 1 heure **sonnait**.

When Peter came in, the clock **strinked/* was strinking**.

‘Quando Pedro entrou, **tocava/estava tocando** uma hora.’

Tanto as evidências do uso especializado das formas como estratégia de desambiguação como as evidências translinguísticas sugerem um quadro de variação das formas na expressão do passado imperfeito.

2.3 Evidências diacrônicas

O quadro variável do passado imperfeito no português é clareado com a análise desenvolvida em Freitag (2007b), cujo objetivo foi prover a caracterização do valor semântico-discursivo denominado “passado imperfeito”, enfocando as suas duas formas variantes: IMP e PPROG, com vistas a responder, basicamente, às seguintes questões: IMP e PPROG funcionam como variantes de uma variável linguística? Se sim, qual a variável? Que contextos específicos permitem que as formas funcionem como variantes? E, considerando o comportamento sincrônico das formas, como fica o paradigma verbal do português?

Considerando o modelo de representação temporal de Reichenbach (1947) – momento da situação, momento de fala e ponto de referência –, o passado imperfeito é uma função caracterizada *temporalmente* pela relação de *ordenação* e *sobreposição*, e *aspectualmente*, pela relação de inclusão.

- Em relação ao tempo, o passado imperfeito refere-se a uma situação anterior ao momento de fala e simultânea ao ponto de referência, também anterior, daí a noção de passado.

- Em relação ao aspecto, o passado imperfectivo refere-se a uma situação cujo intervalo inclui o ponto de referência, o que manifesta o andamento da situação em relação ao ponto de referência, daí a noção de imperfectividade.

No domínio da imperfectividade, o passado imperfectivo recobre valores que vão desde o progressivo até o habitual, passando pelo contínuo, iterativo e por casos de ambiguidade aspectual (imperfectivo genérico, valor em que a especificidade aspectual não é não relevante nem para o falante nem para o ouvinte). Ambas as formas desempenham a mesma função semântico-discursiva, funcionando como variantes de uma mesma variável linguística. Entretanto, cada forma tende a ocorrer em contextos específicos.

- A forma IMP está relacionada à expressão dos aspectos habitual e iterativo, predicados [- dinâmicos], situações longas, de polaridade negativa e ponto de referência imperfectivo.
- A forma PPROG está relacionada à expressão do aspecto progressivo, predicados [+ dinâmicos], situações instantâneas e curtas, de polaridade positiva e ponto de referência perfectivo.
- A polarização entre formas e contextos de recorrência é consequência das trajetórias de gramaticalização pelas quais passam as formas IMP e PPROG.

Socialmente, a variação na expressão do passado imperfectivo está relacionada com a gradação etária dos informantes. Considerando as evidências translinguísticas e históricas, uma investigação diacrônica é sugerida para respaldar as constatações sincrônicas do estudo realizado em Freitag (2007b).

O estudo da variação entre IMP e PPROG para a expressão do passado imperfectivo no português tomou como base uma fatia temporal muito específica, a recoberta pela amostra do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul), que teve sua coleta no decorrer da década de 1990. Entretanto, a variação entre as formas, e a ambiguidade decorrente do processo, é muito mais anterior, já observada nas origens do português por Epiphânio Dias ([1908]1970), na sua *Syntaxe historica portuguesa*, fundamentada em textos de autores dos séculos XIII a XVII. Para aprimorar a descrição do uso das formas verbais IMP e PPROG no que se refere à expressão do passado imperfectivo no português brasileiro, contemplando a fatia diacrônica do português

arcaico, mais especificamente as obras *Chronica de El-Rei D. João I* (1644), *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) e *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729) dos cronistas portugueses Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina, respectivamente.¹ Veja-se que a possibilidade de variação no uso das formas na expressão do passado imperfectivo aventada por Epiphânio Dias é corroborada empiricamente, como ilustram as ocorrências de (12) e (13).

(12) “... mormente se **dizia**, que ElRey de Castella prendera o Inffante Dom Iohão”... (Lopes, p.26).

(13) “O Conde Iohão Fernandez não **estava dizendo** porém a razão” (Lopes, p.22)

A análise dos textos do período arcaico do português toma a hipótese do *uso do presente para explicar o passado* parte da premissa de que a língua é um instrumento de comunicação utilizado por uma dada comunidade de fala. E, se a língua está envolvida no curso da história do homem como um instrumento de comunicação e se adapta às suas necessidades, a estabilidade deve ser a sua propriedade mais importante. Partindo desse pressuposto, Labov (1994) busca uma explicação da geologia, já aplicada na linguística por Whitney (1867 *apud* Labov 1994), que é o *princípio do uniformitarismo*: o conhecimento de processos que atuaram no passado pode ser inferido pela observação de processos em andamento no presente; é o uso do presente para explicar o passado. O

¹ Os primeiros manuscritos medievais surgiram a partir do início do século XIII, pela necessidade administrativa de se organizar fatos relativos à sociedade. Porém, os documentos produzidos neste período se restringiam à elite intelectual, que geralmente era ligada à religião e aos nobres. Estes registros não seguiam uma normatização, pois nessa fase, os textos eram produzidos muito mais para serem ouvidos do que propriamente lidos. Os cronistas exerciam sua função dentro da corte régia e eram incumbidos da tarefa de registrar os feitos do rei, para que estes não se perdessem no transcorrer do tempo. Essa documentação era reunida sob a forma de crônica. As crônicas produzidas em Portugal no final da Idade Média eram normalmente elaboradas por membros eruditos da corte, ou a pedido de alguém oriundo da casa real, que patrocinava a compilação. As crônicas tinham como principal lugar de produção o palácio régio, e procuravam traçar para Portugal uma identidade peculiar, que girava em torno da figura do rei, concedendo ao monarca e ao reino um ar de sacralidade. Os cronistas poderiam ser considerados os jornalistas de hoje, só que não escreviam para o dono do jornal e sim para o rei; assim, as crônicas procuraram, de um lado, traduzir as aspirações do poder ao qual serviram, de outro, construir a imagem desse poder através da retrospectiva do passado inspirada no presente. (Santos; Carvalho; Andrade, 2008).

princípio do uniformitarismo, na geologia, opõe-se ao princípio do catastrofismo, segundo o qual a origem da terra e das coisas vivas é devida a um súbito e único evento no passado, e todas as coisas fixaram suas características desde então. Dados históricos poderiam ser objeto para o estudo da variação e mudança linguística. Porém, existem problemas no uso de dados históricos. Segundo Labov (1994), documentos históricos sobrevivem ao acaso; a forma linguística dos documentos escritos é diferente do vernáculo dos seus escritores, que sempre registrariam a norma e nunca a ‘sua língua nativa’; documentos sofrem efeitos de revisão, mistura dialetal, erros do escritor; não há transcrição fonética ou gravações de fala, exceto recentemente. Além disso, se sabe muito pouco sobre o papel social do escritor: quais dialetos ele conhecia e o seu grau de compreensão das diferenças dialetais.

A tentativa de realizar uma análise que contemple dados sincrônicos e diacrônicos é apontada por Labov (1994) como o *paradoxo da linguística histórica*, segundo o qual não se pode simplesmente juntar dados do século 20 e do século 16 como se eles fossem da mesma comunidade de fala. O objetivo da linguística histórica, de acordo com Labov, é explanar sobre as diferenças entre o passado e o presente, mas não existem meios suficientemente seguros para saber o quanto diferentes eram.

Porém, nem todos os pesquisadores vêem problemas em usar dados históricos para o estudo de fenômenos de variação e mudança. Mattos e Silva (1991) discorda de que a forma linguística dos documentos escritos é diferente do vernáculo dos seus escritores, que sempre registrariam a norma e nunca a “sua língua nativa”. Segundo a autora, textos do período arcaico do português, anteriores às primeiras propostas de normatização ortográfica, são caracterizados pela variação gráfica e morfossintática. Mattos e Silva (1991) argumenta que, a partir da variação gráfica, é possível depreender indícios das realizações fônicas em vigor na época que o texto fora escrito, bem como a partir da variação morfossintática é possível depreender possibilidades estruturais. Com as primeiras propostas de ortografia para o português, em meados do século XVI, e a normatização gramatical, a escrita passou a valer-se de algumas das variantes, as de prestígio.

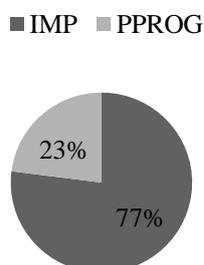
É sob esta perspectiva que foram analisadas a *Chonica de El-Rei D. João I* (1644), a *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) e a *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729), crônicas do período arcaico do português, retiradas do *Corpus*

Histórico do Português Tycho Brahe, um corpus eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1435 e 1845 e disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>. Foram coletadas 684 ocorrências de passado imperfeito, as quais foram submetidas à quantificação, com o controle dos fatores (forma verbal; tipo de sequência discursiva; tipo de discurso; extensão da situação; tipo de aspecto) e à análise estatística do programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith 2005).²

3. Aspecto: forma e função

A análise quantitativa dos dados obtidos nas crônicas aponta que as 684 ocorrências de passado imperfeito, quanto à forma de expressão, estão distribuídas em 527 ocorrências da forma IMP e 157 ocorrências da forma PPROG, como pode ser visualizado no gráfico 1.

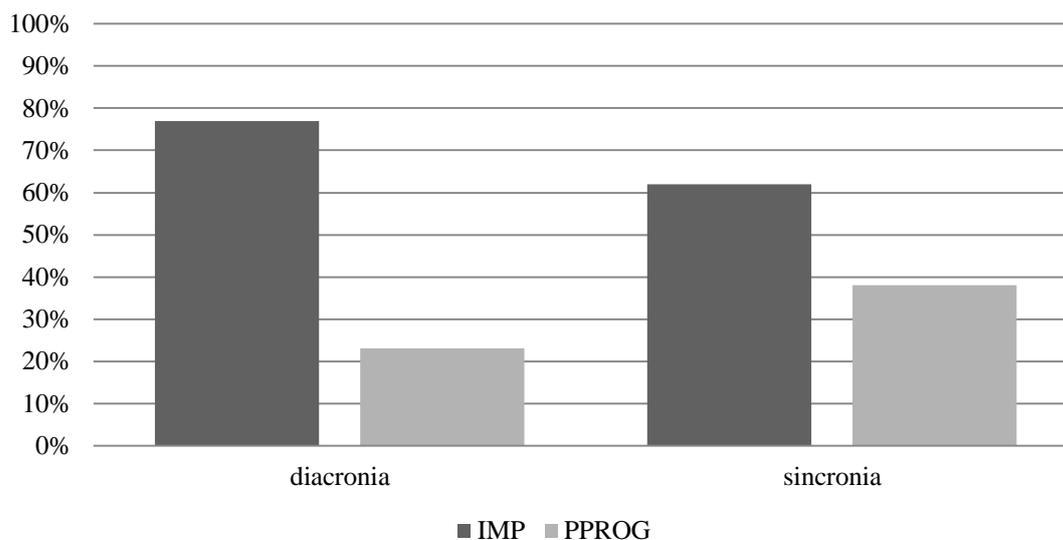
Gráfico 1: Distribuição das ocorrências de passado imperfeito no corpus diacrônico



Contrastando com os resultados da fatia sincrônica, é possível tecer algumas considerações acerca da mudança na expressão do passado imperfeito. A análise da expressão do passado imperfeito na fala de Florianópolis contou com 882 contextos de ocorrência da função, dos quais 546 estão relacionados à forma de IMP e 336 à forma PPROG. O gráfico 2 apresenta uma comparação entre os resultados obtidos, permitindo observar a mudança na forma de expressão do passado imperfeito.

Gráfico 2: Evolução na expressão do passado imperfeito

² Foram considerados para efeitos de análise apenas os fatores apontados como estatisticamente significativos pelo GoldVarbX.



Na amostra sincrônica, a forma de PPROG representa 38% do total das ocorrências de passado imperfeito; na amostra diacrônica, esta forma corresponde a 23% das ocorrências. A comparação dos dados evidencia a expansão da forma PPROG na expressão de passado imperfeito. Quanto à função, o aspecto imperfeito abrange uma ampla escala de valores dentro da imperfectividade que vai do específico ao genérico, e em estudo com dados do português atual, a forma IMP é a mais recorrente (Freitag, 2007b). Na amostra diacrônica, foram controladas as nuances aspectuais de progressivo e contínuo, os quais estão sincronicamente associados à expressão do passado imperfeito pelas formas IMP e PPROG, ilustrados em (14)-(18), cujos resultados são apresentados no gráfico 3. Cabe salientar que os outros valores (iterativo e habitual), na amostra diacrônica, apresentam ocorrência associada categoricamente à forma IMP.

(14) “...e satisfazer há ElREy D. Diniz nas couzas que juntamente **requeria...**” (Pina, p.49) (contínuo)

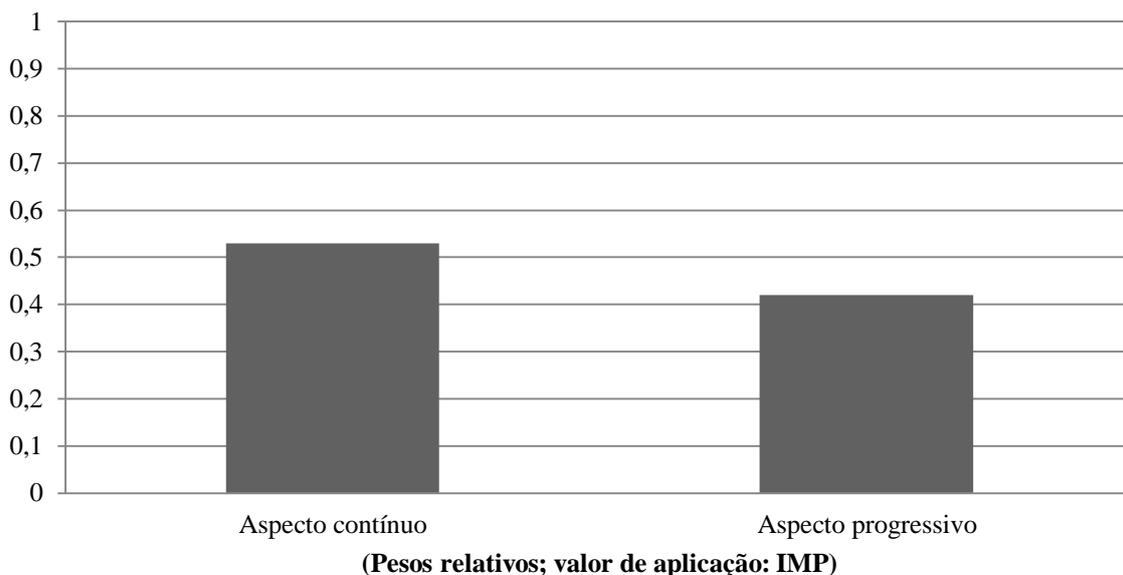
(15) “... Onde ElRey de Castela com há Rainha Dona Maria sua madre, hos **estava esperando...**” (Pina, p.70). (contínuo)

(16) “...pela Fe, e defesa da Teerra sancta **peleyjavam** estes sobre todos com mais devaam...” (Pina, p.81). (progressivo)

(17) “Duvidoso ElRey D. Affonso Anriques nesta maneyra de poder tomar ha nobre Villa de Santarem, assi pelas duvidas que punhaõ estes com que **falava**, como pela grande deficuldade...” (Galvão, p. 32). (contínuo)

(18) “e chegou de supito ha Guimarães onde cerquou ho Príncipe D. Affonso... vendo D. Eguas moniz Ayo do Principe ho grande periguo em seu Senhor **estava vestindo** sua capa pelo traje ... , que dentro estava desaperebido.” (Galvão, p. 29) (progressivo)

Gráfico 3: Distribuição dos valores aspectuais do passado imperfectivo (amostra geral)



Os resultados da amostra diacrônica corroboram os resultados sincrônicos (Freitag, 2007a, p. 138): a tendência à polarização de usos das formas em relação aos valores aspectuais específicos já é verificada no século XV. Pôde-se comprovar que o aspecto habitual, categoricamente associado à forma IMP na amostra sincrônica, já tinha este mesmo comportamento na amostra do século XV composta pelas crônicas. O valor aspectual específico de iterativo, que na amostra sincrônica está fortemente correlacionado à forma IMP (peso relativo de 0,76), na diacronia esta correlação é

categorica. O aspecto contínuo, na amostra sincrônica, apresenta um peso relativo de 0,51 (IMP como valor de aplicação); na amostra diacrônica, o peso relativo obtido é de 0,53. Este resultado sugere uma situação de estabilidade na variação na expressão do passado imperfeito. Porém, ao compararmos os resultados do valor aspectual específico de progressivo, os resultados apontam a especialização entre formas e funções: na amostra sincrônica, o peso relativo obtido para este tipo aspectual é de 0,17 (sempre IMP como valor de aplicação); na amostra diacrônica, o valor obtido é de 0,42.

A comparação entre as fatias temporais da língua aponta que o valor aspectual contínuo configura-se como um caso de variação estável; já os valores progressivo, iterativo e habitual encaminham-se para a especialização de formas para a sua expressão dentro do domínio do passado imperfeito.

4. Tipo de discurso

O controle do tipo de discurso dá-se em função da especificidade que caracterizam as crônicas em função de sua articulação interna quanto às vozes das personagens envolvidas neste gênero textual. Embora todas sejam permeadas pela sequência narrativa, crônicas são diferentes de cartas, que são diferentes de atas, que são diferentes de notícias, e todas possuem traços característicos quanto ao tipo de discurso predominante. O tipo de discurso foi controlado da seguinte forma: **discurso direto** é aquele em que o narrador utiliza sua fala para narrar certos acontecimentos, sem a interferência de personagens, como em (19), **discurso indireto** é aquele em que o narrador reporta a fala ou o pensamento das personagens, como em (20); e **discurso reportado** é aquele em que a fala das personagens é fielmente reproduzida, como em (21).

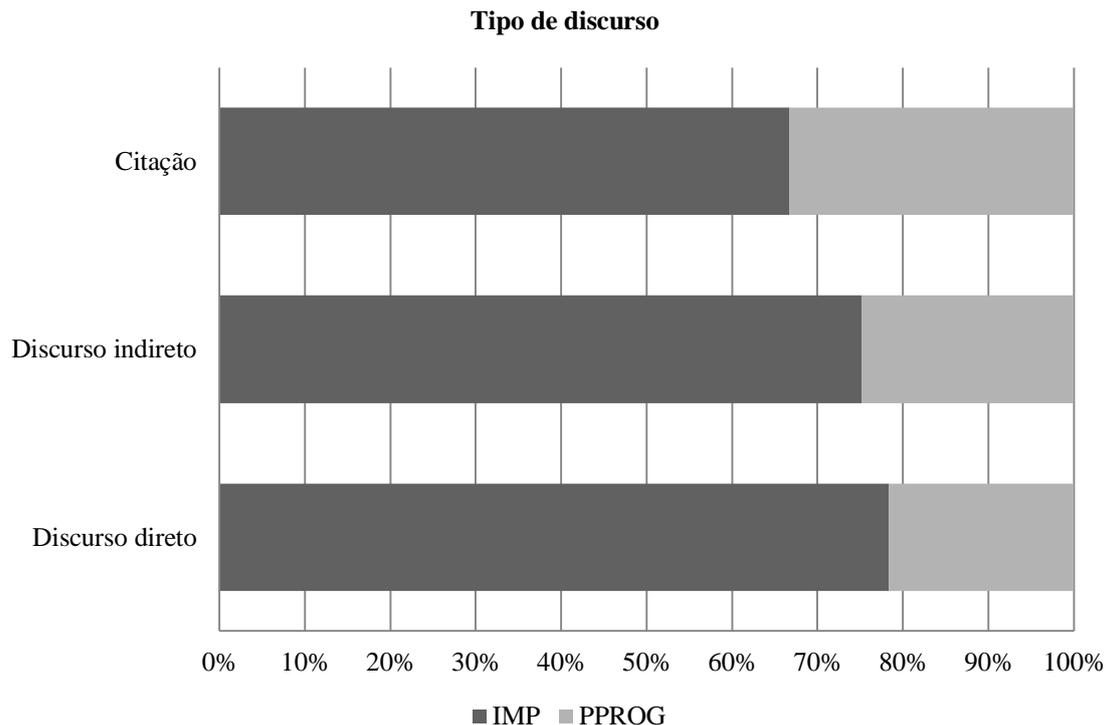
(19) “Grande licença deu afeição a muitos q’ tiverão cargo de ordenar historias, mórmente dos senhores, em cuja mercê, a terra vivião...” (Lopes, p.10).

(20) “Demais que dezião que escrevera a EL-Rey de Castella, que logo trigosamente viesye ao reyno, ao vindo entendião todos, que não er, savo por se asenheoar delles...” (Lopes, p. 83).

(21) “E como foi feita tornou a ElRey, e disse. Senhor, vos me mandais fazer esta carta; resimindolhe ~q janda era...” (Lopes, p.22).

Vejam os resultados obtidos, no gráfico 4.

Gráfico 4: Distribuição das formas de passado imperfectivo quanto ao tipo de discurso



Os resultados obtidos apontam para o predomínio da relação entre discurso direto e a forma IMP, concentrando 78% das ocorrências. No discurso reportado, porém, a forma de PPROG tem um percentual de ocorrências mais acentuado, com 33 % das ocorrências. Neste tipo de texto, o autor remete à própria fala das personagens expressas nas obras, como, por exemplo, a reprodução de cartas, como mostra a passagem relatada pelo próprio Rui de Pina:

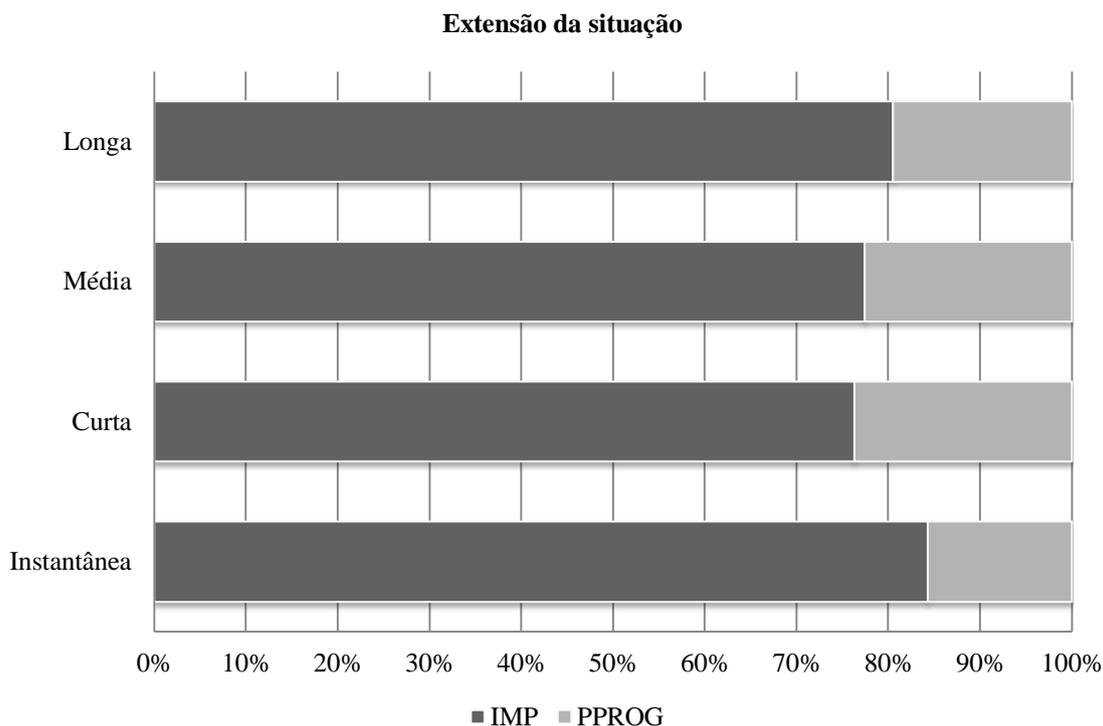
(22) “e D. Diniz pela mesma graa de Deos Rey de Portugal, e do Alguarve, da outra raza destas contendadas sobre ditas nadem antre ns muitas guerras, e omezios, e excesos em tal maneyra que nosas terras dambos foram muitas roubadas queymadas, e estraguadas em que se feez hy muio pezar há Deos nosso Senhor por morte de muytos homens **estam vendo**, e guardando que se aho diante fosem destas guerras, (...)” (Pina, p.52).

A escolha entre as formas de passado imperfeito pode estar relacionada à perspectivização optada pelo cronista para relatar os fatos acontecidos, indo numa dimensão estilística da variação, e que de certa forma pode estar correlacionada com o tipo de ponto de referência evocado (cf. Freitag, 2009), o qual se encontra em instância de gramaticalização na fatia sincrônica do português. Outra possibilidade é considerar que a relação entre tipo de discurso e forma de passado imperfeito pode estar relacionada, também, com a extensão da situação reportada, fator que é explanado na seção a seguir.

5. Extensão da situação

O português não apresenta um sistema gramaticalizado de codificação da extensão/duração de uma situação. Para codificar esse tipo de informação, fazemos uso de recursos lexicais, como advérbios e nomes que denotem extensão ou duração temporal. Porém, é possível considerar a hipótese de que na expressão do passado imperfeito as formas IMP e PPROG se diferenciem quanto ao uso em função da extensão temporal.

Gráfico 5: Distribuição das formas de passado imperfeito quanto à extensão da situação



Sincronicamente, Freitag (2007b) constata que a extensão da situação na expressão do passado imperfeito tende a se polarizar: a forma PPROG, relacionada com a expressão de aspecto progressivo, tende a ser associada a tempo instantâneo/curto. Já a forma IMP tende a ser associada a tempo longo.

Os resultados diacrônicos, no gráfico 5, sugerem que a tendência à gramaticalização da extensão da situação, apontada em Freitag (2007b), é relativamente recente, ou, ao menos, não se mostra como tendência, ainda que incipiente, na amostra do português do século XV. A distribuição dos percentuais de ocorrência das formas quanto à extensão da situação assevera a predominância de IMP, em todas as extensões. Note-se que, quando se trata de situações classificadas como instantâneas, sincronicamente associadas à forma PPROG, na amostra diacrônica aqui analisada o predomínio de IMP é mais acentuado do que nas demais extensões.

6. Considerações finais

A análise diacrônica da variação no domínio funcional complexo do passado imperfeito no português, aliada às evidências sincrônicas e translinguísticas, permite

se traçar um panorama preditivo acerca do comportamento das formas variáveis rumo à distribuição complementar, já sugerida pelas estratégias de desambiguação. Quanto ao valor aspectual específico que as formas podem codificar, a análise diacrônica corrobora que, no domínio do aspecto contínuo, configura-se um caso de variação estável; já os valores progressivo, iterativo e habitual encaminham-se para a especialização de formas para a sua expressão dentro do domínio do passado imperfeito.

O controle do tipo de discurso, na análise diacrônica, aponta para a dimensão estilística da variação: uma certa forma verbal é utilizada como marca pessoal do autor, em contextos específicos (no caso, o discurso reportado). Já a extensão da situação, traço que se encontra em instância de gramaticalização na fatia sincrônica (Freitag, 2007b), na amostra diacrônica analisada ainda não manifesta tendência à polarização de uso das formas em contextos específicos.

Em suma, a análise da fatia diacrônica do português arcaico, constituída pelas obras *Chronica de El-Rei D. João I* (1644), *Chronica delrey D. Affonso Henriques* (1726) e *Chronica delrey D. Dinis VI de Portugal* (1729) dos cronistas portugueses Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina, respectivamente, vem a aprimorar a descrição do uso das formas verbais IMP e PPROG no que se refere à expressão do passado imperfeito no português brasileiro.

7. Referências

- BONOMI, Andrea. Semantical remarks on the progressive reading of the imperfective. *Tubingen Workshop on Tense and Aspect*, 1998.
- COMRIE, Bernd. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- EPIPHANIO DIAS, Augusto. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, [1918]1970.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. *A expressão do passado imperfeito no português: variação/gramaticalização e mudança*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007 a.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Atuação da marcação na gramaticalização das formas de passado imperfeito no português: o ponto de referência. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 38, p. 155-166, 2009.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Traços aspectuais do pretérito imperfeito do indicativo e do passado progressivo no português em contextos de variação. *Revista Letras* (Curitiba), v. 72, p. 251-271, 2007 b.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

MATOS, Sérgio. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. In: *Revista da Faculdade de Letras 'Língua e Literaturas'*, n. 8, 1996. p. 435-473.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico – morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.

MOLENDIJK, Arie. The imparfait in French and the past progressive in English. In: Bart Hollebrandse, Angeliek van Hout, Co Vet (eds.) *Crosslinguistic Views on Tense, Aspect and Modality*. Amsterdam: Rodopi, 2005. p. 119-130.

REICHEMBACH, Hans. The tenses of verbs. In _____. (ed.), *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947. p. 287-298.

SANKOFF, David, TAGLIAMONTE, Sali, SMITH, Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics of University of Toronto, Department of Mathematics - University of Ottawa, 2005.

SANTOS, Amanda Matos; CARVALHO, Eliana dos Santos Silva de; ANDRADE, Ivone Soares de. Mudança linguística em textos medievais portugueses: os cronistas da corte. In: *Anais da I Semana de Estudos Clássicos*. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português – a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981.

As formas verbais em roteiros franceses do século XVI

Rita Maria Ribeiro Bessa*

RESUMO

Os roteiros da *Carreira da Índia*, traduzidos em francês médio por J. H. van Linschoten, em *Le grand routier de mer* (1610), são fundamentais para os projetos de exploração das rotas marítimas para as Índias Orientais. As principais características do discurso destes roteiros são a orientação das rotas, descrições sobre os locais e sinais encontrados e, sobretudo, as advertências. Dentre os fatos linguísticos observados, são analisadas as formas verbais da língua francesa mais frequentes no discurso dos roteiros. A compreensão de suas funções é feita a partir do conceito de temporalidade.

Palavras-chaves: roteiros de navegação do século XVI. discurso. dêixis. formas verbais.

ABSTRACT

The 16th century Portuguese itineraries to India was translated into Middle French (1610) by J. H. van Linschoten. These itineraries are basic for facilitating European Sea Expansion in the XVI Century to Oriental India. The French texts of the *Roteiros da Carreira da Índia* selected as a corpus of analysis were translated and published in *Le grand routier de mer* (1610). The discourse presents the routes to India and descriptions of the places and the signs found during the journey and involves many warnings and advice. From the linguistic facts found the relevance has been given to the function of verb forms. A new point of view may permit a new reading of these verbs marks. The theory of deixis will explain this facts.

Keywords: 16th century Portuguese itineraries. discourse. deixis. verb forms.

1. INTRODUÇÃO

Os textos dos roteiros de ida e de volta da *Carreira da Índia* escritos por pilotos portugueses e espanhóis e traduzidos por J. H. van Linschoten em língua francesa, integram a coletânea *Le grand routier de mer* (Linschot, 1619). Eles são uma fonte rica em situações como orientação de rotas, descrição de lugares e sinais encontrados e advertências relatadas em 161 páginas na tradução francesa (Costa, 1960: 329).

* Doutora em Linguística Histórica. Professora Adjunta na Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia. Artigo escrito em dezembro de 2009.

Para a análise que aqui se propõe, foram selecionados *em Le grand routier de mer* os cinco roteiros traduzidos dos originais portugueses atribuídos ao piloto Diogo Afonso por serem considerados como o protótipo para os roteiros sucessivos da *Carreira da Índia*:

II - *Cours du Voyage des Indes, appointé par Diego Alfonso, Portugais Pilote du Roy*;

III - *Navigation du Cap das Correntes vers les Seches appellees Baixos de Judia, & dela a Moçambique*;

IV - *Navigation de Moçambique aux Indes*;

VIII - *Cours de la Navigation des Indes au Cap de Bonne Esperance, signé par un autre Pilote Portugis* [sic];

IX - *Navigation de Monte Delin montagne celebre en la coste de malabar, en Portugal*.

Desde os primeiros contatos com os textos franceses observou-se o elevado número de ocorrências de formas verbais pertencentes ao modo indicativo, mais especificamente ao *présent*, ao *futur simple*, seguidas, em número reduzido, de formas do *passé composé*. Registraram-se também e de maneira bastante expressiva, formas do *présent de l'impératif*. Tal fato conduziu ao questionamento sobre a função destas formas verbais no discurso francês destes roteiros. Percebeu-se que um tratamento teórico restrito ao conceito de tempo verbal de natureza puramente cronológica: presente, passado ou futuro, tal como é feito, comumente, pelas gramáticas tradicionais da língua francesa não atenderia à natureza dos fatos que estavam sendo observados. Optou-se assim, pela análise das formas verbais empregadas no *Le grand routier de mer* em uma perspectiva discursiva, onde o *agora* enunciativo é colocado como centro de organização dos acontecimentos e os fatos linguístico-discursivos são refletidos à luz do conceito de temporalidade. Serão apresentados estudos concernentes a esta noção, partindo dos pressupostos encontrados em E. Benveniste (2005) seguido do tratamento dado a este conceito por estudiosos da linguagem. Após este arcabouço teórico que elucida progressivamente o termo, opta-se para as análises de formas verbais extraídas do *Le grand routier de mer* pela teoria de H. Weinrich (1968) sobre a função das formas verbais na língua francesa. Esta perspectiva analítica amplia as possibilidades de compreensão da noção de tempo que doravante é constituída a partir de um falante que age sobre a linguagem.

2. A noção de temporalidade

A noção de tempo no discurso não se reduz a divisões cronológicas: presente, passado ou futuro, tal como é feito, comumente, pelas gramáticas tradicionais da língua francesa. O tempo, na perspectiva discursiva, adotada para a análise de formas verbais encontradas no discurso dos roteiros selecionados em *Le grand routier de mer* revela a condição de intersubjetividade da comunicação lingüística (Benveniste, 1995:284-8). Suas divisões próprias são compreendidas nos atos de fala. Desta forma, ele se define e se orienta como função do discurso.

O conceito de temporalidade vai permitir que se torne mais clara a noção de tempo, visto que se trata de uma categoria dêitica, orientadora de situações no discurso lingüístico, seja em relação a um ponto central, denominado ponto de origem ou a outras situações.

E. Benveniste (1995:289), fala da expressão da temporalidade. Segundo ele, seja qual for o tipo de língua, existe uma organização lingüística da noção de tempo. Sempre é possível distinguir um passado e um futuro, separados pelo *presente*, como na língua francesa; ou um presente-passado oposto ao futuro, ou, ainda, um presente-futuro que se diferencia do passado, porém a referência será sempre o *presente*, que tem como referência temporal a coincidência do acontecimento descrito com a instância enunciativa. E. Benveniste (1995:277) mostra, assim, que o tempo do discurso está organicamente ligado ao exercício da fala: ele é gerado a partir da instância da enunciação, ou seja, dos atos cada vez únicos nos quais o sujeito utiliza e atualiza a língua.

Ao falar do *presente*, E. Benveniste (1995:289) diz que é a partir da enunciação que se instaura a categoria do *presente* e desta é que nasce a categoria do tempo. O *presente* é a fonte que gera o tempo. Ao invés de defini-lo como o tempo do verbo que expressa o momento em que se está, melhor seria concebê-lo como o instante em que se fala. Este passa a ser o momento eternamente *presente*, apesar de não se referir jamais aos mesmos acontecimentos, pois ele é determinado cada vez por aquele que fala para cada uma das instâncias de discurso referidas. Desta forma, de experiência subjetiva, o tempo

passa a se apresentar ancorado enunciativamente em um *eu* que é inseparável de um *agora* atemporal que significa o presente da instância enunciativa.

Para E. Benveniste (1995:289), o tempo do discurso não se encerra em uma divisão cronológica ou em uma subjetividade solipcista. Todas as variações do paradigma verbal: aspecto, tempo, gênero e pessoa resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância do discurso, principalmente o tempo do verbo, que é sempre relativo à instância na qual figura a forma verbal.

Esta noção de temporalidade é retomada por H. Weinrich (1968: 9-60), à qual acrescenta aquela de atualidade. Ao tratar das formas verbais, H. Weinrich (1968:42-51) emprega critérios que divergem daqueles apresentados, tradicionalmente, pelos gramáticos, para a estruturação do sistema temporal da língua francesa. Segundo ele, é inegável reconhecer a pertinência de determinados aspectos do paradigma temporal, como a divisão entre as formas verbais simples e compostas. Assim como o limite combinatório, nas orações complexas, determinado pela concordância dos tempos ou *consecutio temporum*. Porém estes são insuficientes para traduzir as possibilidades expressivas do falante.

Na sua teoria, diz ele que, em casos diversos do uso da língua, a concordância entre as formas verbais não segue as regras de costume; no entanto, não pode deixar de ser admitida pela gramática, pois o contexto no qual são empregadas a justifica. Sugere, então, que, ao se tratar das formas verbais, seja mantido o princípio da concordância entre elas, porém esta se fará de acordo com a situação que, na sua perspectiva, são duas, a *comentadora* e a *narradora*. A natureza do próprio ato de comentar, assim como de narrar, propiciará a formação de grupos de formas verbais afins. A fronteira que vai se estabelecer entre os dois grupos de formas verbais que caracterizam estas situações não é temporal no sentido cronológico, mas parte do conteúdo que elas irão expressar. Enquanto formadoras do grupo das narrativas do *mundo comentado* ou do *mundo narrado*, as formas verbais têm apenas estas funções.

A teoria de H. Weinrich (1968:55-6) para as funções das formas verbais na língua francesa adota, como suporte teórico, a perspectiva do *plano de atualidade* ou de *atitude temporal*. Ele cita, como seus norteadores, o estudo desenvolvido por J. Damourette e E. Pichon acerca das formas verbais na língua francesa, assim como aquele apresentado por E. Benveniste.

Dentre os critérios apresentados por J. Damourette e E. Pichon, H. Weinrich mostra que aquele que se constitui como fundamental para explicar as formas verbais da língua francesa é o do *eixo de ação* ou *plano de atualidade*. Segundo ele, a partir deste critério, J. Damourette e E. Pichon distinguem duas séries de formas verbais que designam como pertencentes ao *noncal* (derivado do latim *nunc*) e ao *toncal* (derivado do latim *tunc*). A cada uma destas séries temporais corresponde uma atualidade ou esfera de ação, sendo a do *noncal*, que constitui o centro de interesse para a compreensão das formas verbais empregadas pelo sujeito em *Le grand routier de mer*, determinado pela coordenada *eu-aqui-agora*. O *toncal*, por sua vez, corresponde ao *não-agora*.

A partir deste referencial teórico, H. Weinrich (1968:61-94), ao estruturar o sistema temporal francês, divide as formas verbais em dois grupos temporais: o da narrativa do *mundo comentado*, cujo eixo norteador é o *eu-aqui-agora*, e o daquela do *mundo narrado*. As formas verbais pertencentes a cada um destes grupos passam a ser entendidas como detentoras de informações que expressam as atitudes do falante relativamente a uma referência no eixo de temporalidade que vai determinar o nível de atualidade do acontecimento relatado, conduzindo, assim, a uma melhor compreensão dos enunciados. Isto significa que serão atuais as formas verbais pertinentes ao momento da fala, cuja referência no eixo da temporalidade é o *agora* e que, segundo a classificação de H. Weinrich, apresentada acima, pertencem ao grupo da narrativas do *mundo comentado*; aquelas formas verbais que pertencem ao mundo do que foi dito e que se afastam do momento da fala, sem, contudo, deixar de estabelecer com esta uma relação indireta, são denominadas *inatuais*. Para H. Weinrich, se, até então, se buscou interpretar as formas verbais mediante o conceito de tempo cronológico, baseado em uma tripartição em passado, presente ou futuro, na sua proposta, ele convida a uma inversão de papéis, isto é, o tempo cronológico passa a ser compreendido a partir do tempo humano.

As formas verbais da língua francesa que pertencem ao grupo das narrativas do *mundo comentado* e que são regidas pelo *eu-aqui-agora* fazem parte do modo indicativo e são, em francês, segundo a teoria de H. Weinrich (1968:52):

Présent

Présent Continu
Futur Simple
Futur Proche
Futur Antérieur
Passé Composé
Passé Récent

Quadro 1 – Formas verbais da língua francesa pertencentes às narrativas do mundo comentado, segundo H. Weinrich

Esta estruturação do sistema de formas verbais francesas teve como precursora a proposta apresentada por E. Benveniste (1995:284), que foi quem estabeleceu, anteriormente, em uma nova perspectiva, os dois sistemas temporais na língua francesa, ambos disponíveis para o locutor, porém cada um manifestando um determinado plano de enunciação, aquele da história e o outro do discurso, que correspondem, na denominação de H. Weinrich (1968:61-94), às narrativas do *mundo narrado* e àquela do *mundo comentado*, respectivamente.

Na perspectiva proposta de reflexão sobre a noção de temporalidade e sobre a forma como os acontecimentos se organizam partindo do presente enunciativo – o agora, ou do não-agora, cabe percorrer alguns estudos que se sucederam.

No que concerne à noção de *presente*, G. Guillaume (1970:51-75) diz que o *presente* não coincide necessariamente com o presente verdadeiro. Na sua representação sobre o eixo temporal ou cronogenético, o *presente* apresenta dois recortes que vão separá-lo do passado e do futuro. O primeiro corte (ω), no âmbito do passado, traz uma parte deste

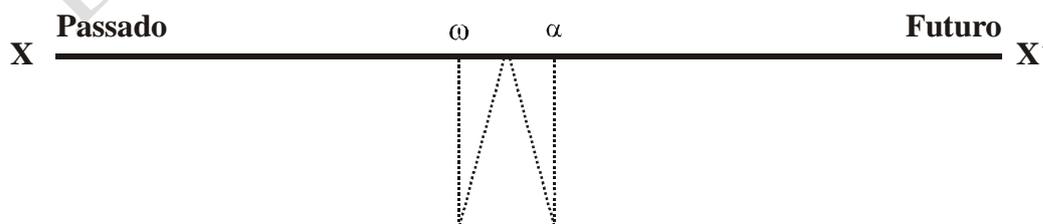


Fig. 1 – Características da imagem-tempo segundo G. Guillaume

passado, assim como o (α), do futuro, guarda uma parcela deste futuro. Desta forma, o presente passa a ser entendido como uma referência onde aparecem justapostos o instante que acaba de passar, e que existiu efetivamente, e aquele que vai ocorrer e que G. Guillaume chama de virtual. Na sua concepção do presente, estas duas parcelas temporais são inseparáveis e são representadas através de uma única forma verbal e não como duas formas que venham a se opor. O presente assim entendido passa a ser o lugar de uma incessante conversão do tempo, que traz na sua natureza as marcas de retrospecção ou de anterioridade e de prospecção ou de posterioridade.

Nas análises sobre a temporalidade, M. Molho (1975:195-222) incorpora-lhe a noção de pessoa, introduzida no campo referencial, tal como é feito por E. Benveniste. Segundo ele, o tempo do acontecimento pode se referir à pessoa, singularmente ao *eu* pensante, e o lugar ocupado pelo *eu* é o *presente*. Este momento é único, constituindo-se como a morada deste sujeito que se caracteriza, também, pela sua unicidade, frente a todas as outras representações pessoais. O *presente*, assim concebido, é visto, ao mesmo tempo, como o *antes* de uma posição ulteriormente ocupada e como o depois de uma posição anteriormente ocupada. Sendo assim, o *antes* e o *depois*, que correspondem ao caráter *retrospectivo e prospectivo* do *presente*, são solidários e se deixam perceber sob uma única forma verbal indissociável que é a do presente do indicativo. O pretérito e o não-pretérito se definem, apenas, em relação ao único lugar da duração que é o *presente* do ser que existe.

Uma conseqüência da inserção da pessoa no momento *presente* é estabelecer na anterioridade deste lugar ocupado por ela a representação de um pretérito antecedente, portador de acontecimentos que são restituídos pela memória e simultaneamente um não-pretérito subseqüente que contém acontecimentos que são pertencentes à imaginação.

Ainda nessa perspectiva, E. Coseriu (1980:13-25) discorre sobre o que denomina como dimensões temporais. Uma delas se refere ao plano de *atualidade*; assim, opõe o nível atual, representado pelo *presente* (onde os acontecimentos se situam em relação ao ato de fala), ao inatual, cujo centro é o *imperfeito*.

A outra dimensão temporal se refere à *perspectiva*. Neste caso, é *perspectiva* toda dimensão que serve para situar direta ou indiretamente um acontecimento em relação a

um ponto de referência, que no plano atual é o momento da fala e no plano inatual, o momento de que se fala. As perspectivas são, nas línguas românicas, *simultâneas* (se o acontecimento se situa no presente ou no imperfeito), *prospectivas* e *retrospectivas*, quando os acontecimentos se situam, respectivamente, depois e antes dos momentos presente ou imperfeito.

Na representação feita por E. Coseriu (1980:20), ele diz que a primeira perspectiva opõe o presente, o passado e o futuro, determinando espaços temporais, o do *presente*, que é não limitado e engloba o passado e o futuro, e estes últimos, limitados cada qual de um lado. No plano inatual, o imperfeito ocupa a mesma posição do *presente*.

A segunda perspectiva vai funcionar no interior desses espaços temporais. Em língua francesa, a forma verbal do *présent de l'indicatif* designa o espaço temporal do

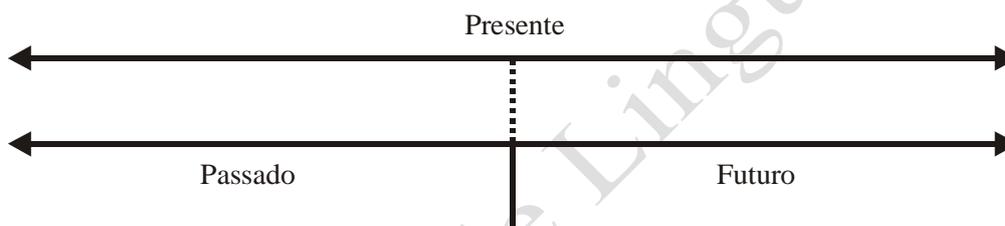


Fig. 2 – A perspectiva da dimensão temporal segundo E. Coseriu

presente, opondo no interior deste presente atual as formas verbais do *passé composé* e do *futur proche*. A forma verbal do *imparfait* se reporta ao espaço temporal do *imperfeito*, opondo no interior do plano inatual as formas verbais do *plus-que-parfait* e aquelas que expressam a condição.

G. Rojo (1990:17-43) emprega os conceitos de anterioridade, simultaneidade e posterioridade como constitutivos das relações temporais possíveis, quando se adota a perspectiva da temporalidade. Desta forma, uma situação pode se apresentar como anterior, simultânea ou posterior ao ponto que corresponde à sua referência. Ele retoma o que já foi dito anteriormente sobre o ponto central do eixo de temporalidade ser a origem, o ponto zero. Este coincide, em geral, com o momento da enunciação que é o *agora*. Porém, o falante pode deslocar a referência em qualquer uma das direções

possíveis, isto é, situá-la no *não-agora*, que corresponde à anterioridade e à posterioridade relativas ao *presente*, no eixo de temporalidade.

Os termos anterioridade, simultaneidade e posterioridade não significam o mesmo que passado, presente ou futuro, diz G. Rojo. Para ele, estes últimos não permitem refletir todas as relações temporais que podem ser expressadas pelas formas verbais.

A representação primária da temporalidade, ou seja, aquela que se refere diretamente à origem é, segundo G. Rojo (1990:26):

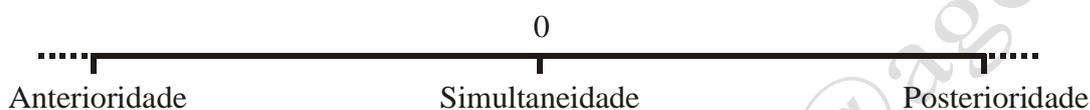


Fig. 3 – O eixo da temporalidade segundo G. Rojo

Contemporâneo aos estudos de G. Rojo e na perspectiva da temporalidade, A. López García (1990 :107-175) diz que analisar o tempo na linguagem em relação ao mundo que ela busca refletir é o campo de estudos específicos da temporalidade e da atualidade. As abordagens da noção de tempo, segundo as gramáticas tradicionais, não têm sido suficientes para dar conta das possibilidades significativas que se apresentam no discurso.

López García (1990 :107-175) diz que a temporalidade localiza a situação em um eixo temporal em relação à origem, que, como foi mostrado acima, corresponde ao *agora* que é também o *presente*. Esta relação se faz de forma direta ou indireta. Quanto ao plano de atualidade ou atitude temporal, os fatos são considerados a partir das preocupações do falante. Assim, a concepção de tempo passa a ser filtrada pela subjetividade do sujeito que fala. Serão atuais as formas verbais pertinentes ao momento da fala – *o agora*. As formas verbais inatuais são aquelas que pertencem ao mundo do dito – *o então* –, nas quais o grau de dependência em relação ao sujeito é indireto.

C. Veters (1993 :85-113), ao analisar a noção de tempo, considerando os níveis frásico e textual, diz que a lingüística francesa, desde o século XVII, divide os tempos verbais em duas séries, onde por um lado se encontram os tempos *absolutos* e por outro os tempos *relativos*. Estas denominações são, posteriormente, substituídas por tempos

dêiticos e *anafóricos*, respectivamente. Segundo ele, as definições dadas inicialmente aos dois termos não perderam a sua atualidade, isto é, quando o tempo do acontecimento está diretamente relacionado ao momento da enunciação, o tempo é *absoluto* ou *dêitico*; quando o fato mantém relação, neste caso indireta, com o instante da fala e também com o tempo de outro acontecimento, trata-se do tempo *relativo* ou *anafórico*. Na sua proposta, C. Veters não fala de tempos, mas de *temporalidade absoluta* e de *temporalidade relativa*. A oposição entre ambas torna-se interessante para determinar quais tipos de intervalos temporais são operatórios na construção da referência temporal de uma frase ou de um texto.

Partindo destas considerações teóricas que permitem refletir em uma nova perspectiva sobre a questão do tempo, retoma-se a questão inicial da função das formas verbais no discurso dos roteiros da Carreira da Índia em *Le grand routier de mer*. Adota-se para a análise destas marcas dêiticas que são recorrentes no discurso analisado as noções de temporalidade e a de plano de atualidade ou atitude temporal, tal como é apresentada na teoria de H. Weinrich (1968).

3. As formas verbais nos roteiros da *Carreira da Índia*

O primeiro passo para a investigação da função das formas verbais encontradas no discurso dos cinco roteiros franceses selecionados em *Le grand routier de mer* foi o levantamento do número de ocorrências dessas formas. Este registro resultou na tabela a seguir:

Tab. 1 - Registro e índice percentual das formas verbais no discurso dos textos de *Le Grand routier de mer*

Formas Verbais		Présent de l'indicatif		Futur Simple		Présent de l'impératif		Passé Composé		Futur Proche		Futur Antérieur	
nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
375	100	223	59,5	76	20,3	63	16,8	11	2,9	1	0,3	1	0,3

De acordo com a teoria de H. Weinrich (1968), as formas verbais se combinam formando grupos temporais que atendem às necessidades do falante, o que significa muitas vezes ultrapassar o limite combinatório estabelecido em estudos tradicionais destas formas. Tomando como base sua teoria, afirma-se que as formas verbais levantadas pertencem ao grupo referente ao discurso ou às narrativas do mundo comentado, cujo plano de atualidade é o do *eu-aqui-agora*.

As formas verbais com função comentadora foram empregadas pelo sujeito J. H. van Linschoten em situações características dos roteiros de navegação, a saber, indicação das rotas e descrições dos locais e sinais encontrados. J.H. van Linschoten narra o percurso de Portugal para a Índia, assim como o retorno das expedições exploratórias, comentando detalhadamente cada etapa da viagem e advertindo sobre os perigos que poderiam ser encontrados. Seguem amostras das formas verbais encontradas em maior número: *présent de l'indicatif*, *futur simple*, *présent de l'impératif* e *passé composé* :

3.1 Présent de l'indicatif

On *trouve* aussi autour des dites Isles de Tristan da Cunha & du Cap de Bonne Esperance certains loups de mer: mais vous trouvant en ceste contree là sur la fin de Iuin, il *peut* bien advenir que vous n'y en voyez point, a cause de la froidure qui les *fait* retirer au dessous du pays¹ (DA, CVI, p. 4, L. 51- 3; p. 5, L. 1-2).

A mesure que vous *poursuivez* votre route ces Sargasso & Trombas *viennent* a diminuer: dequoy vous ne *devez* pas estre en peine: car ces herbages & bourgeons *procedent* de esmotion de mer en ceste contree là, de sorte que plus le temps *est* rude sur les dites Isles, plus la mer *rend* de telles choses, qui avec le vent & les vagues venans de là, *sont* poussees vers le Cap de bonne Esperance.² (DA, CVI, p. 4, L. 28-33).

¹ O texto de Diogo Afonso traz: “Açharas das Ilhas de Tristão da Cunha pera o Cabo de Boa Esperança lobos marinhos de quando em quando. E se viêres por aqui na fim de Junho, pöde ser que não veras nenhu, por quanto se açõlhẽ dos frios pera a terra. (Telles, 1988, vol I, p. 99, L.5-8)

² O texto de Diogo Afonso traz: [...] açharas nesta derrota pera o Cabo de Boa Esperança sargasso mesturado cõ algũas trombas: estas ramudas e não são compridas como as do Cabo de Boa Esperança. E de hũ e d'outro açharas às vezes m(ui)to, em outros tempos açharas menos. Não te espãtes por isso, a causa disto não ẽ senão: quanto mais tromẽta nas Ilhas, quanto mais se arrancam e botam isto cõ águas e ventos que vem de cima das Ilhas pera o Cabo de Boa Esperança. (Telles, 1988, vol I, RNPI, 97, L. 6-11; p. 98, L. 1-6).

A forma verbal do *présent de l'indicatif* (59,5%) foi registrada em maior número nos roteiros de *Le Grand routier de mer* (Linschot, 1916), confirmando aquilo que é dito na teoria de H. Weinrich (1968:71-5) sobre esta forma verbal ser a mais empregada e a principal das narrativas do mundo comentado. Nesta perspectiva teórica, o *présent de l'indicatif* é uma forma verbal neutra, o que significa que ela pode designar todas as fases temporais: anterioridade, simultaneidade e posterioridade.

Nas amostras apresentadas e na maioria das situações analisadas o *présent de l'indicatif* tem a marca de posterioridade ou prospecção, J. H. van Linschoten traduz os roteiros portugueses da Carreira da Índia em *Le grand routier de mer*, em 1610, ao qual acrescenta as suas experiências por ter morado na Índia ao longo de dez anos a serviço do Arcebispo de Goa, Dom Vicente da Fonseca. Nestes roteiros, ele orienta sobre as rotas a serem seguidas e sobre os sinais e perigos que poderão ser encontrados ao longo do percurso pelos exploradores nas futuras expedições marítimas para as Índias Orientais.

3.2 Futur Simple

Allant de Monte Delin en Portugal, en dehors de l'Isle de S. Laurent vous vous mettez NordEst & SudOuest à l'endroit de la dite montagne, dressant vostre cours à l'Est, & Est quart au Sud: ce faisant vous *viendrez* pres d'une Isle qui git la hauteur de dix degrez & demi, açavoir a cinquante lieues de la dite montagne: lors vous *prendrez* la route du SudOuest, & SudOuest tirant sur l'Ouest, & *viendrez* a vingtcinq lieues de la dite Isle, la hauteur de neuf degrez et trois quarts, vous gardant de ne point tenir vostre cours de costé du Sud vers les Isles de Maldive: a demi lieue de là il y a beau fonds & bonne tenue³(DA, NMD, p. 17, L. 33-41).

Pour cognoistre si vous estes pres des dites Isles, vous *aurez* ces signes, açavoir certains oiseaux volans ensemble cinq a cinq: & de la

³ O texto de Diogo Afonso traz: “Partindo de Monte de Li p̄ra Portugal, p̄ra f̄ora da Ilha de São L(ou)r(en)ço, pondo-te nordeste sudueste cõ Monte de Li, <h>as de governar àloeste e a quarta do sudueste. Iras dar em hũa ilha q(ue) esta em dez grãos e meio, e deãa ao Monte de Li há 50 l̄goas. E d'ay <h>as de fazer o caminho ao sudueste e a quarta d'aloeste, e veras deãta ilha às outras mais do mar vinte e cinco l̄goas: Estão na altura de 9 graos e três quartos[...]” (Telles, 1988, vol I, VIP, 115, L. 4-5; p. 116. L.1-6).

plus outre vous *verrez* d'autres oiseaux nommez Feignons par les Portugais, & iceux tachetez de marques blanches & noires. Estant Sud & Nord à l'endroit de ces Isles vous *verrez* flotter sur l'eau certaine espece d'herbe appelle par les Portugais Sargasso, semblable a peu pres à celle qui se trouve pres de Wieringhen en Hollande⁴ (DA, CVI, p. 4, L. 16-22).

Nos exemplos acima, as formas do *futur simple* (20,3%) que se apresentam com o segundo maior número de registros são empregadas alternadamente com as formas prospectivas do *présent de l'indicatif*:

3.3 Présent de l'impératif

Et si estant en ceste hauteur, vous desirez avoir la veue du pays, ne vous *tournez* point de l'autre costé, *mouillez* hardiment l'ancre iusques a ce que le vent se renforce pour poursuivre vostre voyage. *Sachez* aussi que les courans du costé du Bresil, Cap de Saint Augustin, & ceste contree, ont leur cours vers les Antilles qui sont Isles devant la nouvelle Espagne: pourtant ie vous conseilleroy pour le mieux de ne point aller de lof: car ce faisant il vous faudroit sans doute retourner en Portugal⁵ (DA, CVI, p. 3, L. 45-6 - p. 4, L. 1-6).

Et pour tenir le costé de mer de l'Isle de Brandaon, vous pouvez prendre vostre cours entre les Isles dos yrmaos qui gisent a quatre degrez au Sud, & dela vous pouvez ordonner vostre cours vers les Isles de Pedro Mascarenas, poursuivant ainsi vostre chemin. Alors vous surviennent estant a quatre degrez au Sud, beaucoup de tonnerres, esclairs, & fortes pluyes, iusques a quatorze degrez: cela se void ordinairement en feburier, comme *ie* l'ay experimenté. Pourtant *faites* tousiours vostre mieux de parvenir a quatorze ou quinze degrez, car ordinairement vous trouverez a quinze ou seize degrez des vents de SudEst: & lors *ne singlez pas* plus avant en mer, mais *dressez*

⁴ O texto de Diogo Afonso traz: “Pera saberes se estas perto das Ilhas, quando açares os entenais de çinco em çinco, eç cõ elas. E d’aqui te seguirão os feijões, q(ue) são hũas aves pequenas da feição de pegas pintadas. E quando estiveres nõ rte sul cõ elas, açaras sargaço” (Telles, 1988, vol I, RNPI, 97, L. 1-5).

⁵ O texto de Diogo Afonso traz: “Se for caso q(ue) te aqueçer q(ue) fores ver a terra nesta altura, não te faças noutra vólta. Surge aqui cõ a nao, q(ue) os ventos te alargarão a fazeres o teu caminho. Mas <h>as de saber q(ue) nesta travessa do Cabo de Santo Agustinho pera o Brasil, corrê as aguas pera as Antilhas. E, portanto, não cures de fazer vólta, porq(ue) se a fizeres será tornares caminho de Portugal” (Telles, 1988, vol I, p. 95, L. 7-12; p.96, L. 1).

vostre cours entre l'Isle de Brandaon, & celle de Lopo Soares qui est un bon cours (DA, CICBE, p. 16, L. 17-28).⁶

O *présent de l'impératif* é empregado nas situações de informação, orientação sobre as rotas e advertências. Nestas últimas, esta forma verbal expressa uma obrigação.

Apesar de H. Weinrich (1968:347-363) não incluir o *présent de l'impératif* no grupo de formas verbais relativas à narrativa do mundo comentado, ele diz que esta forma é aparentada estruturalmente com as formas verbais comentadoras na língua francesa. Nos exemplos apresentados foram verificadas ocorrências do *présent de l'impératif*, também com valores de prospecção, alternando com as formas verbais do *présent de l'indicatif* e do *futur simple*.

3.4. Passé Composé

S'il vous advenoit que vous vous trouvissez environ le dixiesme de May peu plus ou moins en la contree des dites Isles de Tristan da Cunha, vous ne passerez point au dessus de trentecinq degrez, à l'occasion des vents de Ouest qui en ce temps la sont forts vehemens & impetueux, notamment au temps de la nouvelle Lune: ce qui vous pourroit bien faire rebrousser chemin, comme il advint au Navire de Bon Iesus, qui fut engloti des vagues par la force et furie du vent, comme moy aussi *ay veu* advenir le mesme a Diego Alfonso, estant sur le Navire de S. Claire⁷ (DA, CVI, p. 5, L. 3-10).

[...] ayant passe le Cap de Palmas, allant de lof faites de courtes traites, açavoir sous la ligne, ou du costé deça, afin que les courans ne vous entraînent point en dedans ledit Cap: & avalez tous vos voiles plustost qu'en venir là, car vous ne pouvez point garantir, ni faire le voyage des Indes. Je vous *ay déclaré* ci dessus ce que vous ferez

⁶ O texto de Diogo Afonso traz: Sendo caso q(ue) te açhes nestes quatro gr(aos) da linha e saltarem contigo travoadas porq(ue) as <h>a i em Fivireiro, q(ue) eu andey todo este mes cõ çlas atç quatorze graos. Trabalha de te pores em altura, e como fores nela, por 15 graos ou 16, açharas os ventos suestes. Não cures de * te ir mais ao mar. Vay de longo da I(lh)a a Brandoa ou antre ela e baxos de Lopo Soarez: e ao sul dela e bom caminho (TELLES, 1988. L.1-7).

⁷ O texto de Diogo Afonso traz: “Se for caso q(ue) te açhes a deç dias de Maio, pouco mais ou menos, cõ çtas Ilhas de Tristão da Cunha, não passes de trinta e çinco graos pçra çima, por quanto entram aqui os ponentes em Maio, e trazẽ grande força. E mais se for sobre lũa nõva, porq(ue) te não aqueça o q(ue) aqueço ao Bom Jesu<s>, q(ue) o comeo o mar e o tempo” (DA, cap . [I], L. 78-83).

estant centcinquante lieues sous la Ligne: alors vous singlerez le travers d'icelle pour passer le Bresil: car suivant le cours sus déclaré vous ne pouvez faillir de le passer ⁸(DA, CVI, p. 3, L.33-9).

Para H. Weinrich (1968:104), a linguagem conhece dois tipos de passado, aquele que afeta diretamente o locutor na situação comunicativa e aquele que se distancia deste através do filtro da narração. Segundo ele, é possível comentar o passado. Por este motivo, muitas línguas, como a francesa, preveem uma forma verbal própria para esta finalidade que é o *passé composé*. O passado comentado é aquele que está próximo ao locutor, se constituindo como o seu passado, uma porção da sua existência.

O *passé composé* da língua francesa é a forma verbal que apresenta o valor retrospectivo do mundo comentado. Segundo H. Weinrich (1968 :126), ele é um presente retrospectivo que relaciona um fato passado ao presente da enunciação. Ao se comentar o passado, não se deve, necessariamente, considerar o fato como concluído. H. Weinrich diz, então, que o processo expressado por esta forma verbal pode alcançar o momento presente, tudo depende da atividade do sujeito.

Nas amostras são encontradas ocorrências desta forma verbal, atestadas em situações em que o locutor busca na sua memória fatos vistos ou conhecidos que poderiam servir como advertência aos seus alocutores. No eixo da temporalidade, estes fatos são retrospectivos em relação ao *agora* que, como já foi assinalado, é a referência temporal da narrativa do mundo comentado.

4. Considerações finais

Fez-se a análise do discurso francês dos Roteiros de Diogo Afonso, traduzidos por J. H. van Linschoten, em *Le grand routier de mer* (1610). Foram registradas e analisadas as formas verbais características destes roteiros. A noção de tempo, restrita a divisões cronológicas de passado, presente e futuro, pôde ser substituída pelo conceito de

⁸ O texto de Diogo Afonso traz: “Do Cabo das Palmas, pouco maes ou menos, faz as vøltas curtas, pera te não botarẽ as águas pera dentro do Cabo das Palmas, por te não ser bom” (Telles, 1988, vol I, p. 94, L. 9-11).

temporalidade, cuja premissa fundamental é apresentar as situações comunicativas em relação ao *agora* que é o *présente da instância da fala*, atemporal por natureza. A teoria de H. Weinrich apresentou as diretrizes para as análises das funções das formas verbais no discurso dos roteiros, enquanto operadores que expressam as atitudes do falante. As formas verbais encontradas em maior número nos roteiros, a saber, o *présent de l'indicatif*, o *futur simple*, o *présent d'impératif* e o *passé composé* confirmaram a classificação de H. Weinrich, segundo a qual estas formas verbais designam as narrativas do mundo comentado, cujo eixo de ação é o *eu-aqui-agora*.

Quanto à afirmativa de H. Weinrich de a forma verbal do *présent de l'indicatif* ser a principal do grupo temporal comentador, as análises reiteram o que é dito, através dos índices percentuais. Sobre o *présent de l'indicatif* ser neutro, o que significa poder apresentar, além do valor de simultaneidade, aqueles de prospecção e de retrospecção, nos roteiros, as formas verbais do *présent de l'indicatif* apresentam-se como prospectivas em relação ao *agora*, ao *présente enunciativo*, nas situações mais características como orientações de rotas e informações sobre os locais e sinais que serão encontrados. Esta forma verbal vai alternar, nos mesmos contextos, com o *futur simple*.

Sobre o *présent de l'impératif*, este apresenta o terceiro maior índice de ocorrências, em situações como orientações de rotas, informações e advertências. No último caso, ele indica a obrigatoriedade da ação do alocutor.

Em H. Weinrich, não é reconhecida a marca de prospecção no *présent de l'impératif*, porém, nas situações de orientações e advertências, este valor é evidenciado. Nos exemplos citados o *présent de l'impératif* apresentou-se, registrando alternância de uso com o *présent de l'indicatif* e o *futur simple*.

As definições da forma verbal do *passé composé* propostas por H. Weinrich são igualmente pertinentes para as análises realizadas. O *passé composé* tem a função comentadora, designa um passado comentado, que possui estreita relação com o presente. Ele expressa o momento de retorno à memória pelo locutor, objetivando informar ou advertir. Esta forma verbal não necessariamente exprime um fato concluído; ela indica um processo, tudo depende, com afirma H. Weinrich, da intenção do sujeito. Nas amostras, as formas do *passé composé* expressam a busca de

informações e lembranças na memória por J. H. van Linschoten, com o objetivo de advertir os mareantes.

5. Referências

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. v.1.
- COSERIU, Eugenio. Aspect verbal ou aspects verbaux ? Quelques questions de théorie et de méthode. In: DAVID, Jean; MARTIN, Robert (org). *La notion d' aspect*. Metz: Centre d'Analyse Syntaxique, 1980. p. 13-25.
- COSTA, A Fontoura. *A marinharia dos descobrimentos*. 3 ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.
- GUILLAUME, Gustave. *Temps et verbe; théorie des aspects, des modes et des temps*. Paris: Honoré Champion, 1970.
- LINSCHOT, Iean Hvgves de. *Le grand routier de mer*. Nouv. trad. De flameng en François. In: Id. *Histoire de la navigation au Indes Orientales; contenant diverses description des lieux iusques à présent découverts par le portugais....* 2. éd. agm. Amsterdam: Chez Evertsz Cloppenburch, 1619.
- LINSCOTANI, Johannis Hvgonis. *Navigatio ac itinerarivm...* Hagae Comitit: Ex officina Alberti Henrici, 1599.
- LÓPEZ GARCÍA, Ángel. La interpretación metalingüística de los tiempos, modos e aspectos del verbo español: ensayo de fundamentación. In: BOSQUE, Ignacio et al. (org.). *Tiempo y aspecto en español*. Madrid: Catedra, 1990. p. 107-175.
- MOLHO, Mauricio. *Sistemática del verbo español; aspectos, modos e tiempos*. Madrid: Gredos, 1975.
- ROJO, Guillermo. Relaciones entre temporalidad y aspecto en el verbo español. In: BOSQUE, Ignacio et al. (org.). *Tiempo y aspecto en español*. Madrid: Catedra, 1990. p 17-43.
- TELLES, Célia Marques. *As Categorias de "modo", "tempo" e "aspecto" em textos românicos do século XVI*. Salvador : UFBA/PGL, 1982. Dissert. orient. por Nilton Vasco da Gama.
- TELLES, Célia Marques. *Coleção de roteiros portugueses da "Carreira da Índia" no século XVI*; edição do manuscrito FP56 da BNP. São Paulo: USP, 1988. Tese orient. por Edith Pimentel Pinto.
- TELLES, Célia Marques. Considerações sobre uma tradução francesa de textos quinhentistas portugueses: O "Le Grand routier de mer" de J. H. van Linschoten. In: MILTON, John et al. (edit.). *Encontro Nacional de Tradutores*, 5; anais. São Paulo: Humanitas, 1996. p. 55-6.

TELLES, Célia Marques. O Discurso na literatura de viagens. In: TERRAS & GENTES; Congresso da ABRALIC, 7; anais. Salvador: ABRALIC, 2004. p. 5-6.

TELLES, Célia Marques. A Relação autor-destinatário no discurso dos roteiros de navegação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 1; anais. João Pessoa: Idéia, 1997. v. 2. p. 377-385.

TELLES, Célia Marques. O italiano nos textos da literatura de viagens. In: CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES DE ITALIANO, 9; anais. Salvador: UFBA, 2001 (no prelo).

TELLES, Célia Marques. A categoria de tempo no discurso dos “Roteiros de Navegação”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 1, Salvador: ABRALIN, 1994. disq. 7, comun11.doc.

VETTERS, Carl. Temps et deixis. In: id. (org.). *Le Temps; de la phrase au texte*. Lille: Presses Universitaires, 1993. p. 85-113.

ABREVIATURAS

- CICBE Cours de la Navigation des Indes au Cap de Bonne Esperance, signé par un Linschot 1610: 16-17
autre Pilote Portugis. [sic]
- CVI Cours du voyage des Indes, appointé par Diego Alfonso, Portugais Pilote du Linschot 1610: 3-6
Roy
- DA Diogo Afonso. Linschot 1610: 13-16
- NMD Navigation de Monte Delin montagne celebre en la coste de Malabar, en Linschot 1610:17-19
Portugal

Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)¹

Rolf Kemmler / Carlos Assunção / Gonçalo Fernandes (Vila Real)*

1. Introdução

É amplamente sabido e conhecido² que a primeira edição da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem* foi publicada em 1822 sob o nome de «J.S.B. Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra» (Barbosa 1822: [I]). Não costuma ser contestado que detrás das abreviaturas J.S.B. não se esconde outra pessoa senão o professor de retórica e académico Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816),³ o que se torna mais óbvio pelo facto de a Academia das Ciências o ter mencionado *expressis verbis* no despacho académico referente à edição póstuma, na segunda folha da primeira edição de Barbosa (1822: [II]):⁴

1 O presente artigo é dedicado a Dr. phil. habil. Barbara Schäfer-Prieß (Universidade de München, Alemanha), pioneira alemã da história da gramaticografia portuguesa.

* Investigadores do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).

2 Veja-se o panorâmico de Schäfer-Prieß (2000: 53-55).

3 Veja-se Fonseca (1972: 137). São consensuais as suas datas de nascimento (24 de Janeiro de 1737) e de Óbito (5 de Janeiro de 1816).

Ainda no mesmo ano a própria Academia das Ciências faz referência explícita ao autor 'Jeronymo Soares Barbosa' no «Catalogo Das Obras impressas, e mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com os preços, por que cada uma dellas se vende brochada» (ACL 1823: 153-157). Também consta deste catálogo que a obra estava à venda pelo preço de 960 réis (ACL 1823: 157). É digno de menção neste contexto que o preço do *Ensaio sobre alguns synonymos da lingoa portugueza* de Francisco de S. Luiz, publicado na segunda edição em 1824, era de 720 réis.

4 A segunda edição (Barbosa 1830: [III]) traz o novo despacho para reimprimir a obra, assinado pelo então Secretário da Academia, Manuel José Maria da Costa e Sá, e datado de 5 de Novembro de 1829 e de 2 de Setembro de 1830, respectivamente. A partir da terceira edição (Barbosa 1862) já não se encontra este paratexto informativo.

ARTIGO
EXTRAHIDO DAS ACTAS
DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

DA SESSÃO DE 29 DE JULHO DE 1817

Determina a Academia Real das Sciencias, que a Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, que lhe foi apresentada pelo seu Socio Jeronymo Soares Barboza, seja impressa á custa da Academia. Secretaria da Academia em 17 de Junho de 1820.

José Correa da Serra

Secretario da Academia

Ora, se tanto a autoria como a data de publicação da *Grammatica Philosophica* em 1822 não constituem objecto de dúvidas para a disciplina da historiografia linguística,⁵ o mesmo não se pode afirmar sobre a questão da presumível data da redacção do texto que, como sabemos, foi publicado seis anos após a morte do ilustre gramático.

Concedemos que não constitui novidade o principal facto que apoia uma redacção bastante anterior:⁶ é a indicação «Coimbra, 24 de junho de 1803» que até agora se julgava ter sido inserida pela primeira vez na introdução da quinta edição (Barbosa 1871: XV). Foi precisamente o facto de os vários investigadores terem utilizado edições diferentes desta gramática (Torres 2005: 8 informa terem sido utilizadas a 2.^a, 3.^a, 5.^a, 6.^a

5 Veja-se, em vez de outras fontes, Silva vol. III (1859: 277): «*Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da Grammatica Geral, applicados á nossa linguagem*. Publicada de ordem da Academia real das Sciencias. Lisboa, na Typ. da mesma Academia 1822 4.º - *Segunda edição*, ibi, 1830. 4.

Para explicar a discrepancia que se observa nos diversos exemplares d'esta edição, assim no typo, como no papel, de pag. 259 em diante, convem saber que a tiragem fôra no principio mais numerosa (creio que de 1:500 exemplares); quando porém ella chegava a pag. 258, a Academia resolveu que d'ahi em diante ficasse reduzida a metade. Restou por conseguinte meia incompleta, e assim se conservou até que de todo se exauriram os exemplares publicados. Em 1856 a Academia mandou proseguir na composição e tiragem das folhas que faltavam para completar o volume, isto é, de pag. 259 até 458, em que findou a obra; e que se fizessem tambem novos frontispicios, conservando n'estes as mesmas indicações de *segunda edição*, e a data de 1830. Assim se executou, e os exemplares appareceram á venda; mas pela differença dos typos e pela do papel, facilmente se distinguem estes publicados em 1856 dos que foram realmente impressos em 1830».

O nosso exemplar, embora seja impresso em papel de qualidade inferior, não apresenta as características explanadas por Silva.

6 Veja-se Schäfer-Prieß (2000: 53-54) e Cardoso (1986: 69).

e 7.^a edições pelos vários investigadores que se dedicaram a Soares Barbosa) que explica porquê ninguém chegou a reparar no facto de esta referência já ter sido incorporada na gramática desde a quarta edição de 1866 (Barbosa 1866: XVI)!

Por outro lado, a obra gramatical anterior, publicada ainda em vida do autor com o título de *As duas Linguas*, não apresenta o ano de publicação no rosto. Encontra-se, sim, uma referência explícita no «Catalogo das [...] Obras de Jeronymo Suares Barboza, Jubilado na Cadeira de Eloquencia, e Poesia da Universidade, e na mesma Deputado da Junta da Directoria Geral, &c.» no qual Barbosa (1807: [II]) fornece a seguinte informação bibliográfica que costuma ser considerada como prova da publicação desta obra em 1807:

As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, comparada com a Latina para se aprenderem ambas ao mesmo tempo. 8.º Coimbr. 1807.

Ora, se bem que o aproveitamento desta indicação faça sentido face à referência bibliográfica incompleta da obra, resta a dúvida sobre a autoria do *Catalogo*⁷ e sobre a sua admissibilidade para fins bibliográficos, uma vez que se encontra inserido como anexo à obra a que faz referência, uma obra, aliás, que nunca chegou a ser devidamente apreciada nos estudos sobre a historiografia gramatical portuguesa.

É por isso que o presente artigo pretende iluminar as principais questões relacionadas com a edição das duas obras gramaticais de Soares Barbosa, visando complementar assim os estudos que Schäfer-Prieß (2000) e Torres (2005) fizeram nesta direcção.

⁷ O *Catalogo* de Barbosa (1807: [II]) termina com a seguinte indicação: «Quem quizer comprar alguma destas Obras impressas, ou imprimir alguma das Manuscritas só com a gratificação de alguns exemplares; dirija-se à Loje de Antonio Barneoud, Mercador de livros em Coimbra». Se bem que esta referência não permita uma conclusão definitiva, pelo menos admite questionar se a autoria deste catálogo deverá ser atribuída a Jerónimo Soares Barbosa ou ao livreiro coimbrão António Barneoud que fora Administrador da Imprensa da Universidade desde 9 de Junho de 1790 até 31 de Março de 1807 (Carvalho 1868: 366).

2. A questão dos manuscritos

Para além da indicação do ano de 1803 na *Grammatica Philosophica*, cremos que a referência às seguintes obras manuscritas que se encontra no fim da obra *As duas linguas* (Barbosa 1807: [II]) pode ajudar para iluminar as questões relacionadas com a génese das duas obras:

Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza 4. vol. 8.º

Grammatica Philosophica da Lingua Portug. compendiada. 1. vol. 8.º *licenciada*.

Interessa saber qual dos manuscritos referidos corresponde a cada uma das duas obras gramaticais que chegaram a ser publicadas em 1807 e 1822. Mas devem ainda ser consideradas outras informações que se referem a manuscritos inéditos de Soares Barbosa. O primeiro aspecto a ser considerado é a informação de Inocêncio segundo a qual o administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, Olímpio Nicolau Rui Fernandes (1820-1879) adquiriu em meados do século XIX⁸ alguns manuscritos de Soares Barbosa:

O sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes, actual administrador da imprensa da Universidade, adquiriu ha pouco tempo por titulo de compra alguns dos manuscriptos que ficaram por morte de Jeronymo Soares, no intento de os publicar a expensas suas, persuadido de que n'isso fazia um bom serviço ás letras.

Effectivamente, alguns d'esses manuscriptos se acham já impressos, e á venda, segundo vejo dos catalogos que recentemente chegaram a esta cidade. Eis-aqui a designação d'elles (Silva 1859 vol. III: 278).

⁸ Uma vez que o próprio Inocêncio informa que Fernandes foi nomeado administrador interino da Imprensa da Universidade de Coimbra em 16 de Março de 1854 (cf. também Carvalho 1868: 370), vindo a falecer em pleno exercício do cargo a 2 de Abril de 1879, a referida compra deve ter-se realizado entre 1854 e 1859, ano em que Inocêncio faz referência à compra (veja-se Silva 1894 vol. XVII: 119).

Além disso, fundamentado nas investigações que desenvolveu, Schäfer-Prieß (2000: 54),⁹ menciona a existência de um manuscrito não datado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC):

Um manuscrito sem data da *Gramática filosófica* com a anotação «Letra de Joaquim Ignacio de Freitas» encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (ms. 1162) (Schäfer-Prieß no prelo: cap. 1.23.1).

Na verdade, não se conserva só um, mas dois manuscritos com o título de *Gramática Filosófica* na BGUC, como iluminam as respectivas entradas no *Catálogo de Manuscritos* daquela biblioteca:

613

«GRAMMATICA FILOSOFICA DA LINGUA PORTUGUEZA».

Vol. medindo 338x219mm. Cartonado. 3 fls. Inum.; 115 fls. de texto, mais 2 fls. inum.

Pela divisão dos livros e capítulos de que se compõe e pela maneira como as matérias são expostas, esta obra assemelha-se muito á *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa, editada pela Academia das Ciências em 1822: É diferente, porém, a redacção das duas obras.

João Pedro Ribeiro, num discurso que pronunciou na Academia das Ciências sobre os trabalhos da Classe de Literatura e que se guarda, inédito, num ms. desta Biblioteca, diz que se a severa censura daquela douta agremiação não havia ainda *approvedo algũa das Gramaticas, q. se lhe tem apresentado, tinha reconhecido ao menos quanto algũas dellas se approximaõ á perfeição...* Será o ms. 613 uma cópia dalguma das *Grammáticas Filosóficas* apresentadas á Academia das Ciências? Eis uma investigação a fazer, para o que ficam, acima, coligidos alguns elementos (BGUC 1935 vol. 3: 151).

1162

«GRAMMATICA PHILOSOPHICA
DA LINGUA PORTUGUEZA».

Vol. medindo 227x161mm. Enc.; lê-se na lombada: GRAMAT. / PORTUG. / 1 fl. em branco, 1 fl. Inum., 139 fls. de texto, mais 3 fls. em branco.

⁹ «Ein undatiertes Manuskript der *Gramática filosófica* mit dem Vermerk "Letra de Joaquim Ignacio de Freitas" befindet sich in der Universitätsbibliothek Coimbra (Ms. 1162)» [tradução de Rolf Kemmler].

Letra da mão de Joaquim Inácio de Freitas, que é também o autor da *Gramática*, pelo que se depreende da introdução. Ver a nota que acompanha a descrição do códice n.º 613 (BGUC 1935 vol. 7: 155).

Tanto os títulos das duas obras como uma análise algo superficial do conteúdo levaram o elaborador do *Catálogo de Manuscritos* da BGUC a estabelecer, por um lado, um paralelismo entre os manuscritos e as duas obras gramaticais de Soares Barbosa, e, por outro, o concurso do estabelecimento de uma gramática filosófica da Academia das Ciências desde 1781. Na verdade, se bem que ambas as obras não escondem a sua filiação dentro da tradição da gramática filosófica (em sequência da *grammaire générale* francesa), a falta de coincidências estruturais e textuais bem como a ausência completa de qualquer referência ao concurso da Academia das Ciências levam-nos a rejeitar as duas hipóteses.¹⁰ Ou seja, julgamos poder constatar que nem o manuscrito 613 nem muito menos o ms. 1162, mencionado pela investigadora alemã, correspondem ao manuscrito de qualquer uma das obras gramaticais de Jerónimo Soares Barbosa, cujo paradeiro ainda se ignora.¹¹ Convém, portanto, enquadrar os dois manuscritos na produção gramatical da época, esclarecendo a questão da autoria e da gênese das ideias gramaticais postuladas. Este trabalho deverá, porém, ser feito no âmbito de outra investigação dedicada unicamente a estas obras.

Por outro lado, Amadeu Torres (2005: XV), considerando a referência n'*As duas linguas*, levanta a seguinte hipótese:

Neste caso e em relação à genuinidade do texto da *Grammatica Philosophica* que hoje possuímos, será ele idêntico ao da que em 1807 se anunciava como *licenciada* (o sublinhado vem no original), ou a demora da sua saída dos prelos poderá atribuir-se a qualquer sobrevivida atitude perfeccionista do autor? Noutros termos, a compendiação aprovada pela Mesa Censória tê-lo-á afinal convencido de imperfeições a colmatar, de lacunas a preencher; de parágrafos a necessitarem de complementação ou esclarecimento? Se perguntar não ofende, a resposta não adianta, porquanto o espólio manuscrito que, no juízo de Rodrigues de Gusmão, faria uns dois volumes de mais de 300 páginas, nada se vislumbra dos aludidos trabalhos

¹⁰ Se calhar é por isso que Menéndez (2002) também não menciona as duas obras manuscritas.

¹¹ Deve notar-se ainda que tanto as letras dos manuscritos gramaticais como os sistemas ortográficos pessoais dos autores divergem bastante da grafia do próprio Jerónimo Soares Barbosa como se verifica na documentação arquivística escrita e assinada pela sua mão própria do gramático (Veja-se BGUC 1767, Julho e BGUC 1769, Maio 18).

filosófico-gramaticais. É, pois, natural que Soares Barbosa, ao ultimar definitivamente a *Grammatica Philosophica* menos encorpada, se houvesse desfeito da outra, ou de ambas, se é que tal hipotética ultimação aconteceu.

Perante a impossibilidade de responder a todas as questões levantadas pelo ilustre colega, julgamos poder aventurar as seguintes hipóteses, baseadas nalguns elementos de documentação arquivística que encontramos e que exporemos a seguir:

1.º A «Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza 4. vol. 8.º» corresponde à obra publicada em 1822. O facto de serem mencionados quatro volumes manuscritos pode corresponder às 466 páginas impressas da primeira edição de 1822.

2.º A «Grammatica Philosophica da Lingua Portug. compendiada. 1. vol. 8.º licenciada» não é outra coisa senão a obra conhecida como *As Duas Linguas* (1807).

3. Os documentos de censura

No espólio da Real Mesa Censória conservam-se, entre milhares de documentos semelhantes, os pedidos de licença para impressão de uma obra intitulada *Grammatica Philozophica da Lingua Portugueza*. A seguir, procederemos a uma transcrição da documentação manuscrita.¹²

3.1 O requerimento ao Santo Ofício

Antes de passar pela censura secular, o pedido tinha que passar pela censura do Tribunal do Santo Ofício (A.N.T.T. 1805, Junho 25):¹³

¹² Conservaremos a grafia e a disposição originais do texto. Serão desdobradas quaisquer abreviaturas mediante o uso do tipo itálico. Além disso, serão desfeitos os nexos entre conjunções, preposições e outras palavras que se observam frequentemente no texto manuscrito. As nossas anotações serão postas em parênteses rectos. A abreviatura Lx.^a será representada por *Lisboa*.

¹³ Os pedidos originais, dirigidos ao soberano denominado como *Senhor* (neste caso o príncipe D. João VI como regente), eram constituídos pelo texto expositivo (que principiava sempre da forma *Diz Fulano que...*) a que se seguiam o pedido e a abreviatura peditória que constava das letras *E R M.^{ce}* (Espera

Aprovada a obra de que trata esta Petição
para ser impressa pelo que toca a este Tribunal.

Senhor

Lisboa 25 de Junho de 1805

[cinco rubricas ilegíveis]

Diz Jerónimo Soares Barboza, Professor Jubilado em Rhetorica na Universidade de Coimbra, que elle quer imprimir a obra incluza = Grammatica Philozofica da Lingua Portugueza; pelo que

Pede a Vossa Alteza Real a competente Licença.

Espera Receber Merce

3.2 O requerimento à censura régia

Com a aprovação concedida pelo Santo Ofício, cabia à censura régia da Mesa do Desembargo do Paço licenciar a impressão (A.N.T.T. 1805, Julho 19):

Senhor

Manda o Principe Nosso Senhor que o Censôr Regio Francisco Cloots Wanzeller veja a obra de que se tracta e com o seu parecer a remeta a esta Meza. Lisboa 6 de Julho de 1805.

Vieira Gomes Ribeiro

Senhor

Diz Jeronimo Soares Barboza que elle pertende imprimir a Obra emcluza, e como para o fazer perssiza de Licença por isso

Receber Mercê). O Despacho e possíveis outros comentários eram anotados no mesmo ofício, como se pode ver nos officios reproduzidos.

Pede a Vossa Alteza Real lhe faça a graça *que Suplica*

Por ordem de Nossa Alteza examinei a Obra incluza, a qual em tudo está conforme com o Real Serviço.
Lisboa 11 de Julho de 1805

Francisco Cloots Wanzeller¹⁴

Espera Receber Merce

Imprime a Gramatica Filozofica da Lingoa

Portugueza por Despacho de 19 de Julho de 1805.

Como Procurador

Jozé da Silva Santos

A referida remessa do manuscrito para o censor régio ficou também registada no livro de registos do Conselho Geral do Santo Ofício (DGSO 440: fol. 161 r):

Jeronimo Soares Barboza // A Censor a Grammatica Filosofica da Lingoa Portugueza.

Contrariamente à já referida sugestão do ilustre colega Amadeu Torres, não se conservam nos fundos censórios do A.N.T.T. quaisquer elementos que permitem concluir que houvesse qualquer discussão de natureza quantitativa ou qualitativa, nem que o próprio autor tivesse desistido da publicação. Como veremos adiante, foi publicada uma gramática filosófica da autoria de Soares Barbosa a seguir a este licenciamento.

14 Segundo Silva (1859 vol. II: 366) este censor com o apelido neerlandês «foi primeiramente Eremita reformado de Santo Agostinho (mais conhecidos pela denominação de *Grilos*) e secularizou-se depois. Era Prégador Regio, e Official de linguas na Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, quando foi incluído na chamada Setembrisada de 1810, e deportado para a ilha terceira. regressando a Portugal, parece lhe não fôra restituído o seu emprego, porque não aparece nos Almanachs de Lisboa dos annos seguinte. Consta-me que em 1815 era Professor de Rhetorica, Philosophia e lingua latina em um collegio particular de Lisboa. Ignoro a data do seu obito». Para informações adicionais veja-se Silva (1870 vol. IX: 280).

3.3 O manuscrito licenciado e *As duas Linguas*

Encontramos a solução desta questão na licença que permitiu a circulação da obra, cujo processo censório foi instaurado em Junho de 1805. Quase dois anos mais tarde, consta que Félix José Marques,¹⁵ o procurador do gramático, terá solicitado o 'pode correr' mediante o seguinte requerimento (A.N.T.T. 1807, Julho 28):¹⁶

Senhor

Torne ao mesmo Censor Regio p.a conferir com o seu Original Lisboa a 1 de Junho de 1807.

[duas rubricas ilegíveis]

Manda o Principe Nosso Senhor que O Censôr Regio Francisco Xavier de Oliveira confira a obra de que se tracta, e com o seu parecer a remeta a esta meza. Lisboa 20 de Julho de 1807.

[duas rubricas ilegíveis]

Diz Jeronymo Soares Barbosa, que pela Licença, que obteve e consta do manuscrito junto fez imprimir a Grammatica Philosophica da Lingoa Portugueza comparada com a Latina: portanto

Pede a Vossa Alteza Real a licença necessaria para a publicar.

Ao Censor Regio Jozé Antonio
de Miranda

15 Consta que Marques foi professor da língua grega em Lisboa por resolução régia de 10 de Novembro de 1773 (Gomes 1989: 28), tendo mais tarde passado a reger a primeira cadeira de grego no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (Ribeiro 1872: 225). Para além disso, informa *HMRACL* (1817: LII) que «Félix José Marques ... em Lisboa» foi sócio correspondente da Academia das Ciências.

16 O processo da censura tornava obrigatória a verificação da coincidência entre o manuscrito e um exemplar impresso depois de realizada a impressão.

Senhor

Esta Grãmatica Philosopica [sic!] impressa concorda

com o seu Original. Lisboa 27 de Julho de 1807

Pode correr Por Despacho de 28 de

Julho de 1807

Francisco Xavier d'Oliveira

Espera Receber Merce

Como Procurador Felis José Marques.

A entrada correspondente no livro de registos do Conselho Geral do Santo Ofício de 28 de Julho de 1807 fornece o último despacho relacionado com a publicação da obra:

Jeronimo Soares Barboza // Pode correr a Gramatica Filozofica &c.^a (DGSO 440: fol. 200 r).

A seguir a esta autorização, a obra podia ser livremente comercializada, pelo que o livreiro António Barneoud se aproveitou da ocasião para promover as vendas através de um anúncio na *Gazeta de Lisboa* de 1 de Setembro de 1807:

Sahio á luz a obra intitulada as *Duas Linguas*, ou Grammatica Filosofica da Lingua *Portuguesa* comparada com a *Latina* para ambas se aprenderem ao mesmo tempo: composta por *Jeronymo Soares Barbosa*, Deputado da Junta da Directoria geral dos Estudos e Escolas do Reino: em 8.º grande. Vende-se em *Coimbra* na loja de *Antonio Barneoud*, e em *Lisboa* nas dos Mercadores de livros, ao *Chiado* (GL 1807: [IV]).

Este anúncio permite estabelecer com toda a certeza que o ano em que a obra saiu do prelo era na verdade o ano de 1807, tal como mencionado pelo referido *Catalogo* que foi encadernado como anexo à obra. Tanto a falta de pedidos de impressão relativos a outra obra gramatical como a sequência dos actos censórios acima reproduzidos e a própria publicação em 1807 permitem a conclusão de que a obra que foi licenciada como *Grammatica Philozofica da Lingua Portuguesa* terá sido a mesma que chegou a

ser publicada debaixo do título *As duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*.

No que respeita ao enquadramento das duas obras, é o próprio autor que explicita não só a razão da omissão de considerações sobre ortoépia e ortografia n'*As duas Linguas*, mas também vem a por estabelecer a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* como complemento mais elaborado do manual de ensino escolar publicado em 1807, estabelecendo assim a dicotomia 'gramática escolar' vs. gramática científica':

E com isto damos por concluída a primeira parte desta Grammatica, que he da *Etymologia*, e *Syntaxe*. A segunda, que he da *Orthoepia* e *Orthographia*, se pode vêr na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, ou *Principios da Grammatica Geral, applicados á nossa Linguagem*; onde se achará tudo o que he preciso saber a respeito da boa Pronunçiação da Lingua Portugueza, e sua Prosodia, como tambem da *Orthographia* em geral, e da mesma lingua em particular (Barbosa 1807: 168).

Resta a questão do manuscrito compendiado e licenciado. Ora, tanto a questão do licenciamento como o facto de que em muitos aspectos a obra *As duas Linguas* apresenta a característica de ser uma versão anterior e abreviada da *Grammatica Filosofica*,¹⁷ nos levam a julgar poder concluir que o referido manuscrito compendiado não deva ser outra coisa senão a base textual d'*As duas Linguas*. Perante a impossibilidade de comprovar a tese perante a falta do manuscrito original, convém ainda considerar que a própria obra conhecida como *As duas Linguas* tem por título principal as palavras *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* como se pode ver no início da obra (Barbosa 1807: 1). Desta forma, o corpo da obra distingue-se do próprio rosto pela total ausência do título *As duas Linguas* (Barbosa 1807: III – veja-se anexo) sob o qual a obra é conhecida hoje.

17 Tratar-se-ia, portanto, de uma obra compendiada no sentido da definição de Morais Silva (1789: 427): «COMPENDIAR, v. at. Reduzir a menor extensão: v.g. Uma historia larga, uma obra didactica, uma narração. §. Reduzir a um pequeno espaço, o que occupa muito campo, ou anda derramado; abbreviar, epilogar, resumir.»

4. O *Compendio* de Pernambuco

Apesar de uma pormenorizada pesquisa bibliográfica, só conseguimos encontrar a segunda edição de outra gramática atribuída a Soares Barbosa, o *Compendio de grammatica portugueza, extrahido de Jeronymo Soares Barboza, e d'outros grammaticos, para uso do Lyceo de Pernambuco* (2^a1852).¹⁸ Mas, como se pode observar pela advertência que se segue, esta obra atribuída ao gramático português não é senão uma recompilação compendiada (ou seja, abreviada em forma de compêndio) da *Grammatica Philosophica* impressa pela Tipografia das Academia das Ciências:

ADVERTENCIA DOS EDITORES.

Está consumida a primeira edição desta Grammatica, compendiada da de Jeronymo Soares Barboza por um dos habéis Professores do Lyceo desta Cidade, havendo-lhe accrescentado alguns preceitos dos bem conhecidos Litteratos Moraes e Constancio, naquillo em que estes Autores são mais preceptiveis aos Alumnos da Lingua Nacional, pela maior parte ainda destituídos do necessário cabedal de idéas; e servindo-se tambem com acertada escolha da maior parte das definições da Grammatica Latina de J. V. G. de Moura, da qual se usa no mesmo Lyceo.

Sáe portanto á luz a segunda edição da presente Grammatica, sem nenhuma alteração pelo que pertence ao essencial, tanto porque nesta parte não carecia della, como por estar adoptada para uso do Lyceo. Todavia, depois de bem a rever e examinar, um dos mais intelligentes e eruditos Professores desta Cidade, conservando a divisão dos capitulos, e a disposição das materias, evitou repetições escusadas; expôz a doutrina com melhor ordem, dividindo, reduzindo, e cortando alguns parágrafos; accrescentou-lhe em fim interessantes notas, extrahidas de diversos Autores clássicos, nas quaes rectifica algumas proposições menos exactas, e explica outras. O que tudo incontestavelmente torna esta edição mais perfeita, e por conseguinte mais útil do que a primeira (*Compendio* 1852: [III-IV]).

A advertência não permite nenhuma dúvida de que Barbosa não foi o autor, mas estabelece a filiação da obra ao constatar que o autor baseou o seu trabalho maioritariamente na obra de Soares Barbosa, aproveitando-se ainda das outras obras de grande divulgação de Moraes (1806), Constâncio (1831) e Gomes de Moura (1829).

¹⁸ Nas palavras introdutórias do seu artigo, Torres (2004: 385) menciona outra edição do «[...] *Compendio de grammatica portugueza extrahido de suas obras* [das de Jerónimo Soares Barbosa e outros], impressa no Recife em 1876 [...]», sem, aliás, fazer acompanhar esta indicação pela referência bibliográfica correspondente.

Seria, portanto, de desejar que a referência bibliográfica fosse rectificadada no sentido de a obra ter sido publicada anonimamente, sem qualquer referência ao seu verdadeiro autor.

5. Conclusão

A nossa análise dos novos subsídios para o estudo da obra linguística de Jerónimo Soares Barbosa permite-nos concluir que a obra hoje conhecida como *As duas Linguas* será a mesma que o manuscrito de uma gramática filosófica manuscrita compendiada e licenciada, à qual se refere o *Catalogo* que foi impresso junto com a obra. Conseguimos estabelecer sem margens para dúvidas que a obra licenciada como *Grammatica Philozofica da Lingua Portugueza* foi efectivamente posta à venda em 1807, tendo o processo de licenciamento sido instaurado em Junho de 1805, pelo que a passagem da obra do prelo deverá ser localizada entre 19 de Julho de 1805 e Agosto de 1807.¹⁹

No que concerne ao relacionamento d'*As duas Linguas* com a *Grammatica Philosophica*, tudo leva a crer que a obra publicada em 1807 estava destinada ao ensino escolar, ao passo que a outra obra mais extensa obviamente visava preencher o papel de uma 'gramática científica', que consta ter existido em forma manuscrita quando foi realizada a impressão da gramática publicada em 1807. O que fica, porém, mais óbvio, é que as duas obras deverão ser sujeitas a um estudo comparativo mais detalhado que permita confirmar ou rejeitar o grau de parentesco entre as duas obras a que os nossos estudos nos levaram a presumir.

Para finalizar, podemos concluir que o *Compendio de grammatica portugueza, extrahido de Jeronymo Soares Barboza, e d'outros grammaticos, para uso do Lyceo de Pernambuco* e outras obras afins que se baseiam na obra do nosso gramático não se podem considerar como sendo da autoria do próprio Jerónimo Soares Barbosa, mas sim

¹⁹ A experiência com as licenças de impressão e de circulação das obras impressas em finais do século XVIII e inícios do século XIX mostra que um tempo de um ano ou mais para a composição e realização tipográficas não era muito excepcional.

de outros gramáticos que se limitaram a sintetizar os conteúdos linguísticos divulgados na *Grammatica Philosophica* e em outras obras contemporâneas do gênero.

4. Referências bibliográficas

4.1 Obras de Jerónimo Soares Barbosa

4.1.1 *As Duas Línguas*

Barbosa, Jerónimo Soares (¹1807): *AS DUAS LINGUAS, / OU / GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / COMPARADA / COM A / LATINA, / Para / Ambas se aprenderem ao / mesmo tempo. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos / Estudos, e Escolas do Reino na / Universidade de Coimbra // COIMBRA / NA REAL IMPRESSÃO DA UNIVERSIDADE (XVI, 174, [II] págs.).*²⁰

Barbosa, Jerónimo Soares (²1830): *As Duas Línguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, 2a Edic., Lisboa: editor desconhecido (Staatsbibliothek zu Berlin, cota 4" Xm 922).²¹

4.1.2 *Grammatica Philosophica*

B[arbosa], J[erónimo] S[oaes] (¹1822): *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR J. S. B. / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra //*

20 O nosso exemplar conta com uma série de apontamentos manuscritos apresenta a seguinte informação sobre a tiragem desta obra: «Custou papel, e impressão de 1200 E. 160\$000». A mesma pessoa que fez este apontamento inseriu uma com erratas, obviamente para preparar outra edição. Tanto a questão dos custos relacionados com a impressão da obra como a autoria dos apontamentos manuscritos deverão ser objecto de outro estudo mais aprofundado.

21 Até há pouco, houve uma ficha no catálogo da Staatsbibliothek zu Berlin que continha a seguinte indicação: «Bestand erfragen/Kriegsverlust möglich» [tradução: verificar a existência/é possível a perda devido à guerra]. Uma vez que a consulta aos serviços bibliotecários daquela biblioteca, realizada aos 8 de Outubro de 2009, teve como resultado que esta obra já não existe (se alguma vez existiu), estes serviços afirmaram pretender retirar a ficha bibliográfica.

Lisboa: / NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS. / 1822 ([IV], XIV, 466 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (²1830): *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA*, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra, e Socio / da Academia Real das Sciencias. / *SEGUNDA EDIÇÃO*. // Lisboa: / NA TYPOGRAPHIA DA MESMA ACADEMIA. / 1830. / *Com Licença de SUA Magestade* ([IV], XIV, 458 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (³1862): *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / DEPUTADO DA JUNTA DA DIRECTORIA GERAL DOS ESTUDOS, E ESCÓLAS DO REINO / EM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA, / E SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / TERCEIRA EDIÇÃO* // LISBOA / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA / M DCC LXII (XVI, 347 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁴1866): *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / QUARTA EDIÇÃO* // LISBOA / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / M DCCC LXVI (XVI, 304 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁵1871): *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / QUINTA EDIÇÃO* // LISBOA / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / MDCCCLXXI (XVI, 320 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁶1875): *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / SEXTA EDIÇÃO* // LISBOA / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / 1875 (XVI, 320 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁷1881): *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / SETIMA EDIÇÃO* // LISBOA / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / 1881 (XVI, 320 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁸2004): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa (VIII, 515 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (⁹2005): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres, Braga: Universidade Católica Portuguesa (Publicações da Faculdade de Filosofia) (XVI, 515 págs.).

Barbosa, Jerónimo Soares (¹⁰s.d.): *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, edição fac-similada da quinta edição de 1871, Charleston, Bibliolife (XVI, 320 págs.).

4.1.3 *Compendio de Grammatica Portugueza*

Compendio (1852) = *COMPENDIO / DE / GRAMMATICA PORTUGUEZA / EXTRAHIDO / DE / Jeronymo Soares Barboza, e d'outros / Grammaticos, / PARA USO / DO / LYCEU DE PERNAMBUCO. / SEGUNDA EDIÇÃO, / inteiramente refundida. // PERNAMBUCO: / TYP. DOS EDITORES PROPRIETARIOS SANTOS & C.^a/ 1852 (University of Toronto, cota PC5066 B37 1852, consultado em: http://www.archive.org/details/compendiodegramm00_barbuoft).²²*

4.2 Fontes arquivísticas

A.N.T.T. 1805, Junho 25 = 1805, Junho 25 – Lisboa, *Requerimento, relativo ao pedido de licença de Jerónimo Soares Barbosa para imprimir a «Grammatica Philozophica da Lingua Portugueza»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 56, doc. 1, fol. 2 r.

A.N.T.T. 1805, Julho 19 = 1805, Julho 19 – Lisboa, *Requerimento, censura e licença, relativos ao pedido de licença de Jerónimo Soares Barbosa para imprimir a «Grammatica Philozophica da Lingua Portugueza»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 56, doc. 1, fol. 1 r.

A.N.T.T. 1807, Julho 28 = 1807, Julho 28 – Lisboa, *Requerimento, censura e licença, relativos ao pedido de licença de Jerónimo Soares Barbosa para divulgar a «Grammatica Philosophica da Lingoa Portugueza comparada com a Latina»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 62, doc. 5, fol. 1 r.

CGSO (440) = Conselho Geral do Santo Ofício: «Censura», A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Concelho Geral do Santo Ofício, Livro 440, MF 5416 P.

BGUC 1767, Julho = 1767, Julho – Coimbra: *Carta de Jerónimo Soares Barbosa ao Principal de Almeida em que se remete os exemplares impressos dos exercícios públicos de retórica de João Marques Pinto, Nicolau Soares Barbosa e Francisco Sales de Oliveira*, BGUC, Manuscritos, MS 1346, págs. 28-30.

BGUC 1769, Maio 18 = 1769, Maio 18 – Coimbra: *Carta de Jerónimo Soares Barbosa, Reitor do Real Colégio das Artes e dos professores João António Bezerra e Lima, Guilherme Bermingham, Manuel de Paiva Veloso, Manuel Carlos de Almeida e Domingos Marques da Costa Mendanha ao Principal de Almeida sobre a a ordem de categoria na tomada de assentos em queixa contra Francisco José da Costa, substituto de António Soares na cadeira de lógica*, BGUC, Manuscritos, MS 1346, págs. 31-34.

22 Cardoso (1994: 25) refere outra edição publicada no Recife em 1876 e localizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ainda não tivemos acesso a esta nem à primeira edição da obra.

4.3 Bibliografia passiva

ACL (1823) = *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa VIII* (1823).

Amor Couto, Manuel (2004): «Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Revista galega de filoloxía* 5, pags. 11-31.

Bernardo, Maria Gabriela (1985): «A ordem das palavras na Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Arquipélago: Série Línguas e Literaturas*; 7, págs. 21-41.

BGUC (1935 vol. 3) = *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Catálogo de manuscritos, Vol. 3, Códices 556 a 630, Coimbra: Biblioteca da Universidade (Publicações da Biblioteca Geral da Universidade)*.

BGUC (1935 vol. 7) = *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Catálogo de manuscritos, Vol. 7: Códices 1081 a 1311. Coimbra: Biblioteca da Universidade (Publicações da Biblioteca Geral da Universidade)*.

Cagliari, Luiz Carlos (1985): «A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa», em: *Anais de Seminários do Gel*, págs.93-97.

Cardoso, Simão Cerveira (1986): «A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: reflexos da Gramática Geral», Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, apresentada à Universidade do Porto, Porto.

Cardoso, Simão (1994): *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).

Carvalho, Joaquim Martins de (1868): *Apontamentos para a Historia Contemporanea*. Coimbra; Imprensa da Universidade.

Casteleiro, João Malaca (1980): «Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII», em: *Boletim de Filologia* 26, págs. 101-110.

Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII: A gramática portuguesa*, Campinas: Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios).

Fonseca, Martinho Augusto da (²1972): *Subsidios para um Diccionario de Pseudonymos iniciaes e obras anonymas de Escriptores Portuguezes: Contribuição para o estudo da litteratura portugueza por Martinho Augusto da Fonseca*, Com poucas palavras servindo de prologo pelo academico Dr. Theophilo Braga. Lisboa: [Na Typographia da Academia das Sciencias, Lisboa], Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional.

GL (1807) = *Gazeta de Lisboa*, Número 35, Terça-feira de 1 de Setembro de 1807.

Gomes, Joaquim Ferreira (²1989): *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica (Pedagogia; 8).

HMRACL (1816) = *Historia e Memorias da Real Academia das Sciencias de Lisboa* 5.

Ribeiro, José Silvestre (1872): *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarchia*, Tomo II, Lisboa: Typographia da Real Academia das Sciencias.

Menéndez, Fernanda Miranda (2002): «Das 'Gramáticas Filosóficas' manuscritas», in: Head, Brian / Teixeira, José / Lemos, Aida Sampaio / Barros, Anabela Leal de / Pereira, António (eds.): *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos (Coleção Poliedro; 11), págs. 299-309

Penha, João Alves Pereira (1989): «Soares Barbosa e os gramáticos do século XIX», em: *Estudos Gramaticais*, ano II, n.º I, págs. 49-65.

Ranauro, Hilma (2003): «O legado de Jerônimo Soares Barbosa», em: *Revista Portuguesa de Humanidades* 7, fascs. 1-2, págs. 253-265.

Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo): *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e actualizada pela autora.

Silva, António de Moraes (¹1789): *DICCIONARIO / DA / LINGUA PORTUGUEZA. / COMPOSTO / PELO PADRE / D. RAFAEL BLUTEAU, / REFORMADO, E ACCRESCENTADO / POR / ANTONIO DE MORAES SILVA, / NATURAL DO RIO DE JANEIRO. / TOMO PRIMEIRO. / A=K // LISBOA: NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA, / ANNO M. DCC. LXXXIX. / Com Licença da Real Meza da Comissão Geral, sobre o Exame, e / Censura dos Livros. / Vende-se na loja de Borel Borel, e Companhia, quasi defronte da Igreja nova / de Nossa Senhora dos Martyres, na esquina.*

Silva, Inocêncio Francisco da (¹1858-1972): *Diccionario Bibliographico Portuquez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*; [a partir do vol. IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 vols., Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.²³

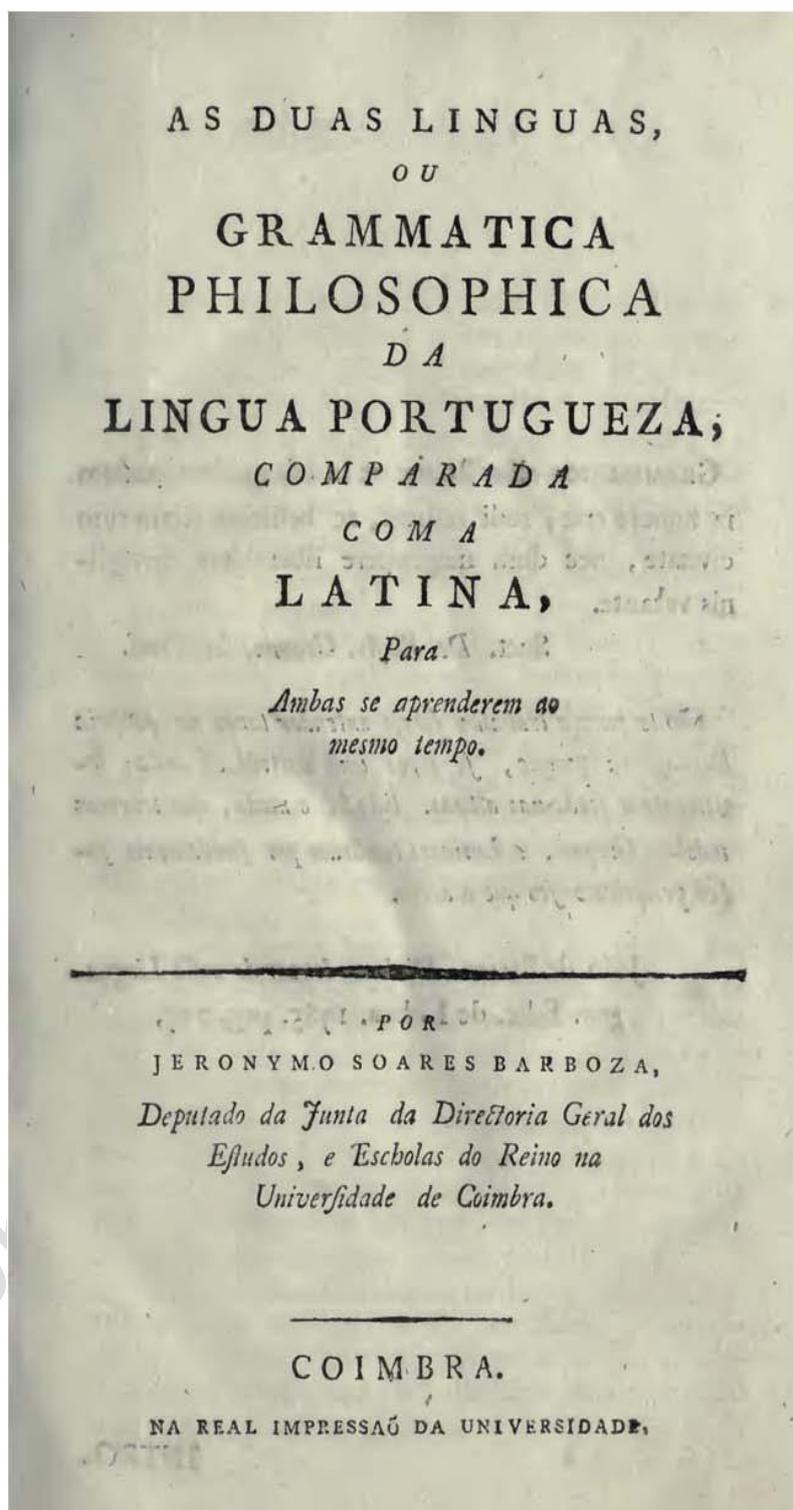
Torres, Amadeu (1998): «Gramaticalismo e especulação: A propósito da Grammatica Philosophica de Jerónimo Soares Barbosa», em Torres, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística: Ensaios e outros estudos*, Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos, págs. 163-172.

23 Visto tratar-se de uma obra fac-similada com a paginação do original e sendo todo o conjunto conhecido pelo nome genérico de “Inocêncio”, prescinde-se de fazer menção aos volumes elaborados por Venceslau Brito Aranha (vols. IX-XXII) ou Ernesto Soares (vol. XXIII), citando-se p. ex. como «Silva (1858 vol. I)» ou Silva (1972 vol. XXIII).

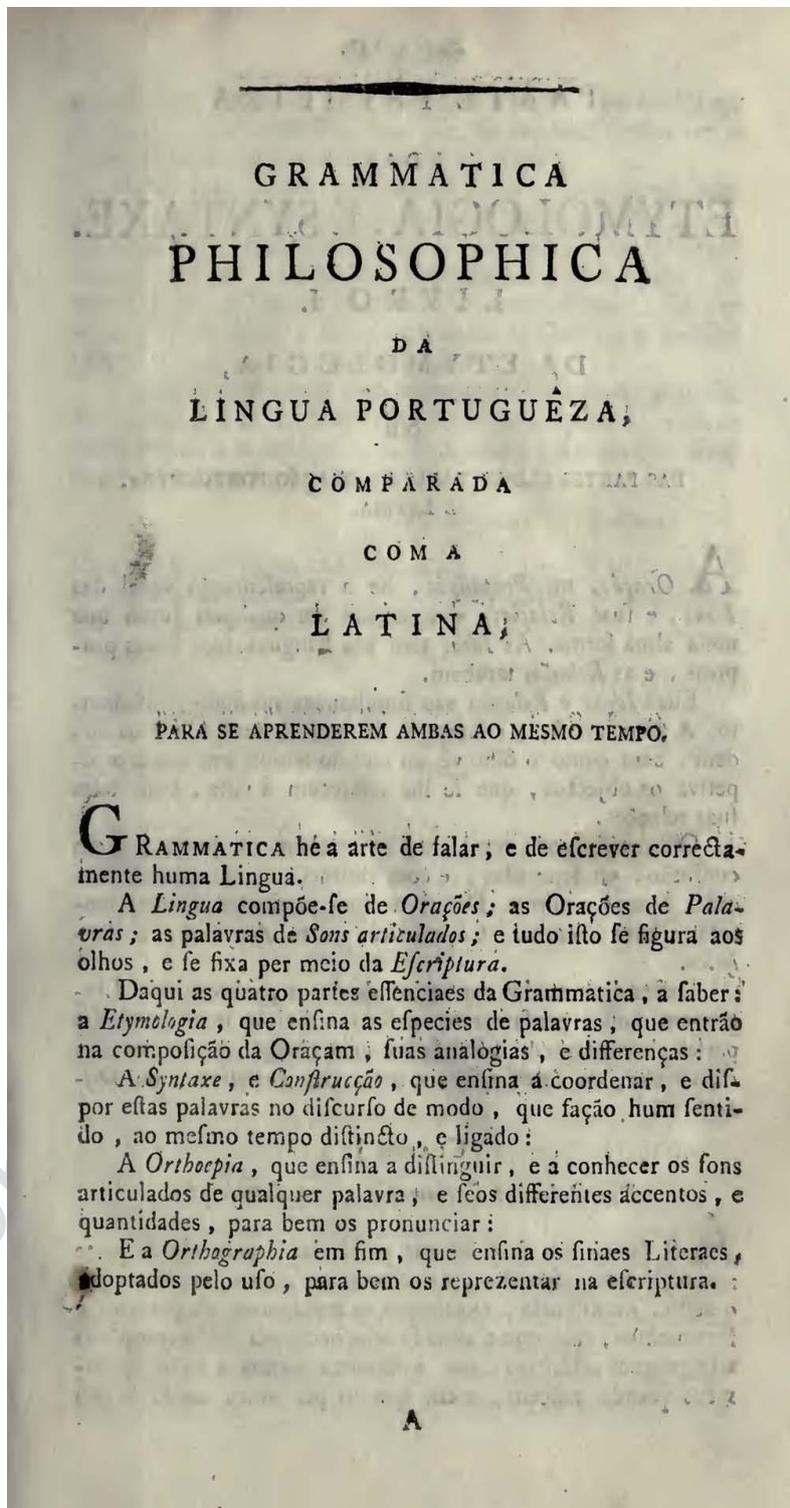
Torres, Amadeu (2004): «O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa», em: Brito, Ana Maria / Figueiredo, Olívia / Barros, Clara (Orgs.) (2004): *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 5-6 de Novembro de 2003*, Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, págs. 385-395.

Anexo: Reproduções gráficas

Domínios de Lingu@agem



Barbosa (1807: III)



Variação e mudança lexical no Português Medieval - - o caso dos verbos

Maria Francisca Xavier*

É ao léxico que se atribui a maior parcela da mudança linguística, e é principalmente a vitalidade dos seus elementos que constitui, também, o aspecto mais marcante da variação sincrónica. No entanto, como se sabe, de entre os elementos do léxico, os funcionais resistem bastante a mudanças, porque eles são evidências dos nós do esqueleto dos sistemas gramaticais das línguas naturais. São as palavras de conteúdo semântico descritivo - herdadas, criadas ou emprestadas - aquelas que mudam e variam com maior facilidade, correspondendo às necessidades ou exigências dos diferentes períodos históricos, dos diversos contextos regionais ou socio-culturais, ou, simplesmente, como consequência da vitalidade inerente aos processos de formação de palavras que os falantes de uma qualquer língua conhecem e utilizam criando e transformando palavras.

Nos textos medievais portugueses, a par de uma grande variação gráfica, encontra-se atestada alguma variação de elementos funcionais, alternando formas diferentes e respectivas variantes¹. Por exemplo, o advérbio *cá* alterna com *acá* e *acó*; a preposição *a* ocorre em alguns textos a par das formas latinas *ad* e *ab* e a contracção da preposição com o artigo varia entre *aa* e *ala*. As preposições variam também em perífrases e regências verbais, por exemplo: o verbo DEVER ocorre maioritariamente sem preposição a reger o seu complemento verbal no infinitivo, em percentagem próxima selecciona a preposição *a* e em menor percentagem aparecem as preposições *de*

*Doutora em Linguística Contrastiva, profa. associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Para ilustrar a variação gráfica dos textos antigos, é um bom exemplo a palavra *se*:

- **se**¹ *pron. pess.* (Do lat. *se*). Variantes: *che*, *se*, *si*, *sse*, *ssi*, *sy*, *xe*, *xi*, *xj*);

- **se**² *conj.* (Do lat. *si*). Variantes: *se*, *sse*, *ssee*, *si*, *ssi*, *sé*, *xe*, *xi*).

e *por*, na sequência seguinte: deve (a/de/por) acontecer/fazer; o verbo AMOESTAR aparece nos contextos seguintes - alguém amoesta (a) alguém; alguém amoesta alguém (a) fazer; alguém amoesta alguém como/que...

Através da observação de alguns verbos plenos, com conteúdo semântico descritivo, procuro sistematizar fenômenos característicos do léxico de fontes textuais do Português Antigo que levantam questões interessantes na elaboração de um dicionário.

A variedade tipológica dos textos, datados entre os séculos XII e XVI e provenientes de regiões diferentes da Galiza e de Portugal, que foram incorporados no CIPM - Corpus Informatizado do Português Medieval ⁻², constitui uma fonte valiosa para estudos do léxico, bem como de outras temáticas relevantes para a linguística ³, a história e a cultura medieval portuguesa.

Procurando captar informação relevante para aqueles domínios, são também registadas no *Dicionário* as expressões verbais encontradas no *corpus*, não apenas aquelas que são fixas, como: “QUER DIZER” e “A SABER É”, mas também outras que veiculam considerável conteúdo sócio-cultural, técnico, científico ou histórico. Estas são apresentadas no final da informação da ficha do verbo a que estão associadas, mas têm também entrada autónoma. Por exemplo:

ABREVIAR OS DIAS [Expressão de ABREVIAR]

1 abreviar os dias, matar

alguém abrevia os dias

[—]

S15 ZPM outros, querendo **abreviar os dias** & avendo por desomrra leyxar-se
assy premder, husavã de mais fortes animos

É neste âmbito que se propõe, neste texto, uma reflexão sobre alguns aspectos de variação e mudança relativos a verbos e expressões verbais, extraídos de um conjunto

² As referências das fontes textuais apresentam-se no final deste texto.

Um sub-conjunto de textos do CIPM encontra-se acessível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt>.

³ Sobre estudos de sintaxe histórica de palavras funcionais veja-se, por ex. Fiéis & Lobo (2008).

de textos do CIPM, os quais se encontram descritos nas entradas lexicais do *Dicionário de Verbos do Português Medieval - Séculos XII a XVI*⁴.

Os verbos e as expressões verbais do DVPM foram analisados a partir dos contextos de ocorrência nos textos medievais das formas previamente lematizadas de cada verbo, extraídos através de um sistema de concordâncias.

A primeira questão que tem merecido reflexão e tomada de decisão sobre critérios a aplicar nas entradas lexicais diz respeito às formas das vedetas ou cabeças do DVPM.

A forma gráfica da vedeta das entradas do DVPM é escolhida tendo por base as formas atestadas, correspondendo preferencialmente a uma forma de infinitivo encontrada no *corpus* idêntica à sua equivalente em Português Contemporâneo, sempre que esta exista actualmente, ou muito próxima da forma moderna. Por exemplo: o verbo ALÇAR (levantar) apresenta esta vedeta que foi escolhida de entre as três formas gráficas de infinitivo que coocorrem no *corpus*: “alçar”, “álçar” e “allzár”. ALÇAR é também a cabeça das seguintes expressões, que já não se usam com este verbo, actualmente, em Portugal: ALÇAR A MESA (levantar a mesa); ALÇAR CERCO (levantar o cerco); ALÇAR CORAÇÃO A DEUS (levantar o coração ao alto); ALÇAR FORÇA (resistir); ALÇAR MÃO (recorrer); ALÇAR VOZ (levantar a voz). Esta é, simultaneamente, a forma gráfica moderna do infinitivo daquele verbo e também a mais frequente no *corpus*.

O critério da proximidade gráfica à forma actual prevalece sempre na escolha da vedeta, sendo o da maior frequência de ocorrência de formas irrelevante na decisão sobre a escolha da vedeta principal dos verbos. Por exemplo: a vedeta AMPARAR (proteger) foi escolhida apesar de não corresponder à forma gráfica mais frequente que ocorre no *corpus*. As formas gráficas mais frequentes deste verbo começam com um “e” seguido da alternância entre “m” e “n” – “emparar”, “enparar”. EMPARAR foi então

⁴ Publicado inicialmente em papel por M.F. Xavier; G. Vicente & M.L. Crispim (1999) *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*, com nova edição, revista e aumentada em (2002) *Dicionário de Verbos do Português Medieval - Séculos 12 e 13/14*, e progressivamente desenvolvido e disponibilizado online, o DVPM com verbos até ao século XVI encontra-se em: <http://cipm.fcsh.unl.pt/verbos/indiceverbos.jsp>.

introduzida como uma vedeta variante do verbo AMPARAR, por existir uma distância alfabética considerável entre as duas formas. Note-se que este tipo de variantes gráficas corresponde a variantes fonéticas também actuais - [ã] / [ê].

No entanto, devido à grande variação gráfica das formas atestadas nos textos, por vezes, foram aplicadas algumas regras de substituição e supressão sistemática de grafemas para obter a vedeta com uma grafia próxima da actual⁵:

- grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples. Exs.:
<ss> em posição inicial de palavra → <s> (sse → se).

- <ss> em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uersssa → uersa).

- <rr> intervocálico com valor de vibrante simples → <r> (barroes → barões).

- <ç> antes de <e> ou <i> → <c>
- <s> intervocálico com valor de sibilante surda → <ss>
- <ll> ou <ll> com valor de líquida palatal → <lh>
- <n>, <nn> ou <gn> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)
- <r> intervocálico com valor de vibrante múltipla → <rr>
- <r> intervocálico com valor de vibrante múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r>, de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)
- <h> com função de marcação de hiato é eliminado;
- <j> ou <y> com valor de vogal ou semi-vogal → <i>
- <i>, <gi> ou <y> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>
- <u> com valor consonântico → <v>
- <u> com valor consonântico → , quando o étimo e a forma moderna tiverem b (uure → ubre, do lat. *ubere*, port. actual *úbere*).
- <v> com valor vocálico → <u>;
- <n> ou <~> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial → <m>
- <~> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>

Assim, a vedeta é, frequentemente, uma forma verbal de infinitivo reconstruída a partir das formas do paradigma verbal atestadas. Por exemplo: ESTABELEECER é uma vedeta que não corresponde a uma forma gráfica de infinitivo atestada. A forma atestada

⁵ Inicialmente em Xavier; Vicente; Crispim *orgs.* (1999), p. iv, com alterações recentes, visando as vedetas do Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, em desenvolvimento sob a coordenação de J. Malaca Casteleiro, M.F. Xavier e M.L. Crispim, com a equipa constituída por M.A. Fiéis, João Loureiro, Miguel Magalhães, Raquel Oliveira e Ricardo Duarte.

no futuro do conjuntivo, que é frequentemente idêntica à do infinitivo, é “estabelescer”. Contudo, outras formas que se encontram atestadas no *corpus*, como: “estabeleçe” e “estabelecemos”, serviram de base para a reconstrução da vedeta idêntica à actual.

Os critérios para decidir as formas gráficas das vedetas deste *Dicionário*, que abrange os três primeiros séculos da história da língua portuguesa, durante os quais é surpreendente a variação gráfica, são satisfeitos na grande maioria dos casos. No entanto, encontram-se vários casos que escapam àqueles critérios, devendo para eles ser dada uma explicação. Esta apela em geral para o conhecimento implícito e, por vezes também, explícito que o utilizador do Dicionário tem de alguns fenómenos de variação fonética representada por determinados conjuntos de grafemas que iniciam palavras da sua língua.

Várias variantes gráficas de formas de verbos iniciados por “esc” e “est” ocorrem sem “e”. Por exemplo: ESCAPAR tem formas como “scapares”; ESCARNECER “scarnecer”; ESCOLHER “scolhe”; ESCONDER “scondya”; ESCULPIR “sculpiindo”. Nestes casos optou-se por incluir as formas variantes sem “e” na ficha do verbo com a forma gráfica actual, violando o critério que prevê a introdução de vedetas variantes quando estas se encontram alfabeticamente distantes da vedeta principal do verbo. A decisão baseia-se no facto de este ser um daqueles fenómenos que o leitor dos textos antigos facilmente reconhece e que não deverá levantar problemas ao utilizador do Dicionário. No entanto, contrapõe-se à decisão tomada relativamente àquelas variantes gráficas a informação registada no DVPM relativamente ao verbo ESTAR. Este verbo encontra-se também atestado com a forma de infinitivo STAR, a qual constitui vedeta variante encabeçando muitas outras formas do paradigma verbal que percorrem textos do século XIII a XVI. A decisão baseia-se no facto de ocorrerem muitas formas sem “e” inicial que não serão facilmente identificáveis pelo leitor e pelo utilizador do Dicionário como sendo formas do verbo ESTAR, ao contrário do que se passa com verbos semanticamente mais fortes, como os que foram exemplificados atrás, mesmo que entre eles também se encontrem alguns verbos que não são comuns actualmente, como ESCABEÇAR “scabeçar”; ESCULDRINHAR “scoldrinhar”.

As entradas lexicais na base de dados do Dicionário incluem os seguintes campos:

- (i) Cabeça ou vedeta no infinitivo (seguida das vedetas dos verbos relacionados ou de vedetas de variantes alfabeticamente distantes, quando estas existem atestadas nos textos);
- (ii) etimologia ou formação morfológica do verbo no português;
- (iii) formas verbais (e variantes) morfológicamente classificadas, quantificadas e codificadas relativamente às primeiras fontes textuais em que ocorrem;
- (iv) acepção (sinónimos ou perífrases) em Português de Portugal Contemporâneo;
- (v) estrutura argumental (ou selecção semântica);
- (vi) estrutura de subcategorização (ou selecção sintáctica);
- (vii) abonações (a mais antiga e a mais recente atestada no *corpus* de cada acepção);
- (viii) expressões verbais, quando estas existem atestadas nos textos.

Os verbos FICAR e FINCAR, por exemplo, contêm informação relativa a todos aqueles campos. Um aspecto interessante da informação sistematizada nas fichas lexicográficas destes verbos é o facto de a vedeta de cada um remeter para quatro outras. À direita da vedeta de FICAR estão indicadas, por ordem alfabética, quatro vedetas, duas de variantes de FICAR - AFICAR e HAFICAR -, outra do verbo FINCAR e a quarta da variante deste – AFINCAR -; e à direita da vedeta de FINCAR está a vedeta da variante AFINCAR, a vedeta de FICAR e das suas duas variantes, como se ilustra a seguir, omitindo as formas classificadas dos paradigmas verbais respectivos devido ao elevado número destas:

FICAR cf. AFICAR, AFINCAR, FINCAR, HAFICAR

Do lat. **figicare*

Ocorrências: 575

1 ficar

fica alg em situação

[— [SN SX]]

1260 CHP031 Et de post u(est)ra morte. (e) de u(est)ra. Mulier. (e) de u(est)ris filij's.
Deue a **ficar**. ip(s)as Marias. q(ui)tes (e) liberis. ad ordine de Donas de
achellas

1500 CPVC soamente sayo ele com todos em huum Jlheeo grande que na baya esta
que de baixa mar **fica** muy vazio

2 determinar

alguém fica para fazer

[— para Vinf]

1289 TOX025 E **fico** porá lhys coutar esses logares e pora lhys dar p(ri)uilegio

alguém fica que...

[— que Find]

S13 CA34 PRi nos Juyzes e Concelho de Aurãtes de nossas liures uoontades
entendendo a faz(er) nossa p(ro)l de nossos corpos e de nossa t(er)ra e
de nossos aueres **ficamos** e outorgamos q(ue) façamos e refaçamos ó
Muro do Castelo de Aurãtes

3 restar

fica algo a alguém

[— SN SP]

S13/14 VS6 E agora acabo meu curso desta vida p(re)sente e **fica**-me a coroa da
justiça

1500 CPVC E acabada a preegaçom . trazia njcolaa coelho muitas cruces d estanho
com cruçufiços que lhe **ficarom** aJnda da outra vijnda

4 **fincar, cravar**

alguém fica alg em lugar

[— SN (SP)]

S13 CSM132 Pois que ll' aqeste ouve dito
foi-ss' a mui Santa Reynna;
e el no coração fito
lle **ficou** end' a espinna.

S14 LM a vozaria he enarcada e o porco topa en meyo e lhe as pontas **ficam** nas
costas e todos bradam

5 **permanecer**

alg fica em lugar

[— SP]

1327 CDA1-
101 deuedes Refazer e ben adubar e assi a dicta pessoa que en ellas **ficar**.

1500 CPVC E portamto se os degradados que aquy am de **ficar** . aprenderem bem a
sua fala

6 **tornar**

algo torna algo em situação

[— [SN SX]]

S14 LM os demais delles **ficam** cegos que non podem atam bem veer o porco
como quando vam diante

1500 CPVC E quanto se mais molhauam tanto mais vermelhos **ficauam** .

7 **estar localizado**

[— SP]

1500 CPVC metem nos pela parte de dentro do beijo E o que lhe **fica** antre o beijo E
os dentes he feito coma Roque d enxadrez .

FICAR OS JOELHOS

1 ajoelhar

alguém fica os joelhos

[—]

S13/14 VS7 E tanto que chegey aaquel logar êque fezera o prometimento aa madre de Deos
ffiq(ue)y os giolhos em terra

S15 OE E, estando asy, passou per aly hũũ sacerdote cõ o corpo de Jhesu Christo, e,
quando o diaboo sintyu a presença do sacramêto, **ficou os geolhos** em terra.

FINCAR cf. AFICAR, AFINCAR, FICAR, HAFICAR

Do lat. **fingicare*

Ocorrências: 26

1 fincar, cravar, pregar

alguém finca algo

[— SN]

S15 LHB E sayose daly Jacob e **fincou** seu temdilham de tras da torre que
chamam Azer e morando aly, Roubem primeiro filho de Jacob jouve
com Balam baregaã de seu padre, e isto soube bem Jacob seu padre.

2 pressionar

alguém finca a alguém

[— SP]

S15 LHB E ella começou de **fincar** a Samsam que lhe decrarase a emcuberta
chorando e dizialhe: Emtejasteme e queresme mal e por iso nam me
descubres a devinhaçam.

3 parar, ficar imóvel

alguém finca algo

[— SN]

S15 LHB E **fincaram** sua oste e chegaram a huã lugar que chamam Rasydem e aly lhes mingou a agoa de todo; e murmuravam contra Moyses.

4 gravar, enraizar

alguém finca algo

[— SN]

1488 S Segũdo o decreto, bautismo he lauamẽto do homẽ de ffora com certa forma de palauras e carater posto e **ffincado** na alma achagãdose a palaura ao elamẽto.

FINCAR OS JOELHOS

1 ajoelhar

alguém finca os joelhos

[—]

1488 S E despois asentado en sua cadeyra ante ho altar ou en outro lugar cõuynhauel, cada hũ dos que se han de cõfirmar **fincan os giolhos** presentandolhe ho padrinho. que vim a este luguar por seruiço del Rei meu Senhor

S15 CDJI¹ E **fincou os joelhos** em terra, e fez sua oraçom aa imagem do Cruçifixo

alguém finca-se em joelhos

[—]

S15 CDJI² E falamdo em estas rezões, a Duquesa se **fincou em giolhos** amte elle, cõ a Infante dona Catarina sua filha

Porque estes dois verbos existem actualmente, decidiu-se considerar FICAR e FINCAR como as vedetas principais. Note-se que estes dois verbos também incluem no final uma expressão semelhante com a mesma acepção, em que apenas diverge a forma do verbo – FICAR / FINCAR OS JOELHOS (ajoelhar).

Aqueles verbos ilustram também um fenómeno amplamente registado com outros verbos, tanto nos textos medievais como actualmente, visto que apresentam ainda em comum variantes precedidas de “a-“ – AFICAR e AFINCAR:

AFICAR cf. AFINCAR, FICAR, FINCAR, HAFICAR

De a- + *ficar*

Ocorrências: 66

1 pressionar, atormentar

alguém afica alguém

[— SN]

S13 CSM235 E desto que lle pedia tan muito a **afficou**
por esto, que hũa noite en sonnos llo outorgou,

S15 CDF E aveendo ja dez meses e meo que Tolledo era cercada, **aficandoa** elrrei
per desvairadas guisas, era ja o logar mui minguado de gentes e de
mantiimentos, em guisa que comiam cavallos e mullas,

alguém afica alguém que...

[— SN que Fconj]

S15 OE pregũtarõ lhe por que razom auia tomado tam gram trabalho e andado
tanto caminho des Hocidente ataa Roma, **aficando**-o que lhes disese o
que lhe pregutauõ, como se elles nõ soubessem.

3 empenhar, esforçar

afica-se alguém em/de fazer

[— SN em/de Vinf]

S15 OE E leyxaua as escripturas simplizes e começou de leer e studar pellas escripturas mais altas e mais escuras e **aficar-sse** em ãtender as figuras e os profundos sacramentos da Sancta

AFINCAR cf. AFICAR, FICAR, FINCAR, HAFICAR

De *a-* + *fincar*

Ocorrências: 7

1 insistir

alguém afinca

[—]

S15 CDJ² E el Rei **affincamdo** todavia, e ell dizendo que nã, como amavioso senhor com desejo de sua saude, por lhe mostrar que nam ouvese nojo, gostou a ourina e dise contra elle: E como nã beberes do que eu bebo? E elle nũca o quis fazer por quamto lhe dizer poderam.

alguém afinca (a) alguém que...

[— SP que Fconj]

S15 LHB E elles nam quisseram amtes **afincavam** muyto a Lot que lhes dese aquelles homẽs

A vedeta variante AFICAR tem outra variante gráfica que se encontra alfabeticamente distante - HAFICAR:

HAFICAR cf. AFICAR, AFINCAR, FICAR, FINCAR

Var. de *aficar*

Ocorrências: 1

CPI3 haficase 1 (CDJ²)

1 empenhar, esforçar

hafica-se alguém

[— SN]

S15 CDJI² Iso mesmo hũ escudeiro, criado del Rei, que o bem avia servido na guerra, afimcadamente lhe pedio por merce que huũ daqueles moços, que era seu irmão, que o nam mamdase decepar. E pero **se** muito **haficase** por esto, nam pode com el Rei que lho outorguase; e elle desnaturousẽ delle e foise pera Castella, e sempre amdou em seu desserviço.

Embora esta tenha apenas uma única forma verbal atestada no *corpus* textual registou-se a vedeta variante por se ter encontrado nos textos um número significativo destes casos. No DVPM encontram-se 51 vedetas variantes iniciadas por “h” de verbos que não são escritos actualmente com “h” inicial por este não ser etimológico, por exemplo: HABASTAR / ABASTAR / BASTAR; HABRAÇAR / ABRAÇAR; HABREVIAR / ABREVIAR; HACABAR / ACABAR; HACEDER / ACEDER; HACONTECER / ACONTECER; HACORDAR / ACORDAR; HAMAR / AMAR; HIR / IR; HONIR / UNIR. Também se encontram no Dicionário vedetas variantes sem “h” inicial de verbos iniciados por “h” etimológico – HERDAR / ERDAR; HONRAR / ONRAR; HUMILDAR / UMILDAR / HUMILHAR. Há no Dicionário, no entanto, o tratamento diferenciado do verbo HAVER, o qual inclui sobre esta vedeta as formas atestadas com e sem “h”. Considerou-se que tratando-se neste caso de um verbo que tem um número de ocorrências elevadíssimo nos textos antigos e que é bem conhecido de todos os que lêem aqueles textos não se justificaria registrar uma vedeta variante sem “h”.

Embora o grafema “h” não tenha representação fonética, as formas gráficas das palavras são de tal maneira estranhas quando são diferentes das actuais por terem ou não “h”, que a inclusão de vedetas variantes de verbos plenos destes casos tem para além da justificação da distância alfabética entre vedetas a justificação da estranheza das formas.

Deste modo, ficam associados no DVPM os verbos e as principais variantes bem como as expressões verbais que são semântica e morfossintacticamente semelhantes para que possam ser facilmente relacionados entre si mesmo que estejam separados pela ordenação alfabética.

REFERÊNCIAS

- Fiéis, M. & M. Lobo (2008) “As orações introduzidas por ‘des(de) que’ na história do português” in XXIII Encontro Nacional da APL 2007. Textos Seleccionados.
- Xavier, M.F.; M.G. Vicente (1997) “A Problemática de um Dicionário de Verbos do Século XIII” in *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 897-904.
- Xavier, M.F.; M.L. Crispim; M.G. Vicente (1999) “A Língua Portuguesa Medieval e o Diálogo Homem-Máquina” in I.H. Faria org., Lindley Cintra. *Homenagem ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 749-760.
- Xavier, M.F.; M.G. Vicente; M.L. Crispim orgs. (1999) *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*, Lisboa, Linha de Investigação 1 do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- Xavier, M. F., M.G. Vicente, M. L. Crispim orgs. (2002) *Dicionário de Verbos do Português Medieval - Séculos 12 e 13/14*, Lisboa, Linha de Investigação 1 - Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

REFERÊNCIAS DAS FONTES DO CIPM

Século XII

- DN - 2 Textos Notariais (2ª. metade do século XII) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- "Finto" dos casais de Eligoo; "Notícia de haver"
- DP - 4 Documentos Privados (2ª. metade do século XII) in Souto Cabo, José António (ed.) (2003), *Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século XII*, Braga, Universidade do Minho. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
- Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (ca. 1173); Carta de foro da Benfeita; *Nomina* de Pedro Viegas (1184); Escrito de Paio Soares

Século XIII

NT - Notícia de Torto (ca. 1214) in Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM.

TL e TT - Testamento de D. Afonso II (1214) in Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), “Os mais Antigos Documentos Escritos em Português”, *Revista Portuguesa de História*, 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo). Edição digitalizada para o CIPM.

CA - 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279) in Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 73 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1214 e 1300) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CHP - 2 Textos Notariais (1275; 1278) in Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300) in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

FG - 6 Foros de Garvão (1267-1280) in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 21 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1269 e 1300) in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

FR - Foro Real (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.

TP - Tempos dos Preitos (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.

CS - 1 Dos Costumes de Santarém (1294) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

Cami - 513 Cantigas de Amigo (sem data ou datados entre 1220-1300) in Cohen, Rip (ed.) (2003) *500 Cantigas de Amigo*, Porto, Campo das Letras. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

Camo- 517 Cantigas de Amor (sem data) in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CSM – 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282) in Mettman , Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria*, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega.

CEM - 403 Cantigas de Escárnio e Maldizer (sem data) in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograís Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

Séculos XIII/XIV

Camo - 159 Cantigas de Amor (sem data) in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 69 Cantigas de Escárnio e Maldizer in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograís Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

VS - 7 Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense (sem data; cópias do século XV) in Castro, Ivo *et alii* (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa, INIC, pp. 16-52; 59-83. Edição digitalizada para o CIPM.

Século XIV

Camo - 20 Cantigas de Amor (sem data) in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 2 Cantigas de Escárnio e Maldizer in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograís Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 62 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399) in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 79 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1304 e 1397) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 15 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1309 e 1336) in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

CS - 3 Dos Costumes de Santarém (1340-1360) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

FG - 1 Foros de Garvão (sem data) in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350) in Ferreira, José Azevedo (1980) *Alphonse X, Primeyra Partida*, Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.

CGE - Crónica Geral de Espanha de 1344 (sd) in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXL - Crónica de Afonso X (manuscrito L) (sem data) in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXP - Crónica de Afonso X (manuscrito P) (sem data) in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CDA – Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, Vols. 1, 2 e 3 (30 Textos seleccionados) in Dias, João J. Alves (ed.) (1990-1992) *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*, Lisboa, I.N.I.C. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

AT - Arte de Trovar in Tavani, Giuseppe (ed.) (1999) *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada para o CIPM.

NLL- Narrativas dos Livros de Linhagens in Mattoso, José (1983) *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

LM - Livro de Montaria de João I in Calado, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

CI - Corte Imperial (anónima dos fins do séc. XIV) in Calado, Adelino de Almeida (ed.) (2000) *Corte enperial*, Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

Século XV

HGP - 42 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1401-1497) in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 46 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

LC - Leal Conselheiro (1438?) in Piel, Joseph (ed.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.

LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (1437?) in Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.

CP - Castelo Perigoso (sem data) in Neto, João António Santana (ed.) (1997), *Duas Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*, Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Edição digitalizada cedida pelo editor e revista por Irene Nunes.

DSG - Demanda do Santo Graal (sem data) in NUNES, Irene Freire (2001) *A Demanda do Santo Graal*. Edição digitalizada para o CIPM com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, revista pela editora.

LTV – Livro das Tres Vertudes (1453?) Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.

OE - Orto do Esposo (sem data) in Maler, Bertil (ed.) (1956), *Orto do Esposo*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.

CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha (1500) in Guerreiro, M. V. & E. B. Nunes (eds.) (1974) *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M. Edição digitalizada para o CIPM.

HRP - História dos Reis de Portugal in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data) in Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CDF - Crónica de D. Fernando in Macchi, Giuliano (ed.) (1975) Fernão Lopes. *Cronica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

CDJI1 - Crónica de D. João I, parte 1 in Lopes, Fernão (1945) *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização Editora, (segundo o códice n° 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Edição digitalizada para o CIPM.

CDJI2 - Crónica de D. João I, parte 2 in Lopes, Fernão (1949) *Crónica de D. João Primeiro*, Porto, Livraria Civilização Editora.

CDPI - Crónica de D. Pedro I in Peres, Damião (ed.) (1965) Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

TC - Tratado da Confissom (1489) in Machado, José Barbosa (ed.) (2003) *Tratado de Confissom*, Vol I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

PMP - Penitencial de Martim Pérez in Martins, Mário (ed.) (1957) *Penitencial de Martim Pérez*. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

S - Sacramental, de Cremenete Sanchez de Vercial (1488) in Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial. *Sacramental*, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

VDT - Vida de D. Telo in Nascimento, Aires Augusto (ed.) (1998), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri, pp. 273-286. Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

VST - Vida de São Teotónio Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio. Edição digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera, cedida por José Barbosa Machado.

LHB – Livro das Histórias da Bíblia (sem data) in Castro, J. Mendes de (ed.) (1998), *Bíblia de Lamego*, vol. I e vol. II, Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

Século XVI

Cat – Catecismo (1504) in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.

RESENHA

LEITE, Marli Quadros. *O Nascimento da Gramática. Uso & Norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007.

Maurício Silva*

Já não é de hoje o franco interesse pelos estudos da gramaticografia portuguesa e, nesse âmbito, a abordagem dos primórdios de nossa tradição gramatical tem merecido especial atenção dos estudiosos do assunto. É o que vem comprovar o mais recente livro de Marli Quadros Leite (*O Nascimento da Gramática. Uso & Norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007), em que os dois primeiros gramáticos da língua portuguesa são estudados com o cuidado e rigor que merecem.

Considerando a gramática um instrumento lingüístico, onde se inscreve parte do saber sobre a língua e sobre a história do pensamento lingüístico, a autora propõe estudar o que chama de *língua gramatical*, a partir da qual procura observar a construção de uma norma lingüística no âmbito da gramática tradicional. Para tanto, elege como objeto de análise as primeiras gramáticas portuguesas (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536, de Fernão de Oliveira; e *Gramática da língua portuguesa*, 1540, de João de Barros), aquelas que contêm, nas suas palavras, o “discurso fundador da metalinguagem portuguesa” (p. 22).

Desde a Antigüidade Clássica, percebe-se como a preocupação com a natureza da língua e os problemas gerais da linguagem estiveram presentes, motivo pelo qual se pode entrever na própria filosofia grega os fundamentos da disciplina gramatical, bem como entre os retores e filólogos alexandrinos, estes últimos os verdadeiros responsáveis por uma mudança de foco que passa da abordagem filosófica para a lingüística, instaurando as bases para a idéia de *correção* e, conseqüentemente, de *normatividade* lingüísticas. Fato relevante para a gramática é que, já de início, percebe-

* Universidade Nove de Julho (SP).

se um descompasso entre a *norma* prescrita pelos gramáticos e o *uso* da linguagem, distinção que persiste até hoje nos estudos gramaticais.

Fenômeno cultural distinto, a gramática é ainda – completa a autora – um instrumento adequado para se reconstruir o conhecimento do passado, bem como desempenha papel de destaque no ensino da língua, tendo os gramáticos antigos – tanto no âmbito do grego (Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo) quanto no do latim (Varrão, Quintiliano, Donato) – atentado para esse e muitos outros fatos relevantes.

Em relação às gramáticas portuguesas, deve-se ressaltar que elas nascem de um contexto (o Renascimento europeu), em que a preocupação com as questões lingüísticas ganham particular relevo, resultado de uma tradição que vinha desde a Idade Média, com os estudos voltados ao latim. Em Portugal, particularmente, essa tradição já estava presente nos primeiros textos escritos em galego-português (*Notícia do Torto*, 1214-1216; *Testamento de D. Afonso II*, 1214), acentuando-se na produção de instrumentos lingüísticos ao longo do século XVI, seja sob a forma de gramáticas (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536, de Fernão de Oliveira; *Gramática da língua portuguesa*, 1540, de João de Barros), seja sob a forma de manuais de ortografia (*Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua portuguesa*, 1574, de Pero Magalhães de Gândavo; *Orthographia da língua portuguesa*, 1576, de Duarte Nunes de Leão), seja ainda sob a forma de dicionários (*Dictionarium juventuti studiosae*, 1551 e *Dictionarium ex lusitanico in latim*, 1562, de Jerônimo Cardoso).

Depois de traçar um perfil de cada um dos dois gramáticos estudados, Marli Quadros Leite expõe uma primeira e singular diferença entre ambos, afirmando que enquanto Fernão de Oliveira “foi ‘assistemático’, descreveu a língua mais livremente, indutivamente (...) sem submeter sua análise, rigidamente, ao modelo das ‘artes’ latinas” (p. 92), João de Barros foi “sistemático, tinha nas mãos a teoria e o modelo para descrever a língua, o da gramática greco-latina e, de posse dele, dedutivamente, aplicou definições e classificações, para todas as partes do discurso” (p. 92).

De qualquer maneira, foi a partir da doutrina greco-latina que os gramáticos renascentistas erigiram suas teorias, e o caso dos dois primeiros gramáticos portugueses não foge à regra, sendo, contudo, Fernão de Oliveira menos caudatário das *artes* latinas

do que João de Barros. Assim, apoiando-se principalmente em Quintiliano (Oliveira) e Nebrija (Barros), o trabalho realizado pelos primeiros gramáticos portugueses dialoga, extensamente, com os textos clássicos, deles retirando uma série de noções fundamentais acerca do estudo da linguagem verbal.

Sobre a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, a autora destaca, ainda, a importância das observações de Oliveira acerca da política da língua, da natureza social da linguagem e da concepção de gramática (*arte* de bem falar e ler), resultando numa gramática mais descritiva do que prescritiva; além disso, Fernão de Oliveira teria se preocupado particularmente com o registro do *uso* lingüístico: “a leitura da *Grammatica* deixa evidente que o interesse de Oliveira não era fazer uma gramática da língua escrita, literária ou não, mas da língua falada de seu tempo” (p. 208), como aliás demonstram os exemplos colhidos diretamente da língua em uso. Já sobre a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, a autora destaca a concepção de gramática apresentada por Barros, que, ligada à idéia de *arte* latina (ele a divide, como os latinos, em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe), privilegiava o ensino, resultando numa gramática prescritiva (normativa) ou, nas palavras da autora, “uma gramática doutrinal, com nuances normativas” (p. 238).

Comparando as duas obras inaugurais da gramaticografia portuguesa, Marli Quadros Leite destaca, entre outros elementos, a modernidade de Fernão de Oliveira (que inaugura uma metalinguagem nova para a descrição do português), face ao conservadorismo de João de Barros (que prefere adaptar a metalinguagem latina).

Trabalho de fôlego, em que o rigor analítico e a pesquisa extensa sobressaem, *O Nascimento da Gramática* deve ocupar, sem dúvida alguma, lugar de destaque entre os recentes estudos acerca da gramaticografia portuguesa. A principal fragilidade do trabalho, contudo, talvez esteja na metodologia empregada, por dois motivos: a) por privilegiar a *content-oriented* perspectiva da Historiografia Lingüística, já que acreditamos na possibilidade de articular uma análise nesse campo apenas “considerando alguns aspectos do contexto sociocultural em que as gramáticas surgiram” (p. 28), o que, a nosso ver, equivale quase a fazer historiografia sem a natural junção da História; b) por tentar equacionar os conceitos de *uso* e *norma*, no âmbito

da Historiografia Lingüística, sem levar em conta as representações socioculturais que, no final das contas, são o limite do papel histórico desempenhado pelas gramáticas modernas, ou seja, são os responsáveis pelos desdobramentos ideológicos diversos que acabaram suprimidos no trabalho em questão. Além disso, cumpre ressaltar que todo o primeiro capítulo do livro substitui uma reflexão, já não diríamos mais profunda, porém mais adequada ao contexto do estudo gramaticográfico, pela exposição acrítica das teses formuladas por Baratin, Desbordes e Swiggers.

Evidentemente, estes são fatores de somenos importância diante do alcance historiográfico e de resultado final da obra, que possui, inegavelmente, muitos pontos altos, como quando a autora aborda o tratamento dado aos *exemplos*, nas gramáticas estudadas, pelos seus autores.

Domínios de Lingu@GEM